

Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais Vivências

Caroline Kraus Luvizotto e Isabel Ferin Cunha (Orgs.)

Prefácio: Piero Dominici



Caroline Kraus Luvizotto
Isabel Ferin Cunha
(Orgs.)

Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais Vivências

Prefácio Piero Dominici

Ria Editorial - Comité Científico

Abel Suing (UTPL, Equador)
Alfredo Caminos (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina)
Andrea Versuti (UnB, Brasil)
Angelo Sottovia Aranha (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Anton Szomolányi (Pan-European University, Eslováquia)
Carlos Arcila (Universidad de Salamanca, Espanha)
Catalina Mier (UTPL, Equador)
Denis Porto Renó (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Diana Rivera (UTPL, Equador)
Fatima Martínez (Universidad do Rosário, Colômbia)
Fernando Ramos (Universidade de Aveiro, Portugal)
Fernando Gutierrez (ITESM, México)
Fernando Irigaray (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)
Gabriela Coronel (UTPL, Equador)
Gerson Martins (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Brasil)
Hernán Yaguana (UTPL, Equador)
Jenny Yaguache (UTPL, Equador)
Jerónimo Rivera (Universidad La Sabana, Colombia)
Jesús Flores Vivar (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)
João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal)
John Pavlik (Rutgers University, Estados Unidos)
Joseph Straubhaar (Universidade do Texas – Austin, Estados Unidos)
Juliana Colussi (Universidad do Rosario, Colombia)
Koldo Meso (Universidad del País Vasco, Espanha)
Lorenzo Vilches (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha)
Lionel Brossi (Universidad de Chile, Chile)
Maria Cristina Gobbi (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Maria Eugenia Porém (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Manuela Penafria (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Marcelo Martínez (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha)
Mauro Ventura (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Octavio Islas (Pontificia Universidad Católica, Equador)
Oksana Tymoshchuk (Universidade de Aveiro, Portugal)
Paul Levinson (Fordham University, Estados Unidos)
Pedro Nunes (Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Brasil)
Raquel Longhi (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil)
Ricardo Alexino Ferreira (Universidade de São Paulo – USP, Brasil)
Sergio Gadini (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Brasil)
Thom Gencarelli (Manhattan College, Estados Unidos)
Vicente Gosciola (Universidade Anhembi Morumbi, Brasil)

Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais: Vivências. Caroline Kraus Luvizotto & Isabel Ferin Cunha (Orgs.). - 1a edição - Aveiro: Ria Editorial, 2020.

320 p.

Livro digital, PDF.

Arquivo Digital: download e online
Modo de acesso: www.riaeditorial.com
ISBN 978-989-8971-29-6

Prefácio Piero Dominici

1. Comunicação. 2. Cidadania. 3. Movimentos Sociais. I. Luvizotto, Caroline Kraus. II. Cunha, Isabel Ferin. III. Título.

Copyright das imagens pertencem aos seus respectivos autores.

© Design e Foto de Capa: Denis Renó

Diagramação: Luciana Renó

© Ria Editorial
Aveiro, Portugal
riaeditora@gmail.com
<http://www.riaeditorial.com>



Licença:

>: Atribuição - Não Comercial - Sem Obras Derivadas 4.0 Internacional

>: Você é livre para:

- copiar, distribuir, exibir, e executar a obra

Baixo as seguintes condições:

- Atribuição. Você deve atribuir a obra na forma especificada pelo autor ou o licenciante.

- Não Comercial. Você não pode usar esta obra com fins comerciais.

- Sem Obras Derivadas. Você não pode alterar, transformar ou criar sobre esta obra.

<https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt>



ESSA OBRA FOI AVALIADA INTERNAMENTE E
EXTERNAMENTE POR PARECERISTAS

Todos os textos foram avaliados e seleccionados pelos organizadores da obra. Os comentários dos organizadores foram enviados aos autores, que, mediante a aprovação, receberam tempo hábil para eventuais correcções.

O livro foi posteriormente avaliado e aprovado pela avaliadora externa Dra. Andrea Versuti que informou parecer positivo à publicação da seguinte forma: “Os textos que compõem o livro “Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais: Vivências” problematizam questões de muita relevância para o cenário contemporâneo. Os autores tensionam o campo da comunicação com debates interdisciplinares acerca de temas como; o papel do ativismo coletivo e civil nas redes sociais e a importância da efetiva articulação dos movimentos sociais contra os discursos negacionistas e de ódio, trazendo a partir de diversas vivências, reflexões profícuas. A leitura da obra proporciona uma leitura bastante crítica e atenta de como estes processos comunicativos são compostos de maneira complexa no âmbito da realidade social.”. O parecer foi enviado previamente ao lançamento.

Autores

Adriana Bravin

Ana Carolina Trindade

Ana Paula Miranda Costa Bergami

Anastacio Gustavo Fernández Rodríguez

André Luís Cardoso Tropiano

Carla Negrin Fernandes de Paiva

Caroline Kraus Luvizotto

Christiane Delmondes Versuti

Fábio Alves Silveira

Fátima Martínez

Jiani Adriana Bonin

Kárita Emanuelle Ribeiro Sena

Kátia Viviane da Silva Vanzini

Mariana Alarcon Datrino

Neiva Vieira da Cunha

Priscila Santana Caldeira

Renata Svizzero Fakhoury

Sheila Luana Sales Abrantes

Sonia Maria Queiroz de Oliveira

Yadis Vanessa Vanegas-Toala

Sumário

Prefácio

Prof. Piero Dominici

Comunicazione è cittadinanza 12

Comunicação é cidadania 17

Apresentação..... 22

Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais Vivências

Comunicação e Ativismo dos Coletivos em Prol da Habitação na
Cidade de Lisboa..... 29

Caroline Kraus Luvizotto

Ana Carolina Trindade

Entre Experiência e Expectativa: a Ação e o
Aprendizado Coletivo nos Movimentos de Enfrentamento à
Mineração em Minas Gerais, Brasil 59

Adriana Bravin

Comunicação Pública e Cidadania: o Papel da Sociedade Civil no
Contexto das Tecnologias Digitais 83

Kárita Emanuelle Ribeiro Sena

Mariana Alarcon Datrino

Carla Negrin Fernandes de Paiva

Usos e Apropriações no Facebook da Asugov por Sujeitos Comunicantes Surdos e Cidadania Comunicativa.....	103
<i>Sonia Maria Queiroz de Oliveira</i>	
<i>Jiani Adriana Bonin</i>	
El Paro Nacional en Colombia 2019, la Cobertura Periodística del 21N desde la Teoría del <i>Framing</i> en la Red Social de Twitter.....	120
<i>Fátima Martínez</i>	
Mobilización Transmedia #SOSPuebloShuar: Prácticas Comunicacionales y Repertorios Estratégicos del Activismo Ecosocial.....	138
<i>Yadis Vanessa Vanegas-Toala</i>	
O Uso das Redes Sociais pelo Movimento dos Professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná.....	163
<i>Fábio Alves Silveira</i>	
<i>Kátia Viviane da Silva Vanzini</i>	
<i>Priscila Santana Caldeira</i>	
<i>Sheila Luana Sales Abrantes</i>	
Narrativas de Resistência da Página #UERJResiste no Facebook em Tempos de Ódio às Universidades Públicas e à Ciência no Brasil	188
<i>André Luís Cardoso Tropiano</i>	
<i>Neiva Vieira da Cunha</i>	
Comunicação Urbana e a Inclusão de Gênero: o Uso dos Espaços Públicos nos Movimentos Sociais pelo Direito das Mulheres à Cidade.....	220
<i>Renata Svizzero Fakhoury</i>	

<i>Black Lives Matter</i> : da Falta de Ar à Amplificação das Vozes Negras On-line e Off-line. A Necessidade de Reconhecer o Lugar de Fala e Colocar em Prática o Manual Antirracista.....	238
<i>Christiane Delmondes Versuti</i>	

De Movimientos Sociales a Construcciones Simbólicas: la Búsqueda de Enteógenos en Huautla de Jiménez, México	261
<i>Anastacio Gustavo Fernández Rodríguez</i>	

#OcupaES: Ninja ES e as Narrativas Independentes durante as Ocupações Escolares no Espírito Santo	280
<i>Ana Paula Miranda Costa Bergami</i>	

<i>Os autores</i>	307
-------------------------	-----

<i>Índice Remissivo</i>	314
-------------------------------	-----

**Comunicação,
Cidadania e
Movimentos Sociais
Vivências**

Prefácio

Comunicazione è cittadinanza

*Prof. Piero Dominici
Sociologo e filosofo
Fellow of the World Academy of Art and Science
University of Perugia*

Educare alla complessità perché, richiamando una mia vecchia definizione, “Democrazia è complessità”(1995): pensando al lungo periodo, abbiamo l’enorme responsabilità di educare alla complessità i nostri giovani, mettendoli in condizione di abitare i confini e le zone ibride del mutamento, in un contesto globale sempre più plasmato dalla nuova velocità del digitale e da nuove asimmetrie. Dobbiamo comprendere come abitare le tensioni, il conflitto, le differenze, il pluralismo, la varietà e l’imprevedibilità della vita, del sociale, dell’umano. Perché l’unico “elemento” davvero prevedibile, nei sistemi sociali e nell’Umano, è proprio l’imprevedibilità. E, per provare a farlo, abbiamo urgente bisogno di ricomporre fratture e separazioni, e non soltanto all’interno delle istituzioni educative e formative. Educare alla complessità per abitare il futuro. (Piero Dominici, 1995 e sgg.)

Mi fa davvero molto piacere introdurre questi due volumi, condividendo con voi alcune riflessioni che derivano da percorsi di ricerca sviluppati da oltre vent’anni. Si tratta di due pubblicazioni che meritano attenzione e riflessioni ulteriori, cambiamenti di punti di vista e approccio. “Voci” ricche ed eterogenee di chi studia e fa ricerca, in diversi contesti storico-culturali, provando a dare il suo contributo per la ricerca sociale scientifica ma, anche e soprattutto, per una società

(realmente) aperta inclusiva, ove i diritti e le opportunità non siano, come sempre è avvenuto in passato, a disposizione dei “pochi” e delle élites. Vi ringrazio molto e non posso che augurarmi che questa rete internazionale di studio e ricerca si rafforzi e allarghi sempre di più.

Come ripeto da anni, esiste un’intima correlazione tra comunicazione - da noi definita come *processo sociale di condivisione della conoscenza* (1996) - e cittadinanza (non *eterodiretta* e partecipe del bene comune), tra comunicazione e democrazia (= *complessità*); ma anche tra democrazia e visibilità/pubblicità/accessibilità del potere. La *cultura della democrazia* di un paese e/o di un dato contesto storico-culturale è, a mio avviso, strettamente correlata alla “cultura della comunicazione” che caratterizza non soltanto le istituzioni, ma la stessa società civile, e ne plasma dinamiche e processi che, in ultima analisi, non sono altro che processi di continua negoziazione, conflitto e mediazione. Dal momento che, la comunicazione è un processo sociale complesso che implica, in primo luogo, *pariteticità* dei soggetti coinvolti (conoscenze, competenze, mezzi, strumenti etc.) e *reciprocità*, ma anche possibilità di accesso, trasparenza, condivisione, coinvolgimento, partecipazione. Tuttavia, non è inutile ribadirlo, affinché si verifichino (almeno) le condizioni dei principi/valori appena elencati - la loro traduzione operativa risulta ancora più complicata e complessa - è necessario anche, e soprattutto, che il processo comunicativo (e la complessità che lo caratterizza), relativo a sistemi complessi adattivi – sia a livello di comunicazione interpersonale che di comunicazione organizzativa e dei sistemi sociali (in questa caso dallo Stato ai cittadini à sfera pubblica) – *incontri e coinvolga Persone e cittadini consapevoli, con teste ben fatte* (Montaigne) (à ruolo strategico di scuola, istruzione ed educazione), consapevoli,

informati e competenti (non soltanto dal punto di vista “tecnico”) perché – potrà sembrare uno *slogan* ma, almeno per chi scrive, non lo è mai stato – *si può essere “sudditi” anche in democrazia*, a maggior ragione in un’epoca così segnata da insicurezza, precarietà e vulnerabilità; un’epoca identificabile dentro un quadro complessivo di generale ridimensionamento della sfera dei diritti, sia a livello locale che globale.

Una società ipercomplessa e iperconnessa (1998-2019) in cui, ormai da tempo, le *regole d’ingaggio* delle cittadinanza non sono più definite/prodotte, come in passato, dal cd. Legislatore: le regole d’ingaggio della cittadinanza sono definite/prodotte e riprodotte proprio all’interno delle istituzioni educative e formative, in passato pienamente responsabili, oltre che protagoniste, della creazione di nuove condizioni di emancipazione e inclusione. E così, anche in presenza di nuove asimmetrie e disuguaglianze, *si può essere sudditi in democrazia* non conoscendo i propri diritti/doveri; non conoscendo gli strumenti e i canali (e non avendo accesso a questi); non essendo sufficientemente alfabetizzati, preparati e (appunto) competenti per incalzare, dialogare e confrontarsi con qualunque tipo di autorità, ma anche per partecipare attivamente alla costruzione di una *sfera pubblica* autonoma, non più *ancella* della politica (1998), in grado di fare pressione sulla politica stessa e sul “Sovrano”(potere) e di incidere sui relativi processi decisionali. *Si può essere sudditi in democrazia per abitudine culturale* (De La Boétie), ma anche, e soprattutto, non avendo le *capacità di e/o* non essendo garantita, neanche in minima parte, quell’*eguaglianza delle condizioni di partenza* che è, di fatto, pre-requisito fondamentale anche soltanto per affrontare tali questioni.

Perché – su questo punto dobbiamo essere chiari, e non soltanto con riferimento al nostro approccio – non soltanto *comunicazione è complessità*, ma anche *Democrazia è complessità* (1995-2018) e *processo continuo di comunicazione*; *democrazia significa/implica dialettiche aperte, è sistema di sistemi in cui, ancora una volta, il tutto/l'insieme non coincide con la somma delle parti coinvolte; è pluralità di opinioni e di pensiero, di codici e linguaggi, di culture e utopie/visioni della società; democrazia è conflitto, apertura, è ordine e caos allo stesso tempo etc. etc.*

I rischi della semplificazione, di certa semplificazione (populismo) sono, da sempre, presenti e molto concreti; e, al contrario, avremmo un disperato bisogno di passare dalla linearità alla complessità, anche con riferimento a quelle che reputiamo/crediamo essere possibili “soluzioni” (semplici) a problemi che sono complessi. Ed, evidentemente, riguardano da vicino sia la *comunicazione* (codici, linguaggi, modelli, culture etc.), le forme della relazionalità, dei conflitti e le numerose connessioni, che la stessa democrazia, con la cultura della comunicazione che, storicamente, la contraddistingue. Purtroppo, esiste ancora poca consapevolezza rispetto a quanto *la linea di confine tra cittadinanza e sudditanza sia estremamente sottile*; una linea di confine che si è ancor di più assottigliata nella civiltà ipertecnologica e iperconnessa, *all'interno della quale*, non soltanto a livello di narrazioni/storytelling, risulta *sempre più diffusa l'illusione che*, senza neanche tenere in considerazione altre variabili e concause, *proprio il digitale e le tecnologie della connessione* (1996) possano creare le condizioni di una “vera” democrazia e di una partecipazione (finalmente) attiva e *non simulata*,

perfino rafforzando il legame sociale e i meccanismi sociali della fiducia e della cooperazione.

Definire e costruire le condizioni sociali e culturali di un “nuovo contratto sociale” e della nuova cittadinanza (globale) significa, a maggior ragione nella cd. società della conoscenza, *ripensare a fondo educazione e formazione* (dimensioni complesse e strettamente interdipendenti), ripensare a fondo Scuola e Università, recuperando le *dimensioni complesse della complessità educativa* (Dominici, 1998-2017) - l’empatia, il pensiero critico, una visione sistemica dei fenomeni, l’educazione alla comunicazione, oltre a dimensioni che abbiamo volutamente rimosso, come l’immaginario e la creatività - e, rispetto al passato anche recente, avendo il coraggio e l’autorevolezza di ripensarle “insieme” e non come due entità separate (in ballo, peraltro, la vecchia, vecchissima questione della “formazione dei formatori”); ripensare a fondo i processi educativi, lo spazio relazionale e comunicativo che caratterizza le istituzioni educative e formative, non ragionando soltanto sul breve periodo, bensì definendo obiettivi e risultati che non potranno che manifestarsi soltanto nel “lungo periodo” (il punto dolente del problema). Con la consapevolezza che non saranno le tecnologie e il digitale a ridurre le nuove asimmetrie e disuguaglianze che caratterizzano la civiltà iperconnessa e ipertecnologica.

Un “nuovo contratto sociale” (1998-2005), d’altra parte, è pensabile solo come risultato di un processo di trasformazione culturale capace di innescare un cambiamento anche economico, politico e sociale.

Comunicação é cidadania

*Prof. Piero Dominici
Sociólogo e filósofo
Membro da Academia Mundial de Arte e Ciência
Universidade de Perugia*

Educar para a complexidade porque, lembrando uma velha definição minha, “Democracia é complexidade” (1995): pensando a longo prazo, temos a enorme responsabilidade de educar nossos jovens para a complexidade, colocando-os em condições de habitar as fronteiras e áreas híbridas de mudança, em um contexto global cada vez mais marcado pela nova velocidade da tecnologia digital e novas assimetrias. Devemos entender como viver em tensões, conflitos, diferenças, pluralismo, a variedade e imprevisibilidade da vida, do social, do humano. Porque o único “elemento” verdadeiramente previsível, nos sistemas sociais e no Humano, é justamente a imprevisibilidade. E, para isso, precisamos urgentemente curar fraturas e separações, e não apenas dentro das instituições de ensino e formação. Educar na complexidade para habitar o futuro. (Piero Dominici, 1995 e seguintes)

Tenho o prazer de apresentar este volume, compartilhando com vocês algumas reflexões que derivam de caminhos de pesquisa desenvolvidos ao longo de mais de vinte anos. Ele é parte de duas publicações que merecem mais atenção e reflexão, mudanças de ponto de vista e abordagem. Ricas e heterogêneas “vozes” de quem estuda e pesquisa, em diferentes contextos histórico-culturais, tentando dar sua contribuição à pesquisa social científica, mas também, e sobretudo, a uma sociedade

inclusiva (realmente) aberta, onde os direitos e as oportunidades não estão, como sempre aconteceu no passado, à disposição de “poucos” e das elites. Muito obrigado. E só posso esperar que este grupo internacional de estudos e pesquisas seja fortalecida e ampliada cada vez mais.

Como venho dizendo há anos, há uma correlação íntima entre comunicação - definida por nós como o processo social de compartilhamento do conhecimento (1996) - e cidadania (não heterodireta e participativa do bem comum), entre comunicação e democracia (= complexidade); mas também entre democracia e visibilidade/publicidade/acessibilidade do poder. A cultura da democracia de um país e/ou de um determinado contexto histórico-cultural está, a meu ver, intimamente ligada à cultura da comunicação que caracteriza não só as instituições, mas também a própria sociedade civil, e molda as suas dinâmicas e processos que, em última análise, nada mais são do que processos de contínua negociação, conflito e mediação. Visto que a comunicação é um processo social complexo que implica, antes de mais nada, igualdade dos sujeitos envolvidos (conhecimentos, competências, meios, ferramentas, etc.) e reciprocidade, mas também a possibilidade de acesso, transparência, partilha, envolvimento, participação. Porém, não é inútil reiterar, para que ocorram (pelo menos) as condições dos princípios/valores acima enumerados - a sua tradução operacional é ainda mais complicada e complexa - é também, e sobretudo, necessário que o processo comunicativo (e a complexidade que caracteriza), relativa a sistemas adaptativos complexos - tanto ao nível da comunicação interpessoal e da comunicação organizacional e dos sistemas sociais (neste caso do Estado para os cidadãos à esfera pública) - encontra e envolve pessoas e cidadãos conscientes, com cabeças bem feitas (Montaigne) (à papel

estratégico da escola, da educação e da educação), consciente, informado e competente (não apenas do ponto de vista "técnico") porque - pode parecer um slogan mas, pelo menos para o escritor, nunca foi - podem ser sujeitos mesmo em uma democracia, ainda mais em uma época tão marcada pela insegurança, precariedade e vulnerabilidade; uma era identificável dentro de um quadro geral de redução geral da esfera dos direitos, tanto local quanto globalmente.

Uma sociedade hipercomplexa e hiperconectada (1998-2019) em que, já há algum tempo, as regras de engajamento dos cidadãos deixaram de ser definidas/produzidas, como no passado, pelos chamados Legisladores: as regras de exercício da cidadania são definidas/produzidas e reproduzidas no seio das instituições de ensino e formação, outrora totalmente responsáveis, mas também protagonistas, pela criação de novas condições de emancipação e inclusão. E assim, mesmo na presença de novas assimetrias e desigualdades, pode-se ser um sujeito em uma democracia sem conhecer seus direitos/deveres; não conhecer as ferramentas e canais (e não ter acesso a eles); não ser suficientemente letrado, preparado e (de fato) competente para pressionar, dialogar e enfrentar qualquer tipo de autoridade, mas também para participar ativamente na construção de uma esfera pública autônoma, não mais a escrava da política (1998), capaz de pressionar na própria política e no “Soberano” (poder) e para afetar os processos de tomada de decisão relativos. Pode-se ser sujeito em democracia por hábito cultural (De La Boétie), mas também, e sobretudo, não tendo a capacidade e/ou não sendo garantida, mesmo na menor parte, aquela igualdade das condições de partida que é, de fato, um pré-requisito fundamental, mesmo que seja apenas para abordar essas questões.

Porque - neste ponto devemos ser claros, e não apenas no que se refere à nossa abordagem - não só comunicação é complexidade, mas também Democracia é complexidade (1995-2018) e um processo contínuo de comunicação; democracia significa/implica dialética aberta, é um sistema de sistemas em que, mais uma vez, o todo não coincide com a soma das partes envolvidas; é pluralidade de opiniões e pensamentos, de códigos e linguagens, de culturas e utopias/visões de sociedade; democracia é conflito, abertura, ordem e caos ao mesmo tempo etc. etc.

Os riscos de simplificação, de uma certa simplificação (populismo) sempre estiveram presentes e muito concretos; e, ao contrário, precisaríamos desesperadamente passar da linearidade para a complexidade, mesmo com referência ao que consideramos/acreditamos ser “soluções” (simples) possíveis para problemas que são complexos. E, obviamente, dizem respeito intimamente à comunicação (códigos, linguagens, modelos, culturas, etc.), às formas de relacionalidade, aos conflitos e às numerosas conexões, e à própria democracia, com a cultura da comunicação que historicamente a distingue. Infelizmente, ainda há pouca consciência de como é extremamente tênue a linha entre cidadania e sujeição; uma linha de fronteira que se torna ainda mais tênue na civilização hipertecnológica e hiperconectada, dentro da qual, não apenas ao nível das narrativas / contação de histórias, se difunde cada vez mais a ilusão de que, sem sequer levar em conta outras variáveis e causas contribuintes, são justamente as tecnologias digitais e de conexão (1996) que podem criar as condições para uma “verdadeira” democracia e (finalmente) uma participação ativa e não simulada, fortalecendo ainda o vínculo social e os mecanismos sociais de confiança e cooperação.

Definir e construir as condições sociais e culturais de um “novo contrato social” e dos novos meios de cidadania (global), ainda mais nos chamados sociedade do conhecimento, repensando profundamente a educação e a formação (dimensões complexas e estritamente interdependentes), repensando profundamente Escola e Universidade, recuperando as dimensões complexas da complexidade educacional (Dominici, 1998-2017) - empatia, pensamento crítico, uma visão fenômenos sistêmicos, educação em comunicação, bem como dimensões que removemos deliberadamente, como imaginário e criatividade - e, em comparação com o passado recente, ter coragem e autoridade para repensá-los “juntos” e não como duas entidades separadas (em jogo, entretanto, a velha, muito antiga questão do “treinamento de treinadores”); repensar profundamente os processos educativos, o espaço relacional e comunicativo que caracteriza as instituições de ensino e formação, não pensando apenas no curto prazo, mas definindo objetivos e resultados que só se podem manifestar no “longo prazo” (ponto sensível do problema) . Com a consciência de que as tecnologias e tecnologias digitais não irão reduzir as novas assimetrias e desigualdades que caracterizam a civilização hiperconectada e hipertecnológica. Um “novo contrato social” (1998-2005), por outro lado, só é concebível como resultado de um processo de transformação cultural capaz de desencadear uma mudança econômica, política e social.

Apresentação

COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: Vivências

A configuração e o fortalecimento dos grupos sociais, a qualidade da democracia e a produção incessante de informação e conhecimento na sociedade contemporânea suscitam novos olhares sobre a dinâmica social, sobretudo, sobre a participação cidadã, a configuração dos movimentos sociais, o ativismo e a atuação dos meios de comunicação. Dividida em dois volumes, esta obra reúne pesquisas que versam sobre a relação Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais, apresentando reflexões teóricas pertinentes a partir da literatura especializada e das análises de casos empíricos.

O Volume 1 - *Perspectivas contemporâneas da participação cidadã* concentra investigações sobre cidadania, formas de participação, formação de identidades e de repertórios estratégicos, modos de protesto dos atores sociais e reflexões sobre as perspectivas e desafios impostos para a participação cidadã, para a atuação dos movimentos sociais e para o ativismo digital a partir da pandemia do Covid-19.

O Volume 2 – *Vivências* congrega investigações sobre a ação dos movimentos sociais e de ativistas na internet, com o intuito de criar, organizar, disseminar e registrar suas ações em rede e investigar o uso dos meios de comunicação pelos movimentos sociais como incremento para a participação cidadã.

Os capítulos reunidos neste volume analisam de maneira dinâmica, abrangente e hodierna repertórios estratégicos do ativismo, movimentos sociais e vivências no campo da cidadania participativa nas mais diversas temáticas e instâncias sociais: ativismo em prol da habitação; movimentos de enfrentamento à mineração; uso das Tecnologias de Informação e Comunicação para potencializar práticas cidadãs e ativistas; movimentos de estudantes e de professores; movimentos de mulheres e movimentos negros, entre outros. Os textos são de pesquisadores e pesquisadoras de diversas universidades brasileiras e de universidades de Portugal, Colômbia, México e Equador e refletem a atualidade e a emergência de compreender a relação entre Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais e como se dá a prática ativista num cenário de constante transformação das democracias modernas.

Inaugurando este volume, as pesquisadoras Caroline Kraus Luvizotto e Ana Carolina Trindade apresentam uma contribuição sobre as trocas comunicacionais dos coletivos Morar em Lisboa e Habita, destacando a sua relação com o sistema midiático português e o potencial da comunicação digital para o ativismo desempenhado por eles. No texto intitulado *Comunicação e ativismo dos coletivos em prol da habitação na cidade de Lisboa*, as autoras evidenciam a importância dos movimentos sociais e coletivos em prol da habitação, partindo do paradigma empírico representado pelos dois coletivos em questão.

A pesquisadora Adriana Bravin assina o capítulo *Entre experiência e expectativa: a ação e o aprendizado coletivo nos movimentos de enfrentamento à mineração em Minas Gerais, Brasil*. O texto discute a formação de uma escola de ativismo socioambiental no enfrentamento à mineração, em Minas Gerais, a partir das formas de ação coletiva

identificadas nos movimentos SOS Serra da Piedade, Pelas Serras e Águas de Minas (MovSam) e Pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG).

As pesquisadoras Kárita Emanuelle Ribeiro Sena, Mariana Alarcon Datrino e Carla Negrin Fernandes de Paiva respondem pelo texto *Comunicação Pública e Cidadania: o papel da sociedade civil no contexto das tecnologias digitais*. Neste estudo, as autoras refletem sobre como a Comunicação Pública pode e deve ser efetivada a partir da sociedade civil, em uma discussão teórica conjugada à descrição empírica. Apresentam experiências ao redor do mundo, formas de articulação da sociedade civil, com foco em cidadania, participação e interesse público pautadas em tecnologias digitais em rede.

Usos e apropriações no Facebook da ASUGOV por sujeitos comunicantes surdos e cidadania comunicativa, estudo de autoria das pesquisadoras Sonia Maria Queiroz de Oliveira e Jiani Adriana Bonin interroga, sob olhares de uma nova dinâmica social, conectada e digital, como se dá possibilidade dos usos e apropriações do Facebook da Asugov GV – Associação dos Surdos de Governador Valadares/MG, para incremento da cidadania comunicativa.

A pesquisadora Fátima Martínez assina o capítulo *El Paro Nacional en Colombia 2019, la cobertura periodística del 21N desde la teoría del framing en la red social de Twitter*. A autora analisa a cobertura da Greve Nacional de 21N na Colômbia, a partir da teoria do enquadramento, tendo como objetos de estudo os jornais colombianos El Espectador e Cero Setenta. O texto apresenta a análise discursiva e de enquadramento temático da cobertura que essas mídias fizeram das marchas 21N na rede social Twitter.

O sexto capítulo, assinado pela pesquisadora Yadis Vanessa Vanegas-Toala, intitula-se *Mobilización transmedia #SOSPuebloShuar: Prácticas comunicacionales y repertorios estratégicos del activismo ecosocial* e explora as práticas de comunicação ativista que convergem na hashtag #SOSPuebloShuar, usada no Twitter, como parte das lutas dos povos indígenas diante dos conflitos socioambientais desencadeados pela indústria extrativa em seus territórios.

O sétimo capítulo reúne o pesquisador Fábio Alves Silveira e as pesquisadoras Kátia Viviane da Silva Vanzini, Priscila Santana Caldeira e Sheila Luana Sales Abrantes na autoria do texto *O uso das redes sociais pelo movimento dos professores da rede estadual de ensino do Paraná*. O estudo é a atualização de uma pesquisa sobre o uso das redes sociais pelo movimento dos professores paranaenses em 2015, no episódio da votação de uma mudança no sistema de Previdência do funcionalismo público desse Estado brasileiro. Os autores evidenciam o trabalho da APP-Sindicato, representante da categoria, na rede social Facebook.

O pesquisador André Luís Cardoso Tropiano e a pesquisadora Neiva Vieira da Cunha apresentam o texto *Narrativas de resistência da página #UERJResiste no Facebook em tempos de ódio às universidades públicas e à ciência no Brasil*. Os autores expõem o contexto em que surgiu o movimento em defesa da Uerj intitulado #UERJResiste, bem como sua caracterização como arena pública, e analisa as narrativas construídas por meio de uma etnografia da página #UERJResiste no Facebook.

Renata Svizzero Fakhoury assina o texto *Comunicação urbana e a inclusão de gênero: o uso dos espaços públicos nos movimentos sociais pelo direito das mulheres à cidade*. A partir de uma análise de gênero e

das comunicações urbanas que compõem sua estética, a autora oferece novos parâmetros para o desenvolvimento de um olhar que tornará possível a existência de outras maneiras de usar o espaço e preservar a tolerância, sendo este espaço inclusivo principalmente para as mulheres.

O capítulo *Black Lives Matter: da falta de ar à amplificação das vozes negras on-line e off-line. A necessidade de reconhecer o lugar de fala e colocar em prática o manual antirracista*, de autoria da pesquisadora Christiane Delmondes Versuti, relaciona os conceitos de movimentos sociais e movimentos sociais em rede às manifestações do movimento Black Lives Matter. A autora destaca ações que ocorreram no Brasil, em que algumas celebridades brancas cederam suas contas no Twitter e Instagram à celebridades e pensadores negros, como forma de reconhecer seu lugar de fala privilegiado e ampliar a voz de cidadãos negros.

De movimientos sociales a construcciones simbólicas: la búsqueda de enteógenos en Huautla De Jiménez, México, capítulo assinado pelo pesquisador Anastacio Gustavo Fernández Rodríguez, expõe um estudo sobre a participação dos povos indígenas do centro e do sul do México e busca refletir sobre os problemas socioculturais que Huautla de Jiménez tem enfrentado desde o movimento social da contracultura e o vínculo que adquiriu no uso de substâncias enteógenas como forma de comercializar experiências espirituais.

Fechando o segundo volume desta obra, apresentamos o texto intitulado *#OcupaES: Ninja ES e as narrativas independentes durante as ocupações escolares no Espírito Santo*, de autoria de Ana Paula Miranda Costa Bergami. A autora analisa a produção de narrativas biopolíticas do coletivo Ninja ES durante os dias de ocupação escolares no Espírito Santo em 2016, evento que ficou conhecido

como #OcupaES. Destaca as características da atividade midiativista no Espírito Santo, compreendendo sua dinâmica própria, que vai além do antagonismo com a imprensa local.

Este livro expõe diferentes experiências que congregam comunicação, cidadania e movimentos sociais, contribuindo para a compreensão da comunicação midiática no fortalecimento da democracia em um contexto de investigação marcado por limitações, contradições e desafios. Finalizada esta breve apresentação, convidamos as leitoras e os leitores a desbravarem este volume e, também, o Volume 1 – *Perspectivas contemporâneas da participação cidadã*, que complementa a obra coletiva **Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais**.

Caroline Kraus Luvizotto

Isabel Ferin Cunha

Comunicação e Ativismo dos Coletivos em Prol da Habitação na Cidade de Lisboa¹

Caroline Kraus Luvizotto
Ana Carolina Trindade

O desenvolvimento e a massificação do uso das plataformas de mídia social como Facebook e Twitter, por exemplo, e sua incorporação nos repertórios de comunicação dos movimentos sociais estimulam inúmeros estudos sobre ativismo digital, seus limites, potencialidades e sua relação com a participação cidadã. Concomitantemente, desenvolvem-se estudos que se dedicam a compreender os processos de formação e defesa da identidade coletiva e da solidariedade entre os sujeitos sociais, e nesse cenário, destacam-se a atuação e a articulação desses sujeitos em torno de coletivos ligados a movimentos sociais.

O presente estudo se dedica a esta dinâmica social contemporânea, os coletivos, partindo dos pressupostos teórico-metodológicos cunhados pelo campo de estudos dos movimentos sociais. Pela característica própria dos coletivos, baseada na localidade, na familiaridade e na

1. Este texto é fruto das pesquisas “Participação política e social na sociedade midiaticizada: análise da relação entre comunicação, cidadania e movimentos sociais em Portugal” e “Atuação dos movimentos sociais em Portugal e o uso dos meios de comunicação: possibilidades e desafios da regulação da comunicação”. Ambas pesquisas contaram com o fomento da Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

criação de laços, reconhecemos a importância do ativismo digital e da comunicação online para manter a sua capacidade organizacional, sem ignorar a fundamental importância para: a criação e o compartilhamento de formas expressivas de comunicação (Castells, 2013; Peruzzo, 2015; Scherer-Warren & Luchmann, 2015; Volpato et al., 2019); as trocas e construção de sentido acerca da identidade coletiva e a exploração de identidades multifacetadas (Machado, 2007; Svensson et al., 2015); e a constituição de um novo sentido de pertencimento por meio de hashtags do Twitter, grupos do Facebook e outras estratégias online de mobilização (Gerbaudo, 2014). A dinâmica interna e as trocas comunicativas diárias, possibilitadas pelas tecnologias digitais – por meio das quais os ativistas organizam sua agenda de mobilização, publicizam as suas demandas e divulgam suas ações –, fortalecem os vínculos identitários, criam pertencimento e nutrem as identidades coletivas dos sujeitos sociais envolvidos com o coletivo.

Neste texto, consideramos os coletivos como representantes dos movimentos sociais; uma célula, ou por analogia, um braço do movimento que alcança e mobiliza pessoas em diversos setores e instâncias sociais, independente de sua estrutura e dimensão política, econômica ou social, como é o caso, por exemplo, das comunidades nas periferias, das universidades, e de diversos grupos marginalizados ou então ignorados pela administração pública nos grandes centros urbanos, como é o caso dos coletivos que compõem o *corpus* da presente pesquisa, qual seja, os coletivos de cidadãos da cidade de Lisboa, Portugal, que lutam pelo direito a habitação.

Diante de uma crise habitacional envolvendo questões históricas e mercadológicas, cidadãos de Lisboa organizaram-se em torno

de dois coletivos para lutar pelo seu direito a habitação: o coletivo Morar em Lisboa e o coletivo Habita. A ação desses coletivos abrange uma combinação dinâmica de fenômenos online emergentes (uso de redes sociais digitais para organizar, publicizar e disseminar informações sobre as suas causas, ganhar a opinião pública e exercer pressão política, entre outros), e processos mais convencionais baseados no *modus operandi* dos movimentos sociais clássicos (manifestações de rua, ocupação de espaços públicos, assembleias, encontros e reuniões locais, entre outros).

Este capítulo tem como objetivo compreender as trocas comunicacionais dos coletivos Morar em Lisboa e Habita, destacando a sua relação com o sistema midiático português e o potencial da comunicação digital para o ativismo desempenhado por eles. Nosso percurso se inicia com a discussão acerca da relação entre comunicação digital e ativismo. Na sequência, discutiremos sobre a regulação da Comunicação Social em Portugal e as possibilidades de uso do sistema midiático português para práticas cidadãs, incluindo aqui, a atuação dos movimentos sociais e coletivos. Exibido este cenário, relatamos a questão da habitação em Lisboa e evidenciamos a importância dos movimentos sociais e coletivos em prol da habitação, direcionando, posteriormente, a nossa reflexão e nossas análises para os coletivos Morar em Lisboa e Habita.

Após apresentar os coletivos, adentramos no percurso metodológico da pesquisa, amparado pela Pesquisa Bibliográfica e pela realização de Entrevistas em Profundidade (Della Porta, 2014; Duarte, 2005), cuja análise demonstrou que comunicação digital impulsiona o ativismo desses coletivos em prol da habitação em Lisboa, concentrando a maioria das suas trocas comunicacionais.

Comunicação Digital e Ativismo

Os movimentos sociais, aqui compreendidos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e manifestar suas demandas” (Gohn, 2003, p. 13) articulam valores de cidadania e participação. Conforme afirma Gohn (2008), os movimentos sociais são matrizes geradoras de saberes, constituindo-se em portadores legítimos das demandas sociais. Segundo a autora, os movimentos sociais têm a “capacidade de transformar atores sociais em sujeitos sócio-políticos, coletivos, construtores de suas histórias” e possuem a habilidade de “realizar alianças, de se inserir em redes, de realizar parcerias, de articular-se com outros movimentos com princípios e valores similares, e outras ações expressas no agir político de um movimento” (Gohn, 2008, p. 38).

De acordo com Horn (2013, p. 19), os movimentos sociais e os coletivos que emergem deles são “formas de ação coletiva que surgem em resposta a situações de desigualdade, opressão e/ou demandas sociais, políticas, econômicas ou culturais não atendidas”. Os coletivos unem pessoas com um objetivo comum, muitas vezes no intuito de abordar as desigualdades estruturais ou provocar mudanças para defender os direitos dos indivíduos e das comunidades.

De acordo com Castells (2013), diversas causas sociais se popularizaram e muitos movimentos sociais alcançaram ressonância na sociedade devido a rápida difusão de informações, imagens e ideias promovidas pela internet. O engajamento político, praticado nas redes sociais, possibilitou que os próprios indivíduos criassem informações e as transmitissem nos ambientes digitais. Para o autor, “o papel da

internet e da comunicação sem fio nos atuais movimentos sociais é fundamental” (Castells, 2013, p. 166).

“As redes sociais são fundamentais para o fortalecimento dos mais diferentes movimentos sociais e contribuem para a união e o empoderamento dos sujeitos sociais” (Volpato et al.; 2019, p. 380). O ativismo digital é uma importante ação na luta por transformações sociais. Volpato et al. (2019, p. 380) defendem que as redes sociais digitais e a internet são “fortes aliadas dos movimentos, possibilitando uma forma de contra controle inovadora, que, na medida do possível, se apresenta como uma alternativa diante do controle exercido pelos oligopólios midiáticos, pelo governo e por outras instituições”.

Bennett e Segerberg (2013), enfatizam o papel da comunicação digital como princípio estruturador na ação personalizada dos ativistas. Para os autores, as tecnologias digitais tornaram-se agentes estruturadores que atuam na dinâmica de ação dos movimentos sociais, articulando causas, identidades coletivas e ações. Neste sentido, por afinidade, inferimos que nos coletivos – que possuem atuação localizada e fortemente baseada nas experiências dos sujeitos participantes –, a comunicação digital contribui para a construção simbólica de comunidade, ou seja, fortalece as identidades coletivas e gera o sentimento de pertencimento, possível a partir das ferramentas de interação, colaboração e compartilhamento das redes sociais digitais.

Em cenário mais amplo, considerando o contexto da participação cidadã, destacamos como potenciais da comunicação digital: seu uso como ferramentas e processos que pretendem promover mudanças sociais, culturais e políticas, muitas vezes impulsionadas por agendas de desenvolvimento global; seu uso ativista, incentivando a mobilização

social e a transformação político-social; e a configuração de mídias alternativas e comunitárias, que defendem mudanças sociais e políticas mais amplas ou servem como meio de resistência de diferentes grupos sociais.

Apesar de ressaltar a importância e o potencial da comunicação digital para a prática dos movimentos sociais e dos coletivos, este estudo não ignora as inúmeras limitações e desafios relacionados ao acesso às tecnologias digitais, como por exemplo o alto custo que essas tecnologias e o acesso à internet possuem em diversas partes do mundo, bem como, os problemas de infraestrutura e de conectividade. Além disso, a estrutura em rede da internet não a impede de refletir toda a tensão, os conflitos, a disputa de poder, as resistências e preconceitos, que são produzidos, reproduzidos e reforçados nas mais diversas instâncias sociais. Acreditamos que o ativismo digital não pode estar dissociado dos processos de mobilização popular baseados na ação tradicional dos movimentos sociais, caracterizada por atuação nas ruas, nas comunidades de base, na ocupação dos espaços públicos, nas manifestações e passeatas, por exemplo. Essa dissociação levaria o ativista a perder uma parte significativa do fenômeno da ação coletiva.

Regulação da Comunicação Social em Portugal

Portugal já avançou nas discussões sobre a qualidade da mídia e em sua regulação, fato observado no texto da regulação da Comunicação Social proposta na Constituição da República Portuguesa de 1976, após a queda do Regime Salazarista, e, desde então, surgiram diversos desafios para área. Primeiramente, criou-se o Conselho de Informação

para os órgãos da esfera estatal. Em seguida, com a Reforma da Constituição em 1989, estruturou-se a Alta Autoridade para a Comunicação Social – AACS. Diante da carência de recursos, organização e sob diversas contestações, a AACS encerrou suas atividades em 2004 e no ano seguinte deu origem a Entidade Reguladora para Comunicação Social – ERC (Costa e Silva, et al., 2011).

A ERC surgiu como um órgão ativo na sociedade portuguesa e faz parte de uma complexa estrutura de entidades reguladoras. Destacam-se, por exemplo, a Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM) que visa a regulação das comunicações eletrônicas e postais, possibilitando o acesso a rede, promoção de oferta de serviços, proteção de direitos e interesses dos cidadãos; a Autoridade da Concorrência (AdC), que promove o acompanhamento das regras da concorrência, e assegura o interesse dos cidadãos diante da prestação de informações transparentes sobre as práticas exercidas; e o Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), que objetiva a criação, implementação e avaliação de políticas públicas midiáticas (Sousa & Lameiras, 2013). Estas entidades cooperam para a regulação midiática no cenário português. Sediada em Lisboa, a ERC objetiva a discussão e criação de políticas públicas, a liberdade de expressão, a pluralidade, tal como a regulação de rádios, televisões, imprensa e outros meios de comunicação no país (ERC, 2017).

As principais atribuições da ERC, além do cumprimento das normas reguladoras das atividades de comunicação social, correspondem: ao livre exercício do direito à informação e à liberdade de imprensa; a inexistência da concentração de titularidade das entidades de comunicação social para que exista pluralidade e diversidade no país; a independência política e econômica das entidades que exerçam atividade

de comunicação social; e o direito de antena, de resposta e de réplica (ERC, 2005).

De acordo com o artigo 40º da Constituição Portuguesa (Constituição da República Portuguesa 1976, 2005), Portugal dispõe do direito de antena que permite o acesso aos serviços públicos de rádio e televisão por organizações sociais e sindicais. Com isso, possibilita-se, em tese, a participação da sociedade civil na mídia e concede-se mecanismos democráticos de regulação da comunicação:

Art. 40 - Os partidos políticos e as organizações sindicais, profissionais e representativas das atividades económicas, bem como outras organizações sociais de âmbito nacional, têm direito, de acordo com a sua relevância e representatividade e segundo critérios objectivos a definir por lei, a tempos de antena no serviço público de rádio e de televisão.

A queda do regime de Salazar, que perdurou de 1933 a 1974, ocasionou uma abertura política que possibilitou que os atores sociais da democracia representativa, como por exemplo os partidos políticos e os sindicatos, tivessem maior ressonância na sociedade portuguesa e também estimulou o surgimento de novos movimentos sociais, movimentos significativos de protesto e de ações reivindicativas no espaço público, que buscavam consolidar os princípios da democracia participativa e apresentavam objetivos “pós-materialistas e culturais, bem como de satisfação de necessidades básicas” (Fonseca, 2016). Enquadram-se neste último tipo os movimentos sociais urbanos relacionados ao problema da moradia e, conseqüentemente, os coletivos Morar em Lisboa e Habita.

Mesmo prevista na Constituição, a participação dos cidadãos via meios de comunicação não é efetiva. A configuração dos meios de

comunicação tradicionais não estimula o acesso dos cidadãos, dos grupos e movimentos sociais para apresentarem e divulgarem as suas demandas, sejam políticas, sociais ou de cunho identitário, apresentando-se como obstáculo para a comunicação de movimentos sociais e coletivos que questionam a ordem social vigente e suas consequentes injustiças e desigualdades. Segundo Volpato et al. (2019, pp. 353-354) “o esquema de concessões públicas que condiciona a maioria dos canais de rádio e televisão à lógica do mercado e a condição de monopólio das empresas que coordenam diferentes meios de comunicação” dificultam a aproximação dos ativistas com os meios de comunicação de massa. A utilização da internet pelos movimentos sociais e coletivos é vista como instrumento de luta, muito mais do que mera ferramenta de difusão de informação sobre a causa defendida, e que somada às tradicionais formas de mobilização dos movimentos sociais, complementa o ativismo. Para os pesquisadores portugueses Campos, Pereira e Simões (2016, p. 31) “o espaço virtual surge então como um *show case* que permite a explanação de discursos, projetos e causas, e a transferência de informação e conhecimento”.

Diante das possibilidades oferecidas pelo sistema midiático português para a mobilização social e a participação cidadã, analisaremos posteriormente o ativismo praticado pelos coletivos Morar em Lisboa e Habita. Antes de proceder à análise, discorreremos a seguir sobre a questão da habitação em Lisboa e a importância dos movimentos sociais e coletivos em prol da habitação.

A Questão da Habitação em Lisboa e a Importância dos Movimentos Sociais e Coletivos em Prol da Habitação

A história portuguesa recente é marcada por grande crise econômica e financeira que impactou diversos setores sociais, entre eles, o setor da habitação. Com grande impacto social, esta crise provocou a mobilização social e a configuração de inúmeros movimentos sociais e coletivos. Destacamos o movimento *Geração à Rasca*, de 2011, que teve como protagonistas os jovens e suas reivindicações contra as medidas de austeridade do governo que foram estimuladas pela crise econômica e financeira portuguesa. Em 2012, a mobilização da juventude ganhou força e deu origem ao movimento *Troika*, que provocou a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Central Europeu (BCE) e da Comissão Europeia (CE) frente o resgate financeiro do país.

Reflexos da crise econômica e financeira do início desta década são lançados até hoje sobre a sociedade portuguesa, com maior ou menor ressonância em algumas instâncias sociais. Os problemas relacionados à habitação em Lisboa, por exemplo, se intensificaram nos últimos anos e se tornaram evidentes nos meios de comunicação, que passaram a noticiar de forma massiva questões relacionadas ao tema no final de 2019 e início de 2020. Os três maiores jornais de circulação em Portugal – *lê-se Expresso*, *Público* e *Diário de Notícias* – publicavam regularmente conteúdos que abarcavam assuntos sobre a questão da habitação.

Com a finalidade de ilustrar o problema da habitação em Portugal, mencionamos duas matérias publicadas nos jornais de grande circulação do país. A primeira está inserida no jornal *Diário de Notícias* e divulga a opinião de Marcelo Rebelo de Souza, atual Presidente de Portugal,

sobre a nova lei do Direito Real de Habitação Duradoura. A matéria do dia 3 de janeiro de 2020 possui como título “Marcelo promulga contratos vitalícios na habitação, mas admite dúvidas” e revela uma opinião duvidosa sobre o sucesso dessa lei (Lusa, 2020). A segunda, foi publicada no jornal de circulação nacional Público, no dia 29 de janeiro de 2020, com o título “Ministro da Habitação: Crime de lesa-pátria são os preços do imobiliário em Lisboa e Porto” (Lusa, 2020). O texto relata a prática de preços abusivos em habitações lisboetas localizadas na região central e isso prejudica os cidadãos que ali nasceram e cresceram. Notícias desse tipo circularam nos meios de comunicação e mobilizaram debates em vários setores da sociedade, afinal, a habitação corresponde a uma necessidade básica dos cidadãos.

Para Seixas et al. (2019), a evolução da pressão urbanística e imobiliária ocasionou um desequilíbrio econômico e social na cidade de Lisboa. Tal efeito foi ocasionado pelos desdobramentos de anos anteriores como a crise econômica global de 2008, e a já mencionada crise portuguesa de 2011 e 2012, somadas: ao aumento no índice de valorização das rendas residenciais; a contabilização de 20 milhões de hóspedes turistas em Lisboa, em 2017; e a conquista do prêmio de Melhor Destino Mundial para City Breaks concedido à cidade de Lisboa em 2018.

Portugal passou por duas fases de destaque relacionadas a política que influenciaram diretamente o campo urbano e imobiliário: a primeira aconteceu em 2010 com as políticas de austeridade adotadas pelo Estado, e a segunda no ano de 2015, com as novas eleições que marcaram o que foi chamado de o “fim da austeridade”. A primeira foi demarcada por um período de recessão e “trouxe consigo uma falta generalizada de autonomia política para o país” (Seixas et al., 2019, p. 225). A segunda

fase demonstra que esteve empenhada em minimizar as consequências da primeira, especialmente, por promover a regeneração urbana e imobiliária.

Seixas et al. (2019), explicam que inúmeras contradições e tensionamentos no campo da habitação se tornaram evidentes nos últimos anos, “decorrentes quer da ampla crise económico-financeira e também política, quer dos novos dilemas provocados pelas propostas de recuperação económica” (Seixas et al., 2019, p. 233). Frente a relativa atonia das respostas do governo para as questões envolvendo os problemas da habitação, instaurou-se “um terreno fértil para o posicionamento de uma nova geração de movimentos sociais e urbanos, de base local, mas muito interligados em redes digitais e com crescentes interligações globais” (Seixas et al., 2019, p. 233).

Os estudos realizados pelos autores sugerem que o fortalecimento da mobilização promovida pelos movimentos sociais e coletivos em prol da habitação e a ampliação das práticas ativistas nas redes sociais digitais, podem contribuir para uma solução plausível para a situação urbanística e imobiliária vivenciada em Lisboa. Para os autores, o ativismo praticado por esses grupos torna possível o diálogo com as autoridades políticas; promove a proximidade com a sociedade civil, a partir da utilização da comunicação digital; e exerce pressão e influência na criação de novas políticas públicas de habitação para a sociedade portuguesa.

Entre os vários coletivos atuantes em Lisboa, dois se destacam pela persistência e abrangência das ações: o coletivo Morar em Lisboa e o coletivo Habita.

Coletivos em Prol da Habitação: Morar em Lisboa e Habita

O Morar em Lisboa surgiu entre os anos de 2016 e 2017 e foi criado a partir da união de cidadãos interessados na situação habitacional da cidade. Afirmam que o coletivo conta com investigadores, profissionais, professores e mais de quatro mil cidadãos e tem como objetivo “construir políticas e práticas a favor de uma Lisboa e de um país para todas as pessoas” a partir da fundamental participação de todos (Morar em Lisboa, 2018, p. 1).

O site oficial (<http://moraremlisboa.org>) reúne, logo na página inicial, os artigos escritos pelos próprios integrantes do coletivo. A seguir, destacam-se alguns dos títulos mais relevantes apresentados nessa primeira página: Construir mais casas é a solução para a crise; Eleições 2019 – Encontrámo-nos com os Partidos Políticos; Reunião com o Ministro das Infraestruturas e Habitação; Congratulámo-nos com a aprovação da Lei de Bases da Habitação; Participámos no Debate – Agora: o que dizem os Movimentos Sociais?; Em 2017, reunimos com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Renovação do Martim Moniz – os cidadãos querem saber; Parecer sobre o Regulamento de Alojamento Local de Lisboa; Mitos e realidades sobre o controle de Rendas - Myths and Realities; Alojamento local em debate - O regulamento local.

O site também possui links que dão acesso para Atividades, Contacto, Menu e a Versão do site na língua inglesa. Ao clicar em Atividades, replica-se o conteúdo da primeira página. Em Contato, aparece apenas um e-mail do movimento para o qual é possível enviar uma mensagem. No Menu são verificadas sete opções: Signatários (organizações, profissionais e investigadores inseridos na lista da Carta Aberta); Filmes

(opções de filmes relacionados à temática); Testemunhos (relatos de cidadãos); Publicações (textos relacionados à temática do movimento social escrito por integrantes); Propostas (informações sobre o que acontece na cidade de Lisboa relacionada a atuação do movimento); Notícias (relacionadas à temática em contextos gerais); Nós na Imprensa (momentos em que o movimento social aparece na imprensa).

Atualmente, o coletivo está inserido em duas redes sociais digitais²: o Facebook Morar em Lisboa (s.d.) atualizado diariamente, com 10.083 curtidas e 10.404 seguidores, e o Twitter @MorarEmLisboa com 183 seguidores, atualizado pela última vez em fevereiro de 2020. Para exemplificar, o conteúdo verificado nessas redes aborda a inserção de estrangeiros na área de compra e venda de habitação em Portugal e denúncias de exploração de valores praticadas pelas grandes agências de aluguel online. A partir do mês de março, o Facebook passou a divulgar assuntos relacionados ao impacto da pandemia de Covid-19 no setor da habitação, como por exemplo, notícias sobre suspensão de despejos, de pagamentos de crédito à habitação, e de rendas, anúncio feito por Fernando Medina, atual presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

O coletivo Habita existe há dez anos. O direito à moradia digna, a resistência aos despejos praticados pelos grandes grupos econômicos, bem como o impedimento de privatizações de áreas públicas fazem parte dos princípios do Habita. Seu slogan é “nem gente sem casa, nem casas sem gente” (Habita, s.d.- b, p. 1). Seu objetivo se resume em defender os cidadãos nas mais diversas situações relacionadas à moradia, pois

2. Informações coletadas em 30 de agosto de 2020.

o movimento reivindica os direitos dos cidadãos e trabalha em prol de políticas públicas efetivas.

Seu site oficial (<https://habita.info/>) disponibiliza a informação para interessados participarem dos encontros, assembleias e reuniões que acontecem duas vezes por mês aos sábados. É possível realizar a doação de doze euros por ano e, assim, tornar-se membro do coletivo. A outra opção é contribuir de forma livre para o Fundo de Resistência. Todos os debates do Habita são divulgados no site oficial na aba Acção!, salientando a transparência e o empenho do coletivo em demonstrar para a sociedade tudo o que é executado pelos integrantes.

A aba seguinte, nomeada de Informa-te está dividida em quatro partes: Artigos & Comunicados (expõem materiais escritos pelos próprio integrantes e relatam as principais notícias sobre a questão da habitação em Portugal); Legislação (divulgam as leis e programas de apoio à habitação); Estudos (publicam estudos científicos relacionados a temática); e Ligações úteis (apresentam as ligações nacionais e internacionais do Habita). O site disponibiliza os contatos para que os cidadãos tenham a possibilidade de entrevistar ou de coletar informações mais aprofundadas.

O Habita está inserido em mais redes sociais³ que o Morar em Lisboa. O Facebook, Habita (s.d.- a), atualizado diariamente, contabiliza 9.484 curtidas e 9.873 seguidores. O Twitter @ColectivoHabita tem 421 seguidores. A inscrição no Youtube ocorreu em 2012 e possui 27.300 visualizações, mas as últimas postagens datam de um ano atrás. O Instagram @habita.colectivo possui 1.477 seguidores e o Blog

3. Informações coletadas em 30 de agosto de 2020.

<http://habitacolectivo.blogspot.com> tem 291.748 visualizações e, assim como o Instagram e o Twitter, é atualizado constantemente. As redes sociais digitais contemplam notícias majoritariamente sobre a luta por habitação digna para todos os cidadãos, e após o decreto do Estado de Emergência devido a pandemia de Covid-19, em 18 de março de 2020, as páginas passaram a alertar, ainda mais, sobre o problema da população sem teto. O coletivo também intensificou postagens sobre o problema da violência doméstica durante o período de confinamento, disponibilizando informações sobre redes de apoio para quem necessita de auxílio.

Esta é uma breve caracterização da atuação dos coletivos em seus sites e nas redes sociais digitais e não elucida os conteúdos das postagens e o perfil do ativismo digital praticado por eles. Nossa intenção não é analisar esses conteúdos ou a sua persistência, mas sim, compreender as trocas comunicacionais dos coletivos Morar em Lisboa e Habita, compreender a sua relação com o sistema midiático português e estimar o potencial da comunicação digital para o ativismo desempenhado por eles. A próxima seção se detém a apresentar os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

Percorso Metodológico

Para a realização das entrevistas em profundidade, Duarte (2005) indica que os estudos qualitativos necessitam de poucas fontes, porém de qualidade. Della Porta (2014, p. 229) explica que entrevistas em profundidade em pesquisas sobre movimentos sociais “são geralmente utilizadas para obter informação de aspectos específicos do movimento:

desde estratégias de mobilização até sua dinâmica interna”. Uma vez que pretendemos compreender as trocas comunicacionais e como os coletivos se relacionam com o sistema midiático português, esta é a técnica indicada.

Antes de aplicar a entrevista com o Habita, participamos de uma Assembleia do coletivo. A Assembleia contou com dezesseis cidadãos e mais quatro ativistas do coletivo. Logo no início, os ativistas iniciaram a sessão explicando o que é o Habita e qual seria a dinâmica adotada para a Assembleia. Os cidadãos se apresentaram e deram um breve depoimento sobre o problema que lhe trouxe para aquele encontro. Após esse momento, aconteceu a discussão dos problemas com o apoio de um moderador, que foi escolhido no momento, para controlar os diálogos coletivos. Essa experiência foi fundamental para compreender a dinâmica do coletivo e selecionar os ativistas que iriam participar da entrevista, denominados aqui de Ativista 1 e Ativista 2. O encontro aconteceu em janeiro de 2020, no Sirigaita, um local onde o Habita costumava se reunir às terças-feiras, antes da pandemia de Covid-19.

Antes de aplicar a entrevista com ativistas do Morar em Lisboa, participamos do debate “É possível baixar os preços da habitação? Controle de preços e regulação do mercado”. Esse evento foi aberto a sociedade e reuniu professores universitários, autoridades locais e demais interessados sobre o tema da habitação. Contou com a participação de Demétrio Alves, doutor em Planejamento e Ordenamento do Território; Helena Amaro, doutoranda em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto e pelo Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora; Helena Roseta, ex-Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa; e Susana Peralta

doutora em Economia. O debate ocorreu no Auditório do Liceu Camões, em janeiro de 2020. A participação neste evento foi fundamental para compreender a dinâmica do coletivo e selecionar o ativista que iria participar da entrevista, denominado aqui de Ativista 3.

As entrevistas em profundidade realizadas com o Morar em Lisboa e o Habita foram baseadas na metodologia proposta por Duarte (2005), com a utilização de um roteiro de questões semiabertas junto com um gravador de áudio, o que possibilitou a transcrição posterior das respostas. A próxima seção apresenta parte das questões realizadas nas entrevistas em profundidade, especificamente as questões relacionadas com os processos comunicacionais, com a relação dos coletivos com o sistema midiático português e com o ativismo praticado por eles nas redes sociais digitais. Sistemáticamente, cada parágrafo da próxima seção corresponde a uma questão seguida das respostas dos ativistas. Ambas entrevistas foram realizadas presencialmente no mês de janeiro de 2020 na cidade de Lisboa.

Resultado das Entrevistas em Profundidade

A primeira questão aborda o percurso histórico português, a partir do fim da Ditadura Salazarista (1933-1974), especificamente no que concerne aos direitos sociais e a promulgação da Constituição em 1976. A ideia foi entender como a sociedade portuguesa compreende o processo de Regulação de modo geral. Os ativistas do Habita abordam diretamente a questão da Regulação em relação à habitação, pois é um assunto de destaque no país e tema do coletivo que participam. O Ativista 1 afirma que a legislação contempla os interesses dos grandes grupos econômicos

ou de quem possui mais poder e, por fim, os inquilinos acabam sendo prejudicados. O Ativista 2 vai ao encontro dessa afirmação e comenta que a lei não contempla os cidadãos comuns, que necessitam alugar um imóvel para viver, pois não possuem meios de adquirir imóvel próprio. O Ativista 3 apresenta uma perspectiva diferente, mais ampla, ao abordar a questão histórica voltada para um passado ditatorial recente no país. Acredita que a regulação, de modo geral, seja bem vista em Portugal. Entretanto, nomeia como *autorregulação*, uma tendência da sociedade portuguesa resultante do grande controle da censura, decorrente de regimes autoritários e fascistas, experienciado nos governos de António de Oliveira Salazar e de Marcello Caetano. Assim, segundo ele, “a população compreende a regulação, de modo geral, de uma forma pacífica”.

A segunda questão trata especificamente da Regulação da Comunicação prevista na Constituição da República Portuguesa. O objetivo foi entender se os ativistas tinham conhecimento sobre instituições que regulam a comunicação em Portugal e a possibilidade de acesso aos meios de comunicação com vistas a participação cidadã, conforme previsto na Constituição de 1976. O Ativista 2 não apresenta conhecimento das entidades reguladoras da comunicação no país, e afirma que o coletivo tem bom relacionamento com os meios de comunicação, que sempre colaboram transmitindo informações do coletivo de maneira transparente para a sociedade. O Ativista 1 declara a inserção recente de noticiários locais sobre as demandas da habitação, e ressalta que no passado, apenas os meios de comunicação internacionais abordavam essa temática em Portugal. O Ativista 3 afirma ter conhecimento sobre a ERC, aponta o fato de a entidade receber as queixas dos espectadores sobre os meios de comunicação, que frequentemente divulgaram

alguma notícia contestável, e reconhece a sua atuação em prol da qualidade midiática. Afirmar que a Entidade também regula todo o fluxo de comunicação existente em Portugal.

A questão número três discorre sobre o objetivo principal da ERC, o qual visa a regulação e a supervisão de todas as entidades que exerçam atividades de comunicação social em Portugal. Perguntamos sobre a importância da Regulação da Comunicação Social para os cidadãos e para os movimentos sociais. Durante a entrevista com os ativistas do Habita, verificamos a necessidade de citar novamente o objetivo principal da ERC, pelo fato de perceber que os entrevistados não possuíam um conhecimento aprofundado sobre o tema, pois isso não era um requisito para a seleção dos participantes. Os ativistas do Habita dizem que não possuem queixas à ERC, uma vez que o coletivo não sofreu com nenhum tipo de reclamação e afirmam ter colaborações importantes que ajudam o movimento com a luta em prol da habitação digna para os cidadãos. Também afirmam que os grandes meios de comunicação privilegiam certos discursos majoritários, pelo fato de estarem ligados ao poder e defenderem interesses específicos. Criticam que “existe uma implementação da extrema direita muito forte nos mecanismos de segurança pública” de Portugal e que isso não é contestado pela grande mídia. O ativista do Morar em Lisboa concorda com a importância da regulação da comunicação, mas enfatiza a questão das redes sociais digitais, as quais não são responsabilidade das entidades reguladoras portuguesas. O Facebook, por exemplo, possui uma regulação própria e o Ativista 3 comenta sobre um caso de censura sofrida nessa plataforma ao divulgar um evento do próprio coletivo, e comenta sobre a dificuldade de alcance relacionada às novas métricas das postagens

para o público que curte a página oficial do Morar em Lisboa na rede social. Questões como essas são interessantes para a esta pesquisa, ao salientar que os ativistas portugueses se incomodam com a dificuldade de disseminação de informações e com o crescente controle dos conteúdos nas redes sociais digitais. Em complemento, o Ativista 3 acredita que a regulação é vista positivamente pela sociedade portuguesa devido ao passado recente de um governo autoritário no país. Segundo ele, a democracia é jovem e está diretamente ligada ao comportamento social português. Admite que a população não é participativa e isso resulta na pouca quantidade de movimentos sociais vigentes no país. O modelo ultraconservador do governo Salazar oprimiu e afastou a sociedade da ideia de participação social e de cidadania participativa. Assim, tornou-se normal ser passivo em relação às lutas devido a cultura portuguesa estabelecer uma autorregulação social: “um bom cidadão é um cidadão paciente, passivo, que acata e não questiona. Portanto, não participa”.

A quarta questão aborda as trocas comunicacionais e o ativismo praticado pelos coletivos, indagando sobre as ferramentas que possuem para participar e se fazer presente a partir dos meios de comunicação em Portugal. O Ativista 2, do Habita, diz que utiliza as redes sociais digitais Facebook, Instagram e Twitter para se comunicar com a sociedade. Também está em constante contato com jornalistas, na tentativa de divulgar as informações sobre a causa e tentar estar presente no cotidiano dos cidadãos. O fato de terem uma relação estreita com alguns profissionais de comunicação facilita o diálogo e a disseminação de informações. O Ativista 3, do Morar em Lisboa, comenta que utiliza de maneira massiva a rede social Facebook, pois não possuem Instagram e não conseguem atualizar com frequência o Twitter. Afirma que

compartilham no Facebook, pelo menos, dois conteúdos por dia e que procuram divulgar informações que estimulem o pensamento crítico dos leitores, pois é comum a interação dos seguidores nas postagens. O uso de debate, rádio, televisão e jornais também são ferramentas utilizadas pelo coletivo para participação e presença na sociedade civil. Acredita que é imprescindível o uso da comunicação tradicional para o sucesso dos movimentos sociais e para a agenda política do país: “Não é que o sistema político tenha uma agenda influenciada por questões midiáticas, mas nós percebemos que quando temos impacto midiático, a agenda política muda. Isso é muito claro”. Reconhece, também, que o Morar em Lisboa já possui legitimidade na imprensa portuguesa.

A questão cinco abrange perspectivas acerca da comunicação digital e seu potencial para o ativismo. O Ativista 2 (Habita) afirma que o ativismo do coletivo é exercido em grande parte com base na comunicação digital. O fato de o coletivo estar inserido em diversas redes sociais é apresentado como fundamental para o ativismo, pois acredita na importância da disseminação da informação digital, quando não é possível alcançar a grande mídia. Ele também relata a importância do uso do WhatsApp e do Signal como ferramentas de apoio para o coletivo. O Ativista 1 vai ao encontro da resposta do colega ao afirmar que o importante é estar presente onde a maioria das pessoas também está, e destaca o Facebook como a principal rede social digital utilizada em Portugal e, também, pelo coletivo. O Ativista 3 já tinha demonstrado uma valorização do Facebook em relação às demandas dos movimentos sociais e coletivos a partir de questionamentos anteriores, e reafirma que o coletivo atua fortemente no Facebook. Nessa questão, ele complementa que, além das redes sociais digitais, as petições, programas televisivos e outras

ações em meios de comunicação são importantes para a conservação do movimento e para a divulgação da causa.

A sexta questão investiga os problemas enfrentados pelo ativismo em Portugal. Os ativistas do Habita acabam citando as dificuldades enfrentadas ao tentar diminuir casos de demolição de bairros auto-construídos, o crescente bullying imobiliário sobre arrendatários e as ameaças sofridas em alguns bairros onde o problema habitacional é mais crítico. O Ativista 3 destaca como problema do ativismo a falta de mobilização social, que acredita ser ocasionada por causa dos portugueses terem vivenciado mais de meio século de ditadura e, portanto, “todas as lógicas de participação, questionamento social, de movimento social, foram cortadas durante todo o século XX”. Outras questões apontadas se referem ao financiamento precário e a ausência da transferência de conhecimento entre os integrantes do coletivo.

Ao fim do roteiro da Entrevista em Profundidade, que contemplou 10 questões, respondidas durante quase duas horas, abrimos aos ativistas a possibilidade de complementar alguma informação que julgassem relevante. Os ativistas do Habita não quiseram acrescentar nenhuma outra informação. O Ativista 3 retomou o caso da censura sofrida pelo Facebook e reiterou o esforço em divulgar as informações através dessa rede social. Salientou a importância dos jornalistas na divulgação do problema habitacional que se tornou evidente no país há três anos. Comentou também o fato de que apenas uma ou duas pessoas inseridas no mesmo coletivo aparecerem nos meios de comunicação, e diz que isso é prejudicial para a imagem dos coletivos e movimentos sociais.

Uma Análise, à Guisa de Considerações Finais

A aplicação das Entrevistas em Profundidade no contexto português foi importante para esta pesquisa, uma vez que nosso objetivo “está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas, do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas” (Duarte, 2005, p. 63). Não existem conclusões definitivas nesse estudo, e sim a percepção a partir das opiniões dos ativistas entrevistados, com o objetivo de compreender as trocas comunicacionais dos coletivos Morar em Lisboa e Habita, sua relação com o sistema midiático português e, a partir do ativismo exercido nas redes sociais digitais, estimulando o potencial da comunicação digital para a mobilização social desempenhada por esses coletivos. Diante das respostas dadas pelos entrevistados, podemos inferir que a regulação da comunicação não aparenta ser discutida entre os integrantes dos coletivos, bem como não parece ser um assunto relevante e que interfira em suas ações. A falta de conhecimento sobre a Entidade Reguladora para a Comunicação Social em Portugal ficou evidente durante a primeira entrevista, com os dois ativistas do Habita que, em contrapartida, alegam que as instituições funcionam bem no país. Em relação ao Ativista 3, é notório que ele apresenta um conhecimento sobre a temática e dispõe de informações sobre o funcionamento da ERC. Refutando as referências bibliográficas utilizadas neste estudo, a relação dos dois coletivos com meios de comunicação tradicionais parece ser tranquila. A partir de suas falas, inferimos que o acesso a jornais e canais de televisão é possibilitado por meio de profissionais aos quais os coletivos têm acesso e que atuam nesses meios.

Os ativistas dos dois coletivos afirmaram que utilizam ativamente os meios de comunicação, especialmente, a internet. A referência sobre a utilização da rede social Facebook é encontrada nas duas entrevistas e isso demonstra o alcance positivo dessa ferramenta para o ativismo na sociedade portuguesa contemporânea. Enfatiza-se, também, a importância do impacto midiático para a causa defendida pelos coletivos e para os movimentos sociais em geral. Ambos ativistas ressaltaram a importância dos meios de comunicação e da mídia para a divulgação da causa que defendem. Esses resultados sugerem que a comunicação digital impulsiona o ativismo desses coletivos em prol da habitação em Lisboa, concentrando a maioria das suas trocas comunicacionais.

Apesar das limitações impostas pelo meio, mencionadas anteriormente, a internet se apresenta como um espaço importante para o ativismo. O ativismo digital possível a partir das Tecnologias de Comunicação e Informação atuais, amplia a visibilidade das causas. Por meio de blogs, atualizações no Facebook, Instagram e Twitter, comunicação por telefone celular via aplicativos de comunicação instantânea e o uso do YouTube, por exemplo, os movimentos sociais e os coletivos que emergem deles articulam sociedade civil, setor privado e governo.

Esta discussão aponta para o papel fundamental da comunicação digital em fornecer não apenas a organização e estrutura na qual protestos e mobilizações são impulsionados, mas também na composição das ecologias comunicativas onde formas significativas de comunicação são compartilhadas, atuando no fortalecimento das identidades coletivas dos sujeitos sociais envolvidos com o ativismo.

Referências

- Bennett, W. L. & Segerberg, A. (2013). *The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics*. Cambridge University Press.
- Campos, R., Pereira, I., & Simões, J. A. (2016). Ativismo digital em Portugal: Um estudo exploratório. *Sociologia, problemas e práticas*, (82), 27-47. doi: [10.7458/SPP2016826977](https://doi.org/10.7458/SPP2016826977)
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- Constituição da República Portuguesa 1976*. Artigo 40º: Direitos de antena, de resposta e de réplica política. VII Revisão Constitucional [2005]. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Costa e Silva, E., Fidalgo, J., & Sousa, H. (2011). Regular para a liberdade: o caso português. *Derecho a Comunicar*, (1), 80-97. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29960/1/JF_ECS_HS_regulacao_liberdade.pdf
- Della Porta, D. (2014). In-Depth Interviews. In D. Della Porta (Ed.), *Methodological practices in social movement research* (pp. 228-261). Oxford University Press. doi: [10.1093/acprof:oso/9780198719571.001.0001](https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198719571.001.0001)
- Duarte, J. (2005). Entrevista em profundidade. In A. Barros & J. Duarte, (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. Atlas.

- Entidade Reguladora para a Comunicação social (2005). *Estatutos da ERC*. Lisboa. Consultado em Julho 16, 2020 em <http://www.erc.pt/pt/estatuto>
- Entidade Reguladora para a Comunicação social (2017). *Relatório de Regulação 2017*. Lisboa. Consultado em Julho 29, 2020 em <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-de-regulacao/relatorio-de-regulacao-2017>
- Entidade Reguladora para a Comunicação social (2020). *Sobre a ERC*. 15 jul 2020. Site oficial. Lisboa. Consultado em Julho 16, 2020 em <http://www.erc.pt/pt/sobre-a-erc>
- Fonseca, D. (2016). *Movimentos sociais e sindicalismo em tempos de crise. O caso português: alianças ou tensões latentes?* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]. Estudo Geral Repositório Científico da UC. <https://eg.uc.pt/handle/10316/31954>
- Gerbaudo, P. (2014). The persistence of collectivity in digital protest. *Information, Communication & Society*, 17(2), 264–268. doi: [10.1080/1369118X.2013.868504](https://doi.org/10.1080/1369118X.2013.868504)
- Gohn, M. da G. (2003). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Vozes.
- Gohn, M. da G. (2008). *O protagonismo da sociedade civil – movimentos sociais, ONGs e redes solidárias* (2a ed.). Cortez.

Habita. (s.d.- a). *Página Inicial* [Página do Facebook]. Facebook. Recuperado em 30 de agosto de 2020 de <https://www.facebook.com/habita.colectivo/>

Habita. (s.d.- b). *Sobre o Habita*. 09 jul. 2020. Facebook. Recuperado em Julho 09, 2020 de https://www.facebook.com/pg/habita.colectivo/about/?ref=page_internal

Horn, J. (2013). *Gender and social movements: Overview report*. Institute of Development Studies.

Lusa. (2020). Marcelo promulga contratos vitalícios na habitação, mas admite dúvidas. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/poder/marcelo-promulga-contratos-vitalicios-na-habitacao-mas-admite-duvidas-11669893.html>

Lusa. (2020). Ministro da Habitação: Crime de lesa-pátria são os preços do imobiliário em Lisboa e Porto. *Público*. <https://www.publico.pt/2020/01/29/economia/noticia/ministro-habitacao-crime-lesapatria-sao-precos-imobiliario-lisboa-porto-1902182>

Machado, J. A. S. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, 9(18), 248-285. <https://www.seer.ufgrs.br/sociologias/article/view/5657>

Morar em Lisboa (2018, setembro 12). *Carta Aberta*. [Post]. Facebook. https://www.facebook.com/pg/moraremlisboa.cartaaberta/about/?ref=page_internal

Morar em Lisboa. (s.d.). *Página Inicial* [Página do Facebook]. Facebook. Recuperado em 30 de agosto de 2020 de <https://www.facebook.com/moraremlisboa.cartaaberta/>

Peruzzo, C. M. K. (2015). Representações dos movimentos populares na mídia e como eles se representam: visibilidade pública e perspectivas cívicas. *Conexão – Comunicação e Cultura*, 14(28), 31-49. <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/3874>

Scherer-Warren, I., & Luchmann, L. H. (2015). Um panorama dos estudos sobre os movimentos sociais e a participação no Brasil. Em I. Scherer-Warren & L. H. Luchmann (Orgs), *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*. Ed. da UFSC.

Seixas, J., Tulumello, S., & Allegretti, G. (2019). Lisboa em transição profunda e desequilibrada. Habitação, imobiliário e política urbana no sul da Europa e na era digital. *Cadernos Metrópole*, 21(44). doi: [10.1590/2236-9996.2019-4410](https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4410)

Sousa, H., & Lameiras, M. (2013). Portugal. In H. Sousa, W. Trützschler, J. Fidalgo, & M. Lameiras (Orgs.), *Media Regulators in Europe: A Cross-Country Comparative Analysis* (pp. 137-146). CECS, University of Minho.

Svensson, J., Neumayer, C., Banfield, A., & Schossböck, M. J. (2015). Identity negotiation in activist participation. *Communication, Culture & Critique*, 8(1), 144–162. doi: [10.1111/cccr.12073](https://doi.org/10.1111/cccr.12073)

Varela, R., Paço, A. S. do, & Alcântara, J. (2014). A revolução dos cravos: revolução e democracia, um debate. *Outros Tempos*, 11(17), 212-229. doi: [10.18817/ot.v11i17.336](https://doi.org/10.18817/ot.v11i17.336)

Volpato, A. N., Luvizotto, C. K., & Versuti, C. D. (2019). Visibilidade Como Estratégia, Estratégias de Visibilidade: Movimentos sociais contemporâneos na internet. *Revista ECO-Pós*, 22(1), 352-383. doi: [10.29146/eco-pos.v22i1.15992a](https://doi.org/10.29146/eco-pos.v22i1.15992a)

Entre Experiência e Expectativa: a Ação e o Aprendizado Coletivo nos Movimentos de Enfrentamento à Mineração em Minas Gerais, Brasil

Adriana Bravin

O Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG) (<https://aguasdogandarela.org.br/>) é uma organização formada a partir de redes de movimentos sociais, associações de moradores, estudantes, pesquisadores, movimento sindical, cidadãos e cidadãs, que inicia sua mobilização contra a implantação do Projeto Apolo, de extração de minério de ferro, da Vale, na Serra do Gandarela, a partir de 2004. A previsão inicial era de extrair 24 milhões de toneladas de minério ao ano, durante um período inicial de 17 anos, a partir de 2011/2012. O projeto era considerado como uma “segunda Carajás”¹, e estava prestes a ser implantado a pouco mais de 50 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte.

A Gandarela era pouco conhecida pelos mineiros, sendo mais frequentada por moradores de seus arredores, e eventuais turistas em busca da abundância de cachoeiras e trilhas, além de pesquisadores que

1. A maior mina de minério de ferro do mundo, localizada no sudeste do estado do Pará, região Norte do Brasil.

conheciam de perto suas singularidades ambientais. No seu entorno e muito próxima dela várias outras montanhas do complexo do Quadrilátero Ferrífero já haviam sido pulverizadas em milhões de toneladas de minério de ferro. Os cientistas conheciam sua importância, por isso, a região onde está localizada a Serra do Gandarela foi incluída no Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais, na categoria das áreas com importância biológica especial, sendo um ambiente único em Minas Gerais, com a vegetação de canga, que são os aquíferos superficiais que garantem a recarga de água nas cerca de 1,5 mil nascentes que brotam somente na Gandarela. Um aquífero, verdadeiro “coração das águas”, localizado no epicentro da exploração de minério de ferro no país.

Em 2008, Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF) lançaram o documento “Identificação de áreas prioritárias para implantação de Áreas Protegidas e Corredores Ecológicos do setor Sul da RMBH”, no qual a Serra do Gandarela é identificada como uma das áreas prioritárias à criação de uma unidade de conservação. Todas essas informações começaram a circular para o grande público a partir da ação coletiva e comunicativa do Movimento Gandarela.

Organizado horizontalmente e sem inscrição jurídica, somente em 2009 a rede do MPSG é formalizada e, como ação estratégica para impedir que a montanha se transforme em pó de minério, inicia a campanha pela criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela na mesma área pretendida pela mineradora para implantar seu projeto extrativista².

2. O Parna Gandarela será criado em 2014 mas, em função de interesses privados, a principal área de recarga hídrica do aquífero Gandarela fica fora dos limites do parque. Cf Bravin (2018).

Uma ação de salvaguarda de uma importante área de recarga hídrica para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde vivem 5 milhões de pessoas. Importantes bacias da Região Sudeste brasileira, a mais populosa do país, como as dos rios Doce, atingido em 2015 pelo desastre ambiental da Vale/BHP Billiton/Samarco, e São Francisco, também dependem dos mananciais que vertem da Gandarela.

Desde 2009, o MPSG vem conseguindo impedir o início da exploração minerária na Gandarela por meio de uma miríade de estratégias e repertórios de ação que envolvem vigilância (das ações e passos da mineradora), participação, comunicação, mobilização e redes de intercâmbio. Em sua ação coletiva, o movimento revelou os riscos e danos irreversíveis da atividade mineradora ao “coração das águas” do Gandarela, e informou sobre a associação da água ao minério, uma vez que, em função da formação geológica daquela montanha, a água e o minério estão intrinsecamente relacionados. Uma vez retirado o minério, a água vai embora junto. Sem minério, sem água. Essa compreensão é cara ao Movimento, que nela investiu de modo especial chegando a criar a campanha “Minério não se bebe”, além de slogans como “onde tem minério, tem água”.

Sua ação de antecipação aos riscos à segurança hídrica da população da capital mineira e de seu entorno, em função da vulnerabilidade do aquífero Gandarela, junto ao qual repousam as reservas minerais sob interesse da empresa Vale, advém de experiências concretas derivadas de outros impactos causados pela extração mineral no território. Nesse sentido, o MPSG age na tentativa de limitar tal atividade e de chamar os gestores públicos à responsabilidade em seu dever, de Estado, de proteger os cidadãos de tais ameaças. Essa noção antecipada do

dano ambiental (o sofrer), acionada pelo MPSG em função de uma memória de danos semelhantes em outras áreas de Minas Gerais e do país instaura um agir com urgência. E esse agir agora se fez mais que necessário, visto as duas tragédias causadas pela mineração de ferro no país, em 2015 e 2019.

Essa ação antecipadora como traço da identidade coletiva do MPSG presentificou uma “ameaça” – o completo da Mina Apolo, da Vale, anunciado desde o início dos anos 2000 – e expôs danos irreversíveis e riscos para milhões de pessoas caso a atividade entrasse em curso. Esse modo de agir na antecipação aos danos vai de encontro à ação mitigadora das empresas de mineração, uma vez que expõe aquilo que se perde para sempre, contrapondo-se o valor da água ao do minério, aproximando do presente as consequências futuras da extração mineral no território local. Um presente que já é de escassez de água – em várias regiões de Minas e na própria capital, que enfrenta crises hídricas nos períodos de seca – e de paisagens para sempre modificadas pela voracidade das mineradoras.

Na última década, o Movimento Gandarela vem se destacando no escopo das lutas contra o avanço da mineração sobre os recursos hídricos na região do Quadrilátero Ferrífero³ (QF), rebatizado Quadrilátero Ferrífero-Aquífero (QFA) pelos ambientalistas, e se mantido incansável à frente da defesa da Gandarela. Ao investigar a ação coletiva

3. As atividades de exploração mineral foram aí iniciadas com a extração do ouro no século XVII. Também são exploradas jazidas de outros minerais e extração de rochas. Mais recentemente, há grande presença de empreendimentos imobiliários (condomínios). É uma área de cerca de 7 mil quilômetros quadrados, vizinha a Belo Horizonte e formada pelas cidades de Sabará, Rio Piracicaba, Congonhas, Casa Branca, Itaúna, Itabira, Nova Lima, Santa Bárbara, Mariana, Ouro Preto, entre outras.

e comunicativa deste movimento, durante pesquisa de doutorado (Bravin, 2018), busquei compreender tanto o contexto do qual emerge quanto suas estruturas pré-existentes. O caminho metodológico para analisar as formas e processos de mobilização e ideologias do ator coletivo é fornecido pela perspectiva da teoria da ação coletiva de Melucci (1989, 1996, 1999, 2001).

Procurei observar, por meio da prática dos sujeitos sociais mobilizados na ação coletiva em defesa da Gandarela, como se deu a organização dos processos sociais de contestação à mineração, uma vez que há uma lógica na ação coletiva que implica, dentre outros fatores, no acúmulo e aprendizado de experiências do passado. A pesquisa apontou os movimentos SOS Serra da Piedade, fundado em 2001, e Pelas Serras e Águas de Minas (MovSam), criado em 2008, como bases da coletividade fundante do Movimento Gandarela e do que o grupo elabora como uma injustiça, ou seja, os processos desagregadores, impactos socioambientais, em especial, ameaças às fontes de água, empreendidos pela lógica do capital globalizado das megacorporações mineradoras acoplada aos interesses e à política neoextrativista (Milanez & Santos, 2013a, 2013b) do Estado brasileiro.

O MPSG situa-se, assim, em relação a um conjunto de atores sociais implicados nos conflitos ambientais envolvendo a mineração, no Brasil, e que, diante de fatores estruturais comuns, compartilham solidariedade, ideologias e sonhos de um futuro sustentável no qual a água tenha prioridade ao minério de ferro, o que os conecta aos discursos de movimentos de justiça ambiental (Ascerald, 2004; Martinez-Alier, Anguelovski, Bond, & Del Bene, 2014).

O compartilhar de valores e repertórios de ação coletiva, e comunicativa desses três movimentos socioambientais – SOS Serra da Piedade, MovSam, e Gandarela – resultam no que considero o aprendizado coletivo necessário para o enfrentamento ao aparato jurídico-institucional-político dos interesses privados da mineração. Nessa perspectiva conceitual, os processos amplificadores das injustiças levarão à ação coletiva e à formação das identidades coletivas dos atores no campo do conflito.

Esse aprendizado se deu à medida que os atores compartilhavam espaço de experiência e horizonte de expectativas (Koseleck, 2006) em uma rede de solidariedade que vem sendo tecida desde o início dos anos 2000, promovendo uma outra compreensão sobre a atividade extrativista, intensificada nesse período, e defendendo áreas livres de mineração em Minas Gerais, estado brasileiro que tem essa atividade como sua razão econômica e simbólica⁴. É a partir dessa compreensão sobre a formação da ação coletiva e dos atores, no campo do conflito, devedora de Melucci, que procuro observar como se constitui essa “escola de ativismo socioambiental de enfrentamento à mineração”? O par conceitual espaço de experiência/horizonte de expectativa, de Koseleck, nos auxilia na compreensão sobre as tensões espaço-temporais (para além das contextuais) que incidem sobre os atores e influenciam a constituição dessa escola de ativismo tendo, como uma de suas marcas

4. A exemplo da campanha “Somos mineiros”, divulgada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg), a partir de abril de 2019, três meses após o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, que deixou 259 pessoas mortas e 11 desaparecidas. A campanha está disponível em FIEMG (2019).

presentes, a ação contestatória antecipada aos danos, uma prática baseada no princípio da precaução⁵.

Sobre a Ação Antecipada no Presente

Os movimentos sociais, por meio de sua palavra, muito mais do por seus aparatos, “falam antes”. Eles são o que o sociólogo italiano Melucci (1989, 1996) chamou de “profetas do presente”, aqueles que se antecipam ao tempo porque, ao predizerem a mudança, não anunciam o que está por vir de um futuro ainda distante, mas um que é presente (Melucci, 1996). Assim, sua ação antecipa o horizonte do que “ainda não” é visto ou compreendido, aquilo que o “falar antes” abre ao novo, ou seja, uma gestão do futuro, lançando luzes sobre o que a utopia joga como possibilidade (Antonelli, 2009).

Nesse sentido, embasados em experiências vividas, ou um espaço de experiência (Koseleck, 2014), os movimentos tensionam o que está dado como certo em uma lógica dominante e forçam uma ruptura nos limites do sistema, a partir de um presente conflitante. Desse modo, sinalizam um horizonte de expectativas, um futuro que já é, e assumem a função/papel de revelar os problemas públicos à sociedade. Segundo Koseleck (2006, 2014), o espaço da experiência diz de um passado atual no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados, quer se trate de experiência privada ou transmitida por gerações e

5. Trata-se de uma estratégia diferenciada, pautada na ação preventiva mobilizada no princípio da precaução, preconizado por organismos internacionais, como a ONU, e aprovado na Conferência Mundial para o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Esse princípio afirma a própria incerteza diante do risco como motivo para agir preventivamente, antes dos danos, seja por atividades industriais ou, por exemplo, em relação à saúde coletiva.

instituições, portanto, aquilo que também diz de um conhecimento de experiências alheias. A expectativa, como a experiência, é subjetiva e intersubjetiva, e tende ao “ainda não”, ao “não experimentado” de um futuro transformado em presente que apenas pode ser previsto.

Porque passado e futuro não coincidem, experiência e expectativa não são remetidas uma à outra simultaneamente, mas a experiência pode modificar-se com o tempo, é condicionada a uma expectativa retroativa e recolhe as experiências feitas, enquanto a expectativa não pode ser adquirida sem experiência, só pode surpreender aquilo que não se espera e cria uma experiência nova ao romper o horizonte de expectativa. Se os movimentos sociais não se guiam por oráculos, a proposição de Koseleck é fundamental para compreender que, a partir das experiências passadas, a “profetização” sobre o futuro agora é possibilitada não somente como ação de previsão sobre o vindouro, mas, principalmente, como um diagnóstico, no qual estão contidos os dados da experiência que antecede prognósticos possíveis, ainda que essa segunda ação se depare com o limite de não poder ser experimentada. Nos diz este autor que “o que estende o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o futuro” (Koseleck, 2006, p. 313).

Mas, que futuro? Gumbrecht (2012) nos diz que fazer escolhas entre as coisas que o futuro aguarda fornece base e moldura para a “ação”, entretanto, a aproximação experiência-expectativa no comprimido espaço do *presente* como um tempo não mais transitivo mas ampliado – com seus mundos simultâneos, sobrepostos e demasiadas possibilidades –, nos ancora numa imobilidade e fechamento da futuridade. Isto porque, “o futuro não mais se apresenta como um horizonte aberto de possibilidades; pelo contrário, é uma dimensão cada vez mais fechada para

todos os prognósticos – o que, ao mesmo tempo, parece esboçar algo como uma ameaça” (Gumbrecht, 2012, p. 85).

O amplo presente diz respeito também à nossa morada individual e coletiva, o planeta Terra, lugar que compartilhamos, humanos e não-humanos, com as mesmas ameaçadas condições para sobrevivência, uma experiência “comum” daquilo que nos afeta. Entre as projeções pessimistas sobre o futuro que se realizam neste presente estão os prognósticos a respeito do aquecimento global que continuará com as consequências já previstas, ao mesmo tempo que permanece a incógnita a respeito da própria sobrevivência da humanidade, diante de catástrofes ambientais predizíveis. Por outro, lembra Gumbrecht, como consequência dessas condições de existência, há uma “virada para as coisas do mundo” e uma perspectiva pautada na ética do cuidado irrompe, atravessando discursos na política, na ciência e nas relações cotidianas.

Se, nessa compreensão, na contemporaneidade o futuro é inexistente, então, é no presente que reside o lugar de potência ou a “iniciativa”. Ricouer (1997) apresenta essa perspectiva ao intercalar o lugar da iniciativa, como uma ação voluntária sobre o tempo, entre o horizonte de expectativa e o ser-afetado-pelo-passado. A iniciativa se iguala, nesse sentido, ao presente histórico, que Ricouer denomina “espaço comum de experiências”, fruto de conhecimentos acumulados e compartilhados em determinado espaço-tempo, reino dos contemporâneos que confere ao presente histórico a dimensão do ser-em-comum – assim são as experiências e conhecimentos que acumulamos por vivermos em uma mesma época histórica, por exemplo, e da mesma forma, as experiências e afetações do viver sob (e com) ameaças e consequências presentes das atividades mineradoras nos territórios afetados.

É nesse sentido que a própria experiência do presente ampliado, de que nos fala Gumbrecht, traz embutida a urgência de desnudar as possibilidades, ainda que sombrias, do que não foi experimentado, ou o “falar antes” dos movimentos sociais (Melucci, 1996). Ao relacionar espaço de experiência e horizonte de expectativas ao campo de investigação empírica e a ações concretas que orientam a execução do movimento social e político que faz a história avançar, Koselleck (2014) nos fornece chaves para pensar a tensão entre experiências e expectativas, ou seja, aquilo que amadurece os sujeitos que fazem a história (e sua própria história) - ou nos termos de Ricouer, o ser-afetado-pelo-pasado. Isto porque todas as histórias se realizam ou foram constituídas na e pela experiência e expectativa das pessoas que atuam ou sofrem (Koselleck, 2014, 2006).

É nesse sentido que vemos, nesse fundo de agir-sofrer das experiências e expectativas, a correlação aos agentes da transformação social, do conflito ou do confronto – os movimentos sociais – também sofrendores de sua ação, pois, como nos lembra Paul Ricouer (1997, p. 353), “ser afetado é também uma categoria do fazer”, uma vez que somos afetados pela história e nós próprios nos afetamos pela história que fazemos.

É dessa tensão que pode-se antever uma estrutura de prognóstico para o planejamento da ação (o agenciamento). Uma vez que a ação liga-se à iniciativa, no presente, pode-se argumentar com Ricouer que tal movimento introduz um elemento ético porque toda iniciativa pressupõe responsabilidade. Ou, nas palavras do próprio filósofo: “Toda iniciativa me torna responsável pelo dizer do meu dito” (Ricouer, 1997, p. 395)

Os Agentes e o Campo do Conflito

A existência do campo de conflito social resulta da própria ação dos agentes de contestação ou daqueles que trazem o conflito à tona por meio de suas ações coletivas. Essa é uma compreensão devedora da metodologia proposta por Melucci (1996) no estudo dos movimentos sociais. Conflito, na compreensão deste autor, envolve “uma relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor” (Melucci, 1989, p. 57).

Na perspectiva da ecologia política, ao estudarmos conflitos ambientais, como os implicados na ação das mineradoras, tratamos de diferentes formas de valoração material e simbólica da natureza que levam a disputas de significado e a processos desiguais de apropriação e uso dos territórios (Ascerald, 2004). Além disso, tais conflitos nos falam do seu tempo, uma vez que

É nos contextos político, histórico e econômico em que emergem e se desenvolvem que podem ser compreendidos. Tais fenômenos constituem-se como processos de oposição, de resistência e mobilização coletiva, suscitados por situações de efetivo ou potencial dano ambiental, social e à saúde (contaminação ambiental, perda de biodiversidade ou outros bens naturais, perda de qualidade de vida e autonomia local, valoração simbólica e material da natureza, entre outros) e também pela discordância com os modelos de desenvolvimento vigentes. (Bravin & Fernandes, 2017, p. 05)

A singularidade das situações conflituosas envolvendo a atividade mineradora nos diz dos esforços empreendidos pelos grupos sociais para denunciar os impactos ambientais e sociais resultantes das práticas desrespeitosas dessa indústria para com comunidades e meio ambiente,

para apontar (e cobrar) a responsabilidade dos agentes públicos e para reivindicar outros valores para o(s) território(s) ameaçado(s).

Assim, primordial para a compreensão desse espaço de experiência, em Minas Gerais, foi a formação de dois movimentos seminais nos processos sociais de contestação à mineração: o SOS Serra da Piedade e o MovSam, constituídos a partir da interação entre atores da sociedade civil, políticos e institucionais para fortalecer suas formas de organização no combate aos projetos de expansão desenfreada da atividade mineradora. Esses coletivos entrelaçam movimentos sociais e campanhas em comum, articulam uma rede interrelacional e comunicativa de atores sociais locais a redes de movimentos de abrangência nacional e internacional que se opõem e combatem a mineração no QF, onde o alcance da atividade mineradora já dizimou centenas de vidas e territórios.

O Protagonismo do SOS Serra da Piedade

A reação à intensificação, expansão e às ameaças provenientes da atividade mineradora na região do QF, em Minas Gerais, tem no movimento SOS Serra da Piedade um importante protagonista do ativismo da sociedade civil no enfrentamento à mineração e aos seus discursos. Forma-se em 2001 em defesa do Monumento Natural da Serra da Piedade⁶, em Caeté, município de cerca de 44 mil habitantes, na região metropolitana de Belo Horizonte. A serra abriga o Santuário da Piedade, local de peregrinação e patrimônio cultural e histórico de

6. Ficha técnica do conflito no Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (“Movimento Pela Preservação Da Serra Da Piedade”, 2010).

Minas. O risco da expansão minerária na Piedade implicava em perdas paisagísticas e ambientais, porém, no primeiro momento de mobilização, trabalhou-se com a ideia de preservação do patrimônio. A mineração já estava em curso na Piedade, o que diferente da situação envolvendo a Serra do Gandarela, que vive sob a ameaça da atividade mineradora ainda não iniciada pela Vale.

A motivação que mobiliza os atores sociais na Piedade é a proteção relacionada à defesa de crenças, valores e ideais comuns em torno dos significados histórico, afetivo e paisagístico do lugar. Aciona-se o sentimento de pertencimento em relação ao “bem comum” (a Serra da Piedade como um patrimônio dos mineiros), formando um “nós” (a coletividade) e engajando a comunidade em face da pretensão de extração mineral (Capanema, 2009). A luta contra a exploração de minério de ferro na Serra da Piedade alcança a visibilidade pública por meio da significância do lugar ao reforçar seus valores paisagístico, histórico e cultural.

Na época, a mobilização conseguiu impedir os avanços da empresa Brumafer Mineração Ltda sobre os limites do patrimônio cultural e ambiental que não eram sendo respeitados. Somente em 2005 o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG) concluiu o tombamento da Serra como monumento natural, arqueológico, etnográfico e paisagístico com uma área de cerca de 1.950 hectares. Em fevereiro de 2019, a Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) de Minas Gerais aprovou a retomada da mineração na Serra da Piedade. Apesar de a legislação garantir o tombamento da Serra, a delimitação do perímetro da área protegida ainda gera conflitos.

Ao identificar e analisar as diferentes estratégias de ação de cidadãos e entidades da sociedade civil que buscaram o Ministério Público no conflito ambiental envolvendo a Serra da Piedade, localiza-se aspectos das formas de ação do SOS Serra da Piedade que irão constituir a base do aprendizado coletivo colocado em prática por meio da ação dos movimentos que contestam a atividade da mineração em Minas. São eles: a formação de uma rede de articulação (interna); a rede de ação (externa); o capital social e técnico; e a solidariedade orgânica (Capanema, 2009). Acrescenta-se a mobilização do direito (Losekann, 2013) como uma das formas de ação resultante da parceria do movimento com o Ministério Público Estadual e Federal. Este recurso de inovação será fundamental para a salvaguarda da Serra do Gandarela na ação coletiva empreendida pelo MPSG.

A Rede se Amplia: a Constituição do MovSam

Durante os anos de luta em defesa da Piedade, o aprendizado coletivo foi se dando em audiências públicas, reuniões com órgãos ambientais, promotores, legisladores, pesquisadores, em performances públicas (como passeatas/protestos/eventos) e na interlocução com outros grupos que se opunham ao avanço da mineração. Os cidadãos e organizações que participavam dessas mobilizações percebiam que estavam enfrentando um problema maior relativo não só a um conjunto de ameaças e destruição ambientais praticadas por empresas extrativistas, mas à ação articulada com agentes de Estado.

Tais ameaças e ações articuladas, somadas ao sentimento de que “era preciso fazer algo” para resistir à destruição do patrimônio coletivo

– caracterizado pelas serras e águas de Minas Gerais – levaram à organização de um encontro, entre 13 e 15 de junho de 2008, no alto da Serra da Piedade, em Caeté, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, reunindo cidadãos, entidades ambientais e movimentos sociais de diversas localidades deste estado. Nascia ali o Movimento em Defesa das Serras e Águas de Minas (MovSam).

Essa união de esforços resultou na configuração de uma rede de movimentos, organizações sociais locais e indivíduos, articulada por uma “identidade própria” associada ao questionamento à “atividade de mineração e seu ciclo (re)produtivo, contexto em relação ao qual se destaca no universo atual de movimentos e ONGs ambientais de Minas Gerais” (MovSam, s.d.). O MovSam se diz um movimento pautado pela diversidade de indivíduos e entidades que ancora-se em algumas “unidades” de valores:

Somos seres humanos diversos e nossas diferenças não são só pessoais – mas das *experiências adquiridas nos lugares* [grifo adicionado] de onde viemos e onde cada um vive, participa e *é chamado a intervir* [grifo adicionado], para defender o patrimônio coletivo. A diversidade dos indivíduos e das entidades participantes compõe a bandeira e o *movimento*. O que *nos une* [grifo adicionado] é a visão crítica do atual *modelo* de desenvolvimento, que passa por cima da lei e da dignidade, impondo destruição, ameaças e uma enorme *insatisfação com o poder público* [grifo adicionado] e com alguns segmentos empresariais, principalmente, *mineradores* [grifo adicionado]. A *unidade de nossa ação* [grifo adicionado] está alicerçada no nosso *amor à natureza* [grifo adicionado], no anseio por *justiça* [grifo adicionado], na *defesa da Vida* [grifo adicionado], na utopia de *sonhar um novo paradigma* [grifo adicionado] para a raça humana e a vida no Planeta Terra e no *trabalho de resistência* [grifo adicionado]. (MovSam, s.d.)

Os enquadramentos promovidos pelo MovSam ficam mais claros no “Manifesto pelas Serras e Águas de Minas” (Manifesto pelas Serras e Águas de Minas, 2008), no qual formula discursivamente o seu posicionamento como agente crítico do conluio entre instituições de Estado e empresas privadas mineradoras em detrimento do patrimônio ambiental e cultural dos mineiros e como defensor da lei e dos direitos das coletividades. O MovSam invoca a sociedade a agir e a não esperar por soluções advindas dos agentes públicos no que diz respeito às garantias de manutenção do patrimônio ambiental e cultural ameaçado – e perdido, em muitos casos – pelas/para atividades mineradoras. A amplitude da ação das mineradoras na ocupação do espaço/território e destruição das fontes de água na região do QF é apontada também como motivo para agir – o conjunto de serras destruídas ou sob ameaça da mineração, entre elas, a Gandarela:

Não bastou a Serra do Curral e o Pico do Itabirito, aviltados. Querem agora a lendária Sabarabussu, nossa Serra da Piedade. [...] Querem detonar as serras do Gandarela e do Caraça, para falar apenas de algumas das principais fontes de águas classe especial que abastecem vários municípios, o Alto Rio das Velhas e a bacia do Piracicaba. (MovSam, s.d.)

Diversas ações e projetos foram desencadeados pelo MovSam: a partir de 2015, a campanha “Água Vale mais que Minério no Quadrilátero Ferrífero” (<https://aguavalemaisqueminerio.wordpress.com/>; Água vale mais que minério, s.d.) gerou o documentário “Não Vale à Pena” (Água vale mais que minério, 2017) e o “Dossiê sobre ameaças e violações ao direito humano à água no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero, em Minas Gerais” (<https://aguavalemais-queminerio.wordpress.com/>).

Outra atividade foi o evento “Rejeito – 2 anos de crime e impunidade”, realizado em 05 de novembro 2017⁷, para lembrar o crime ambiental da Vale, BHP Billiton e Samarco, em Mariana (MG). E, mais recentemente, a campanha e o jornal Rompendo a Lama⁸ e a campanha Janeiro Marrom⁹ (<https://www.janeiromarrom.com.br/>). As ações e campanhas articulam-se e são realizadas por meio da rede de movimentos que o constitui, como o Movimento Gandarela.

Aprendizado Coletivo

Ao investigarmos a constituição dessas redes de movimentos socio-ambientais que lutam contra a mineração em Minas Gerais chegamos ao núcleo de Caeté, município que integra a RMBH, “porta de entrada” para a Serra da Piedade e que aparece como importante núcleo aglutinador do SOS Serra da Piedade e do MovSam, considerados “berço para a luta na Serra do Gandarela, a qual tem adquirido um formato que vai além da luta por aquele território, pois traz um questionamento mais profundo sobre o modelo econômico” (Coelho-de-Souza, 2015, p. 82).

-
7. Ocorreu na Feira da Afonso Pena, em frente a entrada do Parque Municipal de Belo Horizonte, zona central da capital mineira, que, aos domingos, recebe centenas de visitantes para a feira hippie do local.
 8. Lançado em setembro de 2019, com 20 mil exemplares, o jornal faz parte da campanha Rompendo a Lama, criada para contribuir para a conscientização e defesa dos direitos das pessoas ameaçadas por barragens de rejeitos de mineração, sendo distribuídos em dez regiões que vivem sob ameaça de barragens em Minas Gerais.
 9. Campanha idealizada pelo MovSAM e que congrega dezenas de atores sociais foi criada “para lembrar o crime da Vale em Brumadinho e alertar sobre a mineração que mata e assombra pessoas, destrói comunidades e ecossistemas, vidas, fauna, flora, paisagem, qualidade do ar e solo, nascentes, aquíferos e rios e, de forma implacável, avança sobre territórios inviabilizando outras formas de viver, viola direitos e faz uso das mais diversas estratégias para deixar refém a população”.

A experiência aprendida nesses dois movimentos preparou o caminho para germinar a futura criação do Movimento Gandarela, agregando os movimentos e as pessoas que defendiam a Piedade e que se uniram no MovSam. Desse aprendizado resultaram lições que foram incorporadas ao repertório de ação coletiva do MPSG, como constatamos em nossa pesquisa:

- a mobilização do direito, que irá fundamentar as ações no campo jurídico capazes de impedir e postergar a ação da Vale na Serra do Gandarela¹⁰;
- o uso de linguagem legitimadora do campo ambiental, presente nos inúmeros ofícios trocados com agentes de Estado e do campo jurídico, além da produção de documentos técnicos sobre a Serra do Gandarela;
- a atuação em redes de intercâmbio e de comunicação entre os parceiros na luta;
- o uso do capital técnico-científico;
- e uma linguagem de valoração, contrapondo valores socioambientais representados pela água *versus* valores econômicos representados pela atividade mineradora em sua ação comunicativa¹¹.

Compreende-se, assim, que o emergir dos movimentos SOS Serra da Piedade, MovSam e Gandarela se dá em torno da luta pelo reconhecimento dos interesses da sociedade civil na defesa de bens comuns ameaçados

10. A atuação junto, desde 2007, aos ministérios públicos do Estado de Minas Gerais e Federal foi fundamental neste sentido, em diversas fases da ação coletiva.

11. Resultando na construção da imagem da Serra do Gandarela como um “aquífero”, um reservatório que, ao mesmo tempo, armazena água e possui minério, porque “onde tem minério tem água”, mas “minério não se bebe”. Aspecto que discuto na tese. Cf Bravin (2018)

pela mineração. Será por meio da experiência vivenciada nos conflitos com a mineração na Serra da Piedade e em diversos enfrentamentos locais anteriores à eclosão do conflito na Serra do Gandarela que integrantes do MPSG irão adquirir capacidades para realizar diagnósticos e prognósticos sobre danos causados e riscos presentes e futuros advindos das atividades mineradoras.

Essas capacidades do ativismo local se traduzem no aprendizado de estratégias de fortalecimento de mobilização social e de repertórios de ação, como a mobilização do direito, necessários na produção de conhecimento e no reconhecimento mútuo de atores sociais e políticos para o intercâmbio de recursos materiais e simbólicos, e na articulação de uma rede de movimentos e de ações de comunicação que combatem e denunciam o avanço e os danos ambientais e sociais causados pela mineração em Minas Gerais.

Configura-se uma escola de ativismo socioambiental no enfrentamento às ameaças da atividade mineradora no território do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero, em Minas Gerais, no qual os movimentos que dizem “não” à mineração compartilham experiência e expectativas de um futuro sustentável.

Considerações

Como aprendemos com Melucci, a respeito dos movimentos sociais, o “profetizar” o que está adiante significa, a partir de um passado que se faz atual, cobrar a fatura, hoje, de um futuro dado como certo aos territórios disputados e atingidos pela mineração; significa cobrar a fatura, hoje, de um futuro que pode acontecer às populações que vivem

no entorno das regiões de “interesse minerário”, como a Serra do Gandarela, ou mesmo nas cidades e localidades transformadas em “zonas de sacrifício e de morte”¹² pela ameaça concreta de rompimentos de barragens de rejeitos de mineração de ferro. E, mais do que propor “alternativas”, apontar outros modos de existência para além dos praticados pela acumulação capitalista.

O passado aqui se faz atual: é o presente vivido por atingidas e atingidos pelo desastre tecnológico de longa duração, após os rompimentos das barragens de Fundão, das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, em Mariana (MG), em novembro de 2015, e do Córrego do Feijão, da empresa Vale, em Brumadinho (MG), em janeiro de 2019. Tais acontecimentos traumáticos, alertados pelos movimentos socioambientais, resultaram de múltiplos fatores conjugados: desde a inoperância do sistema governamental de licenciamento e fiscalização das barragens de rejeitos de minérios, passando pela intensificação do extrativismo mineral, como matriz de uma política econômica neoextrativista e a ação irresponsável das empresas (Ascerald, 2018). Alimenta-se a ganância e espalha-se a escassez hídrica, perda de biodiversidade, de territórios e esvaziamento da economia local em favor da dependência econômica acentuada pela mineração (Svampa, 2013). Vive-se o terror e o temor de novos rompimentos. Portanto, o vestígio (desse passado) não é imaginado, mas empiricamente comprovado.

Diante da aproximação temporal entre experiências traumáticas de um passado-presente e estreito horizonte de expectativas, é preciso

12. A expressão refere-se à interpretação que tem sido dada pelos movimentos socioambientais à forma como a mineradora Vale refere-se às áreas (cidades, bairros, localidades) que possivelmente serão atingidas por rompimentos de barragens de minério: zonas de autossalvamento.

não esquecer do importante alerta de Ricouer: não cair no utopismo. “O presente é todo crise quando a expectativa se refugia na utopia e quando a tradição se transforma em depósito morto” (Ricouer, 1997, p. 399). A saída apontada pelo filósofo é trazer o horizonte para o campo da ação prática. Por um lado, aproximar do presente as expectativas puramente utópicas “por meio de uma ação estratégica zelosa dos primeiros passos” – a iniciativa – a serem dados em direção daquilo que consideramos desejável: ampliar o futuro. Por outro, resistir ao encolhimento do espaço de experiência, liberando as potencialidades não empregadas do passado, o que significa intensificar as experiências que nos afetaram nos passados: reconstruir as memórias. Aquilo que resulta do aprendizado coletivo construído no campo das lutas socioambientais, nos territórios ameaçados ou afetados pela mineração de ferro, nos diz que a ação que aponta algo novo no horizonte de expectativas, no qual o fim do mundo figura como antecipação, vem daqueles afetados pelas experiências do sofrer as consequências de circunstâncias que não produziram. Predizer é construir futuros.

Referências:

- Água vale mais que minério. (s.d.). *Página inicial* [página do Facebook]. Facebook. Recuperado de <https://www.facebook.com/aguavalemais/>
- Água vale mais que minério. (2017, março 21). *Não Vale a Pena* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=_hu9Sb3yYKY. Acesso em: 27 mar. 2017
- Antonelli, M. (2009). Minería transnacional y dispositivos de intervención en la cultura. La gestión del paradigma hegemónico

de la “minería responsable y del desarrollo sustentable”. In M. Svampa & M. Antonelli (Eds.), *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales* (pp. 51-101). Biblos.

Ascerald, H. (2004). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In H. Ascerald (Ed.), *Conflitos Ambientais no Brasil*. Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll.

Ascerald, H. (2018). Mariana, novembro de 2015: a genealogia política de um desastre. In A. Zhouri (Ed.), *Mineração, Violência e resistências. Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil* (1a ed). Editorial iGuana; ABA.

Bravin, A. (2018). *Gandadela, a Serra e o Movimento: Ação coletiva e comunicativa na antecipação aos danos da mineração* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].

Bravin, A., & Fernandes, L. (2017). Diferentes formas de dizer não. Expressões de conflitos ambientais de mineração e petróleo em Portugal e na América do Sul. *CES Contexto Debates*, 17, 5-9. https://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_xvii.pdf

Capanema, M. G. M. (2009). *Ministério Público e Sociedade Civil: alcances e limites para a ação ambiental em Minas Gerais*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Coelho-de-Souza, C. H. (2015). *O ‘espaço da resistência’ na Serra do Gandarela: instrumentos, contraposições e a necessária utopia* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].

- FIEMG. (2019, abril 29). *Somos mineiros. E esse é o maior motivo para seguir em frente* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=0R85C_Sz9KI
- Gumbrecht, H. (2012). Nosso amplo presente. *Redescrições, IV*(1), 84-97. Disponível: http://www.gtpragmatismo.com.br/redescricoes/redescricoes/ano4_01/ano4_01.pdf
- Koseleck, R. (2006). *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto, Ed.PUC
- Koseleck, R. (2014). *Estratos do tempo. Estudos sobre a história* (1ª d). Contraponto, PUC.
- Losekann, C. (2013). Mobilização do Direito como Repertório de Ação Coletiva e Crítica Institucional no Campo Ambiental Brasileiro. *Dados*, 56(2), 311-349. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000200003>
- Martínez-Alier, J, Angelovski I., Bond, P., & Del Bene, D. (2014). Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by Environmental Justice Organizations. *Journal of Political Ecology*, 21, 19- 60. <https://journals.uair.arizona.edu/index.php/JPE/article/view/21124>
- Melucci, A. (1989.) Um objeto para os movimentos sociais? *Lua Nova*, 17, 49-66. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>
- Melucci, A. (1996). *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge University Press.

- Melucci, A. (1999). *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. Centro de Estudios Sociológicos.
- Melucci, A. (2001). *A invenção do presente - movimentos sociais nas sociedades complexas*. Vozes.
- Milanez, B., & Santos, R. S. P. (2013a). Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? [Trabalho apresentado em congresso]. 37º Encontro Anual da ANPOCS, Seminário temático 39, Águas de Lindóia, SP, Brasil.
- Milanez, B., & Santos, R. S. P. (2013b). Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. *Revista Pós Ciências Sociais*, 10(19).
- Movimento pela Preservação da Serra da Piedade (2010, dezembro 13). Recuperado de <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=286>
- Movimento pelas Serras e Águas de Minas. (s.d.). <https://movsam.ning.com/page/manifesto-1>
- Ricouer, P. (1997). *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Ed. Papirus.
- Svampa, M. (2013). Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, 244, 30-46.

Comunicação Pública e Cidadania: o Papel da Sociedade Civil no Contexto das Tecnologias Digitais

Kárita Emanuelle Ribeiro Sena
Mariana Alarcon Datrino
Carla Negrim Fernandes de Paiva

Em um contexto de espaço público midiaticizado e hiperconectado, em que a comunicação prevalece com centralidade nas interações sociais, as formas de articulação e mobilização social têm sido fortemente impactadas. Ante o fenômeno da mediação algorítmica e as circunstâncias de vigilância, datificação e extrativismo de dados, a sociedade civil apropria-se de mecanismos das redes para contribuir com o incremento à cidadania.

Nesse sentido, usuários utilizam-se das possibilidades de comunicação com outros atores e por meio de formatos distintos, bem como de distribuir informações, agregá-las com outros conteúdos e divulgá-las amplamente (Ramonet, 2012). Assim, recursos da rede, subvertidos em grande parte dos casos em prol da racionalidade neoliberal que vigora na Web, são, por outro lado, trabalhados de forma a favorecer a Comunicação Pública contemporânea, entendida neste trabalho como:

aquela que busca garantir a transparência, a *participação* [grifo adicionado], o diálogo, o acesso a informações de *interesse público* [grifo adicionado] e o exercício da *cidadania* [grifo adicionado]. Ela prioriza o interesse público acima de visões e conveniências individuais, políticas ou institucionais, assumindo a perspectiva cidadã nos processos de informação e interação. (Duarte, 2018, p. 44)

Pautada por três preceitos básicos, participação, interesse público e cidadania, pode-se compreender a CP como uma face da vida política da sociedade, e que se apresenta como resultado do poder do cidadão quando constituído em sociedade civil (Brandão, 2007).

Dessa forma, pretendemos neste estudo abordar como a Comunicação Pública pode e deve ser efetivada a partir da sociedade civil, um de seus atores centrais, em uma discussão teórica conjugada à descrição empírica. Especificamente, apresentamos, por meio de apontamentos teóricos e de experiências ao redor do mundo, formas de articulação da sociedade civil, com foco em cidadania, participação e interesse público pautadas em tecnologias digitais em rede.

Ao fim deste trabalho, contribui-se para a reflexão sobre o potencial e a importância da sociedade civil na produção de Comunicação Pública, e como ela pode ser fundamental para o fortalecimento da cidadania, ante os fenômenos contemporâneos de hiperconexão e de datificação, burlando, de alguma forma, a racionalidade liberal que vigora na rede.

Comunicação Pública e Cidadania

A Comunicação Pública tem se mostrado importante arcabouço para compreensão e para nortear a atuação relacionada a práticas e processos comunicacionais que se dão no espaço público midiaticado

e estão relacionadas à participação, à construção da cidadania e ao interesse público. Tais práticas e ações podem partir de entes do Estado, da sociedade civil e do mercado, sempre pressupondo regras democráticas (Sena, 2020).

No que respeita à cidadania, Brandão (2007) explica que a CP tem como paradigma a construção da cidadania, em amplo e histórico sentido. Nascimento (2012, 2013) afirma que o conceito de CP que vem sendo criado no Brasil tem a construção da cidadania como ponto comum. Koçouski (2012a, 2012b), que trabalha bastante a parte conceitual da CP, define:

comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao *interesse público* [grifo adicionado], a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e *participação* [grifo adicionado] em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a *cidadania* [grifo adicionado] e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos. (Koçouski, 2012a, p. 92)

Rothberg e Liberato (2011, p. 231) dizem que: “Considerar o ponto de vista do cidadão, estabelecer a comunicação como via de mão dupla e a prática da democratização da informação são princípios básicos da Comunicação Pública”.

Assim, cidadania, entendida como um conceito histórico que adquiriu diferentes interpretações e foi visto sob dimensões diversas (Marshall, 1967), assume na sua concepção moderna uma perspectiva prevalente de participação, para além do pertencimento a um sistema político (Matsuuchi Duarte, 2007).

Para a Comunicação Pública, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia (Oliveira, 2018); deve ser efetivada ao ponto de oferecer ao cidadão condições de se expressar enquanto personalidade crítica e autônoma (Matsuuchi Duarte, 2007), o que implica a compreensão da comunicação não apenas como uma necessidade, mas, e sobretudo, como um direito (Peruzzo, 2004).

Nesse sentido, as práticas comunicacionais, segundo a Comunicação Pública que aqui tratamos, aproximam-se do entendimento do dinamarquês Thomas Tufte, para quem adotar uma perspectiva cidadã na comunicação vai além de medidas superficiais.

Para o autor, a formulação de uma comunicação para o desenvolvimento, no sentido de mudança social, sob uma perspectiva cidadã passa por dois princípios básicos, começando por uma agenda não centrada na mídia, com maior foco em conteúdos e usuários de mídia e, de forma menos exclusiva no setor de mídia. Soma-se a esses fatores, a ênfase nos imaginários sociais e nos direitos, capacidades e oportunidades de todos os indivíduos e coletivos para poderem formular e articular isso refletido em uma comunicação para iniciativas de mudança social (Tufte, 2017).

O Papel da Sociedade Civil para a Comunicação Pública

Tendo no governo o principal ente indutor da Comunicação Pública, entendemos que as organizações da sociedade civil e da iniciativa privada também devem assumir seu papel na construção de uma Comunicação Pública que corresponda aos preceitos fundamentais relacionados à promoção da cidadania, participação e interesse público, que congregam as principais finalidades da CP.

Brandão e Matos propõem conceitos referenciais sobre Comunicação Pública, considerando diferentes atores sociais e pautada em alguns fundamentos. Para Matos, CP remete ao processo de comunicação que engloba Estado, governo e sociedade e refere-se a um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país (Matos, 1999). Brandão define:

Comunicação Pública é o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país. (Brandão, 2007, p. 31).

No entanto, não obstante muitas pesquisas em torno do tema assumiram uma compreensão da Comunicação Pública de forma abrangente como as que constam em Duarte (2007), a maior parte das investigações fixa-se sob uma perspectiva governamental.

Em relação à sociedade civil, aqui a entendemos como um conceito tripartite, em diferenciação entre o Estado e o mercado, composto por forças sociais heterogêneas, advindas de múltiplos segmentos sociais. Nessa perspectiva, a sociedade civil constitui-se como ator importante para o aprofundamento democrático, e segue uma lógica mista de autonomia e interdependência, principalmente em relação ao Estado (Avritzer, 2012).

Scherer-Warren (2006) categoriza que a sociedade civil pode ser segmentada em: associativismo local, que inclui expressões da sociedade civil organizada como associações civis, movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais; formas de articulação interorganizacionais, que inclui fóruns da sociedade civil e associações nacionais de ONGs e as redes de redes – conexões que

buscam o relacionamento e a interlocução entre diferentes atores para o empoderamento da sociedade civil; e um terceiro nível, o de mobilizações na esfera pública, fruto da articulação de atores da sociedade civil, expressas em manifestações em prol de visibilidade. Além desses, há ainda um nível da captação de apoios financeiros advindos especialmente de agências não governamentais nacionais e internacionais, assim como do governo e de contribuições individuais.

A sociedade civil pode assumir um papel fundamental para a Comunicação Pública, seja no controle social das ações do governo e da iniciativa privada, seja na construção de experiências que engajem e mobilizem a própria sociedade. De um lado, a sociedade usa a comunicação para repercutir ações de outros atores, dando visibilidade a temas que não ocupam destaque na mídia tradicional. De outro, indivíduos e organizações constroem experiências que pautam, ao seu modo e olhar, tais temáticas, usando a rede para ganhar repercussão, mobilizar e articular.

Ainda que iniciativas promovidas pela sociedade civil muitas vezes não alcancem a visibilidade que outras experiências têm quando realizadas por atores privilegiadamente publicizados, representam importante forma de resistência e de mobilização. São forças articuladas, comunicadas em redes de engajamento, que podem facilitar o ingresso e a participação de outros atores e apontar caminhos para novas realidades.

Experiências Promovidas pela Sociedade Civil Pautadas em Tecnologias Digitais

Entre as diferenças das iniciativas governamentais e as que partem da sociedade civil, reside o fato que projetos da sociedade civil tendem

a ser mais disruptivos, com táticas e de usos imprevistos das tecnologias digitais (Gordon; Walter, 2016). Além disso, podem ser meio para o desenvolvimento da cidadania, uma vez que possibilitam e facilitam o engajamento de grupos na vida pública, mobilização, construção de identidades, controle social e articulação de interesses (Penteado, Santos & Araújo, 2014).

Muitas experiências aliam recursos da tecnologia digital para buscar incremento à cidadania. Isso é feito de diferentes formas no mundo todo, como as iniciativas com intenção de contribuir para a transparência de informações públicas. A organização sem fins lucrativos Open Knowledge Foundation promove a cultura de dados abertos e transparência de dados junto à sociedade civil em diversos países.

Figura 1

Exemplos Interatividade para Comunicação Pública em plataformas digitais




Portal Queremos Saber (à esquerda) (<https://queremossaber.org.br/>) e chatbot Guaxi (à direita) (Gastos Abertos, s.d.)

A instituição é apoiadora e financiadora do projeto Queremos Saber, que permite aos cidadãos fazer pedidos, via Lei de Acesso à Informação, sem revelar sua identidade, e ainda do projeto Gastos Abertos, que visa promover educação sobre a transparência do orçamento público das cidades brasileiras. A iniciativa desenvolveu o robô Guaxi, um *chatbot* para dar assistência aos usuários para acessar a página do projeto e fazer pedidos na Lei de Acesso à Informação. O *chatbot* auxilia usuários na formulação de pedidos de acesso à informação pelo Facebook.

Figura 2

Páginas de Rosie, no Twitter, e de Jarbas



Rosie

@RosieDaSerenata

Seguindo

A Robô da Operação Serenata de Amor. Analisa e identifica suspeitas em gastos de deputados federais em exercício de sua função.

República Federativa do Brasil [serenata.ai](#)


Entrou em janeiro de 2017

565 Seguindo 39.8K Seguidores

Seguido por Agência Lupa, Escola de Dados, Open Knowledge Brasil e outros 4

Tweets Tweets e respostas Mídia Curtidas

Rosie @RosieDaSerenata · 12 jun

 Gasto suspeito de Dep. Alexandre Padilha (SP). Você pode me ajudar a verificar? [jarbas.serenata.ai/layers/#/docum..._#SerenataDeAmor](#)

1

13

10











Jarbas Dashboard

Inicio - Câmara dos Deputados - Conta para Exercício da Atividade Parlamentar - Reembolsos

Selecione reembolso para visualizar

Q

Buscar

REEMBOLSO	SOCIAL	NOME DO PARLAMENTAR	ANO	SUBNOTA TRANSLATED	FONECEDOR	VALOR	SUSPEITO
0		Denis Bezerra	2020	Serviços postais	CORREIOS - CARTA REGISTRADA COM AR 00 000 000/0000-07	R\$ 221,25	
0		Liziane Bayer	2020	Serviços postais	CORREIOS - SEDEX CONVENCIONAL 00 000 000/0000-07	R\$ 95,72	
0		Liziane Bayer	2020	Serviços postais	CORREIOS - ENVELOPE BASICO CONVENCIONAL - PLASTICO ROSA 00 000 000/0000-07	R\$ 4,40	
0		Vermelho	2020	Serviços postais	CORREIOS - SEDEX CONVENCIONAL COM AR 00 000 000/0000-07	R\$ 11,19	
0		Fabio Schuchert	2020	Serviços postais	CORREIOS - ENCOMENDA PAC 00 000 000/0000-07	R\$ 97,60	

FILTRO

Por reembolso suspeito

Todos

Sim

Não

Por nota fiscal digitalizada

Todos

Sim

Não

Por pagamento direto ao fornecedor

Todos

Sim

Não

Por estado

Rosie (s.d.) (à esquerda), no Twitter (acesso pelo smartphone), e de Jarbas Dashboard (s.d.) (à direita, acesso pelo notebook).

Com foco no controle social, a robô Rosie foi desenvolvida pela iniciativa Operação Serenata do Amor e conta com apoio da Open Knowledge Brasil (OKBR). O projeto analisa pedidos de reembolsos de verba parlamentar no Brasil e divulga operações suspeitas em uma conta no Twitter. Rosie é uma inteligência artificial que não só analisa os gastos reembolsados pela CEAP, como também divulga

as suspeitas em uma conta no Twitter (Rosie, s.d.). Companheiro de Rosie, a Operação criou o Jarbas, que reúne em uma página os gastos identificados pelo robô e permite aprofundamento na suspeita.

Outras organizações internacionais da sociedade civil organizada também contribuíram para experiências cidadãs desenvolvendo *sites* relacionados às informações públicas. O AsktheEU.org é um exemplo de portal em que é possível obter informações públicas relacionadas à União Europeia. A iniciativa não governamental é gerida pelas ONGs Access Info Europe e MySociety. Na plataforma europeia, além de enviar um pedido de informação pública, o usuário tem acesso aos pedidos já realizados e, inclusive, pode seguir e receber notificações de pedidos de acordo com o tema, após a realização de cadastro. Também é exibido um vídeo, na página inicial, sobre como utilizar a plataforma, aliando diferentes recursos.

O *site* húngaro KiMitTud, iniciativa de uma associação não-governamental de jornalismo investigativo da Hungria, denominada Atlatszo.hu, voltada à promoção da transparência, prestação de contas e liberdade de informação, utiliza o armazenamento de pedidos de acesso à informação e disponibiliza para consulta. Assim, armazenamento e memória são utilizados traduzindo-se em repositório de solicitações de informações públicas.

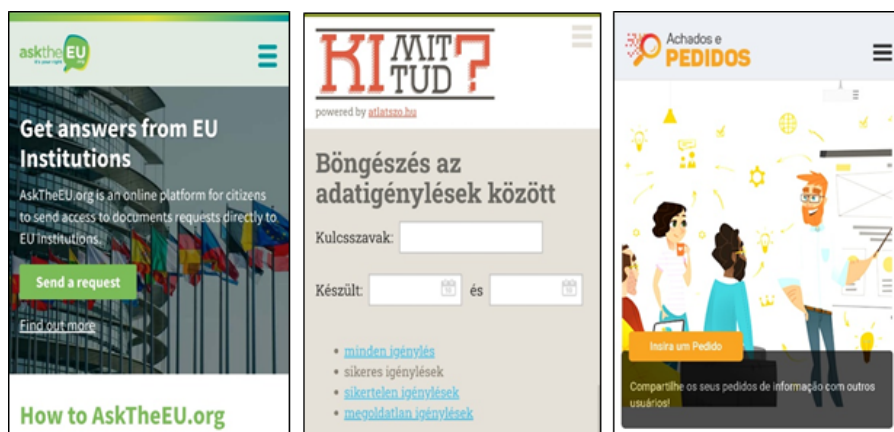
O nome da plataforma foi criado em alusão a um popular programa de talentos na TV Nacional Húngara e significa “Quem Sabe O Quê”. O portal facilita que cidadãos húngaros enviem um pedido de informações de qualquer órgão financiado publicamente e cada solicitação e resposta são publicadas no *site*, fornecendo um arquivo de informações

de interesse público. A plataforma fornece campos de busca por palavras-chave, mês e ano e também vídeos.

No Brasil, o Achados e Pedidos é uma iniciativa semelhante, também ligada ao jornalismo investigativo. O projeto é realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e pela ONG Transparência Brasil, com financiamento integral da Fundação Ford. A plataforma reúne milhares de pedidos de acesso à informação de cidadãos, com as respectivas respostas da Administração Pública feitas via Lei de Acesso à Informação (LAI), funcionando como um repositório de pedidos de informações.

Figura 3

Exemplos para Comunicação Pública em plataformas digitais



Páginas AsktheEU (à esquerda) (<https://www.asktheeu.org/>), KiMitTud (ao centro) (<https://kimittud.atlatszo.hu/>), e Achados e Pedidos (s.d.) (à direita)

Outro exemplo é um aplicativo agora desenvolvido pela iniciativa cidadã para suporte a transparência de informações, o Monitora, Brasil.

Ele permite aos cidadãos monitorarem ações e gastos dos deputados federais. É possível acompanhar informações como total de gastos, quantidade de projetos e a assiduidade do parlamentar. Para usuários cadastrados, é possível visualizar conteúdos de acordo com o estado informado, mas isso não é feito de forma automática. A partir da localização selecionada feita pelo usuário, o app possibilita um controle social regionalizado, com acesso à infográficos, andamento dos projetos de lei de autoria dos deputados e contatos dos gabinetes.

Figura 4

Exemplo de Comunicação Pública em plataforma digital



App Monitora, Brasil (Gamfig Corp., 2019).

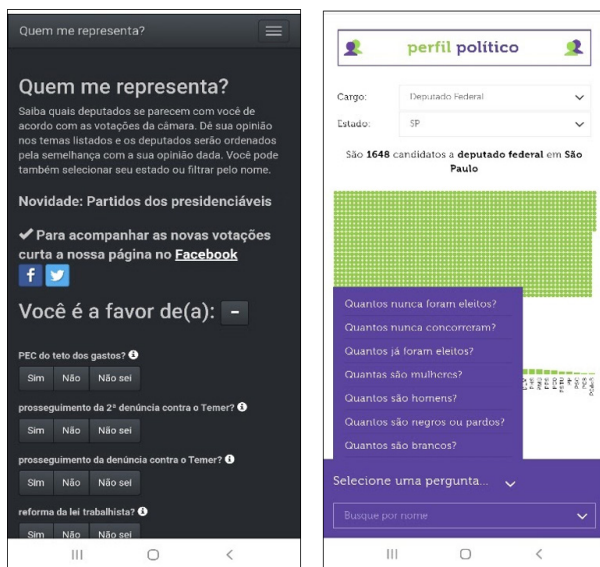
Outro ponto de atuação da sociedade civil no âmbito do controle social são iniciativas que visam reunir informações sobre os perfis de políticos. Entre eles, o portal Quem me representa? que identifica perfis

de parlamentares de acordo com as preferências e opiniões do usuário. O site é resultado de um projeto idealizado no 3º Hackfest Analytics, promovido pelo Laboratório Analytics da Universidade Federal de Campina Grande e foi atualizado até 2018. Nele é possível realizar testes de preferências, tal qual os apresentados no Guia do Voto, além de filtrar informações de parlamentares por Estado, partido e nome.

Igualmente com possibilidade de personalização conforme os interesses dos usuários, o portal Perfil Político, informou e permitiu comparar o histórico dos candidatos às eleições de 2018. O projeto é vinculado à Operação Serenata de Amor, já citada, e teve apoio da Open Knowledge Brasil, do *site* jornalístico The Intercept Brasil e da Brasil.io.

Figura 5

Exemplos que apresentam perfis de políticos



Portais Quem me representa (à esquerda) (<http://qmrepresenta.com.br/>) e Perfil Político (à direita) (<https://perfilpolitico.serenata.ai/>)

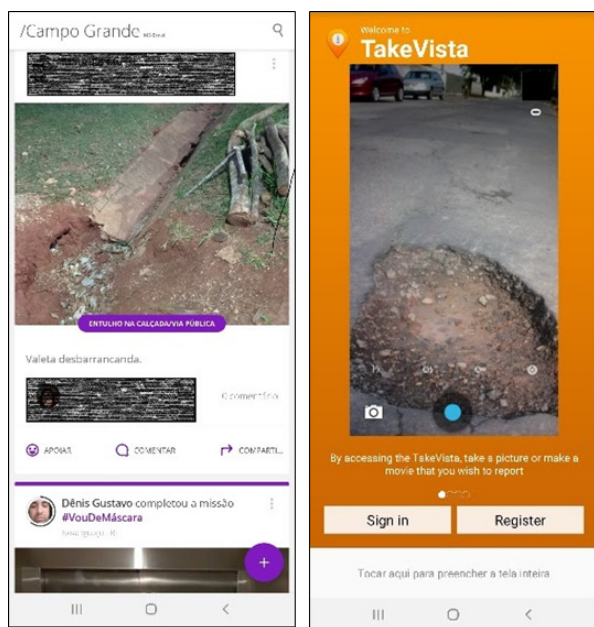
Já o aplicativo “Eu voto”, desenvolvido pela OKBR, tinha como objetivo permitir aos cidadãos paulistas comentarem sobre projetos de lei em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo disponibilizava textos em linguagem simplificada sobre projetos de lei e um vídeo do vereador autor da matéria. Os participantes poderiam selecionar as opções “Sim”, “Não” ou “Abstenção” para cada projeto, além de permitir comentários. A plataforma está atualmente indisponível.

Podemos citar também as iniciativas que visam promover o controle social do cotidiano, como o aplicativo que permite o cidadão fazer registros diretamente pelo celular e encaminhar à Administração Pública local: Colab. O aplicativo oferece entre as alternativas de participação o envio de fotos e vídeos. O *slogan* da plataforma é “Fazer a cidade melhor está na sua mão”. Linguagem e comandos relacionados à gamificação ampliam a atratividade do app que foi desenvolvido por uma *startup* e reúne atualmente mais de 250 mil pessoas na utilização da plataforma no Brasil, oferecida para prefeituras municipais.

Com um perfil semelhante, o Take Vista foi desenvolvido por uma empresa de tecnologia, a Sisplus, e permite aos usuários o envio de fotos e vídeos acerca de denúncias que envolvem o poder público. O app oferece ainda outra alternativa de participação: o envio de áudios. A possibilidade se mostra bastante útil tanto para sustentar denúncias e reclamações quanto por ser mais amigável do que o texto escrito para alguns usuários, e remete a uma funcionalidade ainda pouco explorada nas plataformas cívicas. No entanto, o app é bastante pesado e há diversas reclamações de uso na loja de aplicativo da Google.

Figura 5

Primeira parte de iniciativas que promovem o controle social do cotidiano



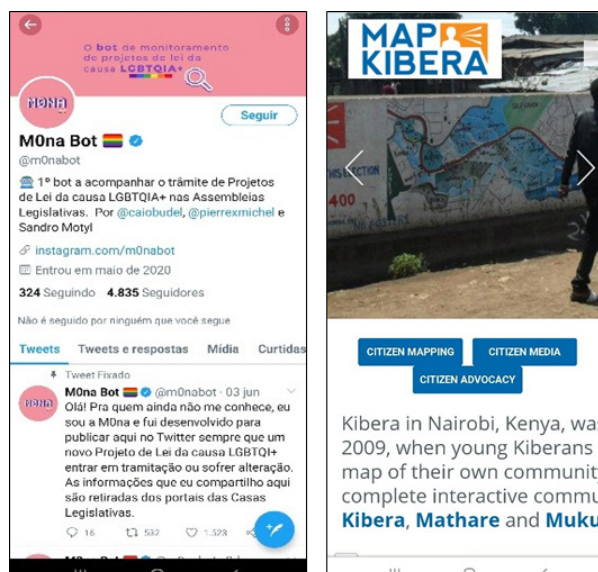
App Colab (2020) (à esquerda) e app Take Vista(2015) (à direita).

Desenvolvido junto a jovens de uma grande favela na cidade de Nairóbi, capital do Quênia, o Map Kibera foi criado em 2009 para fazer Kibera aparecer no mapa. Partindo dos moradores, os jovens cartografaram sua própria comunidade usando o mapeamento colaborativo do *OpenStreetMap*. Após desenvolvimentos, o Map Kibera é atualmente um projeto de informação e mídia para cidadãos que alia mapeamento, mensagens de texto, blogs e vídeo, buscando dar visibilidade à comunidade. A participação efetiva da população, apoiada por parceiros e com o suporte da tecnologia, incluindo os recursos da geolocalização, proporcionaram uma contribuição efetiva no caso.

Outro exemplo que se relaciona ao controle social do cotidiano é o M0na, o primeiro *bot* a acompanhar o trâmite de projetos de lei relacionados à causa LGBTQI+ nas Assembleias Legislativas, possibilitando mais acesso às informações concernentes à temática e auxiliando a qualificar o debate público.

Figura 6

Segunda parte de iniciativas que promovem o controle social do cotidiano



M0na (à esquerda) (M0na Bot, s.d.) e Map Kibera (à direita) (<https://mapkibera.org/>).

Como vemos, sob diferentes perspectivas, a sociedade civil, organizada ou não, tem se mobilizado para promover iniciativas que contribuam com o incremento da cidadania, da participação e do interesse público.

Considerações Finais

Este artigo teve como pressuposto a discussão, o reconhecimento e o mapeamento de maneiras que a sociedade civil pode e tem se articulado de modo a contribuir com a Comunicação Pública no contexto das tecnologias digitais. Apresentamos experiências desenvolvidas e pautadas a partir das tecnologias em redes digitais, salientando os benefícios e também as possíveis limitações que elas podem trazer para o interesse e o engajamento na vida pública por parte dos cidadãos.

Práticas comunicacionais que visem mais participação, estímulo à cidadania e visibilidade a informações de interesse público podem repercutir no fortalecimento do tecido democrático. A mobilização civil também é evidenciada a partir de experiências como o “Map Kibera” ou o “Colab”, utilizados para organizar reivindicações de uma comunidade ou grupo específico, visando a mudança e melhoria de uma realidade social, e caracterizam uma forma direta de participar em assuntos de interesse público também a partir dos usos das tecnologias digitais.

Com proposições disruptivas ou similares a tradicionais, indivíduos e organizações favorecem a Comunicação Pública usando a rede e criando contrapesos a práticas comunicacionais tradicionais. Os resultados obtidos no estudo indicam que as experiências tecnológicas desenvolvidas podem contribuir com a Comunicação Pública, qualificando o debate público.

Demais estudos podem aprofundar e mapear mais experiências que versem sobre outros setores da sociedade, também como contribuição para a conceituação de Comunicação Pública a partir das tecnologias da informação e comunicação, de forma a sugerir o que pode ser aprimorado nessas atuações e a possibilidade de potencializar a participação e a cidadania.

Referências

- Achados e Pedidos. (s.d.). Recuperado de <http://www.achadosepedidos.org.br/institucional>
- Avritzer, L. (2012, novembro). Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, 18(2), 383-398.
- Brandão, E. P. (2007). Conceito de comunicação pública. In J. Duarte (Org.), *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público* (pp. 01-33). Atlas.
- Colab S.A. (2020). Colab (Versão 5.4.24) [Aplicativo móvel]. https://play.google.com/store/apps/details?id=thirtyideas.colab_android
- Duarte, J. (Org.). (2007). *Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse público*. Atlas.
- Duarte, J. (2018). Comunicação Pública. In D. Scheid, J. Machado, & P. Milano (Orgs.), *Estrato de Verbetes: Dicionário de Comunicação Organizacional*. Facos-UFSM.
- Gamfig Corp. (2019). Monitora, Brasil! (Versão 5.0.3) [Aplicativo móvel]. <https://play.google.com/store/apps/details?id=org.monitorabrasil>
- Gastos Abertos. (s.d.). *Página Inicial*. [Página do Facebook]. Facebook. Recuperado em 25 de novembro de 2020 de <https://www.facebook.com/gastosabertos/>

Gordon, E., & Walter, S. (2019). Meaningful inefficiencies: Resisting the logic of technological efficiency in the design of civic systems. In R. Glas, S. Lammes, M. de Lange, J. raessens, & I. de Vries (Orgs.), *The Playful Citizen: Civic Engagement in a Mediatized Culture* (pp. 310-334). Amsterdam University Pres. https://www.jstor.org/stable/j.ctvcmxpds.21?seq=1#metadata_info_tab_contents

Jarbas Dashboard. (s.d.). Recuperado de https://jarbas.serenata.ai/dashboard/chamber_of_deputies/reimbursement/

Koçouski, M. (2012a). Comunicação pública: construindo um conceito In H. Matos (Org.), *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. ECA/USP.

Koçouski, M. (2012b.) *A Comunicação pública face ao dever estatal de informar. Pra não dizer que não falei das flores: estudo de caso do Incra-SP*. [Dissertação de Mestrado em Comunicação, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-17052013-133211/pt-br.php>

Marshall, T. (1967). *Cidadania, Classe social e Status*. Zahar.

Matos, H. (1999). Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do legislativo. *Libero*, 2(3/4), 33-37.

Matsuuchi Duarte, M. (2007). Comunicação e Cidadania. In J. Duarte (Org.), *Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse público*. Atlas.

M0na Bot. [@m0nabot]. (s.d.). *Tweets*. [perfil do Twitter]. Twitter. Recuperado em 25 de novembro de 2020, de <https://twitter.com/m0nabot?s=08>

Nascimento, L. (2012). Comunicação pública nas Redes sociais digitais (1a ed). In H. Matos (Org.), *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. ECA/USP.

Nascimento, L. (2013). Comunicação pública no Twitter (2a ed) In H. Matos (Org.), *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. ECA/USP.

Oliveira, T. (2018). Comunicação Pública (verbete). In: Associação Brasileira de Comunicação Pública. *Glossário*, [S.l.].

Penteado, C. L. D. C., Santos, M. B. P., & Araújo, R. D. P. A. (2014). Democracia, sociedade civil organizada e internet: estratégias de articulação online da Rede Nossa São Paulo. *Sociologias*, 16(36), 206-235.

Peruzzo, C. (2004). Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In M. Oliveira (Org.), *Comunicação Pública*. Editora Alínea.

Ramonet, I. (2012). *A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias*. Publisher Brasil.

Rosie [@RosieDaSerenata]. (s.d.). *Tweets*. [perfil do Twitter]. Twitter. <https://Twitter.com/rosiedaserenata>

Rothberg, D., & Liberato, F. (2011). Cidadania, Comunicação Pública e portais eletrônicos de governo. In D. Rothberg (Org.), *Políticas e gestão da comunicação no Brasil contemporâneo*. Cultura Acadêmica.

Scherer-Warren, I. (2006, janeiro/abril). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado, Brasília*, 21(1), 109-130.

Sena, K. (2020). *Comunicação Pública e Redes Digitais: atores, técnica e políticas* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista].

Sisplus Soluções e Tecnologia Ltda. (2015). TakeVista (Versão 1.1) [Aplicativo móvel]. <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.sisplus.argus>

Tufte, T. (2017). *Communication and Social Change A Citizen Perspective*. Polity Press. *E-book*.

Usos e Apropriações no Facebook da Asugov por Sujeitos Comunicantes Surdos e Cidadania Comunicativa

Sonia Maria Queiroz de Oliveira
Jiani Adriana Bonin

Estudar usos e apropriações realizados por sujeitos comunicantes surdos no Facebook na perspectiva da cidadania comunicativa exigiu incorporações de uma infinidade de possibilidades, considerando que eles atuam em interações dinâmicas e complexas que incluem humanos, máquinas e novos contextos sociais. Para o sujeito comunicante surdo, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), é a principal forma de comunicação como primeira língua, natural da comunidade surda, conforme Lei 10.436/02.

O presente estudo é um recorte da pesquisa empírica de tese de doutoramento, ainda em realização (CAAE 22539819.7.0000.5344, Parecer CEP/Unisinos 3.637.504). A perspectiva epistemológica que sustenta o processo de construção da pesquisa ancora-se na transmetodologia (Maldonado, 2002, 2008, 2012). A estratégia transmetodológica dialoga com questões plurais e singulares, buscando o atravessamento de métodos e perspectivas para dar conta das realidades socioculturais existentes. Desta forma, esta perspectiva abraça a fabricação de raciocínios

inter-relacionados para construção do conhecimento. Nesse sentido, vale trazer o pensamento de Maldonado:

A transmetodologia apresenta-se como uma linha de pesquisa metodológica que procura trabalhar visualizações epistêmicas, concepções teóricas, desenhos e estratégias metodológicas, operacionalizações técnicas, combinando-as com o que a história, a filosofia, a sociologia e a lógica da ciência oferecem para realizações férteis. (Maldonado, 2008, p. 22)

Maria Lucia Santaella (2010) nos permite pensar em ecologia da comunicação ou ecologia midiática, que pode representar oportunidades comunicativas. Nesse sistema, a rede social Facebook é entendida como intersticial, uma espécie de amálgama entre os espaços físico e virtual, onde interações ocorrem em espacialidades híbridas. Nosso espaço-objeto de referência para o estudo é formado pela página Asugov GV (s.d.) existente na rede desde junho de 2018 assim como os perfis pessoais dos sujeitos comunicantes surdos. A associação dos surdos de Governador Valadares (Asugov) existe desde junho de 1990 e se propõe a promover o Empreendedorismo Social, almejando contribuir para os processos de transformação social e para o desenvolvimento sustentável dos surdos. Registra 500 associados surdos e ouvintes; desses, apenas 50 associados surdos são frequentes nas reuniões associativas.

Neste mundo existente, seja entre surdos (com as dificuldades de ouvir) e, ou ouvintes (com e, ou nenhuma dificuldade de ouvir) a comunicação, sendo uma realidade necessária para a existência humana e para as participações na vida como um todo, se faz presente. Em suas complexidades, a comunicação é relevante e constitutiva das várias dimensões sociais e humanas. E, em se tratando de informação e comunicação,

as possibilidades tecnológicas, estruturantes da sociedade em rede (Castells, 2005, 2011, 2013, 2015), a despeito das contradições, surge como uma alternativa comunicacional que pode abrir possibilidades para que grupo como os sujeitos surdos possam produzir comunicação e, inclusive, construir cidadania comunicativa.

O presente capítulo objetiva explorar usos e apropriações que sujeitos comunicantes surdos, membros da Associação de Surdos de Governador Valadares/MG – Asugov realizam da página dessa associação e de seus perfis pessoais no Facebook, para visualizar se tais usos e apropriações podem colaborar para a cidadania comunicativa destes sujeitos

Usos e Apropriações do Facebook

De partida, buscamos organizar um entendimento acerca de usos e apropriações, circunscrevendo-os ao conceito de consumo (cultural e midiático) dialogado com García Canclini (2008). Diferentemente do que seja consumismo, a noção de consumo firma-se na perspectiva sociocultural, como um ampliação do olhar sobre o ato de consumir, em uma reflexão que se conecta ao sentido social, para “reconceitualizar o consumo, não como cenários de gastos inúteis e impulsos irracionais, mas como espaço que serve para pensar, e no qual se organiza grande parte da racionalidade econômica, sociopolítica e psicológica nas sociedades” (p. 14). Desta forma, o autor considera o consumo relacionando-o com práticas (usos) e apropriações culturais dos diversos sujeitos envolvidos em um processo comunicacional, processo este que é parte das relações culturais, continuamente e, no caso da mídia, moldado pelas comunidades, onde o(s) sujeito(s) comunicante(s) realizam usos e apropriações.

Sinteticamente o consumo seria “um conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos” (p. 80).

Em suas proposições, García Canclini (2008) aponta seis lógicas/racionalidades sob as quais o fenômeno do consumo deve ser olhado, articulando e mesclando entre si e entre as racionalidades interculturais: a) o consumo como lugar de reprodução da força de trabalho e expansão do capital; b) como cenário de disputas pela apropriação do produto social; c) como lugar de diferenciação social e distinção simbólica entre classes; d) como um sistema de integração e comunicação; e) como um processo ritual; e f) como cenário de objetivação de desejos.

A partir destes aportes, compreendemos consumo de maneira mais ampla do que a simples ação de posse de um bem, do que a simples lógica da primazia dos valores de usos ou troca, envolvendo múltiplas dimensões. As mídias participam dos processos de consumo. Aqui nosso foco recai sobre os usos e apropriações do Facebook. No caso específico da comunidade asugoviana e das culturas surdas, este espaço destaca-se como *lócus* de consumo midiático arquitetado com significações sociais e culturais. Nesse contexto, a cultura surda toma sentido quando a produção cultural se torna visível (curtir, compartilhar, comentar entre outros) e é capaz de legitimar-se nos modos apropriativos (re) significando concepções da cultura surda.

Dos Usos e Apropriações dos Sujeitos Comunicantes Surdos na Página da Asugov e seus Perfis

Nas mídias sociais, as redes são moldadas, transformadas pela mediação de tecnologias e principalmente pela apropriação delas para

comunicação, para realização de interações que constroem grupos sociais e consequentemente novos espaços de interação entre indivíduos. Nesse sentido, Recuero (2014) contribui ao debate ao considerar que esses espaços interacionais adquirem contornos similares àqueles da conversação ‘face a face’, visando estabelecer e/ou manter laços sociais.

Para refletir sobre as observações realizadas sobre os modos de como os sujeitos comunicantes surdos colaboradores da pesquisa usam a página da Asugov e seus perfis e pensar essas novas formas sociais e interativas entre indivíduos, é necessário apresentar o porquê das escolhas e os entrevistados. A Asugov tem sua página no Facebook desde junho 2018. Tem perfil aberto, sem pessoa que o administre. Possui mais de 03 mil amigos associados em sua rede. Apresenta como foto de perfil o atual logotipo da Asugov sobreposto à foto da capa onde faz constar a mesma imagem.

Para definir os colaboradores da pesquisa foram inicialmente circunscritos os surdos participantes assíduos da Asugov e associados ao Facebook Asugov GV. Estes perfizeram um total de 12. Da amostra de 12, os perfis selecionados para observação aprofundada levando em conta sua atividade efetiva na rede social Facebook foram os seguintes:

- Participante 01 – do gênero feminino, superior completo em Ciências Contábeis, atualmente cursa Letras Libras. Tem 26 anos. É solteira, trabalha em um escritório prestador de serviço de internet. Recebe 02 salários mínimos. Católica. Possui cargo eletivo na atual administração da Asugov. É professora de Libras. Tem sua página no Facebook desde março de 2019. Nesta, faz constar o nome civil completo e deixa públicas algumas informações a seu respeito, tais como educacionais, lugares onde morou, de contato através de e-mail, relacionamento e membros de sua família (todos com fotos e apelido). Possui mais de 02 mil amigos associados em

sua rede. Apresenta uma foto do perfil com a pessoa que tem um relacionamento sério, e como foto de capa uma imagem à beira mar, onde aparece sozinha, sentada numa pedra, de frente para o mar, de costas para quem acessa essa imagem.

- Participante 02 – do gênero feminino, tem ensino médio completo e 24 anos. É solteira. Recebe auxílio/benefício governamental. Não possui cargo eletivo na atual administração da Asugov. Tem sua página no Facebook desde setembro de 2011. Nesta, faz constar o nome civil completo e dizeres atribuídos a William Shakespeare. De forma pública, deixa algumas informações a seu respeito, tais como profissão, informações educacionais, lugares onde morou, contato através do Instagram, relacionamento e, em detalhes, reforça citações bíblicas. Possui 200 amigos associados em sua rede. Apresenta como foto de perfil uma com recursos de correção, tipo filtro e como foto de capa, uma imagem de fundo em cor lilás com degradê púrpura e roxo, estilo nuvens¹.
- Participante 03 – do gênero masculino, tem ensino médio incompleto e 20 anos. Solteiro, trabalha com o pai em uma oficina mecânica, recebendo em torno de 01 salário mínimo. Tem sua página no Facebook desde 2018. Possui mais de 600 amigos associados em sua rede. Nesta, faz constar o nome civil incompleto e deixa públicas informações educacionais e de lugares onde morou; não informa contato, relacionamento nem membros de sua família. Apresenta como foto de perfil uma na qual faz uso do recurso filtro para a cor dos olhos e, como foto de capa, uma imagem de fundo de uma moto esportiva atual, potente, do tipo de corrida.

Em uma primeira observação, fazemos referência para as escolhas das imagens nas fotos e capas dos perfis. De alguma forma, elas correspondem a dados identificatórios dos participantes. Os sujeitos comunicantes surdos, ao escolherem as imagens que compõem sua

1. Do tipo *altocumulus*, i.e., chuvas médias, de aspecto fibroso e difuso, com coloração mais cinzenta e quando aparecem, podem indicar trovoadas.

representação em suas páginas, oferecem indícios acerca de seus gostos, valores e preferências, deixando nas ‘entrelinhas’, significantes e simbologias atrelados à vida real dos mesmos. E pensamos ser estas um ponto importante na construção relacional, ressaltando que as mesmas podem muitas vezes se revelar de forma ambígua, equivocada, uma comunicação adversa da realidade.

Os três participantes da pesquisa foram identificados pelos seus verdadeiros nomes em seus perfis existentes na rede social Facebook, incluíram fotos pessoais, mesmo considerando o uso do filtro em algumas dessas imagens. Produziram, assim, uma apresentação do “eu” digital.

Muito antes do aparecimento da comunicação digital, Goffman (1988) escrevia sobre a apresentação do “eu” enquanto representação, consciência de uma identidade múltipla, composta ou flexível. Atualmente, esta apresentação do ‘eu’ migrou também para os espaços digitais. Assim, considero que os sujeitos comunicantes surdos observados, em seus ‘eus’ digitais, procuraram individualizar-se, pela diferença ou pela semelhança, em relação aos restantes dos amigos associados participantes, conviventes em um mundo hegemônico ouvinte. Nesse intento, a plataforma oferece recursos para alcançar esse fim (arquiteturas de espaço, adereços, cores, funções), com maior ou menor criatividade para a apresentação do “eu”. A partir daí, indicamos nesse conjunto de usos de recursos, um primeiro exercício de sociabilidade edificado nessa apropriação recursal, na apresentação visual do ‘eu’, ou aparição, conforme Luz (2013) reflete em seu livro “Cenas Surdas: os surdos terão lugar no coração do mundo?”.

Um lugar no mundo exige ainda um pensar sobre essa construção da página pessoal desses participantes na rede social Facebook. Dito de

outra maneira, as expressões/fotos representativas que os comunicantes surdos observados postaram em suas páginas pessoais com vistas a seus afins, os demais associados, são critérios que os identificam segundo ideias, valores e normas vigentes, instituídas e difundidas coletivamente, portanto, socialmente desejadas e/ou repudiadas.

Para além dessas observações imagéticas, na realização das entrevistas, na fase sistemática, constatamos algumas simetrias nos perfis observados, com as quais construímos a Tabela comparativa a seguir:

Tabela 1

Quadro comparativo perfil Asugov GV e perfis observados

Perfis	Amigos no Facebook	Rede/nodos	Crítérios para adição de novos amigos
01	3000	04, 06 e 12	Não adota critérios.
04	2000	01, 06 e 12	Preferência por conhecidos, mas busca pesquisar sobre a pessoa.
06	200	01, 04 e 12	Preferência por conhecidos.
12	600	01, 04 e 06	Preferência por conhecidos.

Facebook Asugov GV e entrevistas - 2020

A observação das páginas pessoais aponta algumas proximidades em termos de práticas entre os perfis participantes: todos estão ativos no Facebook, acessam a mídia social diariamente. Outra proximidade observada diz respeito ao dispositivo utilizado para acesso à mídia social: o smartphone foi apontado por todos os participantes como o principal instrumento de acesso ao Facebook e a outros serviços e/ou aplicativos de comunicação, tais como WhatsApp, Messenger, Instagram e Snapchat. Nos perfis desses participantes, o uso de recursos como filtro

do *Snapchat*, edição de foto, vídeos, *links*, fotos, tiveram ocorrência considerável.

Foi possível verificar, ainda, que a elaboração das informações de perfil nas páginas pessoais do Facebook concretiza-se por meio da publicização de dados e de fotos, deixando em aberto a opção de privacidade em todos os perfis. As postagens em geral (descrições, relatos do dia-a-dia, comentários, *links*, citações, mensagens curtas, vídeos, fotos, entre outros) também se encontram desbloqueadas, permitindo o compartilhamento por quem quer que as acesse.

Um elemento comum, nos perfis observados, foi a constatação de que raramente uma postagem foi realizada sem o suporte visual. Por suporte visual nos referimos às produções realizadas pelo responsável do perfil, postagens de imagens existentes na rede ou na internet. Outro uso nos diálogos interacionais é relativo aos recursos *emojis* e *gifs*. Entendemos ser esse uso elemento da cultura digital contemporânea e, em conformidade com as entrevistas realizadas, uma forma de suprir o não domínio de conceitos e da gramática portuguesa.

Outro uso dos recursos ofertados nos perfis é relativo às ferramentas curtir, comentar e compartilhar. São ações distintas e cujo ‘usos’ podem produzir consequências diversas. De partida, as publicações realizadas no Facebook, tanto no perfil Asugov GV quanto nos perfis observados, trazem em seu escopo a forma interacional e dialógica, ou seja, alguém posta e alguém vê a postagem. Contudo, na ponta da recepção das mensagens, um coletivo é existente, representado pelo grupo de amigos que compõem a rede do perfil na qual se posta e que também são produtores de relações comunicacionais.

Em diálogo com Emediato (2015), apresentamos definições sobre as opções curtir, compartilhar e comentar, as quais são pertinentes para tecer considerações no subitem seguinte sobre como estes usos estão atravessados por modelações do próprio Facebook. Assim, o uso da opção curtir, puro e simples, pode ser entendido como uma resposta gestual, tratando-se de um sinal eletrônico que pode estar, ou não, precedido de aceitação sobre o que foi postado. A publicação pode ser entendida como resposta apreciativa, positiva ou negativa, uma concordância ou discordância, um julgamento axiológico conforme o caso. Compartilhar indica um amplificar da divulgação, da publicação inicial. Recobre-se esse uso na ação de uma adesão mais intensa, isto é, torna-se uma expressa concordância com a publicação, uma espécie de aderência à mesma e amplificação de sua divulgação. Comentar, além da exposição pura e simples do pensamento, é também espaço comunicacional de exposição de comentários, opiniões sobre fatos de diversas naturezas (políticos, sociais, econômicos, culturais, religiosos, filosóficos, antropológicos, entre outros); espaço de exposição de diversos materiais provenientes de outras fontes, sob a égide apenas da ética pessoal². Nesse sentido, vale registrar o falso sentimento de poder que a rede social, via de regra, permite ao usuário usufruir: a liberdade de expressão como consequente direito, inclusive, a incivilidades (Emediato, 2015).

Dos Relatos sobre os Usos e seus Sentidos

Na atual sociedade da informação, os usos dos meios e seus recursos possibilitam ao indivíduo ter acesso informacional a complexidades

2. Ainda existe pouca regulamentação jurídica nesse sentido.

de contextos tanto próximos quanto distantes de sua realidade o qual pode servir como elemento educativo, de aprendizagem e socialização, gerando saberes e sentidos.

Nosso propósito aqui é demarcar nuances que possam indicar singularidades observadas. E, ao voltarmos nossos olhares para os usos realizados no Facebook da associação e dos nossos colaboradores, indicamos em uma primeira mirada que esses usos não se constituíram apenas como uma ferramenta ou um recurso para o estabelecimento de novas amizades, e sim, para manutenção das existentes, propiciando também um espaço relacional para expressão e construção de suas identidades e subjetividades.

Um sentido possível de se apontar em relação a este uso foi a manifestação de ideias, do que sentem, desejam, servindo-se os sujeitos desse *lôcus* para representarem-se como indivíduos únicos, plurais, em uma sociedade conectada, revelando-se como sujeitos que produzem e são transformados na medida em que compartilham, postam e relevam seus gostos, preferências, culturas, ideologias, filosofias de vida, as quais são transmitidas e fluem entre as interações na mídia social (Emediato, 2015).

Contudo, pode-se observar que as redes sociais dos perfis estudados têm seus contatos majoritariamente constituídos por pessoas as quais estes sujeitos já conhecem, às vezes anteriores ao Facebook, às vezes não. Assim, embora a mídia social propicie uma ampla rede de contatos, a tendência desses observados é limitar os vínculos relacionais a algumas e não a todas as pessoas que conhecem. Assim, parece-nos que a modelação de oferta de amizades pela plataforma do Facebook para os perfis observados exerce pouca influência. O contrário ocorre no perfil Asugov GV. Talvez por ser entidade jurídica e apresentar um

atravessamento entre as identidades associação, presidente e pessoa responsável por alimentar o perfil, ele associa qualquer pessoa que requisite fazer parte de sua rede ou que seja indicado pela plataforma. Desta forma, a modelagem algorítmica do Facebook para o perfil Asugov GV é fator de considerável influência.

A palavra algoritmo suporta interpretações diversas, desde uma sequência de ações que pode ser usada por uma máquina para realizar uma tarefa, a um perigo emergente que passa distante das equações matemáticas. Desta maneira, é relevante considerar o uso de algoritmos que controlam o fluxo de informação dentro das plataformas das mídias sociais. Nesse sentido, Machado (2018) corrobora: “o Facebook armazena em torno de 300 *petabytes* de dados dos usuários, essenciais para o trabalho de filtragem de informação que seus softwares exercem” (2018, p. 46).

Com este poder de armazenamento, o Facebook personaliza o conteúdo recebido de cada usuário, permitindo a priorização de postagens que geram conversas e interações significativas entre as pessoas e empresas. Este ato de classificar, valorizar e avaliar nossos atos por “ferramentas tecnológicas e virtuais compostas de algoritmos capazes de sintetizar, processar e divulgar dados em uma velocidade e quantidade jamais testemunhadas em nossa história” (Machado, 2018, p. 47), torna-se cada dia mais uma característica da sociedade informacional, constituída por tecnologias que comunicam e controlam ao mesmo tempo.

Um simples exemplo de controle pode ser apontado através do que acontece nas postagens realizadas com objetivo de interagir com seus amigos. São postagens que inspiram debates nos comentários, e que as compartilhamos ou reagimos com recursos diversos (ex.: emojis, gifs).

Pode ser uma postagem de um amigo pedindo informações diversas, recomendações para uma viagem, o artigo sobre pesquisa realizada, o vídeo sobre prisão de pessoa procurada levantando muita discussão e, ou comentários. Como o espaço no *Feed* de notícias é limitado, mostrar postagens que desencadeiam conversas significa mostrar menos conteúdo público. À medida que o associado realiza essas atualizações e conversas através dos comentários, o algoritmo trabalha com essas informações impondo uma ingerência consumista ao associado. Desta forma, a fim de comunicar e controlar ao mesmo tempo (consumo oportunista), os processos algorítmicos, que são processos de modulação, são utilizados nas plataformas de mídias sociais e vem ganhando força.

Nesse sentido Machado (2018), ao apontar que deixamos a era das sociedades disciplinares e estamos vivendo em uma sociedade de controle através de processos dos algoritmos utilizados nas plataformas de mídias sociais, reflete sobre as modelações existentes no Facebook: “o medo da punição é substituído por dispositivos de modulação de condutas onde o controle caminha junto à sensação de conforto, resolve problemas, melhora a experiência do usuário, não geram medo, mas afeto” (Machado, 2018, p. 47).

Assim, entendo que essa chamada modulação permite e possibilita a criação de um espaço para o individual, fornecendo uma sensação de liberdade para o indivíduo, contudo mantendo-o adstrito a esse ambiente. E, é esse tipo de controle que restringe e permite uma sensação de liberdade que Deleuze, desde 1992, chamava de modulação.

Nessa dinâmica, uma ingerência da liberdade, ao *modus operandi* da modulação, ocorre ao acessar a rede social, e em uma primeira estampa, o associado recebe incentivo a se expressar: “No que está pensando,

fulano?” (sentimento/atividade). Contudo, o sentimento/atividade deve ser expresso seguindo as regras estabelecidas nas ofertas existentes naquele espaço, escolhendo uma das emoções que representa o que está sentindo (emojis). Neste pequeno detalhe, o exercício da cidadania comunicativa dos associados encontra-se prejudicado. Pois, a cidadania como estratégia de exercício dos direitos e deveres, implica entre outros aspectos a busca pela igualdade e a capacidade de se construir sujeitos de demanda e de decisões através da livre expressão, e não por um rol de emoções e expressões preestabelecidos.

Registramos os pontos seguintes nas ocorrências observadas nas condutas comuns praticadas pelos sujeitos comunicantes surdos, ora em seus perfis, ora no perfil da associação: a) o modo de acessibilidade à rede, via de regra, foi realizada ao uso de celular; b) permissividade de acessos aos dados, de todos participantes, na rede, era de forma irrestrita; c) uso de imagens dos recursos comunicacionais Gifs e emojis como constitutivos de respostas dialógicas, e postagens de vídeos como meio efetivo e eficaz de exercício comunicacional; d) eixos temáticos predominantes, constantes nos vídeos, imagens e textos de cunho político, identidade e jogos; e) uso da gramática portuguesa de forma ínfima.

As observações realizadas também demonstraram que, através da argumentação e do diálogo, há elementos comunicativos geradores de uma sociabilidade capaz de permitir que os sujeitos comunicantes surdos, no espaço público Facebook Asugov GV e nos perfis observados, afirmem suas identidades e expressem demandas. Desta forma, pensar a cidadania comunicativa requer levar em conta elementos e complexidades que envolvem a relação da ação comunicativa com o conceito de

participação abrangendo processos que se refletem em sociabilidades afirmativas da condição de sujeitos surdos.

Reflexões Finais

Para finalizar, pensamos que a exploração das ações de ‘usos e apropriações’ e seus sentidos requer um entendimento sobre as mesmas. A ação ‘uso’ relaciona-se com vontade, individual, idealizando-se como opção mecânica de atitude ou de uma não atitude, nos territórios virtuais. O apropriar-se se coaduna aos interesses, demonstrando que não somente os recursos e funcionalidades na mídia social influenciam na sua utilização, mas que as pessoas detentoras de perfis na rede possuem motivações específicas para utilizá-lo e que o fazem com propósitos distintos.

Observar, descrever e analisar os usos e apropriações realizados pelos sujeitos comunicantes surdos no perfil Asugov GV e nos perfis pessoais participantes, sistematicamente, pôs à mostra que esses sujeitos expressam e constituem suas subjetividades na rede social. Sem desconsiderar análises mais profundas que devem advir do presente estudo, afirmamos que manifestações em ambos os espaços evidenciam apropriações comunicacionais as quais apontam um possibilidades de empoderamento comunicacional e da cidadania comunicativa, não isentas entretanto de contradições, como procuramos sinalizar no texto.

Referências

Asugov GV. (s.d.). *Página inicial* [página do Facebook]. Facebook. Recuperado em 12 de outubro de 2020, de <https://www.facebook.com/asugov.gv.9>

Castells, M. (2005). *A sociedade em Rede: do conhecimento à ação política*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Castells, M. (2013). *O Poder da Identidade. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (Vol. 2, K. B. Gerhardt, trad.). Paz e Terra

Castells, M. (2015). *O Poder da comunicação*. Paz e Terra.

Emediato, W. (2015). Discurso e web: as múltiplas faces do facebook. *Revista da ABRALIN*, 14(2), 171-192. <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/42561>

García Canclini, N. (2008). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. UFRJ.

Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4ª ed.). LTC.

Luz, R. D. (2013). *Cenas surdas – os surdos terão lugar no coração do mundo?* Parábola.

Machado, D. (2018). A modulação de comportamento nas plataformas de mídias sociais (Sociedade de Controle: manipulação e modulação nas redes digitais). *Revista Eptic*, 22(2), 97-111. <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/12114>

- Maldonado, A. E. (2002). Produtos midiáticos, estratégias, recepção. A perspectiva transmetodológica. *Ciberlegenda*, (9), 1-15. <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36818>
- Maldonado, A. E. (2008). A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In A. E. Maldonado, J. A. Bonin, & N. M. Rosário (Orgs.), *Perspectivas metodológica em comunicação: Desafios na prática investigativa* (pp. 27-54). Editora Universitária da UFBA.
- Maldonado, A. E. (2012). *Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação*. UNIDAVI.
- Recuero, R. (2014). Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. *Verso e Reverso*, (68), 114-124, doi: [10.4013/ver.2014.28.68.06](https://doi.org/10.4013/ver.2014.28.68.06)
- Santaella, L. (2013). Desafios da ubiquidade para a educação. *Revista Ensino Superior*, (04), 19-28. <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/desafios-da-ubiquidade-para-a-educacao>

El Paro Nacional en Colombia 2019, la Cobertura Periodística del 21N desde la Teoría del *Framing* en la Red Social de Twitter

Fátima Martínez

“Lo que Atenas fue en miniatura, lo será América a gran escala”, escribió Thomas Paine (Arendt, 2018). América, concebida como continente y no como un sólo país, si asumimos el todo por el todo, y no la parte por el todo, como ha hecho Estados Unidos al autoproclamarse a sí misma, “América”, y al incluirlo en el vocabulario anglosajón como algo normalizado, especialmente al denominar *American people* a quienes poseen la nacionalidad estadounidense. América, como concepto, aunque todos sabemos que, como continente, es mucho más y que va mucho más allá, de la “colonizada” América desde hace cientos de años.

“Colombia despierta” fue uno de los hashtags más usados en el mes de noviembre de 2019, que eclosionó con un Paro Nacional en Colombia el 21 de noviembre del mencionado año. Entonces miles de personas, en las grandes ciudades de todo el país, salieron a las calles, desde estudiantes y obreros hasta comunidades indígenas, además de profesores de universidades públicas y privadas, autónomos, periodistas, entre muchos otros. Un mar de personas marchó por la carrera Séptima

de Bogotá, entre cantos, pancartas, disfraces de colores y proclamas, en oposición a la gestión de la Presidencia de Iván Duque.

América Latina se convirtió en un hervidero de protestas callejeras, que proliferaron especialmente durante todo el segundo semestre del año 2019, meses antes de la llegada de la pandemia y de las numerosas cuarentenas que han azotado y siguen azotando a numerosos países durante el año 2020. En el mes de diciembre de 2019, *Le Monde Diplomatique*, en un editorial, firmado por el escritor Enrique Santos Molano, titulado “La crisis de Colombia con P mayúscula”, respondía afirmativamente a la siguiente pregunta retórica: “¿Estamos viviendo en América Latina un momento histórico trascendental, el inicio de la segunda independencia como se vivió hace dos siglos?”.

Lejos de la administración de Donald Trump en Estados Unidos que cumplía tres años en 2019, la cual ha gestado una fuerte polarización en todo el país, América Latina, como región, estaba viviendo múltiples movimientos sociales y revoluciones populares, marcando hitos históricos que no han pasado desapercibidos, ni para los medios de comunicación, ni mucho menos para la población que los estaba viviendo en primera persona. En relación con el citado editorial de Santos Molano, el periodista colombiano comenzaba su texto enumerando todos los acontecimientos históricos que estaban aconteciendo en toda la región, que marcarían un antes y un después:

En México se consolida un gobierno progresista; en Argentina ha ganado las elecciones, por mayoría aplastante, un candidato progresista que se dispone a asumir gobierno en pocos días; en Chile un paro nacional completa cuarenta y cinco días para imponer el cambio de una constitución heredada de la dictadura sangrienta de Pinochet por una constitución progresista; en Bolivia un golpe

de Estado depone el gobierno progresista de Evo Morales, pero la resistencia contra los golpistas crece, y una parte del ejército se ha puesto del lado del presidente legítimo. En Ecuador, el paquetazo tributario de Lenin Moreno, ordenado por el FMI, se quemó en la puerta del horno por la rebelión indígena que copó la capital y que obligó a Moreno a huir a Guayaquil y a plegarse a las demandas populares; en Colombia, un paro nacional, que estalló el 21 de noviembre, contra el gobierno de Iván Duque y sus proyectos de reformas neoliberales (tributaria, laboral y pensional) completa una semana. (Santos Molano, 2019, párr. 1)

El Paro del 21N de 2019, el Día que Colombia Decide Hacer Historia

A un año de la consolidación del gobierno de Iván Duque, el pueblo colombiano decide pronunciarse en las calles. Colombia decide hacer historia en 2019, a raíz del paro nacional del 21 de noviembre (21N en adelante), después de numerosas protestas de estudiantes colombianos meses previos en las calles más importantes de Bogotá. De hecho, “el paro tuvo una magnitud que ninguna protesta tuvo en 60 años”, afirmó Jorge Orlando Melo, el reconocido historiador colombiano, a *BBC Mundo*.

Como muchos otros medios de comunicación internacionales, la *BBC* y *El País*, a la hora de contextualizar el 21N, hacía referencia a la importancia de este paro nacional que no se había hecho desde el año 1977 en Colombia, cuando la población colombiana decide hacer un paro nacional, impulsado por profesores, trabajadores y estudiantes, que puso en entredicho al gobierno liberal de aquel momento encabezado por Alfonso López Michelsen. Como informó la *BBC*, hasta el 21N de 2019, no se había acatado un paro como el de 1977. Así puede leerse

en la información de la *BBC* titulada *Paro Nacional en Colombia: tres factores claves que hicieron del 21 de noviembre un día histórico*:

Prácticamente todos los gremios acataron el paro; en cada rincón del país hubo protestas, la mayoría de quienes no protestaron vivieron una suerte de día feriado, el país estuvo paralizado por un día. Sólo el comercio, por ejemplo, se vio paralizado en un 50%, según la Federación Nacional de Comerciantes. (Pardo, 2019, párr. 23-24)

Para la *BBC News*, las tres características de este paro fueron:

- El paro nacional en sí mismo, que se extendió por todo el país;
- El cacerolazo, iniciado de manera espontánea el mismo jueves 21N en la tarde, algo habitual en otros países latinoamericanos, pero no tan habitual en Colombia;
- Las protestas en ciudades pro-gobierno como Medellín, en el departamento de Antioquia, la segunda ciudad más grande de Colombia, después de Bogotá.

Ese fin de semana se convirtió en una sucesión de protestas masivas en Colombia, desde el jueves 21N y hasta el sábado 23N numerosos sectores de la población salieron a las calles con consignas como el respeto al Acuerdo de Paz y la oposición a reformas económicas. Los toques de queda impuestos por el Gobierno debido a problemas de orden público, se sustituyeron por repetidos cacerolazos que sonaban entre las principales ciudades del país.

El 23 de noviembre, *France 24* publicaba una noticia titulada “*Colombia despierta*”, *jornadas de protestas inéditas sacuden el país*, donde se informaba así: “Todo ha sido excepcional desde que el pasado 21 de noviembre se vivió una histórica jornada de paro en todas las

ciudades del país”. En el segundo párrafo de la información, se podía leer lo siguiente:

El descontento hacia el Gobierno conservador de Duque roza el 70%, según las últimas encuestas, y ha despertado en Colombia una oleada de indignación de proporciones inéditas. Inicialmente, la huelga general se convocó contra el llamado “paquetazo” de Duque, una serie de reformas al sistema pensional y laboral, pero terminó aunando demandas generalizadas, como reclamos a favor de la paz. (Rojas, 2019, párr. 2)

La presión popular contra el Gobierno de Duque siguió, posteriormente, durante la primera quincena del mes de diciembre. De hecho, el diario español *El País* publicaba el 4 de diciembre de 2019 la noticia titulada *Las protestas mantienen el pulso de Iván Duque en Colombia*. Esta información, firmada por Manetto, Oquendo y Torrado (2019), explica que “el tercer paro nacional, convocado desde el 21 de noviembre en Colombia, ha congregado a decenas de miles de personas en las principales del país”. La noticia agregaba que “los líderes sindicales y estudiantiles optaron una vez más por la huelga general”, según los periodistas que redactan la información, “una apuesta de éxito incierto en una sociedad poco acostumbrada a este tipo de movilizaciones en el tiempo”. “Si bien la adhesión de los trabajadores fue desigual, las manifestaciones continúan”, concluyen en *El País*.

Concretamente, a principios de diciembre, también se hicieron presente en diferentes puntos de Bogotá varios movimientos feministas, encabezados por mujeres que cantaban al unísono la canción “Y la culpa no era mía, ni dónde estaba, ni cómo vestía”, cuyo eco provenía de los movimientos feministas que se estaban exportando desde Chile a

numerosas capitales del mundo, tanto en el continente americano como en Europa, una ola feminista que daría para otra investigación sobre este tema concretamente. A estos movimientos sociales colombianos tan diversos, también, quisieron sumarse las marchas impulsadas por la guardia indígena en diciembre de 2019 con el himno que les acompaña en cada una de las marchas indígenas que comienza con “guardia, guardia, fuerza, fuerza, por mi raza, por mi tierra”.

De este modo, las marchas que comenzaron en el año 2019 en Colombia como protestas de estudiantes en favor de la educación superior pública, sirvieron como el aderezo perfecto para impulsar, posteriormente, y de la mano de líderes sindicales y sociales, algo históricamente mucho más grande. Santos Molano lo explica en su editorial de la siguiente manera:

A diferencia de paros anteriores, como el de septiembre de 1977, el actual movimiento reúne íntegras las corrientes ciudadanas que luchan por un cambio profundo en la vida colombiana: trabajadores de todos los oficios, estudiantes, intelectuales, artistas, educadores, hombres y mujeres, que llevan una semana en las calles, marchando pacíficamente, enfrentando con alegría, música y sin miedo, la represión de las fuerzas de la policía (ESMAD) y la acción de vándalos organizados por la extrema derecha para infiltrarse en las marchas”. (Santos Molano, 2019, párr. 3)

En definitiva, la población colombiana había superado el miedo, tan marcado por el conflicto armado, y marchaba en las calles de las ciudades más importantes del país.

Castells, uno de los investigadores referentes en los movimientos sociales contemporáneos, lo explica perfectamente en su obra titulada *Redes de indignación y esperanza. Los movimientos sociales en la era*

Internet (2012, p. 38) a partir de las protestas nacidas al albor del año 2011 con la primavera árabe y las protestas sociales en España, nacidas un 15 de mayo con el *hashtag* y la expresión *Spanish Revolution*, del movimiento 15M. Castells busca un denominador común a la pregunta “¿Cuál podía ser el hilo común que unía en las mentes de la gente sus experiencias de revuelta a pesar de que sus contextos culturales, económicos e institucionales fueran tan diferentes?” respondiendo así:

En pocas palabras: su sentimiento de empoderamiento. Un sentimiento que nació de la indignación contra los gobiernos y la clase política, ya fuera dictatorial, o en su opinión, pseudodemocrática. Indignación provocada por la rabia ante la complicidad que percibían entre la élite financiera y la élite política y que estalló por la reacción emocional que causó algún acontecimiento insoportable. Y fue posible por la superación del miedo mediante la unión forjada de las redes del ciberespacio y en las comunidades del espacio urbano. (Castells, 2012, p. 38)

Siguiendo la teoría de Castells, en Colombia, uno de los detonantes fue la denuncia de la masacre de, al menos, 8 menores de edad en un bombardeo del Ejército colombiano a disidentes de la guerrilla de las FARC en el departamento del Caquetá, al sur de Colombia. Dicha denuncia se realizó en el Congreso a principios del mes de noviembre de 2019, despertando la indignación del país, que supuso la renuncia del cargo de Guillermo Botero, el Ministro de Defensa de Colombia, en menos de 24 horas después de la noticia de la masacre. A partir de esto, movimientos políticos y sociales de la oposición se organizaron para manifestarse por la violencia recurrente en varias zonas del país, perpetrada por grupos armados ilegales principalmente. Esto derivó en la exigencia de la correcta implementación del Acuerdo de

Paz firmado con las FARC en 2016, haciendo énfasis en la protección a los líderes sociales, que se han visto amenazados, además de los 236 ex combatientes de las FARC asesinados desde la firma de dicho Acuerdo entre la guerrilla y el Estado colombiano.

La Muerte de Dilan Cruz frente al Abuso de la Fuerza Policial en Colombia

Desafortunadamente, después de tres días intensos de protestas callejeras en Bogotá, en la tarde del sábado 23 de noviembre, un joven llamado Dilan Cruz resultó gravemente herido en la cabeza a causa de un disparo de las armas de los Escuadrones Móviles Antidisturbios (ESMAD en adelante). Dilan Cruz, quien falleció días después, se convirtió en un icono del paro nacional de 2019, cuyo caso fue representativo de las denuncias de posibles excesos de la fuerza pública en su intento por dispersar las marchas.

Cabe mencionar que, durante esos tres días del mes de noviembre, las marchas pacíficas solían terminar, en muchas ocasiones, con persecuciones de la policía y del ESMAD detrás de jóvenes manifestantes, algo que se podía ver habitualmente en las calles de La Candelaria adyacentes a la Plaza Simón Bolívar, que constituyen el casco histórico de la capital. La gran mayoría de las veces, las marchas son pacíficas en la mañana y se tornan violentas en la tarde con el uso de aturdidoras y de gases lacrimógenos, lanzados por las fuerzas públicas del orden, muchas veces, en respuesta de los actos vandálicos de encapuchados al finalizar las marchas. De hecho, en la tarde del viernes 22 de noviembre, frente a una multitud de jóvenes congregados en la Plaza Simón Bolívar, el

ESMAD realizó un ataque masivo con el uso de gases lacrimógenos contra los manifestantes de la Plaza, pero sin motivo aparente alguno.

Breve Análisis de la Cobertura del Paro Nacional del 21N desde la Teoría del *Framing*

Los medios de comunicación colombianos tampoco escapan a la polarización política que se vive en Colombia. Aunque el periodismo debe tener la imparcialidad en la cobertura noticiosa como máxima, en Colombia parece casi imposible que las líneas editoriales de los medios de comunicación y sus organizaciones dejen completamente de lado su posición frente a un determinado tema en el momento de analizarlo y comunicarlo. De esta forma, la cobertura que se dio en las marchas en noviembre del año pasado tuvo diferentes enfoques y matices según el tipo de medio de comunicación que lo contaba, como así pudo comprobarse. Mientras que los medios más reconocidos e importantes del país tienden a mostrar una postura más institucional; algunos, de hecho, no ocultan su visión de país en favor del gobierno de turno, por su parte, los medios alternativos suelen mostrar una postura en favor del activismo político de movimientos independientes u opositores al gobierno, lo que marca fuertes diferencias en la forma en que estos medios cubren las manifestaciones ciudadanas.

Por esta razón, se realiza un análisis comparativo de la cobertura periodística de las marchas del 21 y 22 de noviembre, a raíz del Paro Nacional. Dado el auge del periodismo digital y los beneficios que ofrecen las redes sociales para realizar cobertura en tiempo real, esta revisión se enfocará en los canales digitales de dos medios de

comunicación: el diario impreso y digital *El Espectador*, fundado el 22 de marzo de 1887, en la ciudad de Medellín, es el diario más antiguo de Colombia, y *Cero Setenta*, un medio digital independiente con varios años de trayectoria, auspiciado por el Centro de Estudios Periodismo de la Universidad de los Andes en Bogotá, una de las mejores universidades de Colombia. La URL del diario *El Espectador* es www.elespectador.com mientras que la URL del medio digital *Cero Setenta* es <https://cerosetenta.uniandes.edu.co>

A partir de la selección de estos dos medios de comunicación colombianos, procederemos a realizar un análisis discursivo y de encuadre temático de la cobertura que estos medios dieron de las marchas del 21N en la red social de Twitter, identificando, a la luz de las teorías del *framing* y *priming*, el encuadre que dichos medios realizan a la cobertura de este hecho político y social. De esta manera, las unidades de análisis partirán de 10 tweets, emitidos por cada medio de comunicación el 21N, donde se evidencia su enfoque noticioso. En primer lugar, es necesario definir los conceptos claves para el presente análisis. El *framing*, desde la psicología (escuela Goffman), se define como “los cambios de juicio en la audiencia que tienen lugar a partir de la modificación en la definición del enfoque con que los medios delimitan los hechos problemas” (Barrios & Elias, 2000, p. 55). Desde el punto de vista comunicativo, el *framing* se puede definir como

seleccionar algunos aspectos de la realidad percibida, haciéndolos más sobresalientes en el texto comunicativo, de tal manera que consigan promover una definición del problema particular, una interpretación causal, una evaluación moral y/o una recomendación de tratamiento para el asunto descrito. (Entman, 1993, p. 52)

De esta forma, hay un cierto consenso del *framing* como la técnica que define el enfoque con el cual se va a transmitir una noticia, dando un tratamiento diferenciado a cierta información y atribuyendo importancia a determinados elementos que componen la noticia. Dicho esto, es relevante acotar que los frames son “principios de organización compartidos socialmente, persistentes en el tiempo y que trabajan simbólicamente para estructurar con significado el mundo social” (Reese, 2001, p. 80).

En suma, los frames son el conjunto de argumentos temáticos a través de los cuales se analiza y presenta un tema noticioso. A continuación, analizaremos cinco tweets del diario *El Espectador* y cinco tweets del medio digital *Cero Setenta* del 21 y 22 de noviembre de 2019, a la luz de la organización discursiva y el encuadre temático. En cuanto a la organización discursiva, se identificarán los temas que aborda el tweet y los actores que identifica. Respecto al encuadre temático/mediático, se revisarán las funciones básicas del *framing* según Entman: definición del problema, atribución de responsabilidad, valoración moral y recomendación de tratamiento.

Cobertura Digital de El Espectador desde Twitter

En la tabla 1, se puede apreciar el *framing* del diario *El Espectador*, que cubrió los hechos del Paro Nacional del 21 de noviembre de 2019. Si bien el medio cubría el minuto a minuto de las marchas, se evidencia un enfoque en los efectos del paro, como trancones, cierres, hechos vandálicos, reacciones del gobierno, etc. Aunque trata de mostrarse neutral, se puede apreciar una postura crítica frente a las manifestaciones,

al resaltar los hechos negativos durante las marchas y el impacto que estas protestas tienen en las actividades cotidianas de la sociedad.

Tabla 1

Los tweets analizados de El Espectador

Tweet	Organización discursiva	Encuadres temáticos / mediáticos
<p>#Marcha21DeNoviembre Las universidades que cancelaron clases por el paro nacional. bit.ly/2Ox94vx</p>	<p>Este tweet enfoca la atención en los efectos del paro en instituciones y personas, identifica como actores a los manifestantes y las personas afectadas por las marchas y por el paro.</p>	<p>Mediante el encuadre de esta cobertura, se identifica como problema las marchas del paro y el efecto que causa en instituciones educativas. se atribuye la responsabilidad, de manera implícita, a los manifestantes, haciendo una valoración neutra a negativa. No hay recomendación específica de tratamiento, pero se entiende que el propósito de la información es evitar ir a dichas instituciones.</p>
<p>#Marcha21DeNoviembre Extremaron medidas de seguridad en Bogotá de cara al paro nacional del 21 de noviembre. http://bit.ly/34hfANT</p>	<p>Esta publicación resalta como tema las acciones de las autoridades para garantizar la seguridad en la ciudad, que se presume amenazada a causa del paro. Identifica como actores a los manifestantes y a las autoridades de Bogotá.</p>	<p>El tweet identifica las marchas como problema, al asumir que amenaza la seguridad, atribuyendo la responsabilidad a los manifestantes. De manera implícita, se encuentra una calificación negativa a las marchas del paro nacional. Como tratamiento, está la respuesta de las autoridades para garantizar la seguridad.</p>
<p>#ParoNacional Son 10 los capturados durante las marchas. Más allá de algunos bloqueos, enfrentamientos con las autoridades y actos de vandalismo, no se han presentado problemas en el orden público. http://ow.ly/zsoy50xhqJO #AsíVaElParo</p>	<p>El trino pone el tema de los hechos de desacato a las autoridades generados durante el paro. Señala como actores a la policía, los manifestantes y las personas capturadas.</p>	<p>Se identifican como problema las acciones en contra de las autoridades en el marco de las marchas por el paro nacional, atribuyendo la responsabilidad a las manifestaciones y a los manifestantes. Se entiende una calificación neutral a negativa, ya que resalta los hechos en contra de las autoridades, aunque se señala que no hubo mayores problemas de orden público.</p>

<p>#Marcha21DeNoviembre El ministro de Hacienda, Alberto Carrasquilla, dice que algunas de las razones para convocar el paro son mentira. El funcionario se mantiene en proyectar un crecimiento cercano al 3,6% para finales de 2019.</p>	<p>Este tweet identifica como tema las razones por las que se convocó el paro y la postura del gobierno al respecto. Los actores señalados son el Ministerio de Hacienda y los manifestantes.</p>	<p>Este tweet identifica como problema que no todas las razones para convocar el paro serían ciertas, acorde a las declaraciones del Gobierno. Atribuye la responsabilidad a los manifestantes, pero presenta una calificación neutral.</p>
<p>El paro nacional de este jueves 21 de noviembre culmina con un #Cacerolazo por todo Bogotá. Después de una jornada de movilizaciones pacíficas y de algunos enfrentamientos, los habitantes de la capital alzan el sonido en las calles. http://ow.ly/NjY350xhDiC #Paro21Noviembre</p>	<p>El tweet identifica el cacerolazo como tema central, ya que surgió después de las marchas. Señala como actores a los manifestantes y ciudadanos que participaron del cacerolazo.</p>	<p>Esta publicación no identifica una situación problemática, ya que informa un balance sobre el primer día del paro. La responsabilidad recae en los manifestantes y los ciudadanos, presentando una calificación neutral.</p>

Elaboración propia

El Espectador presenta un enfoque más institucional, haciendo eco de las respuestas de parte del sector público y del sector privado a la convocatoria de marchas. En algunas publicaciones se pueden ver calificaciones de vándalos, señalamientos de enfrentamientos con las autoridades y bloqueos realizados por parte de los manifestantes, resaltando los hechos negativos dentro de las marchas. Este enfoque de cubrimiento difiere significativamente del aplicado por *Cero Setenta*, que no muestra estos calificativos hacia los manifestantes, pero está atento a denunciar el actuar de la fuerza pública para dispersar las marchas.

Cobertura Digital Cero Setenta desde Twitter

Tabla 2

Los tweets analizados de Cero Setenta

Tweet	Organización discursiva	Encuadres temáticos
Proceso de Comunidades Negras, PCN, presente en este paro en Bogotá, en contra del censo que dice que son menos de los que son	Esta publicación resalta como tema la participación de comunidades indígenas en el paro, siendo estos los principales actores.	Se identifica como problema el censo al PCN, que denunciaron como irregular. La responsabilidad recae en las instituciones estatales, presentando una calificación mixta: positiva sobre la participación del PCN y negativa sobre las acciones del Estado.
Convocan a un #Cacerolazo entrando la noche del #21N	El tweet tiene como tema la convocatoria al cacerolazo, identificando como actores a los ciudadanos y manifestantes.	No se identifica un problema como tal, se informa una situación, cuya responsabilidad recae en los manifestantes del paro. La calificación es neutral, ya que no se emite ningún juicio sobre esta información.
Este cacerolazo no tiene precedentes (al menos en el mediano plazo)	Nuevamente, el tema es el cacerolazo convocado luego de las marchas, cuyos actores son los ciudadanos.	La situación que se identifica es la importancia del cacerolazo, una forma de manifestación novedosa en Colombia. La responsabilidad recae sobre los ciudadanos que participan en el cacerolazo, otorgando una calificación positiva.
Los manifestantes llegaron a la cita del #cacerolazo como forma de protesta en la Plaza de Bolívar y por los gases arrojados se ven obligados a despejar el sitio poco a poco #22N.	Este tweet presenta como tema las manifestaciones en Bogotá y la respuesta de las autoridades. Los actores son los manifestantes y la policía.	El problema que señala el tweet es la respuesta de las autoridades, al dispersar las manifestaciones. La responsabilidad recae sobre la policía, asumiendo una calificación negativa a estos hechos. Se encuentra implícito un tratamiento de cuidado, denunciando las acciones policiales para dispersar las marchas.

<p>Ahora hay muchos en el Parque de los periodistas, en el centro de Bogotá, y el ESMAD ha buscado diseminar la protesta con gases lacrimógenos en las calles de La Candelaria. #22N</p>	<p>El tema de este tweet son las acciones de las autoridades para dispersar las marchas, presentando como actores a la policía y los manifestantes.</p>	<p>Se señala como problema que la policía dispersara las marchas, recayendo la responsabilidad en la policía. De manera implícita, se encuentra una calificación negativa a estos hechos, dando un tratamiento de denuncia a esta noticia.</p>
--	---	--

Elaboración propia

Por su parte, *Cero Setenta* presenta un enfoque de cobertura mediática muy distinto al de *El Espectador*. El *framing* de este medio se enmarca a favor de los movimientos sociales, cubriendo el minuto a minuto de las marchas, sus participantes, las actividades que desarrollan y manifiestan su apoyo al Paro Nacional. Durante el 21 y 22 de noviembre, *Cero Setenta* no se hizo eco a las opiniones de otros actores políticos o instituciones, sino que acompañó el recorrido de los manifestantes. Además, informaron en su canal de Twitter cuando la fuerza pública ejercía acciones para dispersar las marchas, calificando de manera negativa estas acciones por parte de las autoridades policiales.

Conclusiones Finales

El Paro Nacional, convocado por los estudiantes universitarios, organizaciones de maestros y sindicatos de obreros, entre otros, el 21 de noviembre se convirtió en uno de los mayores hechos históricos del año 2019 en Colombia. Sin duda, se convirtió en una prueba de fuego para el presidente Iván Duque, quien fue elegido como presidente del gobierno en 2018, dentro de un contexto de polarización política, pero que un año después de su elección, en 2019, contaba con una alta tasa

de desaprobación. Múltiples razones, como el incremento de la violencia en varias regiones del país, el asesinato a líderes sociales, el manifiesto desacuerdo del partido de gobierno con el Acuerdo de Paz firmado con la guerrilla de las FARC en 2016, sumado a todos los problemas sociales de Colombia, como la pobreza, el desempleo y la desigualdad, fueron el caldo de cultivo para este estallido social que marca un antes y un después en la historia del país, un hecho histórico, que se sumaba en el tiempo a otras protestas sucedidas en la región de América Latina, como pasaba en Chile desde hacía semanas, en Ecuador o en Bolivia. Lo cierto es que, como apunta la BBC, tres de las características del 21N en Colombia fueron: el paro nacional en sí mismo, el cacerolazo y las manifestaciones contra el Gobierno en ciudades previamente uribistas, como por ejemplo, Medellín.

La polarización política no se manifiesta únicamente en los discursos de figuras públicas, sino en los medios de comunicación. Mediante el enfoque de cobertura mediática, se pueden trazar grandes diferencias en los *framings* que usan los medios para dar cubrimiento a hechos noticiosos, respondiendo a una agenda política. De esta manera, en medios tradicionales como *El Espectador* se encontró una respuesta ciertamente negativa al Paro Nacional del 21 de noviembre de 2019, dando eco a posturas contrarias a las de los movimientos políticos y sociales que convocaron al Paro en Colombia. Por otro lado, un medio digital universitario y alternativo como *Cero Setenta* presentó una postura positiva frente a la convocatoria del Paro Nacional, compartiendo con su audiencia las actividades dentro del paro y las razones por las que los ciudadanos se manifestaron, dando su calificación negativa a la

respuesta exagerada de la fuerza pública contra los manifestantes en las marchas de noviembre de 2019.

Referencias

Arendt, A. (2018). *La libertad de ser libres*. Taurus.

Barrios, M., & Hung, E. (2009). El rol de los medios en los procesos electorales. *Perspectivas de la comunicación*, 55.

Castells, M. (2012). *Redes de indignación y de esperanza. Los movimientos en la era de internet*. Alianza Editorial.

Cero Setenta [@cerosetenta]. (s.f.). *Tweets* [Perfil de Twitter]. Recuperado el 26 de octubre de 2020 de <https://twitter.com/cerosetenta>

El Espectador [@elespectador]. (s.f.). *Tweets* [Perfil de Twitter]. Recuperado el 26 de octubre de 2020 de <https://twitter.com/elespectador>

Entman, R. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 55-58.

Manetto, F., Oquendo, C., & Torrado, S. (2019, diciembre 4). Las protestas mantienen el pulso al Gobierno de Iván Duque en Colombia. *El País*. https://elpais.com/internacional/2019/12/04/colombia/1575485390_234068.html

- Pardo, D. (2019, noviembre 22). Paro nacional en Colombia: tres factores inéditos que hicieron del 21 de noviembre un día histórico. *BBC News Mundo*. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50520302>
- Parranderos del Cauca, Cuatro Más Tres. (2020). *Himno de la Guardia Indígena - Guardia Fuerza ft. Andrea Echeverry, Ali Aka Mind, Chane Meza ...* [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=uwR6VgQ1mOE>
- Reese, S., Gandy, O., & Grand, A. (2001). *Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Romero, M. (2019a, noviembre 23). “Colombia despierta”: jornadas de protestas inéditas sacuden el país. *France 24*. <https://www.france24.com/es/20191123-colombia-despierta-jornadas-de-protestas-in%C3%A9ditas-sacuden-el-pa%C3%ADs>
- Romero, M. (2019b, noviembre, 7). Colombia: renuncia el ministro de Defensa tras la muerte de 8 menores en un bombardeo. *France 24*. <https://www.france24.com/es/20191107-colombia-renuncia-ministro-defensa-botero>
- Rojas, C. (2019, noviembre 28). La muerte del joven colombiano fue “violenta, homicidio”. *France 24*. <https://www.france24.com/es/20191128-protestas-colombia-dilan-cruz-homicidio-esmad>
- Santos Molano, E. (2019, diciembre 11). La crisis de Colombia con P mayúscula. *Le Monde Diplomatique*. Versión impresa.

Mobilización Transmedia #SOSPuebloShuar: Prácticas Comunicacionales y Repertorios Estratégicos del Activismo Ecosocial

Yadis Vanessa Vanegas-Toala

Los movimientos y redes de activismo ecosocial contemporáneos, en América Latina, han generado una cultura mediática emergente como parte de sus repertorios de acción colectiva. Este capítulo explora las prácticas comunicacionales activistas que convergen en el hashtag #SOSPuebloShuar, utilizado en Twitter, como parte de las luchas de los pueblos indígenas frente a los conflictos socioambientales detonados por la industria extractiva en sus territorios. En un primer apartado se desarrolla un marco teórico interdisciplinar que trabaja los conceptos de prácticas comunicacionales, movilización transmedia, estructuras de oportunidades de mediación y repertorios de comunicación activista. En un segundo apartado, se presenta el caso de estudio, donde se despliega un análisis explicativo sobre las oportunidades discursivas, mediáticas y de interconexión expresadas a través movilización #SOSPuebloShuar. A partir de este caso de estudio se busca comprender los nuevos repertorios estratégicos de la protesta del activismo ecosocial agenciados por la acción conectiva en red, en el contexto de la cultura transmedia.

Mobilización Transmedia y Nuevas Prácticas Comunicacionales

En las tres últimas décadas, los repertorios de acción colectiva de los movimientos sociales y de las redes activistas han estado signados por una marcada dimensión comunicacional. En buena medida -aunque no determinante- esto se debe a las facilidades que ha brindado el acelerado desarrollo de las Tecnologías de Información y Comunicación (TIC) (Reguillo, 2017; Rovira, 2013; Tilly & Wood, 2010) que ha permitido estrategias de visibilidad transmedia en contextos de movilización social (Costanza-Chock, 2013; Vásquez-Arias & Montoya-Bermúdez, 2017). En los noventa, asistimos a la configuración de la red transnacional de activismo en solidaridad con el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZNL); y, la expansión global de los Independent Media Center (IndyMedia). En las primeras décadas de este siglo, fuimos testigos de las protestas sobre el atentado de Atocha en España; la Primavera Árabe; el movimiento 15M en España; el movimiento Occupy Wall Street en Estados Unidos; la red #YoSoy132 en México; la Nuit Debout en Francia y, recientemente, el estallido social de Chile. Efectivamente, este ciclo de movilizaciones sociales evidenció la importancia de los procesos de comunicación como articuladores de repertorios de protesta híbridos: con ocupación del espacio físico, mediático y digital, así como el uso de tecnologías análogas y digitales.

Las dinámicas de las actuaciones de los movimientos sociales -tradicionalmente basada en que la identidad colectiva orgánica sustentaba sus repertorios de acción contenciosa- ha mutado hacia una nueva forma de organización de activismo en red configurada en torno a “multitudes

conectadas” (Rovira, 2017). Actualmente, la conexión entre actores heterogéneos que comparten un objetivo político común -aunque no necesariamente participan de una identidad colectiva- son capaces de agenciar acciones colectivas en red. Este giro en las formas contemporáneas de movilización se basa en la noción de “acción conectiva”, que implica procesos de comunicación tecnológicamente organizados, menos institucionalizados y más individualizados, en donde la comunicación en sí misma se convierte en una estructura organizacional (Bennett & Segerberg, 2012, p. 760). Desde esta perspectiva, han surgido estudios que destacan el rol de la comunicación en procesos de política contenciosa, concibiéndolo como un agente organizador de los repertorios de acción colectiva, tal como lo han planteado la noción de tecnopolítica (Reguillo, 2017; Rovira, 2019; Toret, 2015), los estudios sobre movilización transmedia (Costanza-Chock, 2013) y el análisis de las “oportunidades de estructuras de mediación” en las lógicas de protesta contemporáneas (Cammaerts, 2012).

Tomando en cuenta que las movilizaciones contemporáneas se desenvuelvan en un entorno mediático complejo -caracterizados por la multiplicidad de medios, la agencia de los usuarios-consumidores, así como la cultura colaborativa- es plausible pensar que las prácticas activistas contemporáneas han entrado de lleno en lo que Jenkins, Ford y Green (2015) denominaron como “cultura transmedia”. En esta dirección, Sasha Constanza-Chock (2013) ha posesionado el concepto de “movilización transmedia”, para referirse a las prácticas comunicacionales activistas que se realizan a través de múltiples plataformas y medios desde una dinámica colaborativa. La autora plantea que: “la narrativa de un movimiento social se dispersa sistemáticamente a través de múltiples

plataformas mediáticas, creando un “mundo” de movimiento social distribuido y participativo” (2013, p. 100). Desde este andamiaje teórico, las prácticas comunicacionales activistas están signadas por estrategias transmedia que navegan en la ecología mediática contemporánea, para generar acción colectiva e incidencia política.

Estas nuevas dinámicas de la comunicación transmedia del activismo en red exigen un cambio de perspectiva en la forma tradicional de los estudios de medios en los movimientos sociales. Estos enfoques, especialmente aquellos surgidos en el contexto anglosajón, plantearon un enfoque *mediacéntrico*, entendido como una comprensión reduccionista de la comunicación que la simplifica al estudio de la tecnología que soporta el proceso. De ahí, que sea necesario un giro epistémico que descentre el protagonismo de los medios de los movimientos sociales hacia la pluralidad compleja de las *prácticas comunicacionales*, a través de las cuales se expresa la agencia política y social de los sujetos: en sus acciones, modos de creación, formas de apropiación, consumo, participación, relacionamiento e interconexión en los procesos de la comunicación en el marco de la política contenciosa.

Oportunidades de Mediación y Repertorios de Comunicación Activista

Los repertorios de acción contenciosa se explican como el conjunto de prácticas políticas estratégicas promulgadas miembros de los movimientos sociales, con la finalidad de alcanzar objetivos comunes. (Tarrow, 1997; Tilly & Wood, 2010). Sin embargo, esta dinámica de los movimientos sociales, se condiciona a lo que Sidney Tarrow

denominó como “estructura de oportunidades políticas”, que corresponde a las “dimensiones del entorno político que animan o desalientan a emprender acciones colectivas” (Tarrow, 1997, p. 49). Dentro de los factores externos que condicionan las posibilidades de éxito o fracaso de las actuaciones de los movimientos sociales, un elemento sobre el que cada vez existe más conciencia es el entorno mediático. En este sentido, tomando en cuenta las transformaciones socio-técnicas de las prácticas comunicacionales de las redes activistas contemporáneas, Bart Cammaerts (2012) -inspirado en la noción de mediaciones de Martín-Barbero (1987)- propone el concepto de “estructura de oportunidades de mediación”, que engloba a una tríada de oportunidades: discursivas, mediáticas y de interconectividad en red.

En el ámbito de las *oportunidades discursivas*, Cammaerts propone la noción “auto-mediación” en referencia a las narrativas propias de autorepresentación que dotan de sentido a las reivindicaciones de las redes activistas; y, estratégicamente generan procesos contrainformativos. Respecto a las *oportunidades mediáticas* se plantean las distintas formas en que los activistas intentan captar la atención de los medios convencionales, para amplificar su protesta y generar opinión pública. Finalmente, las *oportunidades de interconexión en red* contemplan las formas de resistencia a través de la tecnología que aluden a la capacidad conectiva con distintos actores para cooperar y coordinar acciones (Cammaerts, 2012).

Las prácticas comunicacionales activistas abarcan las oportunidades discursivas, mediáticas y de interconexión en red en el contexto de los complejos ecosistemas mediáticos contemporáneos. En este contexto, Alice Mattoni planteó el concepto de repertorios de comunicación

activista para designar al conjunto de prácticas relacionales -con las tecnologías (ordenadores, teléfonos móviles, etc.); los agentes mediáticos (periodistas, relacionistas públicos, etc.); y, el entorno mediático (por ejemplo, la comprensión sobre cómo los medios perciben al movimiento y sus demandas)- a partir de las cuales los activistas generan acciones estratégicas para dinamizar sus repertorios contenciosos (Mattoni, 2013, p. 47). A partir de estos conceptos se puede entender como el entorno mediático y las prácticas comunicacionales tienen un impacto el repertorio contencioso de los movimientos sociales y las redes activistas que inclusive pueden llegar a ser constitutivos de la movilización.

#SOSPuebloShuar

En el Ecuador -como en múltiples regiones del Sur Global- durante las dos últimas décadas, el gobierno ha impuesto de forma autoritaria e inconsulta una política extractiva de bienes naturales. Esto ha detonado una serie de conflictos socioambientales¹ que han afectado, sobre todo, a pueblos indígenas y campesinos que han sufrido el desplazamiento forzado de sus territorios, militarización, criminalización de la protesta social, prohibición de la libertad de asociación y censura de la libertad de expresión. A partir de la promulgación de la Ley de Minas (2009); y, el Plan de Desarrollo Minero (2016), el Estado ecuatoriano ha consolidado la minería a gran escala a través de la concesión del 15.25% del territorio

1. Para una referencia se pueden consultar los mapeos sobre conflictos socioambientales que realizan distintos colectivos: a nivel mundial (Enviromental Atlas Justice: <https://ejatlas.org/>); a nivel regional (Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina: <https://www.conflictosmineros.org/>); y a nivel nacional (Colectivo Geografía Crítica: www.geografiacriticaecuador.org).

nacional a empresas transnacionales. En este contexto, uno de los pueblos originarios más afectados por los conflictos socioambientales han sido los indígenas Shuar, en la Cordillera del Cóndor (Amazonia del Ecuador), donde operan los proyectos de megaminería “Mirador”, “San Carlos Panantza” y “Fruta del Norte”.

El 11 de agosto de 2016, las Fuerzas Armadas desalojaron forzosamente la comunidad shuar de Nankints -zona rural ubicada en la provincia Morona Santiago- para instalar el campamento base del proyecto extractivo “San Carlos Panatza”, operado por la transnacional china Explorcobres S.A (EXSA). El 21 de noviembre de 2016, los indígenas realizaron una acción de recuperación de su tierra. En respuesta, las Fuerzas Armadas asediaron por vía terrestre y aérea las comunidades shuar Tink, Warits y Tsuntsuim -donde se encontraban refugiados los desplazados de Nankints-. Finalmente, el gobierno de Rafael Correa declaró la militarización y el estado de excepción, el 14 de diciembre de 2016, e inició procesos legales de criminalización de la protesta contra dirigentes indígenas shuar y ordenó el cierre de la ONG ambientalista Acción Ecológica (Tribunal Verdict: Justiça e Defesa dos Direitos da Mulher e da andinos Panamazónicas, 2017; Urgente comunicado por el cierre de Acción Ecológica, 2016). A través de la fuerte presencia mediática del gobierno en medios de comunicación públicos y privados, se deslegitimó la lucha del pueblo Shuar desconociendo el carácter ancestral de sus territorios y calificando de como criminales a sus

líderes.² Este conjunto de acontecimientos generó que distintos actores de la sociedad civil, entre ellos, la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE) y la Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana (CONFENAIE) generaran la campaña nacional e internacional #SOSPuebloShuar, para exigir el cese de la militarización y el respeto de los derechos territoriales del pueblo Shuar.

Partiendo de la pregunta de investigación ¿Cuáles son las prácticas comunicacionales activistas que se enmarcan en las oportunidades discursivas, mediáticas y de interconexión en red desplegadas por la movilización transmedia #SOSPuebloShuar?, esta investigación recurre a un método mixto que integró Análisis de Redes Sociales (Caiani, 2014; Diani, 2002) operativizado a través del programa Gephi y Análisis Crítico del Discurso Tecnocultural (Brock, 2018) instrumentalizado con las herramientas de NVivo. La investigación parte de un universo de 32835 tuits realizados entre el 16 de diciembre de 2016 y el 28 de mayo de 2017. Para construir la muestra de estudio, se tomó en cuenta la arquitectura de la plataforma Twitter, y el criterio de aquellos tuits que incluyeron una mención a otro usuario. Desde esta lógica, se obtuvo un total de 1857 tuits que conforman el corpus sobre los cuales se aplicó el análisis de redes, con la finalidad de mapear los actores más relevantes y sus interacciones; y, el análisis crítico del discurso tecnocultural, para comprender las funciones pragmáticas y semánticas de los procesos

2. Uno de los argumentos frecuentemente refutados a través del hashtag #SOSPuebloShuar fue el Enlace Ciudadano 505 (celebrado el 17 de diciembre de 2016), en donde el presidente de la República de aquel entonces, Rafael Correa, desconoció el carácter ancestral de los territorios en disputa, ratificó la concesión minera para la consolidación del proyecto “San Carlos Panatza” y justificó el estado de excepción (Ver: Tele Ciudadana, 2016).

de significación colectiva articulados en la red. Finalmente, se leyeron estos resultados a través de los conceptos de movilización transmedia (Costanza-Chock, 2013), así como las oportunidades de mediación discursiva, mediática y relacional (Cammaerts, 2012) utilizando tuits emblemáticos.

Oportunidades Discursivas, Mediáticas y de Interconexión en Red en #SOSPuebloShuar

Mobilización Transmedia

#SOSPuebloShuar es un claro ejemplo de una red activista que dinamizó una movilización transmedia a través de la integración de una multiplicidad de actores que, desde una lógica participativa, gestaron narrativas y acciones que se expandieron en diversos medios y plataformas análogas y digitales. La lógica de la acción conectiva permitió la participación de 7621 colaboradores, que en promedio realizaron 4,3 tuits, generando un total de 32835 tuits (dentro del intervalo temporal del estudio). El 81% de tuits se realizaron en idioma español, mientras que el 19 % de tuits se realizaron en otros idiomas como el inglés, el catalán, el portugués, el francés, el mandarín, el alemán, rumano e indonesio. Esta dinámica entra en diálogo con la noción de multitudes conectadas que colaboran en la construcción de un discurso colectivo y coordinan acciones en torno al objetivo de la movilización, a nivel nacional e internacional. A través del hashtag se dinamizó la interacción de actores diversos como organizaciones de base, medios de comunicación, activistas, movimientos sociales y ciudadanía en general, para generar una lógica de cooperación y maximizar el impacto de la movilización.

#SOSPuebloShuar configuró una serie de repertorios de comunicación que generaron discursos y narrativas multimodales integradas por elementos textuales, visuales, audiovisuales, sonoros e hipertextuales. De los 32835 tuits se registraron los siguientes datos: 5287 tuits originales (16,1 %), 27548 retuits (83.9%); links e imágenes: 4442 (13.53%). En la muestra de tuits analizados, encontramos una multiplicidad de medios y discursos enlazados como, por ejemplo: textos, documentos, boletines, notas de periódicos, fotografías, ilustraciones, carteles, afiches, audios, videos, animaciones, noticias de canales de televisión, documentales, así como registros textuales y audiovisuales ciudadanos. Siguiendo las reflexiones de Constanza-Chock (2013), cada colaborador de la red se transforma en un nodo de expansión de la movilización a través de la apropiación y uso de contenidos, medios y tecnologías.

Oportunidades Discursivas

El análisis del hashtag #SOSPuebloShuar evidencia un conjunto de oportunidades discursivas que, a través de la construcción de un proceso de significación colectiva, posesionaron discursos contestatarios frente a las acciones tomadas por el gobierno en la comunidad de Nankints. Frente a la ofensiva informativa y mediática que acompañó al decreto del estado de excepción y la ocupación militar en la provincia de Morona Santiago, la acción conectiva en redes sociales logró que los actores de la red construyeran narrativas alternativas a la verdad posesionada por el gobierno nacional. Los relatos y las líneas narrativas que posicionó #SOSpueblosuar, construyeron un discurso contrainformacional, generando una movilización transmedia nacional

e internacional a favor pueblo Shuar. En los 1857 tuits, que conforman la muestra de esta investigación, las palabras que se usaron con más frecuencia fueron: Ecuador, Shuar, indigenous, enviromental, activists, defenders, stop, crackdown, Nankints, militarización, pueblo, territorio, derechos, petición, solidaridad, como se puede apreciar en la Figura 1.

Nube de palabras, frecuencia léxica.

Nube de palabras, frecuencia léxica. (Elaboración propia).

deslegitimar, legitimar y convocar en relación con un conjunto de etiquetas semánticas como se puede apreciar en el Tabla 1.

Tabla 1

Acciones pragmáticas y valores semánticos

#SOSPuebloShuar	
Acciones pragmáticas	Valores semánticos
Demandar	1) Diálogo 2) Libertad de asociación 3) Derecho a la resistencia y la protesta 4) Buen vivir 5) Respeto al territorio ancestral 6) Garantía de derechos constitucionales
Denunciar	1) Militarización 2) Despojo territorial 3) Asesinato 4) Persecución política 5) Criminalización de la protesta social 6) Violación de derechos humanos 7) Atropello de derechos de pueblos y nacionalidades 8) Estado de excepción 9) Cierre de Acción Ecológica 10) Violación de derechos de la naturaleza
Deslegitimar	1) Discurso de gobierno nacional 2) Acciones del gobierno 3) Intereses de transnacionales mineras 4) Modelo de desarrollos 5) Extractivismo
Legitimar	1) Protesta 2) Derecho a la resistencia 3) Defensa ecológica y derechos de la naturaleza 4) Territorios ancestrales 5) Derechos colectivos de pueblos y nacionalidades 6) Apoyo nacional e internacional a la protesta
Convocar	1)Firmar petición 2) Marchas 3) Plantones 4) Asambleas 5) Eventos académicos y artísticos 6) Rueda de prensa 7) Hacer donaciones

Elaboración propia

Estas acciones pragmáticas y valores semánticos posicionados por #SOSPuebloShuar constituyen un conjunto de acciones discursivas contenciosas por derecho propio. Como se aprecia, existe una lógica de “auto-mediación” (Cammaerts, 2012), en donde la participación política

se reivindica a través del derecho a la comunicación y la participación como litigio por la palabra (Reguillo, 2017). En esta línea, se reivindica la soberanía comunicacional como una estrategia de visibilización de las demandas, denuncias y deslegitimización del que sirven para confrontar el poder del Estado; y, a su vez, como una estrategia de legitimización que busca concientizar sobre la violación de derechos del pueblo Shuar y se persigue generar adhesiones a la causa a través de la convocatoria. En esta dinámica, estas prácticas comunicacionales generan lo que Nancy Fraser (1997) denominó “contrapúblicos subalternos”, que son los espacios discursivos paralelos a los hegemónicos, donde los grupos subalternizados toman la palabra para generar agrupamiento interno, y a su vez para extender sus puntos de vista a públicos más amplios. A continuación, se presenta la Figura 2. que recoge dos tuits como casos ejemplificadores de la oportunidad discursiva.

Figura 2

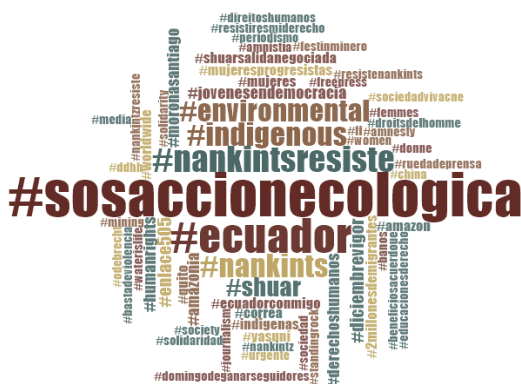
Tuits emblemáticos. Oportunidades discursivas.



Imagen izquierda, consultar: (Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (2016). Imagen derecha, consultar: Amazon Watch (2016)

A través de esta estructuración discursiva se construyó una comunidad, mediada tecnológicamente, integrada por una pluralidad de actores que comparten una serie de repertorios de significado y acción articulados alrededor de una demanda política. Estos referentes comunes, pueden ser mapeados para el caso de las redes sociales a través del hashtag, como estrategia de interconexión discursiva, pragmática, semántica y política. Esta puesta en común se puede visualizar en la siguiente nube de hashtags asociados a #SOSPueblosHuar, en la Figura 3. Esta nube de hashtags muestra la centralidad que el cuestionamiento al gobierno por el intento de disolución de la fundación ambientalista Acción Ecológica, la cual solicitó crear una comisión de la verdad para investigar la vulneración de derechos de los pueblos indígenas y el impacto ambiental en la Cordillera del Cóndor.

Figura 3



Oportunidad Mediática

Respecto de la oportunidad mediática, #SOSPuebloShuar constituye una hábil maniobra del activismo ecosocial en red por posicionar su discurso en un contexto adverso producido por el cercamiento mediático impuesto por el gobierno de Rafael Correa. Medios internacionales como El País, The Guardian y otros realizaron coberturas de la dramática situación de desalojo, persecución y violación de derechos humanos en respuesta a la campaña internacional, como se puede ver en la Figura 4. Estas coberturas fueron retuiteadas dentro de las redes sociales como mecanismo de visibilización y legitimización de la lucha indígena. A través del análisis de redes, se pudo determinar la presencia de un grupo cuentas de medios especializados que fueron nodos relevantes dentro de la red asociada al hashtag, entre ellos: IC Magazine, Pedro Canché Periodismo Independiente, Indian Country Today Mogaby Latam, Semana 56 (actualmente Chacana News).

La cobertura mediática de estos medios internacionales permitió una fisura en el cerco mediático, para visibilizar más allá de las fronteras nacionales la militarización, los desalojos forzados, la violación de derechos, la criminalización y la persecución de líderes del pueblo Shuar. Cabe destacar que a través de varios tuits, organizaciones y activistas arrojaron a medios nacionales, interpelando su agenda informativa, sin mayor resultado. En ocasiones, los colaboradores de la red utilizaron la escasa cobertura de canales de televisión nacionales, como Ecuavisa y Teleamazonas, para denunciar la militarización. Por otro lado, medios independientes locales como Wambra Radio, Fundamedios, Plan V, La Barra Espaciadora, diario La Hora se hicieron eco de la campaña y

denunciaron la violencia de Estado e, incluso, calificaron al caso como “etnocidio”, como se aprecia en la Figura 4.

Figura 4

Tuits emblemáticos. Oportunidades mediáticas.



Imagen izquierda, consultar: Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana (2017). Imagen derecha, consultar: Wambra Radio (2016).

Este uso del escenario mediático puede entenderse como una estrategia de la movilización transmedia para ejercer una presión horizontal sobre los flujos de información del entorno mediático imperante, como lo ha planteado Constanza-Chock (2013). En esta línea, es importante comprender que los repertorios de comunicación activistas hacen referencia no solamente a las prácticas comunicacionales autónomas de los movimientos, sino también a las relaciones que los activistas establecen con los medios tradicionales, como nos lo recuerda Alice Mattoni (2013).

Oportunidad de Interconexión en Red

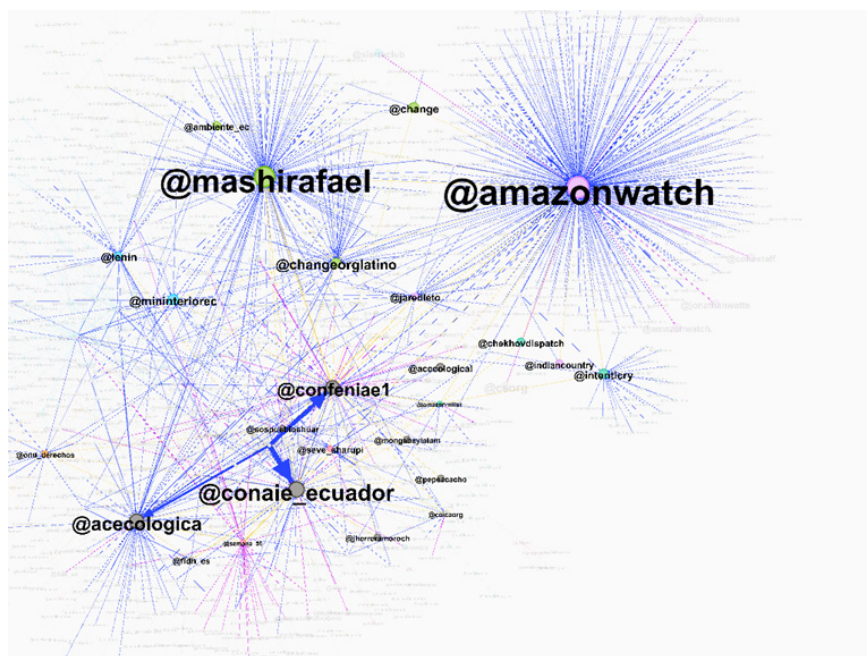
Finalmente, #SOSPuebloShuar es un caso modélico que evidencia las oportunidades de interconexión para gestar acción colectiva en red, a través de una dinámica de cooperación como estrategia de coalición entre organizaciones y participación ciudadana. El hashtag permite rastrear una densa red de actores de distinto tipo que, al interactuar de forma autoorganizativa dada la mediación tecnológica, colaboran para generar una movilización transmedia que articula acciones contenciosas a nivel local, nacional y transnacional, con ocupación del espacio físico, mediático y digital.

El análisis de redes deja ver un endogrupo definido, caracterizado por un alto nivel de interconexión y modularidad, integrado por activistas, organizaciones sociales, Organizaciones No Gubernamentales y medios especializados. Este grupo realiza una labor de interpelación al exogrupo integrado por instituciones públicas y autoridades de gobierno, frente a las cuales se realiza las demandas. En un mapeo los actores más influyentes del #SOSPuebloShuar, se obtuvo un resultado de 25 cuentas agrupadas de la siguiente manera. Dentro del endogrupo constan organizaciones del movimiento indígena (CONAIE y CONFENAIE); activistas (Pepe Acacho, Severino Sharupi, Jorge Herrera, Andrew E. Miller); influencers (Jared Leto); organizaciones no gubernamentales (Amazon Watch, Acción Ecológica, Change, Federación Internacional por los Derechos Humanos- FIDH-, ONU Derechos, Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica -COICA-) y medios de comunicación especializados (IC Magazine, Pedro Canche Periodismo Independiente; Indian Country Today; Indian Country

Today; Mogabay Latam; SOSPuebloShuar; Semana 56 -actualmente Chacana News-). Dentro del exogrupo constan el Ministerio del Interior, Ministerio de Ambiente y autoridades de gobierno como Rafael Correa y Lenin Moreno. Estas relaciones pueden visualizarse en el grafo que recoge la Figura 5.

Figura 5

Actores más relevantes red #SOSPuebloShuar



Elaboración propia

#SOSPuebloShuar evidencia las nuevas formas de interacción en red del activismo contemporáneo, que aprovechan las posibilidades de la convergencia mediática y los ecosistemas comunicacionales híbridos

para generar repertorios de comunicación a partir de la colaboración de una multiplicidad de actores. En este sentido, Guiomar Rovira (2019) argumenta que el activismo en red representa una “estructura conectiva”, que permite agregar aliados políticos y conformar coaliciones -aunque sus miembros no provengan de una misma una identidad colectiva- sino que comparten un sentido reivindicativo y político “en común” (2017). La demanda conectiva del activismo en red #SOSPuebloShuar, configuró una coalición política híbrida que integró organizaciones que trabajan en la línea de los derechos humanos, la defensa ecológica y los derechos de pueblos y nacionalidades. Esta nueva forma de activismo en red optimiza los recursos políticos y comunicativos de cada uno de los nodos de la red, lo cual representa una novedosa forma de repertorio contencioso con mayor capacidad de visibilización e impacto social. La Figura 6 ejemplifica esa lógica de cooperación en red, entre actores heterogéneos que provienen de distintas culturas, esferas de actividad y países distintos.

Figura 6

Tuits emblemáticos. Oportunidades de interconexión en red.



Imagen izquierda, consultar: Sharupi (2016). Imagen derecha, consultar: Leto (2017).

Conclusiones

La dimensión comunicacional ha potencializado la configuración de los repertorios de acción colectiva de los movimientos sociales y redes activistas, quienes han aprovechado la mediación digital como una plataforma de interacción entre múltiples actores para agenciar movilizaciones transmedia. Estos repertorios de comunicación activista contemporáneos incluyen una serie de prácticas relacionales en la que ya no sólo generan sus propias narrativas desde el *ethos* contrainformacional del “*be the media*”; sino que, además, desarrollan estrategias político-comunicacionales para captar la atención mediática imperante y filtrar en su agenda informativa. Desde esta dinámica, los movimientos sociales y las redes activistas magnifican estratégicamente la visibilización de sus reivindicaciones, con lo que condicionan a su favor la estructura de oportunidades discursivas, mediáticas y de interconexión en red. #SOSPuebloShuar representa un caso emblemático de acción colectiva en red de las luchas ecosociales del Ecuador, pues articularon una movilización transmedia con repertorios híbridos en el espacio físico, mediático y digital, que alcanzó un impacto a nivel local, regional y transnacional.

En el campo de las oportunidades discursivas, #SOSPuebloShuar articuló un proceso contrainformacional con una doble función; por un lado, deslegitimar la política extractiva a través de las múltiples denuncias de violaciones de derechos; por otro lado, legitimar sus demandas a través de la configuración de un activismo ecosocial convergente que integró reivindicaciones étnicas-culturales, ecológicas-territoriales, así como defensa de los derechos humanos. En el campo de las

oportunidades mediáticas, #SOSPuebloShuar evidencia una estrategia de visibilización en medios internacionales y prensa especializada; así como una alianza con medios comunitarios, ciudadanos y alternativos nacionales. Con este tipo de prácticas comunicacionales activistas se puede ver un aprovechamiento estratégico de los ecosistemas mediáticos interconectados a nivel nacional y transnacional. Finalmente, en el ámbito de las oportunidades de interconexión en red, destacamos la cooperación emergente entre múltiples actores como una estrategia de acción colectiva contemporánea que potencia las posibilidades de éxito de la movilización transmedia. El hashtag #SOSPuebloShuar funcionó como un dispositivo político-comunicacional convergente que posibilitó la interacción de actores, tecnologías, medios, discursos, reivindicaciones y localidades.

Referencias

- Amazon Watch [@amazonwatch]. . (2016). *#Ecuador: stop crackdown on indigenous & environment activists! #SOSPuebloShuar #SOSAccionEcologica @MashiRafael* [Tweet] [Imagen adjunta]. Retrieved from <https://twitter.com/amazonwatch/status/811666892687638528>
- Bennett, W. L., & Segerberg, A. (2012). The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information Communication and Society*, 15(5), 739–768. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>
- Brock, A. (2018). Critical technocultural discourse analysis. *New Media and Society*, 20(3), 1012–1030. <https://doi.org/10.1177/1461444816677532>

- Caiani, M. (2014). Social Network Analysis. In D. della Porta (Ed.), *Methodological Practices in Social Movement Research* (pp. 368–396). Oxford University Press.
- Cammaerts, B. (2012). Protest logics and the mediation opportunity structure. *European Journal of Communication*, 27(2), 117–134.
<https://doi.org/10.1177/0267323112441007>
- Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana [@Confeniae1]. (2017). *Qué pasa en pueblo Shuar Arutam? @guardian lo narra #Nankinsresiste #SOSPuebloShuar* [Tweet] [Imagen adjunta]. Retrieved from <https://twitter.com/confeniae1/status/843657993170419712>
- Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador [@CONAIE_Ecuador]. (2016). *@confeniae1 alerta a comunidad Nacional e Inter ante presencia de fuerza pública con armamento bélico en Amazonía #Ecuador #SOSPuebloShuar* [Tweet] [Video adjunto]. Retrieved from https://twitter.com/conaie_ecuador/status/809795593967124481
- Costanza-Chock, S. (2013). Transmedia mobilization in the Popular Association of the Oxacan Peoples, Los Ángeles. In B. Cammaerts, A. Mattoni, & P. McCurdy (Eds.), *Mediation and protest movements* (pp. 95–114). Bristol, Intellect.
- Diani, M. (2002). Network Analysis. In B. Klandermans & S. Staggenborg (Eds.), *Methods of Social Movement Research* (pp. 173–201). University of Minnesota Press.
- Foro Social Panamazónico. (2017). *Veredicto del Tribunal: Justicia y Defensa de los Derechos de las Mujeres Panamazónicas y Andinas*. Retrieved October 9, 2019, from <http://www.forosocialpanamazonico>.

com/veredicto-del-tribunal-justicia-y-defensa-de-los-derechos-de-las-mujeres-panamazonicas-y-andinas/

Fraser, N. (1997). Transnationalizing the public sphere : on the legitimacy and efficacy of public opinion in a Post-Westphalian world. *Theory, Culture & Society*, (24(4)), 115–117.

Jenkins, H., Ford, S., & Green, J. (2015). *Cultura transmedia: La creación de contenido y valor en una cultura en red*. Gedisa.

Leto, J. [@JaredLeto]. (2017). *Take action to defend the defenders #SOSPuebloShuar* [Tweet] [Imagen Adjunta]. Retrieved from <https://twitter.com/jaredleto/status/817525982974251009>

Martín-Barbero, J. (1987). *De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonía*. Ediciones Gustavo Gili.

Mattoni, A. (2013). Repertoires of communication in social movement processes. In B. Cammaerts, A. Mattoni, & P. McCurdy (Eds.), *Mediation and protest movements* (pp. 39–56). Bristol, Intellect.

Pressenza International Press Agency. (2016). *Urgente comunicado por el cierre de Acción Ecológica*. Retrieved from <https://www.pressenza.com/es/2016/12/urgente-comunicado-por-el-cierre-de-accion-ecologica/>

Reguillo, R. (2017). *Paisajes insurrectos. Jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio*. Ned.

- Rovira, G. (2013). De las redes a las plazas: la web 2.0 y el nuevo ciclo de protestas en el mundo. *Acta Sociológica. Centro de Estudios Sociológicos, FCPyS y UNAM*, Núm. 62, 105–134.
- Rovira, G. (2017). *Activismo en red y multitudes conectadas. Comunicación y Acción en la era del Internet*. Icaria - Universidad Autónoma Metropolitana - HDCS Publicaciones.
- Rovira, G. (2019). Tecnopolítica para la emancipación y para la guerra : acción colectiva y contrainsurgencia. *IC-Revista Científica de Comunicación e Información*, 16, 39–83. <https://doi.org/10.12795/IC.2019.i19.02>
- Sharupi, S. [@Seve_Sharupi]. (2016). #SOSPuebloShuar Tod@s debemos estar concientes que el gobierno de Rafael Correa desaloja al pueblo Shuar para beneficiar a capitales Chinos. Retrieved from https://twitter.com/seve_sharupi/status/812700061469671429
- Tarrow, S. (1997). *El poder en movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Alianza Editorial.
- Tele Ciudadana. (2016, diciembre 17). *Enlace Ciudadano 505, con el Presidente Rafael Correa desde Quito - Pichincha* [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=4Q4ltUqhoYg>
- Tilly, C., & Wood, L. (2010). *Los movimientos sociales, 1768-2008. Desde sus orígenes a Facebook*. Crítica.

Toret, J. (Coord.). (2015). *Tecnopolítica y 15M: La potencia de las multitudes conectadas. Un estudio sobre la gestación y explosión del 15M*. UOC Ediciones.

Tribunal Verdict: Justiça e Defesa dos Direitos da Mulher e da andinos Panamazónicas. (2017, abril 29). Recuperado de <http://www.forosocialpanamazonico.com/veredicto-del-tribunal-justicia-y-defensa-de-los-derechos-de-las-mujeres-panamazonicas-y-andinas/>

Urgente comunicado por el cierre de Acción Ecológica. (2016, diciembre 21). Recuperado de <https://www.pressenza.com/es/2016/12/urgente-comunicado-por-el-cierre-de-accion-ecologica/>

Vanegas-Toala, Y. V. (2020). *Comunicación y ciudad. Lenguajes, actores y relatos* (pp. 123–142). Abya-Yala.

Vásquez-Arias, M., & Montoya-Bermúdez, D. (2017). Tecnologías de la visibilidad. La transmedialidad como estrategia de comunicación en contextos políticos y de movilización social. In C. Tamayo-Gómez, J. I. Bonilla-Vélez, & A. C. Vélez-López (Eds.), *Tecnologías de la visibilidad. Reconfiguraciones contemporáneas de la comunicación y la política en el siglo XXI* (pp. 117–138). Editorial EAFIT

Wambra Radio [@WambraEC]. (2016). #Panantza #SanCarlos foco intervención militar “habitantes capturados mientras dormían” via @inredh1 #SOSPuebloShuar [Tweet] [Imagen adjunta]. Retrieved from <https://twitter.com/wambraec/status/810196191954829312>

O Uso das Redes Sociais pelo Movimento dos Professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná

Fábio Alves Silveira
Kátia Viviane da Silva Vanzini
Priscila Santana Caldeira
Sheila Luana Sales Abrantes

O dia 29 de abril de 2015 ficará para a história do Estado do Paraná. Nesta data, professores e outras categorias do funcionalismo público organizaram uma manifestação em direção à Assembleia Legislativa para pressionar os deputados estaduais a votar contra projeto de lei que pretendia alterar o regime de previdência dos servidores estaduais. Os manifestantes foram recebidos com violência pela Polícia Militar e o episódio passou a ter duas denominações: Batalha do Centro Cívico ou Massacre do Centro Cívico. A APP Sindicato, entidade sindical que representa a categoria mais numerosa do funcionalismo público paranaense, utilizou as redes sociais para alavancar suas ações. Mas esse não foi o único caso em que professores foram recebidos com violência em manifestações públicas. Talvez a ocasião mais emblemática na história da educação pública do Paraná tenha ocorrido há 32 anos, completado no dia 30 de agosto de 1988. Os participantes da manifestação dos professores estaduais, que reivindicavam melhorias nas condições de

trabalho e ensino, foram reprimidos com a polícia montada e balas de borracha, episódio que é lembrado a cada novo aniversário pela categoria.

O presente trabalho é fruto de uma análise exploratória de como a APP-Sindicato utilizou os dois momentos históricos para a categoria em suas postagens nas redes sociais, avaliando aspectos como engajamento, o uso das redes sociais pelos movimentos sociais e o desafio de organizações e sindicatos em utilizar tais espaços diante de um quadro de polarização das posições políticas, manifestação de ódio e uso das mídias sociais como espaço de espetacularização do eu ou do narcisismo coletivo, aspectos que vão de encontro ao potencial apregoado de que as novas mídias poderiam contribuir para o estímulo ao debate e à participação.

Na primeira parte, apresentamos um breve resumo das teorias que fundamentam o presente trabalho. Na segunda parte, será apresentada a análise comparativa das postagens que abordam dois momentos emblemáticos para a organização: a data conhecida como Massacre do Centro Cívico (2015) e o 30 de agosto de 1988. Por fim, debateremos as perspectivas representadas pelas novas tecnologias, que se de um lado disponibilizam uma série de ferramentas e espaços que podem potencializar as ações de entidades de classe e fortalecer manifestações e atividades, de outro podem apresentar desafios frente a uma realidade marcada pela polarização política, disseminação de notícias falsas, espaço para manifestações de ódio e desrespeito e a espetacularização do eu.

Domínio Público e Domínio Privado

O conceito de domínio público, tal como elaborado por Hannah Arendt é fundamental para a compreensão do debate nas e sobre as redes sociais

e a internet. Como demonstraremos, é nesse espaço que a autora classifica como uma criação humana, que se constrói o mundo comum e por consequência, o senso de realidade para os homens.

Arendt (2010) entende que na antiguidade, na civilização grega, apenas o domínio público e o privado eram conhecidos, sendo muito bem delimitados. O domínio privado seria o domínio da família, do lar e está relacionado à necessidade. A luta contra a necessidade compelia os homens a viverem juntos (Arendt, 2010, p. 36), que realizavam atividades para garantir a subsistência e a sobrevivência da espécie. Ações realizadas, segundo a autora, no domínio privado. A força e violência a que eram submetidos os escravos dentro do domínio privado era exercida pelo *paterfamilias*, considerado o poder absoluto, incontestado e despótico – um poder, que como ressalta a autora, é mais perfeito que o do tirano.

Já o domínio público seria o espaço do discurso e da ação, no qual prevalece a persuasão – e não a violência. É nessa esfera que eram realizadas as atividades relativas a um mundo comum. A relação entre as duas esferas – a pública e a privada – é que a vitória sobre a necessidade da vida no lar é a condição óbvia para que o homem grego exerça a liberdade na polis (Arendt, 2010, p. 36), sendo que, segundo a autora, o que distinguiria os domínios público e privado é o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado (Arendt, 2010, p. 88).

O termo domínio público, para Hannah Arendt, tem dois significados. O primeiro é o de o espaço da aparência. “Tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (2010, p. 61), diz a autora, que complementa que é a presença dos outros que garante a realidade do mundo. Ela ressalta que o senso

de realidade do ser humano depende da aparência e por isso mesmo, da existência de um domínio público no qual “as coisas possam emergir da treva de uma existência resguardada” (2010, p. 63). No domínio público só poderia ser admitido o que é considerado relevante, digno de ser visto ou ouvido, o que, por consequência, faz com que o irrelevante seja privado.

Quando trazemos a discussão do domínio público e privado para as redes sociais, precisamos refletir a utilização de tais espaços como “passatempo articulado pela forma mercadoria, cujo conteúdo é estético e o sentido social é a popularidade” (Rüdiger, 2015, p. 33). Essa popularidade, segundo o autor, é buscada por meio de mensurações de curtidas, do que é compartilhado e comentado, uma espécie de narcisismo coletivo. “A fantasia não se sustenta sem gratificação: esta, nas redes sociais, provém do fato de olhar e pretender-se olhado, de seguir e possuir seguidores, de postar e receber postagens, de granjear aplauso, etc” (Rüdiger, 2015, p. 44).

Outra questão que precisa ser examinada quando os cidadãos utilizam as redes sociais como forma de obter espaço no domínio público, é a superficialidade dos comentários registrados em postagens ou a demonstração de polarização. Para Conroy, Feezel e Gerrero (2012), ao se examinar o conteúdo dos comentários, as trocas parecem apenas reforçar pontos de vista, sem espaço para o diálogo e debate. Para Marichal (2013), redes sociais como o Facebook estão sendo utilizados para reforçar pontos de vista e posicionamento de seus autores. Tal quadro poderia indicar a hipertrofia e a espetacularização do “eu”, a um ponto que domínio privado e domínio público podem se confundir, dando “aos usuários a impressão de uma esfera pública, ao mesmo tempo que lhes permite

apresentar-se a um público pré-selecionado, uma esfera inerentemente privada” (Marichal, 2016, p. 33).

A conceituação de domínio público e privado é necessária porque os movimentos sociais procuram encontrar espaço no domínio público, ou seja, ter publicidade. A atuação dos movimentos sociais ocorre em diversas esferas, inclusive na mídia. Novos saberes são construídos pelas classes subalternas por meio da utilização de rádios comunitárias, jornais populares, panfletos, pôsteres e instalações artísticas. Esses setores buscam inserir suas informações nas mídias hegemônicas, de modo a expressar suas visões à opinião pública e conquistar espaço no domínio público.

A busca por mudança é característica do movimento social, que se une aos outros por meio de ações que têm como foco a transformação do contrato social e a busca por identidade coletiva. Segundo Gohn (2006, p. 251), movimentos sociais podem ser definidos como “ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”.

A autora aponta que suas ações são estruturadas conforme repertórios criados sobre temas e problemas vivenciados pelo grupo na sociedade, desenvolvendo um processo social e político-cultural no qual se cria uma identidade coletiva para o movimento. “Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados” (Gohn, 2006, p. 251).

Para Arato e Cohen (como citado em Downing, 2002), no período contemporâneo, os movimentos sociais constituem o que eles denominam esfera pública, cuja essência é o debate e a conversa pública sobre os temas. Segundo Moraes (2010, p. 210), um dos caminhos para a mundialização das lutas sociais é a expansão de redes que façam a ligação de visões de mundo e “deem ressonância a campanhas em prol da democratização da esfera pública”. O conceito de rede, segundo o autor, iria diluir a hierarquização do poder entre os participantes e instituir relações mais horizontalizadas.

Os movimentos sociais contemporâneos têm como principais características a organização em rede, apresentando um novo modelo de liderança, processos de organização interna, estratégias de atuação, uso de dispositivos midiáticos e plataformas digitais. “Essa concepção de liderança descentralizada a partir da construção compartilhada de significados e o uso de meios de comunicação alternativos” (Segurado, Bachini, & Araújo, 2015, p. 11).

Outra característica dos movimentos contemporâneos é de que há a horizontalidade no processo de organização do movimento, com processo decisório baseado no consenso. O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC e das manifestações organizadas por esses movimentos com características contemporâneas, incentivam formas de participação política, o que permitiria que “o universo informacional e as movimentações mundiais passaram a ser acessíveis aos usuários contribuindo para o processo de envolvimento político e quebrando o monopólio da informação dos meios de comunicações tradicionais” (Segurado et al., 2015, pp. 18-19).

Para os autores, as novas tecnologias teriam o potencial de articular cidadãos interessados em questões de interesse dos grupos, mas que acabam se unindo sem seguir a tradicional figura da liderança, pois as comunicações adquirem cada vez mais características de comunicação horizontal, com “novas formas de lideranças e organização, mas também identificamos uma assimetria entre essas experiências e a maior parte das situações políticas” (Segurado et al., 2015, p. 20).

O espaço na internet, denominado como ciberespaço é o campo de atuação de velhos e novos ativistas, que podem utilizar esses espaços para propagação de ideias e posições políticas para visibilidade e amplitude da divulgação. O ciberespaço faz com que esses líderes políticos ativistas obtenham espaço na sociedade, o que é possível pela interatividade, “proximidades e intensidades de relacionamentos” (Silveira, Braga, & Penteado, 2014, p. 17), criados e nutridos por meio da tecnologia, instituindo, assim, “novo tipo de poder social” (Silveira et al., 2014, p. 17).

Os novos líderes políticos da sociedade aplicam estratégias de poder e sociabilidade com várias pessoas de muitas culturas por meio de ferramentas tecnológicas criando uma nova modalidade de ação coletiva. Nesse quadro, as pessoas se organizam em plataformas digitais para contestar ações do Estado, obtendo maior capacidade de mediação e um expressivo impacto social e cultural.

As redes sociais digitais, portanto, serviram como amplificadores das vozes desses novos atores sociais, fazendo com que ações coletivas locais se tornem globais e alcançando ativistas pelo mundo. Para Silveira et al. (2014, p. 20), a magnitude de “teias de influências e a capacidade para criar processos de comunicação e persuasão efeitos [...] e criar redes, forma suprema de poder na sociedade”.

Segundo Medeiros (2013, p. 27), “as redes sociais na internet atuam como potencializadoras de uma participação política mais efetiva e, que isso deve ser explorado de forma mais ativa”. Tal posição pode indicar a utilização efetiva das redes digitais pelos cidadãos, procurando participar ativamente das ações públicas redigidas pelo Estado.

A internet também pode funcionar como ferramenta mediadora entre Estado e sociedade civil, proporcionando uma aproximação com o Governo. As redes sociais fizeram com que pautas, antes não presentes nas agendas de discussão política que subsidiam a formação de políticas públicas, agora fossem inseridas no debate público. Recuero (2014, 2011) define redes sociais como locais através dos quais as pessoas criam perfis, que são suas representações, tornam públicos tais perfis e utilizam as plataformas das redes como espaços para conversação.

Com isso, novos usos e novos sentidos são construídos nas ferramentas, de modo a permitir que os elementos da conversação, como a interação entre dois ou mais sujeitos, sua organização (a criação e o espalhamento das convenções) e mesmo os contextos sejam divididos pelos participantes. (Recuero, 2014, p. 116)

As TIC tornaram possível uma forma de conversação sem a necessária presença física ou oral das pessoas. Tais conversas utilizam *emotions* e outras ferramentas e passaram a ser comparadas com a conversação oral. “Dizemos que a conversação mediada pelo computador é, assim, uma apropriação, ou seja, uma adaptação de meios que originalmente são textuais e não propícios às interações orais para um fim, que é aquele da conversação” (Recuero, 2014, p. 115).

As conversações ocorrem tanto em tempo real, quando as pessoas estão ao mesmo tempo em contato, como de forma assíncrona, como

e-mail ou mensagens. Ou seja, nas redes entre “os diversos grupos, migram e tornam-se conversações cada vez mais públicas, moldam e expressam opiniões, geram debates e amplificam ideias” (Recuero, 2014, p. 116), que são conversações que se expandem e podem adquirir contornos gigantescos com a participação de milhares de pessoas e interações.

Por todas essas características, as redes sociais impulsionaram o que autores denominam de ativismo digital. Os movimentos sociais perceberam que com a formação estrutural em rede digital seria possível ultrapassar as barreiras, principalmente física e orçamentária, vendo no mundo interconectado a possibilidade de melhor ecoar suas demandas. Esses espaços em rede digital alcançaram a aproximação de vários indivíduos com as mesmas demandas, potencializando suas reivindicações, assim como a troca de experiências bem sucedidas de como organizar e divulgar suas opiniões.

O ativismo digital segundo Puntel (2013, p. 570) “é utilizado por grupos de internautas específicos para reivindicar direitos ou para divulgar causas e realizar manifestações, virtuais ou no ‘mundo físico’, por meio de *sites*, *blogs* e de redes sociais”. A internet corrobora em vários aspectos com os movimentos sociais como esclarecido por Puntel. A realização de movimentos sociais pela internet é algo contemporâneo e somente é possível pelo advento da internet e da sua possibilidade de articular-se em rede, estabelecer comunicação com vários líderes e ativistas de movimentos diferentes.

Os usuários da internet são conhecidos como internautas, desta forma, as pessoas que realizam ciberativismo na internet foram denominadas ciberativistas, os quais “utilizam a internet como ferramenta essencial para espalhar novos ideais, opiniões e críticas, e, ao mesmo tempo, buscar

e trocar informações, no intuito de também produzirem informação e divulgar conteúdos na rede mundial de computadores” (Puntel, 2013, p. 571). Os ciberativistas estão presentes na internet buscando conseguir com que suas opiniões sejam compartilhadas pelo máximo de pessoas possíveis e com isso, a causa defendida e abordada ganha mais ativistas e ecoa em uma diversidade de países e novos adeptos a essa causa.

O uso de *sites*, *blogs*, redes sociais digitais por ciberativistas vem espalhando-se pela esfera global rapidamente. A rede social digital é a grande protagonista nesse processo de mudança e incorporação do novo modelo de engajar e participar de movimentos sociais. Os ciberativistas colocam nas redes sociais digitais suas opiniões, as quais posteriormente são compartilhadas por outras pessoas engajadas ou não, que se reconhecem naqueles ideais, assim, tomando proporções surpreendentes. Contudo essa afirmação vem ao encontro do que foi posto por David de Ugarte (como referido em Puntel, 2013, p. 571) o qual coloca que o ciberativismo “pode ser entendido como toda estratégia que busca uma mudança na agenda pública, com a inclusão de ‘novos’ temas na ordem do dia da grande discussão social”, utilizando-se da difusão de mensagens entre pessoas.

Para Castells, a compreensão dos movimentos sociais em rede desta segunda década do século XXI passa pela compreensão da sociedade em que vivemos. O autor diz que eles “trazem a marca de sua sociedade”. Segundo ele, os movimentos sociais em rede são formados por pessoas que dominam ou se sentem confortáveis com os usos das tecnologias digitais, atraídos principalmente por que o mundo virtual proporciona acesso à cultura da autonomia, na qual esses indivíduos podem ser “talhados para o papel de agentes da mudança na sociedade em rede,

num contraste agudo com as instituições políticas obsoletas herdadas de uma estrutura social historicamente superada” (Castells, 2013, p. 175).

A comunicação é um ponto importante para os movimentos sociais do Século XXI, estudados por Castells. O autor lembra que a comunicação “em ampla escala” passou por transformações profundas, tanto do ponto de vista tecnológico, quanto organizacional nos últimos anos. As novas tecnologias propiciam o surgimento de um fenômeno que Castells chama de “autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet e mais ainda, nas redes de comunicação sem fio” (Castells, 2013, p. 162).

Essas tecnologias permitem que os movimentos sociais tenham a oportunidade de fazer a sua própria mídia, já que a mídia comercial, assim como os governos e outras instituições, também são objeto de desconfiança desses movimentos. A possibilidade da tecnologia sem fio, as facilidades criadas pelas redes sociais, possibilitaram não só a produção de conteúdos próprios, mas também de distribuição desses conteúdos pelos cidadãos envolvidos nas mobilizações, dispensando o papel da imprensa e da mídia como mediadores do diálogo com a sociedade. O movimento 15M, da Espanha, ao não aceitar a presença de “intermediários fossem eles políticos, midiáticos ou culturais”, o que possibilitou com que todos falassem por si mesmos (Castells, 2013, p. 99).

É interessante notar que mesmo com as facilidades oferecidas pelas tecnologias para a comunicação, os movimentos recorreram ao material impresso, seja no Egito, onde panfletos foram usados para levar a mensagem dos ativistas a favelas, ou nos *Occupy* dos EUA, em que jornais impressos foram usados em algumas das cidades com ocupações de áreas públicas.

Outro dado importante é que os próprios ativistas produziram conteúdos, inclusive como forma de autodefesa. A possibilidade de usar telefones celulares tanto de fazer imagens quanto de veiculá-las em tempo real ou quando muito, com segundos ou minutos de diferença com relação aos acontecimentos, foi usado como forma de proteção contra a violência policial.

Guerras Híbridas e Redes Sociais

Se por um lado as redes sociais permitiram um ativismo capaz de levar novas agendas para o espaço público e deram aos movimentos sociais a possibilidade de criar suas próprias mídias, reduzindo a dependência com relação à mídia tradicional – cujo posicionamento político normalmente exclui os movimentos sociais do debate público, como vemos no caso brasileiro – por outro, elas também têm sido usadas com sucesso por agências de inteligência, notadamente dos EUA, em busca de atingir seus objetivos políticos. Korybko (2018) define as “guerras de quarta geração” ou guerras híbridas, como uma estratégia de intervenção em outros países que mescla o uso da força militar a operações psicológicas voltadas para determinados setores da sociedade, com o objetivo de desestabilizar governos e regimes políticos. Como explica o autor, a novidade desse tipo de operação “é que para ser bem sucedida, basta semear o caos e criar forças centrípetas que por si só ameacem dilacerar uma sociedade alvo” (Korybko, 2018, p. 25). Esse formato, que derruba governos dividindo as sociedades e provocando incertezas, substitui os golpes tradicionais, com militares, canhões e quarteladas,

como aconteceu na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, com o apoio do governo dos EUA, como mostrado em vasta bibliografia.

As redes sociais, com a sua capacidade de prever e até controlar comportamentos a partir dos dados que coletam dos seus usuários, são um instrumento eficaz nesse tipo de guerra. E têm sido usadas com esse objetivo. Korybko ressalta que o Facebook é útil para operações psicológicas, por lidar com a “administração de percepções e engenharia social” (Korybko, 2018, p. 55), pois controla os dados dos seus usuários para melhorar o alcance da sua publicidade. O autor reforça que essa lógica da publicidade dirigida é usada nas operações de inteligência, durante as chamadas “revoluções coloridas”.

Korybko ressalta que as operações começam com “fábricas de consenso” que começam a trabalhar antes das operações, para pesquisar aqueles setores da sociedade que serão alvo de uma “campanha de informação multifacetada”. “As notícias devem ser fabricadas artificialmente para que a campanha de publicidade seja mais eficiente” (Korybko, 2018, p. 47). As estratégias utilizadas nas campanhas de informação passam pela ideia de fazer crer aos manifestantes que os mesmos chegaram por conta próprias às conclusões, de forma espontânea, indireta. Mas, a estratégia necessita que o indivíduo internalize e difunda a mensagem para outras pessoas, as quais “jamais imaginariam que essa pessoa está sob influência involuntária de uma operação psicológica estrangeira, então o vírus de Mann contaminará a sociedade e começará a espalhar as idades da revolução colorida por conta própria” (Korybko, 2018, p. 48).

Essas campanhas podem ser de “desinformação ou fraudulentas com informações verdadeiras” (Korybko, 2018, p. 58). Por fim, as “revoluções

coloridas” categorizadas por Korybko dependem de acontecimentos que sejam “controversos e polarizadores” para ter seu início. E, se for o caso, esse acontecimento pode ser “fabricado” (Korybko, 2018, p. 125).

Metodologia

Com o objetivo de refletirmos sobre os usos das redes sociais pela APP- Sindicato utilizamos dois momentos distintos de bastante repercussão das ações da entidade: as postagens que recordam a violência cometida contra a categoria no dia 30 de agosto de 1988 e as postagens com maior repercussão do dia que passou a ser denominado Massacre do Centro Cívico, em 2015.

Para medir a repercussão de três postagens de cada período, utilizamos o critério de número de curtidas, compartilhamentos e comentários. Para a coleta de dados, optamos pela análise exploratória.

Para Recuero (2014, p. 119) o botão “curtir” parece ser percebido como uma forma de tomar parte na conversação, tornando-se visível, embora a autora reconheça que se trata de uma forma menos comprometida, “pois não há a elaboração de um enunciado para explicitar a participação do ator”. No entanto, curtir também pode ser uma forma de dar apoio e visibilidade à publicação. “São duas formas de capital social, focadas na difusão da informação para a rede social e na difusão do apoio/ contato entre os dois participantes da conversação” (Recuero, 2014, p. 119).

Já a decisão de compartilhar a publicação teria como objetivo, segundo a autora, dar visibilidade à conversação ou postagem, o que ampliaria o seu alcance. “Compartilhar uma informação também é tomar parte

na difusão da conversação, na medida em que permite que os usuários construam algo que pode ser passível de discussão, uma vez que é de seu interesse, para sua rede social” (Recuero, 2014, p. 120). A autora pontua também que o compartilhamento contribui para a reputação do compartilhado e valorização da informação.

Com relação aos comentários, definidos por Recuero (2014) como práticas mais evidentes da conversação face a face, envolvem “um maior engajamento do ator com a conversação e um maior risco para a face, pois é uma participação mais visível. Isso porque aquilo que é dito pode ser facilmente descontextualizado quando migrar para outras redes” (Recuero, 2014, p. 121). Por fim, o objetivo do uso de ferramentas como “curtir”, “compartilhar” e “comentar” é “legitimar o que está sendo dito, concordando ou assertindo” (Recuero, 2014, p. 121).

Análise Exploratória

A APP-Sindicato conta com uma página na internet (<https://appsindicato.org.br>), uma webrádio (webrádio APP), um canal no Youtube chamado TV APP, além de perfis no Twitter e no Facebook. O site da entidade é o espaço virtual que procura concentrar todos os canais. Nele é possível encontrar links para os perfis nas redes sociais, além das informações sobre a diretoria, as versões em PDF dos boletins.

No dia 5 de outubro de 2020, a página da APP-Sindicato no Facebook registrava 118.879 curtidas contra 71 mil em 2015. As publicações feitas pela APP-Sindicato no dia 30 de agosto se concentraram no período matutino. A primeira postagem, às 8h, foi um vídeo sobre a marcha de 30 de agosto de 1988, com o relato e fotos da truculência sofrida pelos

manifestantes com bombas, ataque de cachorros e cavalos. Os dizeres finais do vídeo foram “30 de agosto dia de luto e luta da educação”. Esse post registrou 258 reações, sendo 180 curtidas, 65 reações de tristeza, cinco amei, quatro reações de indignação, três de força, uma de surpresa. A publicação registrou 307 compartilhamentos e 22 comentários.

Figura 01

Primeiro post de 30 de agosto de 2020



Capturas de telas feitas em setembro de 2020 a partir de <https://www.facebook.com/appsindicato/videos/2615718535345022/>

O segundo post de 30 de agosto, das 9h53, reúne quase 20 fotos de mobilizações anteriores. A legenda é: #30deAgostoJamaisEsqueceremos #EscolaPúblicaEuDefendo. Foram registradas 847 reações, sendo 798 curtidas, 24 reações de “amei”, 18 tristes, quatro desejos de força e três risadas. A publicação teve 219 compartilhamentos e 33 comentários.

Figura 02

Segundo post de 30 de agosto



Capturas de telas feitas em setembro de 2020 a partir de <https://www.facebook.com/appsinstituto/posts/3587898274574205>

A terceira publicação na Fanpage da APP, às 11h11, apresentou um texto publicado no site da APP-Sindicato intitulado: “30 de agosto de 1988: Jamais esqueceremos a violência sofrida”. Antes do texto com *link* para o site da APP havia uma mensagem de reforço dos 32 anos de luta pela educação pública, com as hastags finais #EscolaPúblicaEuDefendo e #30AgostoJamaisEsqueceremos. A publicação teve 192 reações, sendo 153 curtidas, 37 reações de tristeza, uma de amei, uma brava, 91 compartilhamentos e sete comentários. O texto traz o histórico dos 32 anos da greve na educação, cuja concentração pacífica organizada no centro de Curitiba culminou no ataque de policiais militares munidos de cavalos, cães e bombas de efeito moral contra os profissionais da educação.

Figura 03

Terceiro post de 30 de agosto



Capturas de telas feitas em setembro de 2020 a partir de <https://www.facebook.com/appindicato/posts/3588087397888626>

Abaixo dele foi exposto um quadro com a linha do tempo de 2015 a 2019 sobre os atos que simbolizam a luta e a violência sofrida em 30 de agosto de 1988 e 30 de abril de 2015. A publicação se encerra com os vídeos das atividades da APP-Sindicato realizadas no decorrer da semana em memória e às histórias de resistência de 30 de agosto de 1988.

Já a movimentação da *fanpage* da APP-Sindicato no dia 29 de abril de 2015 foi tão intensa quanto os acontecimentos da data, chamada pelos professores de “Massacre do Centro Cívico”. Nesse dia foram feitas 53 postagens (média de 2,2 postagens por hora), que receberam 58.173 curtidas e 43.486 compartilhamentos. As primeiras oito postagens foram

feitas entre as 7h29 e às 14h56. Até ali era um dia normal. Os textos, as fotos e os vídeos informam sobre as movimentações de bastidores em torno da votação. Uma das informações é sobre a presença de senadores paranaenses, que tentaram negociar a retirada do projeto.

Todos os esforços de comunicação e de informação da entidade se concentram no Facebook. As postagens são com textos curtos informando sobre o ataque. Às 15h37, a entidade informa que o helicóptero do governo lança bombas sobre os manifestantes. Um minuto depois, comunica que a PM rebocou um caminhão da APP, de onde era feita a filmagem.

Figura 04

Vídeo produzido durante o ataque da PM aos professores que protestavam em frente contra a votação das mudanças na previdência



Capturas de telas feitas em maio de 2015 a partir de <https://fb.watch/2aDivLCdh8/>

O primeiro vídeo só aparece às 15h45: ele tem 28 segundos – é pequeno provavelmente pela facilidade de ser postado pelo celular para a *fanpage* – e mostra um cadeirante no meio da confusão. O vídeo teve

75.744 visualizações. O primeiro álbum com fotos só aparece depois das 16h, com cinco fotos. Daí em diante começa a aparecer mais imagens.

Os ataques duraram cerca de duas horas e as postagens desse dia, além de informar sobre a agressão da polícia, procuram prestar serviços, como orientações sobre o atendimento jurídico prestado pela entidade e a respeito de denúncias para o Ministério Público, e até o combate a boatos, como o de que o conflito teria gerado vítimas fatais.

Figura 05

Postagem informa sobre o acompanhamento dos feridos



Capturas de telas feitas em maio de 2015 a partir de <https://www.facebook.com/appsindicato/posts/964073326956726>

Considerações Finais

O presente trabalho é uma atualização sob o olhar de 2020, de uma pesquisa feita em 2015, no âmbito do programa de pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (FAAC/UNESP). Apesar do intervalo de apenas cinco anos entre os dois olhares lançados sobre a questão

do uso das redes pelos movimentos sociais, o resultado é consideravelmente diferente. Significa que o mundo mudou nesse breve período histórico. Em 2015, quando a APP Sindicato fez uso das redes sociais para defender a sua causa, a visão sobre o uso da internet e das redes por movimentos sociais era vista com otimismo. Há pouco, movimentos sociais acontecidos na Espanha, nos EUA e no que ficou conhecido como “Primavera Árabe” tinham usado as redes, o que encorajava uma leitura positiva sobre o uso das tecnologias. Nesse período as chamadas “Jornadas de Junho” do Brasil de 2013, às vésperas da Copa do Mundo, também justificavam uma visão positiva sobre o processo civilizacional. Mesmo que não haja consenso sobre os rumos que 2013 tomou, é possível dizer que o Movimento Passe Livre obteve uma grande vitória sobre a grande imprensa brasileira, tendo em vista que os dois grandes jornais paulistas Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo legitimaram num primeiro momento, em editoriais, a violência adotada pela Polícia Militar contra os manifestantes.

Os acontecimentos posteriores a 2015 nos encorajaram quanto à necessidade de revisitar o objeto. Temos nesse período o avanço de movimentos de extrema-direita em diversos países, como nos casos do *Brexit* e da eleição de Donald Trump nos EUA, em 2016 e de Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018, que já não encorajam mais uma leitura otimista sobre as redes sociais. Pelo contrário, a capacidade que os gigantes como o Facebook, o Google e o Twitter têm de controlar comportamentos, foi usada nessas eleições e colocada a serviço dos senhores das guerras híbridas, como demonstram documentários produzidos recentemente e vasta bibliografia já publicada.

A polarização serve às gigantes da tecnologia como estratégia de mercado, por garantir a atenção do público na concorrência com outras mídias e serve às estratégias de guerras híbridas. A polarização corrói as democracias por bloquear o debate público e as bolhas nas quais são lançados os usuários das redes, embora sejam mais confortáveis, impedem o dissenso necessário à política.

O olhar sobre o 29 de abril de 2015 mostra como as redes sociais foram usadas pelo movimento dos professores paranaenses para enfrentar em pé de igualdade o poderoso esquema de comunicação do então governador Beto Richa (PSDB), que fora reeleito em primeiro turno pouco mais de seis meses antes. O alcance e a repercussão daquelas postagens foram importantes para garantir a mobilização e a força daquele movimento. As postagens de agosto de 2020, num momento em que o movimento social não podia fazer mobilizações de rua por causa da pandemia do novo coronavírus, têm alcance menor, menos engajamento, pouca repercussão, ainda que tratem de um momento histórico da categoria que sempre teve forte capacidade de mobilização, que foram as agressões da década de 1980. E foi provavelmente pelo fato de o movimento dos professores não estar, no momento observado, envolvido em alguma agenda central no debate público, que essas postagens não atraíram tipos de comportamentos e estratégias que se popularizaram nas redes depois de 2015, como no caso de robôs, “haters”, “trolls” e outros mecanismos de difamação e ataques on-line.

Interessante notar que a capacidade que as grandes empresas de tecnologia, que controlam as redes sociais, têm de controlar comportamentos, cumpre a profecia distópica de George Orwell no livro “1984”. Além de comportamentos, essas corporações conseguem estabelecer a

noção de realidade, mesmo que ela contrarie a verdade factual. O que torna o Grande Irmão do século XXI mais perigoso que o da obra literária é que na obra de Orwell, o controle é feito por um Estado nacional. Na sombria realidade do século XXI, o Grande Irmão é controlado por gigantes multinacionais, as quais os estados nacionais têm dificuldades para regular e controlar. E, por vezes, se colocam a serviço de agências de países com pretensões imperiais.

Diante desses novos elementos que passaram a fazer parte do universo virtual, sempre com o intuito de realizar campanhas de difamação e de distorção do debate público, entendemos ser necessária a adoção de medidas como a moderação para evitar que robôs, *haters* e *trolls* atinjam seus objetivos, como por exemplo, perturbar o ambiente virtual, desviando a atenção para a mensagem que se pretende levar para o debate público. A internet ainda tem uma capacidade civilizatória, embora o cenário atual justifique um olhar mais pessimista. Mas, para que esse potencial se cumpra é preciso reverter as lógicas e os modelos de negócios baseados em algoritmos que visam controlar comportamentos, com objetivos escusos, sejam eles políticos ou comerciais.

Referências

- Arendt, H. (2010). *A condição humana* (11^a ed., R. Raposo, trad.). Forense Universitária.
- Castells, M. (2013). *Redes de Indignação e Esperança – Movimentos sociais na era da internet*. Zahar.

- Conroy, M., Feezell, J., & Guerrero, M. (2012). Facebook and political engagement: a study of online political group membership and offline political engagement. *Computers in Human Behavior*, 28, 1535-1546.
- Downing, J. (2002). *Mídia Radical - rebeldia nas comunicações e movimentos sociais* (2ª ed.). Ed. Senac.
- Gohn, M. G. (2006). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. (5ª ed.). Loyola.
- Korybko, A. (2018). *Guerras híbridas – das revoluções coloridas aos golpes*. Expressão Popular.
- Marichal, J. (2013). Political facebook groups: micro-activism and digital front stage. *First Monday*, 18(12).
- Marichal, J. (2016). *Facebook democracy: the architecture of disclosure and the threat to public life*. Routledge.
- Medeiros, J. (2013). Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. *TransInformação*, 25(1), 27-33. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862013000100003&script=sci_arttext
- Moraes, D. (2010). *Por uma outra comunicação – mídia, mundialização cultural e poder* (5ª ed.). Record.

Puntel, T. J. (2013). *Novas Dimensões na Comunicação Global: o ativismo digital como propulsor de movimentos sociais e o caso da primavera árabe* [Trabalho apresentado em congresso]. Anais do 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede. <http://www.ufsm.br/congressodireito/anais>

Recuero, R. (2011). *Redes Sociais na Internet*. Sulina.

Recuero, R. (2014). Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. *Verso e Reverso*, XXVIII (68), 114 - 124.

Rüdiger, F. (2015). As redes e a armação: da cultura do narcisismo ao fetichismo tecnológico. In M. I. V. Lopes, & M. M. K. Kunsch (Orgs.). *Comunicação, cultura e mídias sociais* (pp. 33-54). ECA-USP.

Segurado, R., Bachini, N., & Araújo, R. A.P. (2015). *A representação e a rede: a liderança política nos movimentos sociais contemporâneos* [Trabalho apresentado em congresso]. Anais do VI Congresso da Compolítica. http://www.compolitica.org/home/?page_id=1672

Silveira, S. A., Braga, S., & Penteado, C. (Orgs.) (2014). *Cultura, Política e Ativismo nas Redes Sociais*. Editora Fundação Perseu Abramo. <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/cultura-politica-e-ativismo-nas-redes-digitais/>

Narrativas de Resistência da Página #UERJResiste no Facebook em Tempos de Ódio às Universidades Públicas e à Ciência no Brasil

André Luís Cardoso Tropiano
Neiva Vieira da Cunha

Estar ou não estar nas mídias sociais? Para além de ser uma escolha, estar nas mídias sociais é parte importante e fundamental da disputa narrativa que acontece na internet, como a possibilidade de uma arena pública (Cefaï, 2011, 2017a, 2017b). Porém, a configuração desse meio como mediador privilegiado do sistema social ainda está a prova e precisa ser questionado e instigado a se constituir enquanto espaço plural e democrático. Ainda carecem muitas ações, sobretudo no âmbito da proteção de dados e da privacidade, do tratamento da desinformação e dos discursos de ódio.

Ocupar as mídias sociais tornou-se estratégia primordial de existência dos movimentos sociais. Eles precisaram se reinventar no uso dessas redes que reconfiguram o cotidiano e trazem novas formas de sociabilidade. Inseridos nesse cenário, os movimentos sociais em rede buscam mobilizar seus esforços para fomentar e equilibrar o debate público a seu favor (Castells, 2017). Desta forma, pretendemos neste artigo refletir sobre a atuação da página #UERJResiste no Facebook

(figura 1), criada no ano de 2016, e que se constituiu no ano de 2017 como importante bandeira em defesa da Universidade Pública no Brasil.

Figura 1

Página de #UERJResiste no Facebook



UerjResiste (s.d.)

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira parte, refletiremos sobre os desafios dos movimentos sociais em rede no Facebook, nessa perspectiva de uma Sociedade em Rede. Na segunda parte, buscaremos compreender o contexto em que surgiu o movimento em defesa da Uerj intitulado #UERJResiste, bem como sua caracterização como arena pública. Na terceira parte, analisaremos as narrativas construídas por meio de uma etnografia da página #UERJResiste no Facebook.

Parte I - Disputar Narrativas no Facebook

Atualmente normalizamos a existência de grandes corporações da internet, como o Facebook, que tem acesso fácil aos nossos dados, desde

e-mail, telefone até números de documentos e cartões de crédito em prol de uma praticidade e de uma suposta liberdade. A reflexão proposta por diversos críticos da internet, como Keen (2012) e Pariser (2012), atenta para a necessidade de observar o fenômeno com certa cautela, sobretudo com o crescimento dos monopólios empresariais que expandem seus domínios nas redes.

Esta discussão traz à luz algumas controvérsias do *Facebook* em relação à sua política de privacidade, propaganda e enquanto uma mídia, que precisa ser discutida e devidamente regulamentada. Destacamos que os aplicativos de Mark Zuckerberg estão entre os mais utilizados pelos brasileiros, o *WhatsApp*, *Instagram* e *Messenger*, além do próprio *Facebook*. Recentemente, vimos por meio do documentário da *Netflix*, *Privacidade Hackeada* (2019), lançado em 24 de julho de 2019, o caso da venda de dados dos usuários realizada pelo *Facebook* à empresa *Cambridge Analytics*. Esses dados foram utilizados para influenciar as eleições em democracias ao redor do mundo através de estratégias políticas-discursivas de persuasão.

O documentário aponta ainda o caso do Brasil, em que pelo menos 400 mil usuários tiveram seus dados violados na ocasião das eleições presidenciais de 2018. O caso reverberou, inclusive travando consequências jurídicas ao Facebook em vários países. No Brasil, a empresa foi multada no valor de 6,6 milhões, no final do ano passado, mas a questão pouco repercutiu nos espaços e na própria rede, não gerando um debate mais significativo sobre a questão da privacidade e da gestão dos dados (“Ministério da Justiça multa Facebook em R\$6,6 milhões em apuração sobre compartilhamento de dados”, 2019).

Esses vários escândalos de venda de dados pelos sites de redes sociais nos levam a refletir em que medida o consentimento de liberação de dados por parte dos usuários pode permitir que eles sejam compartilhados com empresas e influenciar o consumo às opiniões políticas? Malini e Antoun (2013) observam que as estratégias empregadas pelas empresas na Internet são sempre de redução da liberdade em favor de sua mercantilização e acumulação de capital através das informações coletadas.

Conforme propõe Castells (2003, 2017) podemos pensar a realidade atual sob o paradigma da Sociedade em Rede, em que as redes digitais assumem papel fundamental nas relações econômicas, sociais e culturais. Elas não devem ser pensadas como um fator de alienação, mas sim como o tecido de nossas vidas, que se ligam pela cultura e pelo idioma numa conexão global. A sociedade em rede está fundamentada em uma “disjunção sistêmica entre o global e o local para a maioria dos indivíduos e grupos sociais”, acarretando desafios sociais e econômicos com o protagonismo da comunicação (Castells, 2003, 2017).

Apesar de todo o contexto desfavorável, as mídias sociais se configuram como um espaço já consagrado de ação política, mas é preciso estar atento às suas limitações. Como uma mídia, o Facebook tem os seus interesses e ainda padece das regulações necessárias, uma vez que as decisões arbitrárias vêm tomando maiores proporções na sociedade. Neste sentido, é importante pensar nos processos de ensino-aprendizagem imbuídos nos processos comunicativos das mídias sociais. A atenção do usuário e a disputa de narrativas pelos movimentos sociais são elementos fundamentais para equilibrar o debate público em favor de pautas emancipatórias.

Castells (2017) reforça que as tecnologias de comunicação não estão na raiz dos movimentos sociais, mas sim que “surgem da contradição

e dos conflitos de sociedades específicas, e expressam as revoltas e os projetos de pessoas resultantes de sua experiência multidimensional.” (pp. 198-199). Acrescenta-se a isso a importância do caráter educativo resultante da ação política e cidadã nos movimentos sociais para pensarmos a mudança política e social, como nos chama a atenção Gohn (2003, 2011).

Diante disso, observamos que existem mudanças fundamentais nos novos movimentos sociais e políticos (Gohn, 2011), que emergem em suas lutas fundados na indignação de uma coletividade fragmentada e descentralizada transitando entre *online* e *offline*. Através da cultura de autonomia disseminada nas mídias sociais, o *Facebook* surge como plataforma potencial para se expor os posicionamentos políticos e dialogar com ações de comunicação e de mobilização, através de *hashtags*, personalização de perfis, memes e viriais multimídia.

Dessa forma, estamos diante de novos movimentos sociais, os quais Castells (2017) nomeia de movimentos sociais em rede, nesta cultura que disputa espaço em relação às questões econômicas e contestam os poderes e imperialismos globais. Apesar de Castells (2016, 2017) observar de maneira crítica o poder das empresas de internet que está cada vez mais concentrado, ele aponta as várias frentes de resistências ao redor do mundo, entendendo que a internet é um eterno território de luta por liberdade.

Parte II - Ocupar as Redes e Mobilizar a Defesa da Universidade Pública

A luta pela liberdade é o que motiva a ação de movimentos sociais em rede. Liberdade que, conforme Freire (1967), não é concedida, mas se dá na relação com o outro, pelo diálogo, da interação construtiva e

libertadora, ou seja, está em constante disputa pelas redes de autonomia comunicativa. A estratégia de ocupação das redes é a maneira pela qual os movimentos sociais podem dialogar com seus conhecimentos e trazer às arenas sociais suas pautas de reivindicação.

Essas disputas constituem o que Cefaï (2011, 2017a, 2017b) chama de arenas públicas, que são experiências coletivas de construção de políticas públicas e de experiências democráticas, que podem ser um tanto conflituosas, mas fazem parte do processo político quando se constrói novas possibilidades de um mundo comum e justo. Para o sociólogo, “os problemas públicos são **movimentos sociais** cujos membros reconstroem fatos, lançam-se em investigações, analisam dados oficiais, buscam elementos de comparação, testam hipóteses e agem em consequência.” (Cefaï, 2017a, p. 131)

Os problemas sociais se tornam problemas públicos quando são alvo de um trabalho coletivo de reflexão e discussão, ao serem publicizados e irem além das pessoas que são diretamente afetadas, ao se formarem de maneira autônoma e quando interpelam os poderes públicos para a solução dos problemas. Conforme os problemas são apresentados enquanto uma realidade social, sua publicização adota uma retórica de dramatização, de cenas públicas, em que vão trazer mais públicos afetados, instituições, associações, especialistas que corroborem ou concorram para os conflitos e disputas que vão gerar ações públicas a partir da arena pública constituída.

Essa publicização dos movimentos sociais em rede é disseminada principalmente por meio das *hashtags*, que são sempre iniciadas com o símbolo “#” e cumprem um papel primordial na organização, localização e busca de assuntos que ocupam os sites de redes sociais, conforme

Malini e Antoun (2013). A própria grafia de #UERJResiste, apresentada na figura 2, utilizada em todos os materiais do movimento na internet e nas ruas, revela uma intenção de se constituir enquanto uma ação que se propaga e gera engajamento num movimento simbiótico entre internet e as ruas, tal como as ocupações.

Figura 2

Imagens utilizadas no perfil da página #UERJResiste



UerjResiste, 2016a; UerjResiste, 2016b; UerjResiste, 2018.

O pragmatista Cefaï (2011, 2017a, 2017b) não faz uma relação direta, na literatura consultada, entre as arenas públicas e as redes sociais na internet, passando apenas pelos fóruns de deliberação e participação democrática instituídos pelos governos. Porém, observamos que as redes sociais na internet têm assumido um papel fundamental de participação social e democrática. Por isso, têm ganhado força e presença dos movimentos sociais, que tem a possibilidade de gerar suas arenas públicas e, inclusive influenciar os debates públicos em outras esferas sociais. Sendo assim, entendemos que #UERJResiste passa a ser uma arena pública que debate a autonomia e as formas de financiamento da Universidade, pois não se limita à atuação da página do *Facebook*,

mas afeta e mobiliza pessoas, instituições e dinâmicas cívicas nesse processo reflexivo de solução do problema público que ela apresenta.

O professor Ricardo Lodi Ribeiro (2019), atual reitor da Uerj, caracterizou a situação política atual como uma guerra cultural contra a Universidade Pública. Ele explica que a autonomia proposta se desdobra em três facetas: didática-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, indicando que essa autonomia não pode estar à mercê de uma política de governo, pois a Universidade brasileira é uma das cinco entidades autônomas, conforme assegura a Constituição. Ao concluir, Ribeiro afirma que é possível vislumbrar um horizonte de autonomia para as Universidades, que não se resume no repasse financeiro dos duodécimos, somente quando houver a construção de seus orçamentos de maneira própria reunindo os interesses da comunidade acadêmica e da sociedade.

As lutas dos movimentos sociais da Uerj contra os abusos do Estado se intensificaram no ano em que a cidade foi sede dos Jogos Olímpicos, em 2016. Servidores, alunos e terceirizados padeceram por mais de três meses sem receberem seus salários e bolsas e, quando recebiam, o pagamento era feito em parcelas ao longo do ano, em conta-gotas. Naquele ano, durante a posse do reitor Ruy Garcia Marques, em janeiro, o Governador Luiz Fernando Pezão anunciou que “as Universidades Públicas brasileiras precisam urgentemente organizar suas ferramentas de gestão. Aprimorar seus modelos de governança e encontrar novas formas de financiamento” (“Uerj terá orçamento 2% menor que o executado em 2015, diz novo reitor”, 2016).

Nesse contexto surge a página #UERJResiste, que foi criada em 28 de janeiro de 2016 e atualmente conta com mais de 68 mil seguidores.¹ A criação da página se deu pelo Conselho Diretor da Associação de Docentes da Uerj (Asduerj) objetivando dar visibilidade ao movimento de resistência da Universidade com um discurso unificado frente aos problemas impostos pelo Estado e a ameaça iminente de privatização, como um reflexo das pautas da associação sindical. A página assume um regime de publicização vinculada a Associação Docente da Uerj (Asduerj) que se mostra através de uma diferente performance pública, pois cria-se um novo caráter institucional, até mesmo dentro de uma nova dinâmica de organização que não está diretamente ligada a instituição sindical. Daniel Cefaï (2011) caracteriza essas “fachadas” como uma estratégia de publicização, que compõe essas várias formas de mobilização coletiva de uma arena pública.

Importante destacar que #UERJResiste também está presente no *Twitter* e no *Instagram*, além de manter um domínio de site www.uerjresiste.com, que são mantidos pelos seus membros. Numa comparação com outras páginas relacionadas à Universidade, conseguimos perceber um alcance expressivo em termos de número de seguidores da página de #UERJResiste. Por exemplo a página oficial da UERJ, conta atualmente com 99 mil, UERJ da Depressão, com 100 mil, Asduerj, com 21 mil, DCE-UERJ, com 20 mil seguidores.² Importante destacar que durante o período estudado, o ano de 2017, as demais páginas tinham números inferiores aos consultados, inclusive a página oficial, que passou a ter uma frequência de postagem maior a

1. Dados conferidos em 11 jun. 2020.

2. Dados conferidos em 14 jun. 2020.

partir do referido ano. Nessa dinâmica conectiva, também foi possível ao usuário do *Facebook* manifestar seu apoio por meio da aplicação da marca da campanha de #UERJResiste à sua foto de perfil. Em consulta ao *site Twibbon*, verificamos que o uso dessa personalização contou com 5.180 apoios.

Parte III - Narrar a Resistência: uma Etnografia de #UERJResiste

Como a pesquisa transcorreu em período posterior ao recorte temporal adotado, utilizamos o *Netvizz*, que é uma ferramenta desenvolvida no contexto do *Digital Methods Initiative* (DMI) pelo pesquisador Bernard Rieder. Com apoio do *Netvizz*, extraímos uma planilha das postagens realizadas pela página #UERJResiste, contendo data, texto postado, link das imagens e o link direto da postagem, além dos dados estatísticos das reações, comentários e compartilhamentos. A partir daí, analisamos todas as postagens manualmente, acessando *link por link*, desde 1º de janeiro a 09 de abril de 2017, totalizando 266 postagens, sendo 194 fotos e 72 vídeos. O recorte temporal da pesquisa corresponde ao período em que a Uerj ficou fechada em função da falta e/ou atraso de verbas para pagamento dos serviços de manutenção por parte do governo do estado. Fechamos nosso recorte temporal no dia 9 de abril de 2017, pois marca o dia anterior ao anúncio de retorno às atividades da Universidade, naquele período.

Visando construir uma descrição etnográfica da página #UERJResiste, seguimos então a definição proposta pelo antropólogo François Laplantine de que “a descrição etnográfica é a realidade social apreendida a partir

do olhar, uma realidade social que se tornou linguagem e que se inscreve numa rede de intertextualidade.” (Laplantine, 2004, p. 31). Neste sentido, quando entendemos o ambiente digital como um campo empírico, existem implicações em rede que conectam não apenas os assuntos e os conteúdos abordados dentro da Internet mas também, em certa medida, todos extrapolam para o mundo físico e geram polêmicas e controvérsias, o que expande o alcance discursivo e midiático do assunto tratando-o na esfera da ação política. Essa descrição toma corpo como narração, que envolve objetos, participantes e pesquisador numa relação ativa.

A partir desta perspectiva, entendemos que esta pesquisa percorre um dos caminhos definidos por Leitão e Gomes (2017), como *etnografia-stalker*, ou o que as pesquisadoras Suely Fragoso, Recuero e Amaral (2011) adotam como perspectiva *lurking*, em que o pesquisador observa e vai percorrendo o fluxo das socialidades sem que para isso se identifique aos pesquisados. O pesquisador observador atento às movimentações, vai rastreando os espaços e viajando, enquanto usuário da própria rede, por onde sua curiosidade vai levar (Leitão & Gomes, 2017, p. 54).

Num primeiro momento, analisamos e codificamos cada postagem, enquadrando-as em alguma categoria, quando emergiram mais de dez categorias, provenientes de determinados padrões e similaridades. Em um segundo momento, ao analisar mais profundamente o material buscando traduzi-lo de maneira mais objetiva e completa, reagrupamos cada tipo de postagem chegando a quatro categorias. Cada categoria foi nomeada segundo as características das suas postagens, num processo de reflexão e diálogo constante, em que foram intituladas como Políticas Midiáticas, Discursos do Resistir, Partilhas Educativas e Poéticas

da Identidade. Vejamos abaixo as características e exemplos de *posts* de cada categoria.

Essa divisão em categorias não pretende se esgotar e nem aprisionar cada postagem em apenas uma delas, pois muitos *posts* podem ser encaixados em mais de uma categoria. Importante destacar o fato de que todas as postagens analisadas continham imagens, mesmo sendo *prints* de textos, uma vez que a plataforma do Facebook privilegia a exposição de imagens a textos nas *timelines*, o que se trata de uma estratégia importante.

Políticas Midiáticas

Composta pelas notícias e matérias republicadas pela página com origem na mídia hegemônica, tal como jornais, revistas e telejornais, as postagens reagrupadas nessa categoria divulgam vídeos e fotos de eventos organizados pela própria página ou por terceiros, além de informes e convocações para os mais variados eventos e mobilizações. O termo “políticas”, integrado ao nome desta categoria abrange múltiplos significados, podendo ser entendido como normas, condutas, bem como os relacionamentos com o agenciamento midiático e a mobilização. A nomeação dessa categoria parte do entendimento de que a página se coloca enquanto uma mídia dentro de uma mídia social. Por isso, a maior parcela das postagens versa sobre a divulgação dos eventos de mobilização, dos quais contabilizamos 24 eventos no período analisado, sendo eles próprios, específicos da Uerj, unificados com servidores estaduais e de causas externas. Tudo que pode se inserir num contexto de divulgação, no sentido de informar sem necessariamente querer persuadir e sem apresentar um uso emotivo de linguagem, está contido

nessa classificação. Os conteúdos mais emotivos, mais persuasivos, que implicam numa dramaturgia pública e que chamam a uma participação, apoio direto ou ação efetiva à causa se ajustam melhor na categoria Discursos do Resistir.

A figura 3 representa um dos tipos de postagem mais populares na página que comenta as decisões do Fórum de Diretores. Muitos dos comentários nessa postagem se referiam a pessoas marcando amigos da rede social para que vissem a notícia e se atualizassem sobre o funcionamento da Universidade.

Figura 3

Divulgação sobre o Fórum de Diretores



UerjResiste (2017a)

A figura 4 apresenta a participação da Professora Tânia Carvalho Neto, Sub-reitora de Graduação, no Programa Sem Censura, da TV Brasil, transmitido em 31 de janeiro de 2017, que versava sobre o tema “Volta às Aulas”. A sub-reitora reforçou um novo adiamento do retorno às

atividades da Uerj, sem uma previsão clara e definitiva, pois não havia uma sinalização do Estado em resolver a situação do pagamento dos servidores.

Figura 4

Sub-reitora fala no programa Sem Censura.



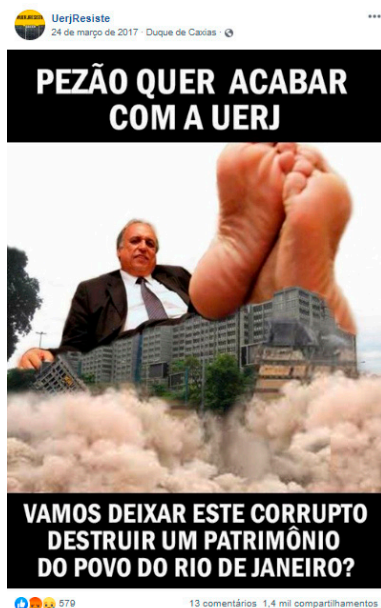
UerjResiste (2017b)

Ainda nessa categoria, para além dos eventos de mobilização nas ruas e das manifestações artísticas e culturais, algumas postagens tinham uma vertente política mais afrontosa, uma vez que surgiam muitos pronunciamentos de políticos em ataque à Universidade, o que corroborava para uma desinformação da população sobre a real situação da Uerj, conforme as figuras 5 e 6.

A reação das pessoas à publicação contendo a postagem do Secretário (figura 6) foi positiva: das 294 reações, 266 foram de curtidas. Mas dentro dos comentários muitos questionavam as intenções do político e outros tentavam mobilizar uma ação na internet através de comentários de “SOS UERJ” na página do Secretário.

Figura 5

Convocação/Provocação ao Governador



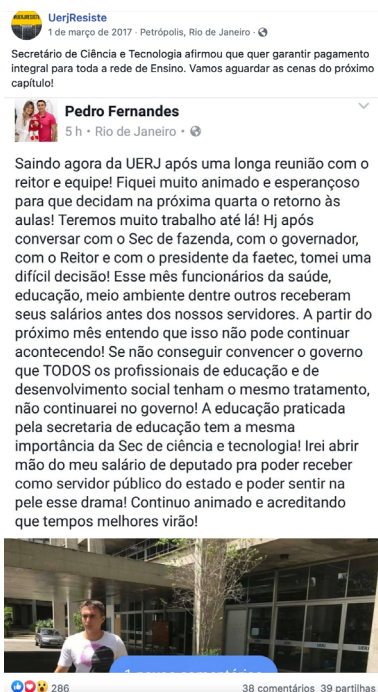
UerjResiste (2017c)

A relação com o governador do Estado é das mais conflituosas. Em 27 de janeiro de 2017, em entrevista à rádio CBN (2017), o governador criticou a direção da Uerj ao dizer que ela se escudava na autonomia universitária para não debater os números do orçamento. Em 24 de março de 2017, veio a público através dos jornais os planos do governador de cortar em 30% o salário dos professores da Uerj caso não retomassem as aulas (Mattos, 2017). A Uerj buscou os aparatos jurídicos para se defender das ingerências do governo do Estado, sendo concedido pela Justiça do Rio um mandado de segurança impedindo qualquer corte salarial. Durante todo o período de crise houve uma judicialização dos processos e muita luta na rua, na ALERJ e no Ministério Público.

Os movimentos também buscaram apoio no Congresso Nacional e no STF (“Uerj vai recorrer ao STF autonomia financeira para obrigar RJ a repassar verba”, 2017).

Figura 6

Secretário de Ciência e Tecnologia



UerjResiste (2017d)

Discursos do Resistir

Nessa categoria estão incluídas as postagens que remetem diretamente às ações de resistência política, tais como as moções e declarações de apoio, campanhas e críticas às questões sócio-políticas, bem como as

manifestações de apoio às lutas de outras instituições. Todas as postagens que corroboram e disseminam o discurso da resistência. Poderia se considerar que todas as postagens são, de alguma forma, um discurso de resistência, por tratar-se de uma página chamada #UERJResiste. Porém, nem todas as postagens têm essa intencionalidade, num tom emotivo de linguagem. É na função emotiva que diferenciamos esta categoria das demais, conforme já falado no item anterior quando abordamos as políticas midiáticas.

Esta categoria emerge com um volume maior de conteúdos próprios, principalmente em vídeos, que demonstram apoio de artistas e professores. Entendemos que nesta categoria prevalece uma construção discursiva de apoio ao movimento, que legitima e reforça o movimento perante os seguidores e o público em geral que visualiza a página e que pode, assim, melhor dimensionar a importância do movimento e da causa defendida. Essa resistência também é calcada numa identidade coletiva e num apelo à opinião pública. Nesse campo, o que mais nos chamou atenção foi a ligação da Universidade com a cultura popular através do samba, estreitando ainda mais a sua intimidade com a favela da Mangueira. O samba como verdadeiro motor da vida cotidiana nas favelas e periferias do Rio de Janeiro e expressa sua resistência cultural junto a Uerj.

Na figura 7, o vídeo do sambista Aluísio Machado, figura recorrente nas mobilizações em defesa da Universidade. Também foram postados apoios de professores, artistas, atores, cantores, deputados entre outros. Em 09 de abril, um dia antes do retorno das aulas na Uerj, a página publicou um vídeo do ator Mateus Solano (figura 8), destacando a importância da Universidade e chamando a população a apoiá-la. No vídeo, o

ator da Rede Globo, consagrado em diversas novelas do horário nobre, diz em um trecho da sua fala:

@UERJResiste: [...] A UERJ é um símbolo de esperança, esperança de que a vida pode ser melhor pela Educação, esperança de que todos podem chegar à Universidade. Mas parece que o Governo do Estado e o Governo Federal não sabem disso. Estão tentando sufocar a UERJ. Calar a sua fala, matá-la. Mas a Uerj não morreu. A Uerj resiste, está viva e conta com o seu apoio. Você também pode fazer parte dessa luta. Participe, divulgue. Lute conosco. (UerjResiste, 2016)

O vídeo de Mateus Solano teve mais de 79 mil compartilhamentos e mais de 2,4 milhões de visualizações, sendo a mais visualizada da página. As atividades da Uerj foram retomadas mesmo com pagamentos atrasados de servidores e de funcionários terceirizados, porém com ajustes entre as empresas de limpeza e segurança (Rouvenat, 2017).

Figura 7

Vídeo do Sambista Aluísio Machado



UerjResiste (2017e)

Figura 8

Video do Ator Mateus Solano



UerjResiste (2017f)

Partilhas Educativas

Compreende as postagens que têm um conteúdo mais reflexivo e pedagógico, mais engajado em esclarecer determinados assuntos, a exemplo da reforma da previdência, da gratuidade da universidade pública, da função das universidades etc.

Toda publicação e publicização nas mídias sociais é uma forma de partilha, sobretudo as que propõem reflexões e engajamento em ações políticas. Mas nem toda informação se propõe a ser educativa. Por isso entendemos, nessa categoria, a educação como prática da liberdade, segundo Freire (1967), ou seja, quando a aprendizagem torna-se colaborativa e contínua, sobretudo fundada no diálogo e na mediação dos conhecimentos de mundo de cada indivíduo envolvido no processo

educativo, dando espaço de fala e escuta, buscando a comunicação como princípio e não a domesticação. No entanto, as ações empreendidas pela página do movimento no sentido de partilhar conhecimentos são poucos, uma vez que a pauta de discussão em geral é informativa ou já definida dentro de um campo de discussão.

O primeiro *post* que consideramos educativo foi realizado no dia 14 de janeiro de 2017 com título “Por que gratuita?” (figura 9), em que promove uma reflexão sobre a importância de se ter uma Universidade pública, gratuita e plural. Essa é uma das questões centrais da página, por isso a postagem no momento imediatamente posterior ao seu fechamento temporário, em 10 de janeiro.

Figura 9

Vídeo “Como o Governo trata a UERJ”- Dona de Casa



UerjResiste (2017g)

Em outra postagem era apresentada uma sequência de divulgação de reflexões do livro “Hoje eu Acordei pra Luta”, lançado em e-book pela

EdUERJ em 2017. O livro se propõe a dialogar com os internautas e, à medida que traz conhecimentos novos, enriquece o diálogo na página.

Outra sequência de postagens que aconteceu entre 17 e 20 de março, trouxe três vídeos que explicam a crise tentando aproximá-la de situações próximas dos cidadãos numa estratégia de gerar empatia na sociedade pela Uerj. Nomeamos essa sequência de vídeos de “Como o Governo trata a UERJ”, que são mostrados nas figuras 9 e 10.

Figura 10

Video “Como o Governo trata a UERJ” - Taxista



UerjResiste (2017h)

Os vídeos têm 50 segundos e trazem metáforas que relacionam o Governo do Estado a uma loja, a um taxista e a uma dona de casa. Os protagonistas dos vídeos são representantes da Asduerj. Eles começam sempre convidando o espectador a imaginar uma situação prática do cotidiano, conforme o texto abaixo:

@UERJResiste: Imagina que você trabalha numa loja. O dono da loja não paga fornecedor. O dono da loja não cuida da limpeza nem da segurança da loja. E aí, ele chega à conclusão que é você que deixa a loja cara. Ele então divide o seu salário em 7 vezes, paga com atraso, insistindo que é você que encarece a loja... Perdoa a dívida do vizinho. Uma dívida que daria para pagar o seu salário por muito tempo. Ainda sobre esse argumento que você encarece tudo, ele ainda gasta o dinheiro, que diz que é pouco, numa cervejaria. Pois é assim que o Governo do Estado do Rio de Janeiro trata as universidades públicas do Rio. (UerjResiste, 2017g)


Poéticas da Identidade

Ao verificar o *corpus* de análise de #UERJResiste, identificamos que os primeiros dias do ano foram marcados por uma mobilização dos internautas em torno da produção de uma identidade coletiva por meio do uso da hashtag #SouUERJ. As poéticas têm um sentido de construção narrativa do fazer poético do qual abordou Aristóteles (2008). Elas partem das experiências individuais, pessoais, íntimas, que desvelam sentimentos para expor uma relação que se faz no coletivo, que expõe a natureza do movimento social em rede e compõe a dramaticidade das cenas públicas produzidas.


Através dessa ação, foram compartilhadas pela página #UERJResiste 20 postagens referentes ao tema, todas no mês de janeiro de 2017. Elas se configuram enquanto uma possibilidade de construção de uma identidade coletiva para o movimento e de uma identidade uerjiana, relativa ao reconhecimento de um pertencimento à Uerj. Ela teve seu funcionamento de maneira orgânica e autônoma entre os usuários do Facebook, conforme vemos nas figuras 11 e 12.

Figura 11

Depoimento #SOUUERJ

 **UerjResiste**
12 de janeiro de 2017 · 🌐

#SouUERJ

 **Rodrigo Tupinambá**
14 min · 🌐


#souUERJ
Fiz toda a minha formação universitária (graduação e pós) na UERJ. Na época, embora, convivêssemos com as dificuldades de praxe das instituições públicas no Brasil (o tradicional descaso do Estado), tive o acesso a uma formação, senão a melhor, ao menos decente e honesta.

Convivi com pessoas das mais diversas regiões da cidade, fiz amigos, tive acesso a diversas manifestações culturais, formatei meu conhecimento na profissão e ainda tive o empurrão de começar a dar aulas no CAP-UERJ. Vejo a situação atual com tristeza e pesar.
É forçoso resgatar a UERJ!


UerjResiste (2017i)

Figura 12


Depoimento #SOUUERJ

 **UerjResiste**
12 de janeiro de 2017 · 🌐

#SouUERJ

 **Talita Vidal**
6 min · 🌐

Já tive a oportunidade de declarar muitas vezes meu carinho, minha admiração e o orgulho que tenho de ser professora da UERJ. Instituição em que me tornei mais do que professora, uma pesquisadora. Que me possibilitou realizar coisas que nunca pensei que seria capaz. Foi no 12 que sofri, chorei, aprendi, ri, conheci pessoas incríveis como aluna, como representante estudantil, como professora substituta. Foi na FEBF - A UERJ CAXIAS- que assumi o cargo de professora adjunta e é onde me realizo a cada dia. Me realizo sem minimizar toda essa situação que é muito triste. Me sinto, como meus colegas, indignada, ultrajada, humilhada por não receber o salário a que temos direito, por não poder fazer aquilo que gosto. Tem sido duro ver a UERJ se deteriorando, sofrendo com o descaso, a arrogância, a cretinice de nossos "governantes". Mas a luta que nos une em defesa dessa instituição é algo que nos fortalece.
#SOUUERJ.

 24

5 partilhas

UerjResiste (2017j)

Professores, funcionários, alunos e ex-alunos, além de membros da sociedade como universitários de outras instituições, se manifestaram para contar suas histórias e sua relação com a Uerj, indicando, assim, sua identificação com a Universidade. Num contexto geral de análise desses personagens em destaque já comentados, podemos sintetizar a produção de algumas características que perpassam todos os textos. Desta forma, entendemos aqui que essa síntese nos proporciona algumas pistas para a formação de uma identidade do movimento #UERJResiste. Extraímos, então, desses textos algumas características para formatação de uma identidade: resistente, comunitária, relacional, afetiva, notável, periférica, de luta, potente, unida.

Considerações Finais

A atual situação política do país continua colocando em risco o financiamento público e a autonomia das Universidades. Nos últimos anos, a Universidade Pública passou de protagonista à vilã do desenvolvimento do Brasil. Ao longo dos governos presididos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foram ampliados *campi*, inauguradas universidades nos centros urbanos e no interior do Brasil e, além disso, com a política de reserva de vagas, vimos crescer a diversidade racial e de classe nos bancos universitários. Porém, com o avanço do neoconservadorismo com o governo eleito em 2018, a Universidade pública se transformou na principal vilã, bem como opositora ao fascismo crescente. Mas ela acabou por ser o terreno ideológico para contrapor os valores da família, da religião e dos bons costumes, descreditando seu valor científico e sua potência e importância no desenvolvimento do país. Todas essas ameaças

e violências que atingem todas as comunidades acadêmicas incluíram o Brasil no ano de 2019 pela primeira vez no mapa da associação *Scholars at Risk (SAR)*, que é uma rede internacional de instituições acadêmicas que monitora e denuncia ataques às universidades ao redor do mundo por meio do relatório *Free to Think*.(Cafardo, 2020).

Por outro lado, é preciso admitir que existam ressalvas à estrutura e à forma como se colocam as universidades dentro de um sistema meritocrático e elitista em uma sociedade marcada por desigualdades sociais profundas. Precisamos pensar na Universidade autônoma como um espaço mais inclusivo, mais plural, mais aberto, logo mais democrático e que promova mais cidadania. Uma Universidade forte e que também fortaleça a luta das minorias tão negligenciadas pelo Estado e que não perpetue o privilégio de poucos. Esse é um ponto muito sensível e que é usado pelos atores políticos antagônicos para tornar relevante a proposta de privatização do Ensino Superior.

Quanto as formas de publicização desse debate, nos perguntamos ainda, como aprofundar esses temas importantes para a sociedade sem a manipulação de escolhas políticas tal como acontece no Facebook? Podemos confiar nas redes sociais enquanto uma nova esfera pública, de comunicação horizontal e livre? Estas são algumas questões para as quais não temos respostas muito positivas e nem definitivas, mas que apontam caminhos interessantes em novos estudos para os movimentos sociais em rede.

Avaliamos que a atuação de #UERJResiste foi muito bem-sucedida, na medida em que todos os pleitos dos docentes foram atendidos, em certa medida, mesmo que tenha demorado um longo período, por mais de três meses. Inclusive, a proposta de autonomia financeira da Uerj e

de recebimento de duodécimos mensais também foi aprovada passando a valer a partir deste ano, de maneira paulatina. A estratégia de manter uma página dita apartidária, sem identificar se é feita por um sindicato ou pela universidade, mantém certa independência em seu posicionamento e ganha credibilidade fundamental com a imprensa. Aliada a estratégia de expansão da *hashtag* foi criado um verdadeiro mosaico que coloca a resistência da universidade pública como tema favorável para debate nos meios de comunicação tradicionais.

Entendemos que a estratégia de buscar adesão das mídias hegemônicas podem potencializar a comunicação dos movimentos sociais, pois elas ainda detêm grande parte da audiência e gozam de credibilidade na informação. A comunicação pelas mídias sociais por si só pode mobilizar as pessoas, mas entendemos que a mobilização sempre toma um vulto maior com a adesão dos meios de comunicação de massa. É importante, nesse sentido, refletir sobre o papel que as mídias de massa desempenham hoje e como os movimentos sociais podem influenciar na construção de novas narrativas críticas nessas mídias de massa.

Nessa guerra cultural instaurada, a Uerj foi uma espécie de laboratório para fascistas e neoliberais verem cumpridos o desmonte das universidades públicas brasileiras. Diante dos vários discursos de privatização da Educação Pública e de ódio à ciência, entendemos que a defesa da Universidade Pública é elemento fundamental para o desenvolvimento social, tecnológico e econômico, a soberania nacional, a inclusão social e a diminuição das desigualdades sociais, para a melhoria das condições sociais de maneira geral e aprimoramento da própria democracia. Por isso, torna-se cada vez mais fundamental que estudos sobre movimentos como #UERJResiste sejam trazidos ao protagonismo como narrativas

importantes a serem divulgadas, refletidas e discutidas para que continuemos a resistir.

Referências

- Amer, K., & Noujaim, J. (Director). (2019). *The Great Hack* [filme]. Netflix.
- Aristóteles. (2008). *Poética* (A. M. Valente, trad.). Fundação Galouste Gulbenkian.
- Cafardo, R. (2020, janeiro 20). ‘Ataques a liberdade acadêmica ameaçam todos nós’, diz diretora do Scholars at Risk. *UOL Educação*. <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2020/01/20/ataques-a-academia-ameacam-todos-nos.htm>
- Castells, M. (2003). *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Zahar.
- Castells, M. (2016). *O poder da comunicação*. Paz e Terra.
- Castells, M. (2017). *Redes de Indignação e de esperança: movimentos sociais na era da internet* (2ª ed). Zahar.
- Cefaï, D. (2017a). Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos estudos CEBRAP*, 36(1), 187-213. <https://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201700010009>

- Cefaï, D. (2017b). Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). *Novos estudos CEBRAP*, 36(2), 129-142. <https://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201700020007>
- Cefaï, D. et al. (Eds.). (2011). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. EdUFF.
- Fragoso, S., Recuero, R. & Amaral, A. (2011). *Métodos de Pesquisa para Internet*. Sulinas.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática para liberdade*. Paz e Terra.
- Gohn, M. G. (2003). *Movimentos sociais no início do século XXI*. Vozes.
- Gohn, M. G. (2011) Movimentos Sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333-361. <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>
- Ministério da Justiça multa Facebook em R\$6,6 milhões em apuração sobre compartilhamento de dados. (2019, dezembro 30). Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/12/30/ministerio-da-justica-multa-facebook-em-r-66-milhoes-em-apuracao-sobre-compartilhamento-de-dados.ghtml>
- Keen, A. (2012). *Vertigem digital*. Zahar.
- Leitão, D., & Gomes, L.G. (2017). Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Revista Antropolítica*, 1 (42), 41-65. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.1i42.a546>

- Laplantine, F. (2004). *A Descrição Etnográfica* (J. M. R. Coelho e S. Coelho, trad.). Terceira Margem.
- Malini, F., & Antoun, H. (2013). *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Sulinas.
- Mattos, G. (2017, março 24). Pezão decide cortar em 30% os salários dos servidores da Uerj. *Jornal O Dia*. https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-03-24/pezao-decide-cortar-em-30-os-salarios-de-servidores-da-uerj.html
- Moreno, J. B. (2017, janeiro 27) .Uerj não fez contenção de despesas, diz Luiz Fernando Pezão. *Rádio CBN*. <https://m.cbn.globoradio.globo.com/programas/cbn-total/2017/01/27/UERJ-NAO-FEZ-CONTENCOES-DE-DESPESAS-DIZ-LUIZ-FERNANDO-PEZAO.htm?fbclid=IwAR06EPtP8mHlf10sRLH5C4Gbhf2ILSxqYQ7sUyJd-akmuUqqFdoz6wLI8yk>
- Pariser, E. (2012). *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Zahar.
- Reznik, L. et al. (2019). *70 anos UERJ: 1950-2019*. EdUERJ.
- Ribeiro, R. (2019) Autonomia Universitária em Tempos de Guerra Cultural. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, 35(1), 1-20. <https://doi.org/10.12957/rfd.2019.44010>
- Rouvenat, F. (2017, abril 10). Reitor da Uerj retoma aulas, mas diz que não vê solução no curto prazo. *Portal G1*. <https://g1.globo.com/>

rio-de-janeiro/noticia/reitor-da-uerj-retoma-aulas-mas-diz-que-nao-ve-solucao-no-curto-prazo.ghml

Tropiano, A. (2020). *Narrativas da Resistência: o movimento social em rede #UERJResiste no Facebook* [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].

UerjResiste. (s.d.). *Página inicial* [Página do Facebook]. Facebook. Recuperado em março 14, 2020, de <http://www.facebook.com/uerjresiste>

UerjResiste. (2016a, fevereiro 1). *Construa o movimento de apoio à educação pública, gratuita e de qualidade!* [Imagem anexada] [Atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/uerjresiste/photos/a.425027924288526/426071337517518>

UerjResiste. (2016b, agosto 24). *Ilustração: Thais Linhares* [Imagem anexada] [Atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/uerjresiste/photos/a.425027924288526/488027937988524>

UerjResiste. (2017a, janeiro 19). *Considerando o não pagamento das bolsas, o não pagamento dos salários e a ausência de repasses do governo, os diretores de unidades e a reitoria decidiram adiar por mais uma semana o início das aulas. #PagaPezão* [Imagem anexada] [Atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/425027860955199/posts/579274728863844>

UerjResiste. (2017b, fevereiro 1). *“A população precisa estar informada de que não é a UERJ que não quer iniciar as aulas, ela [UERJ] não pode ser irresponsável de iniciar as aulas num cenário caótico”. Nesta terça, a sub-reitora de graduação, Tânia Netto, concedeu entrevista ao programa Sem Censura da TV Brasil e falou sobre a grave*

crise na Universidade [Vídeo] [Atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/uerjresiste/videos/593097390814911/>

UerjResiste. (2017c, março 24). [Imagem anexada] [Atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/uerjresiste/photos/a.425039584287360/675258962598753/?type=3&theater>

UerjResiste. (2017d, março 1). *Secretário de Ciência e Tecnologia afirmou que quer garantir pagamento integral para toda a rede de Ensino. Vamos aguardar as cenas do próximo capítulo!* [Imagem anexada] [Atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/425027860955199/posts/622609681197015/>

UerjResiste. (2017e, fevereiro 16). *No mês do carnaval, a UERJ dá samba... E O SAMBA APOIA A UERJ! Aluísio Machado é* [Vídeo] [Atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/uerjresiste/videos/608050122652971>

UerjResiste. (2017f, abril 9). *Mateus Solano: “A UERJ é um símbolo de esperança, esperança de que a vida pode ser melhor pela Educação, esperança de que todos podem chegar à Universidade.”* [Vídeo] [Atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/uerjresiste/videos/703235966467719/>

UerjResiste. (2017g, março 20). *O governo do Rio deixa de comprar a merenda do filho para bancar a cerveja do papai. Enquanto o bandeirão da UERJ não funciona por falta de repasses, empresas como a dona da marca Itaipava devem milhões em impostos sonegados e, ainda assim, recebem gordas isenções fiscais. Pode isso?* [Vídeo] [Atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/uerjresiste/videos/659850964139553/>

UerjResiste. (2017h, março 18). *O governo espalha por aí que a UERJ hoje é mais cara do que era há alguns anos. O que Pezão esquece de dizer é que os custos eram reduzidos por um mecanismo ilegal de contratação de funcionários não concursados. Esquece de dizer também que a UERJ cresceu não só no número de alunos, mas também em sua presença nos municípios fluminenses.* [Vídeo] [Atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/uerjresiste/videos/654463351344981/>

UerjResiste. (2017i, janeiro 12). #SouUERJ [Imagem anexada] [Atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/425027860955199/posts/573891709402146>

UerjResiste. (2017j, janeiro 12). #SouUERJ [Imagem anexada] [Atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/425027860955199/posts/573961519395165/>

UerjResiste. (2018, outubro 31). *Ilustração: Tavarez* [Imagem anexada] [Atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/uerjresiste/photos/a.425027924288526/1269532923171351/>

Uerj terá orçamento 2% menor que o executado em 2015, diz novo reitor. (2016, janeiro 12). <https://oglobo.globo.com/rio/uerj-tera-orcamento-2-menor-que-executado-em-2015-diz-novo-reitor-18456326>

Uerj vai recorrer ao STF autonomia financeira para obrigar RJ a repassar verba. (2017, março 21). Recuperado de https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/uerj-vai-recorrer-ao-stf-autonomia-financeira-para-obrigar-rj-a-repassar-verba.ghtml?fbclid=IwAR2pwFpZ-IMN0OwWcTX5OJgg_9HHnBP-tgojRNyBzL-Qo0U_4tGPOxfec6g

Comunicação Urbana e a Inclusão de Gênero: o Uso dos Espaços Públicos nos Movimentos Sociais pelo Direito das Mulheres à Cidade

Renata Svizzero Fakhoury

A valorização da cultura arquitetônica permite analisar em suas experiências relacionadas à construção do espaço da vida social, os importantes contrastes da cidade no enfrentamento destes desafios no século XXI (“United Nations Millennium Development Goals”, 2019). As cidades atuais contam com contrastes relevantes e é importante que estas cidades se tornem as respostas buscadas há tempos para solucionar as necessidades das futuras gerações. O desafio é abordar o comum, o coletivo, e apresentar aos problemas cotidianos soluções que atendam às necessidades dos cidadãos.

Com uma nova realidade urbana, resultado das modificações do mundo contemporâneo, contrastes são expressos na diversidade e na multiplicidade dos espaços da cidade. As condições urbanas de fluxos assimétricos, imagens e informações somam aparências em um espaço de interação que nem sempre abrange as populações locais e suas culturas. Temas como gênero e interseccionalidade são importantes para desenvolver de forma mais consistente cidades justas e equânimes (Labcidade, 2019).

Analisando a dinâmica da sociedade a partir de uma perspectiva da percepção do ser humano em relação ao conhecimento da realidade, os processos comunicacionais necessitam de compreensão diretamente social. Neste processo de interação culturalmente praticados e reconhecíveis, o ser humano percebe e compreende o mundo por sua inserção histórico-cultural (Braga, 2012).

A revolução das comunicações, incluindo principalmente aqui as mediadas pela estética, não só contribuiu para facilitar processos, mas principalmente para aproximar pessoas. Os interesses gerados pelos tipos de fenômenos sensoriais e visíveis vêm transformando a maneira como as pessoas ocupam os espaços.

A comunicação é pensada por Martín-Barbero (2010) como uma dimensão constitutiva do espaço público, pois é vinculada ao que é próprio a todos dentro de uma sociedade, em um público que foi responsável pela construção do espaço cidadão.

Os espaços públicos devem ser locais de sociabilidade e interação (Speck, 2016). Ainda, segundo o autor, apenas recentemente começou-se a entender a importância dos espaços públicos, inclusive das ruas, como elementos-chaves para a integração social e econômica.

O impacto causado pela arquitetura e por sua imagem, ao criar valor social e cultural, pode mudar não só a vida das pessoas, mas também suas percepções. Isto pôde ser visto no século XX, quando os urbanistas defendiam o uso do carro e projetavam a cidade para ele, com longas distâncias a serem percorridas entre as separadas zonas de uso exclusivo (Careri, 2018; Ferreira, 2007). A urbanização dispersa e a falta de variedades de uso em um mesmo espaço desestimula a população a criar

vínculos afetivos com a comunidade e incapacita diferentes pessoas com diferentes tipos de culturas e rendas a viverem nos mesmos locais.

A urbanização iniciada no Brasil no século XX muda os cenários das cidades com suas novas obras e com seus novos atores sociais. Na passagem para o século XXI, as mudanças no urbano produzem a arte, que sai do ambiente interno e passa a ter a própria cidade como suporte, sintetizado pela produção arquitetônica que se torna diferentemente visível e vivida pela estética artística que a compõe. Em um espaço no qual a mulher é invisibilizada, na qual a mulher (seja ela cis ou transgênero) não “vive a mesma cidade”, a arte urbana se torna capaz de construir inclusão e cidadania, criando encontros e descrevendo a cidade e seus usos (Labcidade, 2019).

De acordo com Jesús Martin-Barbero, no contexto contemporâneo existem intrigantes relações nas inter-relações entre cultura e cidadania, vinculadas aos meios de comunicação penetrados na sociedade, inclusive nos mediados articuladamente pela estética. É possível, de acordo com Martin-Barbero, pensar então em um sistema comunicativo abrangente que alcança, imbricados socialmente, e mesmo que com desiguais modos de ação e diferentes usos e apropriações sociais, novas linguagens e o lugar da cultura na sociedade (Bonin, 2019).

A sociedade pode ser observada a partir da produção simbólica. A ocupação da cidade, dos seus lugares simbólicos e visíveis, compostas por espaços de fluxo e espaços de lugares, muitas vezes imperceptíveis e não transitado nem vivido durante o cotidiano dos seus habitantes, integram a dinâmica das cidades. A busca pela conexão nos espaços só se torna concreta quando estes espaços são ocupados ou fazem parte do fluxo urbano. Deste modo, ancora-se a interação dinâmica neste novo

espaço público: habitável e inclusivo (Castells, 2013; “United Nations Millennium Development Goals”, 2019).

As cidades devem ser construídas para todos nós, porém, não são construídas por todos nós. O que ocorre, derivado de um sistema patriarcal e machista que continua ditando os valores e usos dos espaços públicos, é que a grande maioria das cidades do mundo, isto é, se não todas, foram projetadas e construídas por homens (“What would a city designed by women be like?”, 2019). Esta forma de autoridade territorial se porta como um controle territorial, inclusive em ícones imagéticos espalhados pela cidade como estátuas, nomes de ruas e cartazes que seguem o padrão normativo (Figura 1).

Figura 1

Placa de sinalização não sexista.



Col-Lectiu Punto 6 (2016, p. 51)

Mudanças impactam negativamente a forma de entender os espaços e utilizá-los, consequência esta advinda principalmente da arquitetura e outros itens gerados por esta. A partir das novas formas de relação

humana, e da contínua segregação de gênero, uma nova percepção do espaço é abrangida na influência da compreensão e nas dimensões espaciais do ambiente urbano.

As cidades são marcadas por uma urbanização desordenada e excludente e, somada à ausência de diálogo, resultam em uma atuação improdutiva, tanto econômica como socialmente (“Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos”, 2019). Um exemplo é o surgimento de locais concebidos para criar uma imagem a determinado lugar, porém sem suprir necessidade urbana e social alguma. As cidades não são desenhadas para mulheres e, portanto, os espaços não são compartilhados entre todos, nem ao mesmo tempo (“What would a city designed by women be like?”, 2019).

As desigualdades da cidade continuam presentes. E para se compreender como alterar a vivência das mulheres na cidade é necessário a busca de dados interseccionais não mais explicados exclusivamente a partir da chave da classe social (Labcidade, 2019). Baseado no direito à cidade (Lefebvre, 2009), a busca é de incluir a perspectiva feminista por meio da participação, de um processo de socialização, em diferentes contextos e em diferentes estratégias.

Em meio ao desenvolvimento acelerado da cidade, as iniquidades espaciais e urbanas em sua forma de construção, transformaram o direito à cidade em valor capital e não mais em valor de uso. Este direito é mais coletivo, e não individual, pois reinventar a cidade depende do exercício do poder coletivo sobre o processo de construção da cidade e urbanização (Lefebvre, 2009). Inerente a isto, as diferenças de uso e desfrute do espaço em relação ao gênero e a violência permanente contra as mulheres, sempre em situações de vulnerabilidade, arraigaram

em si um medo agregado no uso dos espaços públicos, repelindo cada vez mais as pessoas de estarem no mesmo ambiente.

E quais situações marcam isso? O direito das mulheres à cidade deveria ser pensado teoricamente: construir argumentações que permitam às mulheres sua omissão. Dentre os sujeitos de diversidade é necessário haver uma dualidade, reconhecendo as mulheres no território e a diferença entre as desigualdades de outros.

Obviamente que quanto menor o acesso a estes espaços, maiores são as desigualdades, maior é a segregação. Esta desigualdade, uma discriminação, advinda do machismo e de uma sociedade historicamente sexista, centram o espaço em um modelo de separação, um território capitalista e patriarcal, baseado em um entorno masculinizado, cheio de resistência.

Configurado como a máxima expressão das relações de poder, o patriarcado, força totalmente contrária a uma ferramenta identitária e intercultural, é capaz de condicionar e suprimir os modos de gerar formas de pensamentos através de seus atos práticos (Andión, 2015).

Poderes instituídos travam um diálogo com a vida cotidiana por meio de táticas comunicacionais de apropriação, interpretação e resistência, que reconfiguram distinções fundamentais entre espaço e gênero. Como por exemplo, masculino e feminino, o debate é a questão da experiência e das formas de interpretação do simbólico, da sua circulação na cultura e de suas interpretações (Bastos, 2012).

De acordo com um estudo publicado pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que aborda as perspectivas de desenvolvimento humano baseado nas necessidades de transformações para a desigualdade de gênero, afirma que cerca de 90% da população mundial

tem algum tipo de preconceito contra mulheres. É importante ressaltar que esta análise foi feita tanto com homens quanto com mulheres e em 75 países que correspondem a 81% da população mundial (UNDP, 2020).

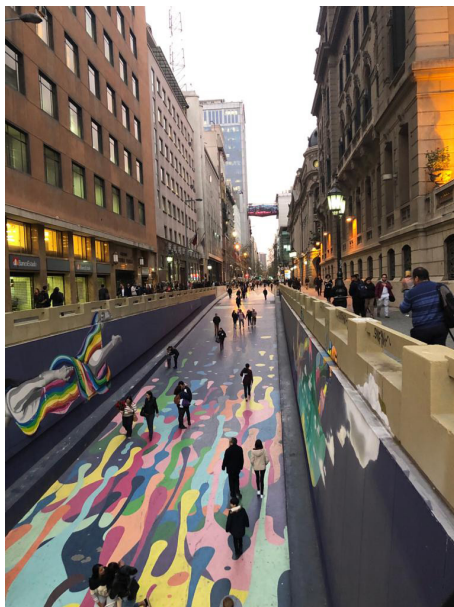
O urbanismo e o uso do território impactam na vida das mulheres. Os espaços são projetados e construídos já de modo masculinizado, e as mulheres não são encontradas usufruindo dos mesmos locais. Locais hostis, escuros e esteticamente degradados causam problemas na percepção de segurança. Então, como uma cidade se pareceria se fosse desenhada para as mulheres? Os espaços devem ser considerados elementos de transformação social, de inclusão, e seriam compartilhados entre todos, usados por todos, e ao mesmo tempo (“What would a city designed by women be like?”, 2019).

Em diferentes espaços habitados, sejam eles públicos ou não, o modelo urbano atende como modo principal as experiências e necessidades de um sujeito masculino, além da exploração de capital. Partindo deste pressuposto fica claro como o urbanismo tem promovido a exclusão das mulheres no espaço urbano, além de outras subjetividades a isto agregadas. Ou seja, a cidade se torna aquela que destrói e expulsa todo aquilo que não corresponde às lógicas pré-definidas pelas lógicas de capital e de estratificações pessoais do território (Col-Lectiu Punt 6, 2019).

Visibilizar a participação da comunidade no espaço público, tornando-os inclusivos e seguros, equitativos do ponto de vista social, proporciona novas demandas e autonomia para a participação das mulheres em diferentes espaços e em diferentes modos, permitindo a socialização coletiva e novas vinculações. A aproximação dos indivíduos no local concreto gera contatos diretos que se tem perdido ao longo dos últimos anos (Figura 2).

Figura 2

Intervenção da Paseo Bandera no Centro de Santiago (Chile) devido à falta de uso e a violência do local.



Produzido pela autora, 2020.

Os meios de comunicação “contribuem para a construção e sustentação de uma consciência e de uma identidade, seja individual ou coletiva”, sendo caracterizado como um elemento estruturante de subjetividades que atua na produção de sentidos e na configuração de narrativas capaz de transmitir o capital simbólico identificados nas ideologias (Luvizotto & dos Santos, 2019, p. 75).

A proximidade dos membros da massa, fenômeno social e de proximidade física, é caracterizado por um sentir comum a todos os seus membros sem diferenças, onde todos são iguais e todos são focados

no mesmo propósito, dando coesão e autonomia aos indivíduos que a compõem (Fidalgo, 2015). A comunicação, vista no contexto da cultura e no contexto das vivências práticas cotidianas, na circulação de expressões e impressões culturais, têm um sentido de tornar comum (Barros, 2012).

Entretanto, diferente do que diz Fidalgo (2015) com relação as mídias sociais, as ruas ainda continuam sendo locais de manifestação e de revolta, principalmente para as minorias. De acordo com Rüdiger (2015) as redes sociais, apesar de permitir às multidões ganhar a própria expressão, são apenas passatempos articulados pela forma de mercadoria, com relação de exercício individual, desvalorizando inclusive a experiência vivida, e o seu sentido é a busca de prestígio e a popularidade dos sujeitos.

Distante dos sistemas que limitam suas ações de comportamentos sociais e na contramão das restrições de ordem social, são cada vez maiores os exemplos de implementações estratégicas voltadas à coesão social que partem de modelos urbanísticos mais integrais e complexos, principalmente voltado às revitalizações em centros urbanos. As ações de elaboração destes projetos trazem, a longo e médio prazo, enormes benefícios de ordem social, cultural, de segurança, econômica e, principalmente, de forte carga identitária (Altamirano et al., 2020).

Ampliar o direito à cidade é viver e experienciar a cidade com a diversidade de gênero, raça, classe, cultura e religião, sem que as mulheres desapareçam na construção da cidade, na planificação. As mulheres passam então a usar a cidade de maneira diferente, e através de uma perspectiva de gênero, é possível observar que a diversidade e o acesso se tornam um medo simbólico. A redução da violência de gênero vem a partir da participação das mulheres nas cidades na qual o movimento

livre das mulheres no espaço público cria segurança e liberdade (“What makes a street safe for women at night?”, 2020).

Ao fazer uso dos meios de comunicação, e com isso levar mais informação, a pluralidade e a representatividade dos movimentos sociais atuam a partir da diversidade dos sujeitos envolvidos no processo e nas formas de participação, redefinindo os discursos e as identidades (Luvizotto & dos Santos, 2019).

Figura 3

Modificação de área comercial em Viena (Áustria).



Birgit Hebein (2020a).

A comunicação se põe no espaço público por transformações das iconografias masculinizadas e das maneiras como as mulheres se colocam nestes espaços, que atentam ao que estas são e não sensibilizam,

tampouco, nas tarefas de cuidado. São assim, uma forma simbólica de descolar as mulheres de um espaço que também é delas, que as pertence (Figura 3 e 4).

Figura 4

Espaço público transformado Viena (Áustria).



Birgit Hebein (2020b).

Relacionar a comunicação com cultura representa para as comunidades uma oportunidade para romper com a exclusão e reinventar novas perspectivas (Bonin, 2019). De acordo com o autor (2019, p. 34) “o público constitui o espaço cidadão, articulando interesses comuns e promovendo a interação comunicativa. É cenário de circulação de interesses e discursos plurais, heterogêneos e deveria possibilitar o reconhecimento da diversidade de posições sociais.”.

Grupos de indivíduos que se relacionam e interagem, participam e interveem em processos sociais e de desenvolvimento, tanto do espaço quanto de movimentos e eixos estruturais excludentes na sociedade, afetando as dinâmicas das comunidades e das cidades como um todo (Altamirano et al., 2020). Processos que adquirem sentido e compreensão, dando ênfase a comunicação, podem ser desenvolvidos e enriquecidos de forma participativa para remodelar laços sociais.

Quanto aos processos de produção de sentido, Barros (2012) coloca o receptor como sujeito do processo comunicacional e de experiência estética, sendo ativa a sua condição, na qual sua interpretação circula no contexto social em dinâmicas de interação, construídas no espaço da coletividade. “A recepção passa a ser vista não mais como algo individual, mecânico e efêmero, mas como processo que se prolonga no tempo e se difunde no contexto sociocultural.” (Barros, 2012, p. 80).

Os processos de comunicação do espaço modificam o jeito como o cidadão vê, entende e utiliza o espaço, assim como modifica o que o espaço é para ele. “O reconhecimento ativo dos desafios que as cidades e os espaços enfrentam são objetos cruciais para o enfrentamento dos problemas urbanos atuais.” (Fakhoury & Renó, 2020, p. 114).

Quanto às necessidades, não existem questionamentos ao existente, e sim repetições de processos iguais. O tema de gênero é chave para uma ampla visão de todas as minorias e, através da arquitetura e suas representações do espaço público, é possível intervir e construir novos espaços, transformar as cidades e o modo como os habitantes interagem entre eles e com os espaços públicos e novos modos de civilidade.

Mais vozes trazem mais questionamentos e mais contribuições. O empoderamento das mulheres e os discursos não podem ser isolados,

pois é coletivo, e coloca as mulheres à frente dos movimentos. A justiça espacial, focada em quem está sendo mais afetado e quem não participa da cidade e dos lugares, pode ser analisada sobre dinâmicas do espaço em prol de ações participativas, como os movimentos sociais, que acarretem em uma cidade inclusiva e igualitária.

O público se amplia quando os seus atores diversos passam a terem seu reconhecimento social, quando a sociedade civil torna possível sua expressão em sua pluralidade, e as compreensões dos cidadãos passam a ser agora qualificadas (Bonin, 2019; Martín-Barbero, 2010). Dentre os movimentos sociais, o movimento feminista têm constituído vínculos identitários e, ao assumir e ocupar espaços de deliberação e tomada de decisões, não só para seus interesses mas para o bem comum, figuram a participação das mulheres para a ocupação de diversas posições de espaço público, o que têm desempenhado papel fundamental para as transformações sociais e sua evolução (Luvizotto & dos Santos, 2019).

Entender a relação entre as cidades e suas comunidades, suas convivências e suas relações sociais, vai sendo construída aos poucos como um processo de evolução. O espaço urbano cria uma sensação de pertencimento do indivíduo na cidade, e através destas novas transformações sociais, são geradas novas formas de convivência e de interação (Fakhoury & Renó, 2020).

A responsabilidade de um espaço deve romper com os papéis pré-definidos para que este espaço proponha novos e distintos usos. Espaços que confrontem o medo que as mulheres sentem, marcados e visibilizados pelo papel e pela forma de viver das mulheres, trazem a convivência como frente. As mulheres tomam assim, com as práticas

sociais facilitadas pelas manifestações estéticas, posse das narrativas que as constituem para de si para si e de si para os outros.

Conclusão

O direito de utilizar o espaço público, diariamente requerido e almejado pelas mulheres, provoca um alto impacto sobre o comportamento do indivíduo em relação com seu contexto e com suas realidades. Através do seu pertencimento no espaço, dos movimentos sociais e outras formas de ter sua voz ouvida, com ações reinventadas diariamente, a mulher busca desenvolver sua verdadeira identidade nos centros urbanos.

Em busca por uma linguagem que dialogue com outros elementos, em uma dimensão vinculada à experiencição do seu cotidiano, as mulheres buscam formar vínculos que possibilitem uma maior articulação com suas lutas, o que consecutivamente, trará mais visibilidade aos movimentos e torna aberta a aproximação do público.

As diversas formas de representar a imagem do espaço através comunicação urbana e da estética atuam como veículos narrativos de identidade cidadã, estratégia de compromisso simbólico entre os espaços e as lutas de gênero. Estes espaços são então utilizados como meios para as mensagens socioculturais, desenvolvendo diálogos, discussões, mas principalmente sendo porta-voz da identidade cidadã e de suas expressões.

Por meio do urbanismo feminista é possível então promover uma transformação dos espaços e da vida cotidiana dos atores da cidade. A elaboração crítica aliada a um repertório e experiências práticas,

permite oferecer à cidade que vá na contramão do modelo imposto, subvertendo a ordem atual das prioridades.

Colocar no centro as necessidades e o cotidiano de uma população diversificada, além de estimular, incentivar e difundir o debate e ações a este respeito, é ter em mente que os processos devem ser iniciados a partir das complexidades comunitárias existentes, construindo uma nova realidade totalmente distinta das perspectivas de segregações e violências encontradas hoje.

E fica uma questão que tem movido os estudos da área e que norteará as novas concepções e novas bases para uma cidade feminista e comunitária: “pensar em inclusão ou em parar de excluir uma parte da população?”.

Referências

- Altamirano, O. J. L., Ponce, W. M. M., & Sánchez, E. S. (2020). Mediatización Urbana. Nuevas Dinámicas de Comportamiento entre Individuo, Medios y Territorio. *Procesos Urbanos*, 7(2), 1-10.
- Andión, M. L. (2015). Medios sociais e ensaio documental feminista. In M. I. V., Lopes & M. M. K. Kunsch (Orgs.), *Comunicação, cultura e mídias sociais* (pp. 81-92). ECA-USP.
- Barros, L. M. (2012). Recepção, mediação e midiatização: conexão entre teorias europeias e latino-americanas. Circuitos versus campos sociais. In M. A. Mattos, J. Janotti Junior, & N. Jacks (Orgs), *Mediação & midiatização* (pp. 79-105). EDUFBA.
- Bastos, M. T. (2012). Medium, media, mediação e midiatização: a perspectiva germânica. Circuitos versus campos sociais.

In M. A. Mattos, J. Janotti Junior, & N. Jacks (Orgs), *Mediação & midiatização* (pp. 53-77). EDUFBA.

Birgit Hebein. (2020a, setembro 10). *Wir haben heute den neuen Reumannplatz in Favoriten eröffnet. 109 neue Bäume und 78.300 Stauden & Gräser wurden am neu umgestalteten Platz gepflanzt. Das sind 13% zusätzliche Grünflächen. Auch hier vorm Tichy gibt es neue Bänke, helles Pflaster und viel neuen Platz.* [Imagem anexada] [Atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/birgithebein.seite/photos/2616682765311473>

Birgit Hebein [@birgithebein]. (2020b, julho 14). Hier hat sich einiges verändert. In der Königseggasse gibt es jetzt endlich mehr Platz: zum Sitzen auf einem Bankerl oder im Schanigarten, zum Spazieren und Plaudern unter einem der neuen Bäume. Super ist die Umgestaltung gelungen! [Imagem anexada] [Tweet]. Twitter. <https://www.instagram.com/p/CCocxNBFTf1/?igshid=1hzqo3qk2q0s3>

Bonin, J. A. (2019). Inter-relações entre culturas, tecnicidade e cidadania na obra de Jesús Martín-Barbero. *MATRIZES*, 13(2), 27-44.

Braga, J. L. (2012). Circuitos versus campos sociais. In M. A. Mattos, J. Janotti Junior, & N. Jacks (Orgs), *Mediação & midiatização* (pp. 31-52). EDUFBA.

Careri, F. (2018). *WALKSCAPES: walking as an aesthetic practice*. Culicidae Architectural Press.

Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.

Col-Lectiu Punt 6. (2016). *Entornos Habitables: Auditoría de seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno*. Col-Lectiu Punt 6.

Col-Lectiu Punt 6. (2019). *Urbanismo feminista: Por una transformación radical de los espacios de vida*. Virus.

Fakhoury, R. S., & Renó, D. (2020). O que nos une? A comunicação estética do espaço e a agenda 2030. *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo (RICD)*, 11, 109-116.

Ferreira, J. S. W. (2007). *O Mito Da Cidade Global. O Papel Da Ideologia Na Produção Do Espaço Urbano*. Vozes.

Fidalgo, A. (2015). Novas massas e novos poderes. Massas na era da Internet. In M. I. V., Lopes & M. M. K. Kunsch (Orgs.), *Comunicação, cultura e mídias sociais* (pp. 23-32). ECA-USP.

Labcidade. (2019). *Por uma agenda de pesquisa sobre a cidade, as mulheres e as interseccionalidades*. Recuperado de <http://www.labcidade.fau.usp.br/por-uma-agenda-de-pesquisa-sobre-a-cidade-as-mulheres-e-as-interseccionalidades/>

Lefebvre, H. (2009). *O Direito à Cidade*. Centauro.

Luvizotto, C. K., & dos Santos, H. S. (2019). Imprensa feminista e a cobertura das eleições de 2018 no Brasil. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 16(2), 74-84.

- Martín-Barbero, J. (2010). Comunicação, espaço público y ciudadanía. *Revista Folios*, 23b, 37-51.
- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. (2019). Recuperado de <https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat>
- Rüdiger, F. (2015). As redes e a armação: Da cultura do narcisismo ao fetichismo tecnológico. In M. I. V., Lopes & M. M. K. Kunsch (Orgs.), *Comunicação, cultura e mídias sociais* (pp. 33-54). ECA-USP..
- Speck, J. (2016). *Cidade caminhável*. Perspectiva.
- UNDP. (2020). *TACKLING SOCIAL NORMS – A game changer for gender inequalities*. United Nations Development Programme.
- United Nations Millennium Development Goals. (2019). Recuperado de <https://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml>
- What makes a street safe for women at night? (2020). Recuperado de <https://safetipin.com/what-makes-a-street-safe-for-women-at-night/>
- What would a city designed by women be like? (2019, novembro 6). <https://www.bbc.com/news/av/world-50269778/what-would-a-city-designed-by-women-be-like>

***Black Lives Matter*: da Falta de Ar à Amplificação das Vozes Negras On-line e Off-line.**

A Necessidade de Reconhecer o Lugar de Fala e Colocar em Prática o Manual Antirracista.

Christiane Delmondes Versuti ¹

O movimento *Black Lives Matter* (BLM) surgiu em 2013 com a união de três ativistas negras norte-americanas, Alicia Garza, Patrisse Cullors, e Opal Tometi, que o correu em consequência da revolta causada pela absolvição do vigia George Zimmermann, que assassinou o jovem negro Trayvon Martin, quando o garoto voltava para casa após comprar doces, fato ocorrido em Stanford, Flórida.

O BLM ganhou maior destaque em 2014, após a morte de mais dois homens negros pela ação policial. Um deles foi baleado e o outro estrangulado, ambos estavam desarmados, o que causou grande comoção e discussões sobre o tema da violência policial contra a população negra e o racismo. Atualmente, o movimento é uma fundação global com a missão de “erradicar a supremacia branca e construir poder local para intervir na violência infligida às comunidades negras” pelo Estado e pela polícia. O movimento começou nos EUA e teve início com pauta da brutalidade

1. Bolsista FAPESP, processo número 2017/199812.

policial no país, mas tornou-se um movimento mundial pelos direitos das pessoas negras e teve impacto em diversos países, como o Brasil.

Como exemplos de casos recentes ligados à causa do movimento podemos citar a menina Agatha Felix, de 8 anos, que morreu baleada em 2019; e o jovem João Pedro Mattos, de 14 anos, morto dentro de sua casa com tiro nas costas, em maio de 2020. Além disso, segundo CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Senado Federal, um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos no Brasil.

Após isso, no dia 25 de maio de 2020, George Floyd, homem negro, de 40 anos foi morto por um policial, e suas últimas palavras foram “Não consigo respirar”. Vídeos de seus últimos momentos foram vistos ao redor do globo e causaram grande indignação. O movimento *Black Lives Matter* convocou manifestações pela rede, e mesmo em meio a uma pandemia, as pessoas também sentiram a necessidade de se manifestar off-line, em praça pública.

As ativistas fundadoras do movimento nos EUA destacam que não se trata apenas uma *hashtag*, mas sim de uma cobrança constante pelo posicionamento de toda sociedade por ações antirracistas. Em complemento a essa ideia, a educadora, palestrante e ativista Eliane Leite enfatiza que:

Esperamos que este movimento vá além e parta para a ação: precisamos que esta luta não seja só dos negros, mas que negros e brancos cobrem atitudes, leis mais severas, políticas antirraciais, de diversidade e apoio à população negra. Não temos mais tempo a perder, as pessoas, as organizações, as empresas precisam agir agora. (Arruda, 2020, par. 15)

Nesse sentido, o que será buscado neste artigo é relacionar os conceitos de movimentos sociais; movimentos sociais em rede; lugar de

fala; e estratégia de ceder espaços das mídias sociais de celebridades brancas de grande alcance às celebridades, ativistas e pensadores negros; e também relacionar as ações propostas da autora Djamila Ribeiro (uma das personalidades atuantes nessa mobilização), em seu livro “Pequeno Manual Antirracista” (2019), tratando o tema de maneira mais aprofundada e promovendo reflexões e ações para combater o racismo.

Movimentos Sociais e Movimentos Sociais em Rede

De acordo com Machado, os movimentos sociais são “formas de organização e articulação baseadas em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social.” (Machado, 2007, p. 253). Para o autor, essas ações coletivas têm o objetivo de pressionar e mudar a ordem social já existente, ou ao menos transformar parte dessa realidade. Além disso, buscam “influenciar os resultados de processos sociais e políticos que envolvem valores ou comportamentos sociais ou, em última instância, decisões institucionais de governos e organismos referentes à definição de políticas públicas” (Machado, 2007, p. 253).

Para a autora Gohn (2011), movimentos sociais são “ações sociais coletivas” que possibilitam a articulação e organização de diversos grupos da sociedade com a finalidade de reivindicar seus direitos, expor suas necessidades e denunciar realidades de violência ou privação de direitos, pressionando a sociedade e suas instâncias de forma direta ou indireta.

Scherer-Warren (2006), assim como Gohn (2011), apontam como principais características dos movimentos sociais possuir uma identidade muito bem definida; ter seu opositor identificado; e apresentar um

projeto de sociedade defendido e almejado por eles. Esses grupos se organizam, debatem sobre problemas e soluções e desenvolvem diversas ações para apresentar suas propostas à sociedade.

No caso do BLM, o objetivo é combater a violência contra a população negra, e dar voz a esse grupo para que exponham suas demandas e tenham seus direitos garantidos e respeitados, o que não ocorre na realidade atual. O movimento busca pressionar a sociedade civil e o setor público para transformar essa realidade. Os participantes desse grupo também têm um modelo de sociedade a ser alcançado, no qual o racismo seja efetivamente combatido e pessoas negras possam caminhar sem o medo de serem alvejadas apenas por conta de sua cor de pele.

Pensando nos movimentos sociais em rede, Gohn (2011) afirma que a Internet torna-se uma importante ferramenta para a organização desses movimentos, tanto para pressionar e organizar manifestações, como para se comunicar entre si e comunicar suas demandas à sociedade, instituições e governo.

Em complemento, Luvizotto (2016) destaca que:

A web 2.0 serve de grande atrativo para a articulação dos movimentos sociais, pois nela é possível a interação coletiva por intermédio de comunidades formadas em torno de interesses específicos, dar apoio a causas, além de discutir temas individuais ou temas de relevância coletiva, levando assim a opinião pública a reflexão e disseminar informações políticas e sociais (Luvizotto, 2016, pp. 300-301)

Nessa mesma linha, Machado (2007) diz que a organização dos movimentos sociais em rede tem como matéria prima a informação, que é gerada e distribuída de maneira eficaz através das redes. A capacidade de produzir, reproduzir, compartilhar, expressar e difundir valores,

ideias e visões de mundo foi altamente ampliada. Assim, a internet se torna ferramenta importante de articulação e comunicação dos cidadãos, dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil. Ainda de acordo com o autor, “A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes” (Machado, 2007, p. 268).

Como é possível notar no próprio movimento *Black Lives Matter*, com a organização de protestos via redes sociais digitais, compartilhamento de conteúdos e outras ações, vê-se exemplificado o que coloca Riginato, pois:

A partir da incorporação da Internet, os ativistas expandem suas atividades tradicionais e/ou desenvolvem outras. A utilização da rede por parte desses grupos visa, dentre outras coisas, poder difundir informações e reivindicações [...] com o objetivo de buscar apoio e mobilização para uma causa; criar espaços de discussão e troca de informação; organizar e mobilizar indivíduos para ações e protestos on-line e off-line. (Riginato, 2003, p. 3)

Dessa forma, conseguimos evidenciar como esse movimento se articulou, tanto *on-line* como *off-line*, com destaque para a estratégia da apropriação das contas de redes sociais de celebridades brancas (que possuíam maior número de seguidores e maior alcance de suas postagens) por celebridades e pensadores negros, a fim de impactar mais pessoas com conteúdos e diálogos sobre o racismo e seus desdobramentos, promovendo também reflexões, debates e ações antirracistas.

Lugar de Fala, Reconhecimento de Privilégios e Ação Antirracista

Celebridades brancas, impactados pelos debates decorrentes das manifestações do BLM, reconheceram que possuíam o privilégio de terem muitos seguidores e engajamento, porém, não possuem lugar de fala para abordar o tema do racismo de maneira aprofundada, pois nunca saberão como é ter a experiência pessoal de sofrer racismo. Dessa forma, uma estratégia interessante pareceu dar esse espaço das redes sociais digitais às pessoas que realmente entendem do assunto afim de promover o debate. Isso não deve ser tratado como o branco condescendente que vem para ajudar o negro, mas sim como uma ação afirmativa antirracista.

Em relação ao conceito de lugar de fala, Ribeiro (2017) afirma que não se deve reduzir o lugar de fala às vivências individuais, pois o lugar de fala é uma questão estrutural. A perspectiva individual não é negada, mas o foco se dá ao lugar social ocupado pelo indivíduo em uma matriz de dominações. Além disso, o lugar social não implica necessariamente a consciência sobre esse lugar. Por fim, a autora destaca que todos têm lugares de fala, e os que ocupam posições de privilégio têm o poder e o dever de pesquisar, estudar, debater e questionar sobre temas e problemáticas relacionados a grupos e indivíduos que se encontram em posições inferiorizadas, refletindo e agindo de maneira crítica desde e sobre o lugar social que ocupam.

Como exemplos da estratégia citada e relacionados ao conceito abordado pela autora, nos EUA, artistas como Lady Gaga, Selena Gomez e Shawn Mendes emprestaram suas contas a ONGs que combatem o racismo e também a ativistas do movimento negro como Alicia Garza e Zyahna Bryant.

E no Brasil, a chef Paola Carosella, jurada do programa MasterChef Brasil, cedeu lugar ao advogado e ativista Winnie Bueno; e humoristas como Ingrid Guimarães, Tatá Werneck, Monica Iozzi, e Paulo Gustavo deram espaço, respectivamente aos ativistas Linn da Quebrada, Spartakus, Ad Júnior e à acadêmica e escritora Djamila Ribeiro. À época, o Instagram de Paulo Gustavo contava com 13 milhões de seguidores. Os temas abordados foram, em resumo, dicas de livros de escritores e escritoras negros; genocídio negro; racismo estrutural e questões raciais para o mundo das organizações; e questões raciais e de gênero.

Sobre essa ação, em matéria publicada pela revista MetrÓpole (Barbosa, 2020), a doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília, (UnB), Juliana César Nunes, integrante da irmandade Pretas Candagas e integrante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira-DF) comenta que:

O que me preocupa é quando a parceria passa a ser a ocupação desse lugar. Bacana que artistas brancos venham somar nessa luta, isso com certeza aumenta o público dos ativistas negros. Mas é fundamental que esse protagonismo na ação contra o racismo permaneça com as pessoas negras, que seja de fato uma parceria, que os brancos reflitam sobre as pessoas que eles contratam. Quantas pessoas negras estão em suas equipes? Então não adianta ceder o perfil na rede social e sua prática continuar racista, a mudança precisa ser estrutural, ser verdadeira e levar em conta que a população negra não precisa de voz, mas de espaço para projetar sua voz. Não pode ser episódico porque a cultura não vai ser modificada sem rupturas, não vai ser modificada com um dia na TV brasileira de comentaristas negras todas em um programa. (Barbosa, 2020, par. 7)

Juliana, nesse ponto, toca em questões fundamentais como a necessidade do debate constante em busca de transformação social para combate ao racismo e também ações artirracistas efetivas, o que será

abordado com maior profundidade a seguir, com base no livro de Pequeno Manual Antirracista, de Djamila Ribeiro, que teve sua primeira edição publicada em 2019.

Movimento *Black Lives Matter*, Instagram, Lugar de Fala e Pequeno Manual Antirracista

Após a morte de George Floyd e as ações em decorrência do movimento BLM, como a apropriação das contas de redes sociais do ator e humorista Paulo Gustavo pela acadêmica e escritora Djamila Ribeiro, que discutiu com profundidade temas relacionados ao racismo, seu livro “Pequeno Manual Antirracista” alcançou recorde de vendas e se manteve no topo de livros mais vendidos no país durante e pós manifestações, indicando ao menos uma transformação positiva, no sentido de que mais pessoas estão refletindo sobre o assunto e buscando mais conhecimento para participar da luta antirracista.

Sobre o Manual, são apresentados passos para ser antirracista em 11 capítulos. O primeiro deles é “Informe-se sobre o racismo” e inicia com uma citação do pensador Kabengele Munanga, docente na Universidade de São Paulo,

sem dúvida, todos os racismos são abomináveis e cada um faz as suas vítimas do seu modo. O brasileiro não é o pior, nem o melhor, mas ele tem suas peculiaridades, entre as quais o silêncio, o não dito, que confunde os brasileiros e brasileiras, vítimas e não vítimas [dos racismos]. (Kabengele Munanga como citado em Ribeiro, 2020, pp. 17-18)

Em relação a essa fala, Djamila aponta que é preciso diferenciar o racismo brasileiro do racismo em outros contextos e nações, como

o do nazismo, do *apartheid* sul-africano ou do existente nos EUA no século XX, que era inclusive institucionalizado por lei.

Segundo a autora, é imprescindível que aprendamos a nomear as opressões,

já que não podemos combater o que não tem nome. Dessa forma, reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo. Não tenha medo das palavras “branco”, “negro”, “racismo”, “racista”. Dizer que determinada atitude foi racista é apenas uma forma de caracterizá-la e definir seu sentido e suas implicações. A palavra não pode ser um tabu, pois o racismo está em nós e nas pessoas que amamos – mais grave é não reconhecer e não combater a opressão. (Ribeiro, 2020, p. 22)

Nesse sentido, o movimento social contribui para informar o público sobre o racismo, pois divulga nas redes fatos históricos e também notícias da atualidade, relacionando temas pertinentes e provocando a reflexão da audiência.

No segundo capítulo, “Enxergue a negritude”, Djamila destaca que “não é realista esperar que um grupo racial domine toda a produção do saber e seja a única referência estética. Por causa disso, a população negra criou estratégias ao longo de sua história para superar a marginalização” (Ribeiro, 2020, pp. 27-28) e cita exemplos como o movimento Panteras Negras, nos EUA; o Teatro Experimental do Negro, no Brasil, criado por Abdias do Nascimento em 1944, que buscava a valorização da cultura afro-brasileira através da arte e da educação; a série de contos e poemas chamada Cadernos Negros criada em 1978, que se tornou um marco para a literatura negra; o projeto de fotojornalismo Amazônia Negra, com o objetivo de valorizar as culturas negras na região de Rondônia,

que são importantes iniciativas para dar maior visibilidade à cultura, estética, arte, literatura e produções acadêmicas negras.

A autora enfatiza que “é importante ter em mente que para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade. Portanto, frases como “eu não vejo cor” não ajudam. O problema não é a cor, mas seu uso como justificativa para segregar e oprimir. Vejamos cores, somos diversos e não há nada de errado nisso – se vivemos relações raciais é preciso falar sobre negritude e também sobre branquitude” (Ribeiro, 2020, p. 30). Em relação a esse capítulo, a estratégia realizada no Ttwitter e Instragram foi relevante, pois impulsionou a visibilidade de vários artistas e pensadores negros e suas produções, fazendo com que mais pessoas os enxerguem.

O capítulo três é o “Reconheça os privilégios da branquitude”, e aqui aparece de forma mais evidente a questão do lugar de fala. Como explicado pela autora na obra “O que é lugar de fala?”, e retomado no Pequeno Manual Antirracista,

todo mundo tem lugar de fala, pois todos falamos a partir de um lugar social. Portanto, é muito importante discutir a branquitude. [...] Pessoas brancas não costumam pensar sobre o que significa pertencer a esse grupo, pois o debate racial é sempre focado na negritude. A ausência ou a baixa incidência de pessoas negras em espaços de poder não costuma causar incômodo ou surpresa em pessoas brancas. Para desnaturalizar isso, *todos* devem questionar a ausência de pessoas negras em posição de gerência, autores negros na bibliografia de cursos universitários, protagonistas negros no audiovisual. E para além disso, é preciso pesar em ações que mudem essa realidade. (Ribeiro, 2020, pp. 31-32)

Dessa forma, ao vermos as celebridades brancas cedendo suas contas nas redes sociais, também devemos refletir o porquê de pessoas negras

com talentos e repertórios tão ricos não possuem milhões de seguidores que queiram conhecê-los e saber mais sobre seus trabalhos. Questionar porquê a sociedade valoriza mais pessoas e produções de brancos do que negros, e questionar até mesmo o funcionamento dos algoritmos das plataformas de redes sociais *online*.

Nesse ponto é importante trazer outras indagações da autora:

Se a população negra é a maior no país, quase 56%, o que torna o Brasil a maior nação negra fora da África, a ausência de pessoas negras em espaços de poder deveria ser algo chocante. Portanto, uma pessoa branca deve pensar seu lugar de modo que entenda seus privilégios que acompanham a sua cor. Isso é importante para que privilégios não sejam naturalizados ou considerados apenas esforço próprio” (Ribeiro, 2020, p. 32)

Assim, é importante que todos percebam seus lugares de fala, seus privilégios e a posição de que partimos na corrida da vida.

Perceber-se é algo transformador. É o que permite situar nossos privilégios e nossas responsabilidades diante de injustiças contra grupos sociais vulneráveis. Pessoas brancas, por exemplo, devem questionar por que em um restaurante, muitas vezes, as únicas pessoas negras presentes estão servindo mesas, ou se já foram consideradas suspeitas pela política por causa de sua cor. (Ribeiro, 2020, p. 33)

Uma das discussões trazidas nessa ocupação de redes sociais foi a do racismo ser uma problemática branca, pois foram os brancos que criaram o racismo. Para tratar disso, Djamila coloca o pensamento de Grada Kilomba sobre a homogeneização dos negros feita pelos brancos no processo colonial, como explicado a seguir.

Até serem homogeneizados pelo processo colonial, os povos negros existiam como etnias, culturas e idiomas diversos – isso até serem tratados como “o negro”. Tal categoria foi criada em um processo de discriminação, que visava o tratamento de seres humanos como mercadoria. Portanto o racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele. Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação. Dessa forma, se o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar. (Ribeiro, 2020, pp. 35-36)

Como colocado acima, não deve se tratar de ceder seu lugar pelo sentimento de culpa, mas de buscar refletir criticamente sobre privilégios e criar espaços aos que já deveriam possuí-lo por direito. Além disso, é tornar essa reflexão e ação contínuas para uma verdadeira transformação de pensamentos e estruturas.

O quarto capítulo tem o nome “Perceba o racismo internalizado em você”, e destaca que:

a maioria das pessoas admite haver racismo no Brasil, mas quase ninguém se assume racista. Pelo contrário, o primeiro impulso de muita gente é recusar enfaticamente a hipótese de ter um comportamento racista: “Claro que não, afinal tenho amigos negros”, “Como eu seria racista, se empreguei uma pessoa negra?”, “Racista, eu, que nunca xinguei uma pessoa negra?”. (Ribeiro, 2020, p. 37)

Como explicado pela autora em seu livro e nos conteúdos debatidos nas redes sociais, a partir do momento em que as pessoas compreendem o racismo como parte da estrutura social, essas respostas não fazem sentido, pois, “É impossível não ser racista tendo sido criado numa

sociedade racista. É algo que está em nós e contra o que devemos lutar sempre” (Ribeiro, 2020, p. 38).

Essa discussão, tão bem apresentada no livro, é de extrema importância em nossa sociedade -ainda mais em tempos de negacionismos e desvalorização da educação, ciência, pesquisa e do pensamento crítico - e teve seu alcance ampliado pelas redes sociais, o que destaca a importância da Internet para a articulação dos movimentos sociais e também do desenvolvimento da sociedade em relação a temas tão urgentes e necessários.

Sobre a percepção do racismo, Djamila aponta que:

há quem seja abertamente racista e manifeste sua hostilidade contra grupos sociais vulneráveis das mais diferentes formas. Mas é preciso notar que o racismo é algo tão presente em nossa sociedade que muitas vezes passa despercebido. Um exemplo é a ausência de pessoas negras numa produção cinematográfica – aí também está o racismo. Ou então quando, ao escutar uma piada racista, as pessoas riem ou silenciam, em vez de repreender quem a fez – o silêncio é cúmplice da violência. [...] a linguagem também é carregada de valores sociais, e que por isso é preciso utilizá-la de maneira crítica deixando de lado expressões racistas. (Ribeiro, 2020, pp. 38-39)

A falta de pessoas negras em posição de destaque em empresas ou produções culturais pode e deve ser bastante discutida, principalmente cobrada dos responsáveis por tais produções. A linguagem audiovisual, e o compartilhamento desses conteúdos potencializado pela internet, pode promover a questão da representatividade. Além disso, em relação às violências presentes na linguagem, como piadas racistas, deve-se refletir agir de maneira assertiva, questionando o porquê aquilo deveria

ser engraçado, e principalmente no ambiente *on-line*, não compartilhar conteúdos racistas.

Finalizando esse capítulo, a autora fala sobre o dever de pesquisar e ler o que é produzido sobre o tema do racismo por pessoas negras, e enfatiza: “No caso de quem tem acesso a bibliotecas e universidades, a responsabilidade é redobrada e não deve ser delegada. [...] muitas vezes, pessoas brancas nos colocam no lugar de “Wikipreta”, como se nós precisássemos ensinar e dar todas as respostas sobre a questão do racismo no Brasil” (Ribeiro, 2020, p. 40). Dessa forma, já que o racismo é criação da branquitude, é tarefa dos brancos buscar sobre.

O quinto capítulo é “Apoie políticas educacionais afirmativas” e nele é abordada a questão das cotas e políticas públicas afirmativas, e destaca a problemática do racismo estrutural e do mito da meritocracia. Djamila coloca que, por conta do racismo estrutural,

a pulação negra tem menos condições de acesso a uma educação de qualidade. [...]. Esse debate não é sobre capacidade, mas sobre oportunidades – e essa é a distinção que os defensores da meritocracia parecem não fazer. Um garoto que precisa vender pastel para ajudar na renda da família e outro que passa a tarde em aulas de idiomas e de natação não partem do mesmo ponto. Não são muitos que podem se dar ao luxo de cursar uma graduação sem trabalhar ou ganhando apenas uma bolsa de estágio. (Ribeiro, 2020, pp. 43-44)

Em relação a falácia meritocrática, a autora fala da romantização do sacrifício de pessoas negras que enfrentaram grandes dificuldades para estudar, ter um diploma ou passar num concurso. Pois, mesmo que seja louvável a superação de grandes desafios,

naturalizar essas violências e usá-las como exemplos que justifiquem estrutura desiguais é não só cruel, como também uma inversão de valores. Não deveria ser normal que, para conquistar um diploma, uma pessoa precise caminhar quinze quilômetros para chegar à escola, estude com material didática achado no lixo ou que tenha que abrir mão de almoçar para pagar um transporte. (Ribeiro, 2020, p. 47-48).

E realizando um recorte histórico sobre as cotas, a autora cita que a primeira universidade do Brasil a adotar o sistema de cotas raciais foi a Uerj (Universidade do Rio de Janeiro, no ano de 2003, e em 2004 a UnB também adotou o método. E que “ao contrário do que muita gente afirmava quando essas políticas começaram a ser implementadas, o desempenho positivo dos alunos cotistas trouxe grandes avanços para o saber do país” (Ribeiro, 2020, p. 45).

Como aponta a autora, “A cultura do mérito, aliada a uma política que desvaloriza a educação pública, é capaz de produzir catástrofes. Hoje em vez de combater a violência estrutural na academia, a orientação de muitos chefes do Executivo brasileiro é uniformizar as desigualdades” (Ribeiro, 2020, p. 48), por isso, é importante que os cidadãos se informem sobre políticas públicas afirmativas de combate à desigualdade e ao racismo e que promovam a diversidade, e isso pode ser feito com facilidade pelos que possuem acesso à educação e tecnologias de informação e comunicação. Os próprios movimentos sociais compartilham muitos conteúdos sobre essas questões, mas é preciso o engajamento dos cidadãos em consumir, refletir e debater sobre eles, e também agir em favor do combate à desigualdade. Um exemplo dessa ação é escolher líderes com propostas alinhadas a isso.

“Transforme seu ambiente de trabalho” é o nome do sexto capítulo, e fala sobre o problema do “negro único”, estratégia utilizada para blindar

as organizações de serem tachadas de racistas. Como destaca a autora “não basta ter uma pessoa negra para considerar que determinado espaço de poder foi “dedetizado contra o racismo” (Ribeiro, 2020, p. 52).

A questão colocada no livro e também nos debates vistos nas redes durante o movimento BLM fala sobre questionar não apenas a presença da pessoa negra nas organizações, mas a proporção, já que a maioria da população brasileira é negra. Além disso, aparecem reflexões acerca dos talentos perdidos por conta racismo. E como destaca a autora, “se só convivemos com pessoas de um determinado grupo ou classe social, acreditamos que só aquelas pessoas possuem capacidade para determinados cargos” (Ribeiro, 2020, p. 57), por isso, as práticas corporativas devem ser analisadas e adaptadas constantemente.

O sétimo capítulo tem o título “Leia Autores Negros” e traz o conceito de epistemicídio, que seria “o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos” (Ribeiro, 2020, p. 61). Dessa forma, “O apagamento da produção e dos saberes negros e anti-coloniais contribui significativamente para a pobreza do debate público, seja na academia, na mídia ou em palanques políticos. Se somos a maioria da população, nossas elaborações devem ser lidas, debatidas e citadas” (Ribeiro, 2020, p. 64).

Nesse sentido, o movimento BLM e a estratégia da utilização de contas com maior alcance nas redes sociais foram bastante positivos, pois deu a conhecer diversos autores e artistas negros, e muitos conteúdos de produtores negros foram compartilhados e vistos. E para além de conhecer esses autores ou receber seus conteúdos pelo fato de estar seguindo celebridades brancas, é preciso buscar por si o trabalho realizado pelos grupos marginalizados direto na fonte. Sobre isso, a autora

sugere: “Procure conhecer o trabalho realizado por núcleos de estudos afro-brasileiros em universidades, valorize editoriais que publicam produções intelectuais negras e apoie iniciativas que têm como objetivo a visibilidade de pensamentos decoloniais. Precisamos ir além do que conhecemos” (Ribeiro, 2020, p. 67). E ir além do que conhecemos é bastante facilitado pela internet e pelas redes sociais.

“Questione a cultura que você consome” é o nome do capítulo 8 e traz a noção de que, “quando eu conheço uma cultura, eu a respeito. Então, é essencial estudar escutar e se informar” (Ribeiro, 2020, p. 72). Assim, quando assistimos uma série, filme ou novela, é preciso questionar a ausência de atores e atrizes negras, pensar sobre quais papéis estão interpretando. O questionamento vale para qualquer produto cultural, como feiras literárias, exposições de arte, lançamentos de livros ou periódicos científicos. Inclusive, pensar em quantas pessoas negras eu sigo nas redes sociais.

O nono capítulo é “Conheça seus desejos e afetos”, e trata da ultrassexualização das mulheres negras, que vem desde o período colonial. A autora aponta que, “No imaginário coletivo brasileiro, propaga-se a imagem de que são “lascivas”, “fáceis” e “naturalmente sensuais”. Essa ideia serve, inclusive, para justificar abusos: mulheres negras são as maiores vítimas de violência sexual no país” (Ribeiro, 2020, p. 83). O problema não é a mulher ser sensual ou não, mas sim taxar toda mulher negra nesse estereótipo, que coloca os corpos negros como passíveis de violação.

Outra questão é a procura de pessoas negras apenas para relações casuais, mas não pensar a possibilidade de compromissos duradouros, o que estaria pautado em um pensamento racista. E a pesquisadora

Ana Cláudia Lemos Pacheco aborda o assunto em sua tese de doutorado, de título “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: Escolhas afetivas e significados de solidão entre as mulheres negras de Salvador” (2008). E como resume Ribeiro, demonstra que “Numa sociedade racista, machista e heteronormazita, as mulhres negras ficaram relegadas ao papel de servir, seja na cozinha, seja na cama” (Ribeiro, 2020, p. 87).

Para finalizar o capítulo, são abordadas as relações inter-raciais, e nesse ponto “é fundamental que as pessoas brancas compreendam os mecanismos pelos quais o racismo opera, pois podem reproduzi-los acreditando estar imunes por terem um marido, uma esposa ou um filho negros.” (Ribeiro, 2020, p. 90). Além disso, é trazida a questão da empatia, porém, “empatia é uma construção intelectual, ética e política (Ribeiro, 2020, p. 90). É preciso compreender que amar uma pessoa de um grupo minorizado não basta, e que é preciso compreender a condição do outro para poder tomar ações de combate às desigualdades e opressões enfrentadas pelo ser amado. Trata-se, então, de “uma postura ética: questionar as próprias ações em vez de utilizar a pessoa amada como escudo. A escuta, portanto, é fundamental” (Ribeiro, 2020, p. 91).

O décimo capítulo é: “Combata a violência racial”, e explica historicamente como o sistema social brasileiro foi utilizado para promoção da marginalização de grupos considerados indesejados. Como exemplo, Ribeiro (2020) cita a Lei da Vadiagem, de 1941. De acordo com a lei, deveria ser preso quem fosse encontrado na rua sem uma ocupação clara, no entanto, era um período de alto índice de desemprego entre homens negros. E na atualidade, o que marginaliza a população negra

é a chamada “guerra às drogas”, tema que ganhou urgência depois da gente após a Lei n. 11.343 de 2006. Como afirma a autora, tal lei

estabeleceu uma diferenciação/o subjetiva entre traficante e usuário. O que teoricamente parecia ser um avanço na verdade contribuiu para a explosão da população carcerária: isso porque quem define quem é traficante e quem é usuário é o juiz, o que é feito, muitas vezes, com base na discriminação racial. [...] O critério subjetivo acentua a já profunda discriminação racial. Para comparação, não há violência policial em ambientes ricos, como festas universitárias, mesmo sabendo do uso de drogas nesses lugares, como ocorre nas periferias. Há, portanto, um contexto de criminalização da pobreza. (Ribeiro, 2020, p. 97-98).

Como já afirmou a socióloga Silva (2014) o assassinato em massa de jovens negros deveria causar uma crise ética na sociedade brasileira, contudo, complementa Ribeiro, “não há revolta com tanto sangue derramado, enquanto há enorme comoção na mídia quando a violência tira a vida de uma pessoa branca. Devemos nos perguntar porque não se dá o mesmo valor a essas vidas. (Ribeiro, 2020, p. 103-104). Esse questionamento ganhou grande visibilidade durante as manifestações e nas redes sociais, e deve permanecer na sociedade até que ocorram as transformações necessárias.

O último capítulo tem o título “Sejamos todos Antirracistas”, nele a autora afirma que:

PERCEBER-SE CRITICAMENTE implica uma série de desafios para quem passa a vida sem questionar o sistema de opressão racial. A capacidade desse sistema de passar despercebido, mesmo estando em todos os lugares, é intrínseca a ele. Acordar para os privilégios que certos grupos sociais têm e praticar pequenos exercícios de percepção pode transformar situações de violência que antes do processo de conscientização não seriam questionadas. (Ribeiro, 2020, p. 107)

Nesse sentido, as discussões causadas pelo movimento BLM e todo conteúdo compartilhado e discutido nas redes sociais, facilitam essa percepção crítica e provocam a percepção de violências e questionamento do sistema.

Por fim, a autora pontua que o livro está longe de esgotar qualquer assunto relacionado ao movimento negro, que é bastante heterogêneo, e destaca que “Pessoas brancas devem se responsabilizar criticamente pelo sistema de opressão que as privilegia historicamente, produzindo desigualdades, e pessoas negras podem se conscientizar dos processos históricos para não reproduzi-los.” (Ribeiro, 2020, p. 108), o que pôde ser visto nas ações promovidas em decorrência das manifestações do BLM e que devem ser expandidas até que sejam alcançadas as reivindicações desse grupo.

Considerações Finais

O artigo buscou demonstrar a temática dos movimentos sociais e dos movimentos sociais em rede utilizando como exemplo as manifestações do movimento *Black Lives Matter* de 2020. A discussão teve como foco a utilização das mídias sociais e a estratégia de parceria entre celebridades brancas e celebridades, ativistas e pensadores negros.

Pôde-se notar nessa ação a relação com o conceito de lugar de fala, pois foram reconhecidas posições de privilégio em uma matriz de dominação. Tal sistema de dominação, inclusive, torna mais fácil que pessoas brancas tornem-se celebridades e profissionais reconhecidos em suas áreas, principalmente por conta do racismo estrutural, mas não só dele.

Outra questão que pode ser levantada é o próprio funcionamento dos algoritmos dessas redes sociais, que privilegiam o alcance de conteúdos publicados por pessoas brancas e que contenham pessoas brancas. Por isso, a estratégia de dar espaço às pessoas envolvidas no movimento negro pode ser colocada como uma ação de reconhecimento de privilégio e ação antirracista.

É importante destacar que essas reflexões e ações não podem ocorrer apenas de maneira pontual, e que as questões levantadas por Djamila Ribeiro em seu livro, discutidos de forma mais amplificada durante as ações decorrentes das manifestações do BLM nas redes sociais, precisam ser perpetuadas até que ocorram as mudanças necessárias. Ou seja, até que não haja violência policial contra a população negra por conta do racismo; que pessoas negras tenham acesso à educação, saúde, emprego e cargos de liderança; que tenham papéis de destaque em produções culturais; e outras demandas que precisam ser supridas para o combate ao racismo.

O próprio artigo, que utilizou como uma espécie de roteiro de discussão os capítulos do livro de Djamila Ribeiro, pretende-se uma ação antirracista, no sentido de continuar a reflexão sobre o assunto e apontar a necessidade de sua permanência. Ainda é preciso exame constante; mudança de pensamento; reconhecimento de privilégios e desigualdades; e ações efetivas antirracistas nas diversas esferas da vida, a fim de contribuir para o alcance dos objetivos do movimento social destacado neste trabalho e de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

- Arruda, J. (2020, junho 3). *Black Lives Matter*: conheça o movimento fundado por três mulheres. *Diversidade*. Recuperado de <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/03/black-lives-matter-conheca-o-movimento-fundado-por-tres-mulheres.htm>
- Barbosa, J. (2020, junho 5). Famosos cedem o Instagram para ativistas negros: entenda o movimento. *Metrópoles*. <https://www.metropoles.com/entretenimento/famosos-cedem-o-instagram-para-ativistas-negros-entenda-o-movimento>
- Gohn, M. da G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 27(54), 505-517.
- Luvizotto, C. K. (2016). Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, 30, 297-312.
- Machado, J. A. S. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, (18), 248-285.
- Pacheco, A. C. L. (2008). *Branca para casar; mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia* [Tese de Doutorado, UNICAMP]. SBU. <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280705>
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento. Feminismos Plurais.

Ribeiro, D. (2020). *Pequeno manual antirracista*. Companhia das Letras.

Riginato, M. E. C. (2003). *Redes e ciberativismo* [Trabalho apresentado em congresso]. I Seminário Interno do grupo de Pesquisa em Cibercidades, Salvador, BA, Brasil. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ritano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>

Scherer-Warren, I. (2006). Das Mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21(1), 109-130.

De Movimientos Sociales a Construcciones Simbólicas: la Búsqueda de Enteógenos en Huautla de Jiménez, México

Anastacio Gustavo Fernández Rodríguez

El periodo de posguerra caracterizado por el surgimiento de movimientos sociales en contra del cualquier poder instaurado como nuevo orden mundial y aunado a los conflictos bélicos a mitad del siglo XX permitió la protesta alrededor del mundo. En ese sentido, la contracultura de los años sesenta encontró un logro social “imposible de alcanzar en la sociedad formalmente organizada. Libertad e imaginación serían bases sobre las que se tenía que conseguir el modelo de nueva vida, modelo que pasaba, necesariamente, por la supresión de cualquier forma de autoridad y de represión” (Rincón, 1998, p. 33). Esto llevo no sólo a oponerse a la cultura de occidente, sino trajo consigo una serie de movilidades a nuevos espacios en el que los pueblos indígenas de México participaron en principio por contactos espirituales entre la relación hombre-naturaleza que los jóvenes encontraron.

En dicho proceso, los pueblos indígenas se vieron involucrados bajo este objetivo de mantener un arraigo ancestral sobre su territorio, estrechando el vínculo entre su biodiversidad y cada uno de los elementos que esta representa (Luque, et al. 2016) y encontraron un valor de cambio

en el uso de plantas sagradas, como parte de este choque espiritualista, en búsqueda del pacifismo mundial y el retorno a la naturaleza que buscaba la contracultura a partir de la ingesta de sustancias psicotrópicas.

La base etimológica que representa a los pueblos indígenas se deriva de dos palabras latinas: “inde” y “gens” que significa “gente de allí” aludiendo a los pobladores originarios (Pereiro, 2015) y que se refieren a los grupos que de forma cultural se diferencian y mantiene un nexo espiritual-ancestral con su territorio (Organización de los Estados Americanos, 2018), visualizados como una pieza emblemática de cultura, usos y costumbres (Navarrete, 2010). Bajo ese orden de ideas, se reconstruyen sus imaginarios sociales¹ desde diversos enfoques tanto culturales, políticos, económicos, de participación rural y administrativo, como de entretenimiento.

Dichos imaginarios se visualizan como estados inconscientes de un saber desconocido, de esta manera las sociedades se diferencian de todas debido a sus centros simbólicos que poseen, que brindan una identidad propia compartida entre sus integrantes. Así mismo, comparten un fin o sello común y también se auto interrogan para saber sus orígenes y ancestros que los han puesto en ese lugar para darle orden a este centro holístico (Carretero, 2011). Este imaginario es utilizado como una forma

-
1. El imaginario representa un conjunto de ideologías e imágenes, leyes, símbolos e instituciones que son proyectadas desde el interior de la comunidad (Sanitaria, 2010). Los imaginarios sociales son detallados como todo lo que se habla dentro de la comunidad y que hace posible las representaciones para aceptar algo como real dependiendo del sistema social al que pertenezca, siempre y cuando tome como evidencia algo observable, es decir, este imaginario busca una diferencia a partir de una distinción y que omite o deja de lado lo que no entiende. Por lo tanto, el imaginario está organizado “como una compleja red de relaciones sobre la que se sostienen los discursos y las prácticas sociales. El imaginario social se manifiesta en lo simbólico (el lenguaje) y en el accionar concreto entre los sujetos en la praxis social” (Gómez, 2001, pp. 200-201).

de concebir el universo y que pertenece a una sociedad en específico de etapas históricas y que regulan la identidad de los sujetos. De esta forma, el imaginario a partir del uso de idea la imaginación y las imágenes, se asume como “una matriz de significados que orienta los sentidos asignados a determinadas nociones vitales (amor, el mal, el bien) y nociones ideológicamente compartidas (la nación, lo político, el arte) por los miembros de la comunidad” (Cegarra, 2012, p. 3).

De esta forma, las construcciones simbólicas a partir de los movimientos contraculturales de los años sesenta y setenta, han enaltecido un movimiento de consumidores de sustancias enteógenas en América en busca de prácticas chamánicas que funcionan como fuentes de conocimientos antiguos donde el individuo desea, busca, valora e interpreta con la finalidad de obtener algún tipo de sanación espiritual. Dichos buscadores se consideran como el eje central de ingreso para las comunidades indígenas que promueven estos insumos (Basset, 2012; Carod-Artal, 2011; Glockner, 2006, 2008; Guzmán, 2013, 2016), ya que ejercen un intercambio cultural y monetario, descrito por Marx (2002) como valor de cambio, y como retribución presencian una ceremonia y algunos asumen el riesgo de la ingesta psicotrópica.

En este proceso de valoración simbólica hacia ciertos elementos de la cultura se da un valor económico al conjunto de significados en donde los diferentes actores que intervienen en el proceso turístico fungen como agentes activos de una economía basada en símbolos. Por tanto, se asume que la cultura vista como una mercancía de valor de uso y cambio mantiene un precio y se oferta al mercado, en forma de rituales espirituales, conocimiento ancestral, plantas medicinales, vestigios arqueológicos, espectáculos de luz y sonido en patrimonios culturales,

como parte de nuevos atractivos y oportunidades mercadológicas para su consumo (Zuñiga, 2014). Por consiguiente, existe un

elogio de los estados modificados de conciencia (EMC) es la bandera que enarbola el pensamiento novoerista para celebrar la unidad de todo con todo, para descalificar al paradigma racionalista de la separación entre el sujeto y el objeto, entre la mente y el mundo, y para ver en la disolución del yo y la fusión en lo transpersonal, los ideales que se han de alcanzar para acceder a una plena realización espiritual. (de la Peña, 2018, p. 67)

En este contexto, y dentro “ de un sistema turístico dominado por empresas cada vez más globalizadas, enfocadas a buscar la mayor plusvalía, y emuladas por sus pares nacionales, no debe sorprendernos la mercantilización galopante de sus bienes y servicios” (Fuentes, 2016, pp. 27-28) y por tanto, se debe considerar a este conjunto de imágenes de forma plural, totalmente cambiante, que considere tanto a turistas como a pobladores, y que no sólo sirvan para fines empresariales, sino que converjan como elementos base para la creación o promoción de un destino y no sólo de berrinches de turistas para nuevas crear nuevas ecotopías.

Cabe recalcar que, a pesar de los esfuerzos o estrategias de orden federal por parte de las exigencias del mercado, el Estado ha promocionado destinos con el lema de Pueblos Mágicos y, aunque parezca ser una solución a la problemática que viven las comunidades rurales abandonadas y que viven en condiciones de marginación y pobreza, estas designaciones no se trata más que de un sello de mercantilización del patrimonio cultural y natural, que si bien ha contribuido al crecimiento de estos espacios (Velázquez, 2013) en ocasiones “obedece al deseo incontrolable de enriquecimiento de grupos de poder, antiguo

y arraigado, ciego a los riesgos y deterioros que siguen creciendo” (Figuerola et al., 2016, p. 93).

Así pues, referente a las sustancias enteógenas, puesto desde el enfoque de los imaginarios sociales que se construyen en los pueblos indígenas de México, su significado etimológico hace alusión a la generación de lo sagrado a diferencia de una sustancia alucinógena, ya que mantiene una connotación opuesta que guarda un significado de seducción o engaño, por tanto, es importante enmarcar que al hablar de sustancias enteógenas se refiere a una cosmovisión y queda claro que su ingesta se refiere a ese contacto con lo sagrado (Glockner, 2008). Incluso el significado ancestral ha sido transformado debido al uso intenso en el consumo, lo cual ha provocado pseudo-chamanes que elaboran ceremonias ad-hoc como parte de la atracción turística, o comúnmente conocidos este movimiento como neo-chamanes (Basset, 2012). Esta visión en el imaginario del México contemporáneo ha sido explorada por autores como Gordon Wasson, Aldous Huxley, Peter Furst, Albert Hofmann, Antonio Escohotado, y en México surgen los relatos de Álvaro Estrada, Julio Glockner, Octavio Paz, Mercedez de la Garza, Vincent Basset, Alhena Caicedo, Vicent Basset, Jean Paul Sarrazin entre otros.

De esta manera, las sustancias enteógenas se refieren a la generación, ingesta y percepción de algo sagrado. Es decir, se ha vuelto una moda en conocer este movimiento social (Caicedo, 2007). Como botón de muestra de esta mercantilización de los bienes comunes naturales y culturales, se tiene que en México:

En este último caso todavía quedan algunos curanderos que efectúan ceremonias nocturnas con hongos, pero comercializadas. La pérdida del uso tradicional de los hongos en México se inició en los años 60

del siglo pasado con la llegada de jóvenes estadounidenses, que utilizaron los hongos con fines recreativos y que los indígenas aprovecharon para vendérselos. Al mismo tiempo, cuando aquellos jóvenes estadounidenses descubrieron lo fácil que era cultivar los hongos en casa, establecieron cultivos y un buen mercado principalmente en los EE. UU., Europa y Japón se abrió. (Guzmán, 2016, p. 145)

Figura 1

Veladas mazatecas



Colección personal

El dato histórico de los hongos en México se encuentra en la sierra de la Mazateca Alta, donde el etnomicólogo Gordon Wasson en su trabajo de campo dentro de Huautla de Jiménez, Oaxaca compartió una de sus experiencias en el verano de 1955 en la revista *Life* en español y quizá

este hecho dio paso a la explotación los nixti santo² (hongos sagrados) (Glockner, 2006) en plena contracultura mexicana.

Bajo este enfoque en México se han usado diversos tipos de enteógenos dependiendo la zona geográfica y se pueden agrupar desde los *Hongos sagrados* (*Psilocybe*, *Panaeolus* y *Stropharia*), *El peyote* (*Lophophora williamsii*) y *san Pedro*, el tabaco silvestre, *Na'ab nenúfar blanco o lirio de agua* (*Nymphaea Ampla*), *Ololiuhqui* “*Gloria de la mañana* (*Convolvuláceas*), *Salvia Divinorum* (*pipiltzintli*) y *hoja de la pastora*, *Bufotoxinas* (*bufo alvarius*), *el pulque*, *Balché* (*Lonchocarpus longistylus*), *la X-táabentun* (*Turbina Corymbosa*)³ y los enemas de los rituales Mayas en la península de Yucatán (Ashwell, 2006; Carod-Artal, 2015; García & Eastmond, 2012; Glockner, 2006, 2008).

Método

La recopilación documental del contenido teórico se realizó a través de una búsqueda selectiva de información en las bases de datos. La metodología cualitativa y el tipo de investigación de diseños

2. En los relatos de Alvaro Estrada citado en Julio Glockner (2006) se refiere que la curandera ancestral María Sabina utilizó por primera vez los niños santos para curar a su hermana María Ana, ya que argumentaba que éstos tenían el poder y ella los consumía de pequeña y nunca le hicieron mal, estos niños trabajaban en su cuerpo y la guiaron durante todo el proceso de sanación, así mismo, opino que desde el primer encuentro de los extranjeros con los niños santos, estos habían perdido su pureza, es decir, “las costumbres ancestrales que los mazatecos habían mantenido con tanto recelo se están perdiendo” (Guzmán, 2016, p. 146).
3. Una de las flores más antiguas de la literatura maya. Su definición se asocia con el pedregoso suelo de la región: x(la) + táaben (está atada) + tun (piedra): “la que está atada a la piedra” (García y Eastmond, 2012).

etnográficos⁴ permitió exponer el contexto de Huautla de Jiménez y a partir de ello comenzar el dialogo con los interlocutores seleccionados bajo el muestreo de bola de nieve. En ese sentido, las categorías de análisis que se presentan son: la contracultura como movimiento social y la construcción simbólica hacia el turismo, como elementos clave para las corrientes turísticas a los pueblos indígenas en los años sesenta como contacto inicial.

A través de la implementación de entrevistas en profundidad (Jordan & Gibson, 2004) se expone la problemática y se atiende el objetivo del escrito (Hernández, Fernández, & Baptista, 2008).

Un estudio transversal llevado a cabo en los meses de abril y mayo de 2018 y octubre y noviembre de 2019, en donde la selección de los participantes comenzó con un primer acercamiento previo al espacio de estudio y establecer redes con los informantes clave, y a partir de ello dar inicio al muestreo cualitativo, además de la recuperación de evidencias visuales. En ese sentido, se llevaron a cabo dos técnicas de recolección de datos una que tiene que ver con la aplicación de entrevistas en profundidad y otra con la observación participante.

Resultados

El pueblo mágico de Huautla de Jiménez, en el estado de Oaxaca, designado así en 2015 por la Secretaria de Turismo (SECTUR), se

4. Las técnicas de investigación etnográficas para Geertz (2003) consisten en una aventura incierta y “tratar de formular bases en que uno imagina, siempre con excesos, haber encontrado apoyo, es aquello en que consiste el escrito antropológico como empeño científico. No tratamos (o por lo menos yo no trato) de convertimos en nativos (en todo caso una palabra comprometida) o de imitar a los nativos” (p. 27).

Figura 2

Simbología

- Localidades rurales
- Localidades urbanas

Mpo. Huautla de Jiménez

0 0.75 1.5 3 4.5 Km

CONACYT

269

Una región caracterizada por curanderos, hechiceros, chamanes, sabios y herederos ancestrales de la cultura mazateca para realizar sanaciones con plantas sagradas o mejor conocidos como enteógenos asociando a esta etapa mental (Guzmán, 2016) o proceso cognitivo que para los mazatecos se conoce como la ensoñación como parte de una experiencia cognoscitiva (Boege, 1984). En ese sentido, el enteógeno relacionado con el hongo llegó a América a través de los siberianos que cruzaron el estrecho de Bering de la época glacial y su uso en las culturas mesoamericanas sobresale por los hallazgos antropológicos de figurillas asociados a hombres bajo la sombra de un hongo, en posiciones extáticas asociando estos Estados Alterados de Consciencia (EAC) (Guzmán, 2013). El uso de hongos sagrados se extendió desde el Valle de México hasta América central, teniendo como antigüedad de 3500 años. Por un lado, los mayas le llamaban Káizalaj Okox y los aztecas los nombraron teonanácatl, asimismo existe evidencias de su uso por los totonancas, huastecos, mixtecos y mazatecos (Carol-Artal, 2012).

La construcción simbólica que se le ha dado al uso de los enteógenos para algunos pueblos indígenas como Huautla de Jiménez ha sido considerado un viaje chamánico de movimientos poscontraculturales⁵, que ha llamado la atención de muchos sociólogos y antropólogos que han aportado al campo de las ciencias sociales y humanidades sobre las prácticas, saberes de poder, discursos chamánicos que han mostrado en

5. Esta poscontracultura, puede advertirse desde que la contracultura (1960, 1970 y 1980) se masifica y se convierte en un objeto de consumo, es decir, son nuevos radicalismos que conllevan alternativas de sanación y cura de forma espiritual, en el que el peyote se encuentra en esa misma línea del movimiento poscontracultural (Guzmán, 2013).

México no sólo su importancia cultural sino también sobre el proceso de mercantilización.

Los periodos que marco un contacto inicial en la mazateca fueron en este periodo contracultural, en el cual comenta Mauricio Martínez que:

Ha habido momentos históricos de Huautla, a raíz de darse a conocer de la ceremonia de hongos con María Sabina, pues hubo un momento que el movimiento era tremendo, eso es lo que cuentan los abuelos. Que empezaron a llegar oleadas y oleadas de gente de fuera ¿no? Estamos hablando de los 50, 60, 70 por ahí, y llego un punto en que esta oleada de chicos pues empezaron a crear un caos dentro de la mazateca, que, en ese momento, imagínate, era más tranquilo, nuestra gente era más reservada en ciertos aspectos. Entonces, llegan estos chicos y empiezan a hacer sus desmanes, sobre todo porque empezaron a hacer mezclas de distintas sustancias que ellos traían y consumiendo nuestra planta sagrada. Que en ese momento pues se le tenía más respeto (por los locales) que el que ahorita pues menos gente le venera.

Inclusive hubo un suceso donde tuvo que venir el ejército para cerrar Huautla para la gente que no era de acá, porque pues ya no se podía. Comentan algunos familiares ya grandes, de que mezclaban estas sustancias y se perdían, y andaban corriendo entre los cafetales, y pues como no conocían la zona, llegaban a algún barranco y se accidentaban. (44 años, trabajo de campo en noviembre de 2019)

De igual forma, este municipio ha construido imágenes a través de la muralización del pueblo mágico, puntualizando la ingesta de enteógenos como principal imagen y que define a este destino exotizado. Bajo este contexto, Huautla ha representado ser un punto turístico por su misticismo y en los últimos cinco años por sus festividades al darle mayor promoción como pueblo mágico y sobre todo por el proceso de respeto que da paso a las veladas mazatecas y el sincretismo religioso

que guarda esta actividad ancestral. Así pues, Jorge Pineda comentó en torno a este procedimiento que:

Yo voy a cortarlos, hay gentes que se dedican a la búsqueda, y cuando tú conoces a la gente le preguntas y ya si no tienen, pues yo voy personalmente y voy y los busco, me tardo un día o dos días, pero los encuentro, pues para buscarlos se necesita una frialdad, una tranquilidad, una serenidad porque no es aburrido, ya que ese es tu trabajo, hasta que por fin ya lo tienes. Se me olvidaba contarte que hay un camote que tiene el cañada, son como unas pelotitas, y esas pelotitas te hacen viajar más que el santito y te dura más horas, entonces cuando damos santitos, no estamos acostumbrados a dar de más de cinco horas, porque es cansado para el paciente, si está preparado el paciente ¡órale canijo! Le damos hasta ocho horas si quieres, no hay problema la cosa es que le aguantes, sí, porque si no luego ya pides esquina, dices ya bágame de acá, entonces mejor cálmate, ya que se cansa el cerebro de todas las energías. (Jorge, 66 años, trabajo de campo en octubre de 2019)

Cabe resaltar que sus festividades como el señor de las tres caídas, el festival en nombre del natalicio de María Sabina y el Sui'ken (día de muertos); su organización social, la participación en la faena, sus actividades primarias enfocadas en el cultivo de café, caña, el maíz, el frijol, la calabaza, son símbolos representativos para la región y sólo una minoría de la población decide enfocarse en las ceremonias con santitos. Entonces, si bien la oferta de estos insumos psicotrópicos ha caracterizado al municipio como sello cultural y turístico, no ha logrado transgredir su cosmovisión y respeto a sus seres divinos. En ese sentido, el Chikon Tokoxo como dueño de las montañas y en palabras de uno de los interlocutores comenta que:

Es “el jefe máximo” este hombre se le ha presentado a las personas divinas, no cualquiera. Una vez que tome los santitos, decía mi abuela,

¡no se vayan a reír! Éramos chamaquitos, eran como las dos de la mañana, ella escucho el tintineo de las espuelas, porque este hombre existe y camina en un caballo blanco, trae un sombrero de charro y decía no se vayan a reír, porque viene un personaje, nos viene a visitar y decía ¡escuchen el sonido! Venía en su caballo elegante, ¡chingón! (Jorge, 66 años, trabajo de campo en octubre de 2019)

Con esto, y con apoyo de la hermenéutica se puede argumentar que el uso de los enteógenos ha sido una construcción simbólica y elemento principal en Huautla de Jiménez que, si bien ha contribuido en la imagen del municipio, también fue gracias al descubrimiento de estos insumos que marcaron a la contracultura mexicana como movimiento social y de desplazamiento a la mazateca alta.

Reflexiones Finales

Los enteógenos percibidos como una fuente cultural de ingresos para las comunidades que dependen de este insumo, funcionan como un producto más para el turista aseverando una fractura ancestral desde el punto de vista cultural en el indigenismo, entendido como “un proceso histórico en la conciencia, en el cual el indígena es comprendido y juzgado (“revelado”) por el no indígena (“la instancia revelante”) (Villoro, 1996, p. 8). Sin duda, hablar del imaginario social a partir de estos hechos en un posmodernismo suena como estudiar una fantasía llena de sincretismo religiosos, no obstante, se requiere de estudios culturales, en este caso desde la antropología, que guíen a entender los problemas socioculturales de un México Moderno (Glockner, 2008).

A decir verdad, Marx (2002) con su propuesta del capital y el modo de producción capitalista ha tratado hasta cierto modo justificar su

razón de ser, apropiándose de la cultura y de la misma naturaleza con el objetivo de satisfacer algunas necesidades de corte hedónico, que la sociedad solicita y exigen en demasía. Bajo ese supuesto, se ha provocado una crisis política y ecológica por el medio de apropiación del ambiente (en este caso de los recursos de uso común) y posteriormente ser considerado una mercancía⁶ con un valor comercial (Palafox, 2016). De esa manera, Sabbatella (2009) expresa en torno a las condiciones de producción que se componen de tres apartados: el primero referente al capital natural -aquellos elementos naturales; en segundo lugar, al capital humano – condiciones laborales- y finalmente al capital comunitario que tiene que ver con espacio y la infraestructura. Por lo tanto, el problema se centra en la regulación por parte del Estado, ya que se atribuye como elemento mediador entre la naturaleza y el capital.

Finalmente, hablar de mercantilización de la cultura no siempre conlleva secuelas negativas a pesar de la sobre generalización del mismo concepto, sino que puede llevar a reflexionar acerca de los usos turísticos para recuperar costumbres y tradiciones ancestrales para la población anfitriona, en este caso desde el caso de Huautla de Jiménez. En ese sentido, el turismo “no se desarrolla siempre desde fuera hacia dentro, sino que la realidad empírica etnografiada suele demostrar más bien lo contrario, es decir, la relación entre lo local y lo global y la participación de los grupos étnicos” (Pereiro, 2013, p. 157). Y que, a

6. La mercancía considerada como un objeto exterior, de la cual sus propiedades satisfacen necesidades humanas del tipo que sean. En ese sentido, la utilidad “de una cosa hace de ella un valor de uso. Pero esa utilidad no flota por los aires. Está condicionada por las propiedades del cuerpo de la mercancía, y no existe al margen de ellas. El cuerpo mismo de la mercancía, tal como el hierro, trigo, diamante, etc., es pues un valor de uso o un bien” Y este valor de uso es efectivo a través del consumo y se considera valor de cambio (Marx, 2002).

pesar de ser una reconstrucción simbólica de la cultura, el turismo se ha concebido como un movimiento que da lugar al contacto entre diversas culturas para fortalecer y formalizar relaciones interétnicas, un turismo cultural (Richards, 2018) que invita a repensar los impactos positivos del mismo en comunidades rurales.

Referencias

- Ashwell, A. (2006). Cholula, adonde se dirigió Quetzalcóatl con Xochiquetzal a cuestas: pulque, religión y alucinógenos. En J Glockner (Coord.), *La realidad alterada: drogas enteógenos y cultura* (pp. 87-105). Random House Mondadori.
- Basset, V. (2012). Del turismo al neochamanismo: ejemplo de la reserva natural sagrada de Wirikuta en México. *Cuicuilco*, 19(55), 245-266.
- Boege, E. (1984). *Nosotros los Ha Shuta Enima trabajamos en el monte* [Tesis inédita doctoral, Universidad de Zurich].
- Caicedo, A. (2007). Neochamanismos y modernidad. Lecturas sobre la emancipación. *Nómadas*, 26, 114-127.
- Carod-Artal, F. J. (2011). Alucinógenos en las culturas precolombinas mesoamericanas. *Neurología*, 30(1), 42-49.
- Carretero, A. E. P. (2011). Imaginario e identidades sociales: los escenarios de actuación del imaginario social como configurador de vínculo comunitario. En J. R. Coca, M. J. Valero, F. Randazzo, & J. L. Pintos (Coords.), *Nuevas posibilidades de los imaginarios sociales* (Colección Tremn-CEASGA, pp. 99-112).

- Cegarra, J. (2012). Fundamentos teóricos epistemológicos de los imaginarios sociales. *Cinta de Moebio*, (43), 1-13.
- De la Peña. F. (2018). Nueva era, neochamanismo y utopía psicodélica. En C. A. Steil, R. de la Torre, & R. Toniol (Coords.), *Entre trópicos. Diálogos de estudios Nueva Era entre México y Brasil*. CIESAS y El Colegio de San Luis.
- Figueroa, D. M. E., López, L. L., & Casal, F. A. (2016). Los imaginarios de la naturaleza y el desarrollo sustentable. En L. L. López, & V. M. C. Valverde (Coords.), *Los imaginarios del turismo. El caso de los pueblos mágicos* (pp. 73-95). Universidad Autónoma Metropolitana y Universidad Nacional Autónoma de México.
- Fuentes, G. J. H. (2016). Imaginarios del turismo. Rebasando la perspectiva estereotipada. En L. L. López, & V. M. C. Valverde (Coords.), *Los imaginarios del turismo. El caso de los pueblos mágicos* (pp. 15-30). Universidad Autónoma Metropolitana y Universidad Nacional Autónoma de México.
- García Quintanilla, A., & Eastmond Spencer, A. (2012). Rituales de la x-táabentun (Turbina corymbosa) y de los mayas yucatecos. *Cuicuilco*, 19(53), 257-281.
- Geertz, C. (2003). *La interpretación de las culturas*. Gedisa.
- Glockner, J. (2006). La realidad alterada: drogas enteógenos y cultura. Random House Mondadori.

- Glockner, J. (2008). El consumo ritual de enteógenos en México. *Ciencia y cultura. Elementos*, 15(69), 3-9.
- Gómez, P. A. (2001). Imaginarios sociales y análisis semiótico. Una aproximación a la construcción narrativa de la realidad. *Cuadernos*, (17), 195–209.
- Guayán, J. L. (2016). Etnoturismo (mercantilización de la naturaleza). *Hojas universitarias*, 75, 10-15.
- Guzmán, G. (2013). Discursos, saberes y prácticas contemporáneas en torno al peyote entre no indígenas. *Revista Alter, enfoques críticos*, 4(8), 11-33.
- Guzmán, G. (2016). Las relaciones de los hongos sagrados con el hombre a través del tiempo. *Anales de Antropología*, (50), 134-147.
- Hernández, R., Fernández, C., & Baptista, P. (2008). *Metodología de la investigación*. Mc Graw Hill.
- Jordan, F., & Gibson, H. (2004). Let your data do the talking. Researching the solo travel experiences of British and American women. In J. Phillimore & L. Goodson (Coords.), *Qualitative research in tourism, ontologies, epistemologies, and methodologies* (pp. 216-233). Routledge Taylor & Francis group.
- Luque, D., Martínez-Yrizar, A., Búrquez, A., López, C. G., & Murphy, A. (2016). *Complejos bioculturales de Sonora. Pueblos y territorios Indígenas*. Comité Interno Científico Editorial de Publicaciones y Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo, A.C. (CIAD).

- Marx, C. (2002). *El capital. Tomo I, "El proceso de acumulación capitalista"*. Siglo XXI editores. <http://www.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/capital1/>
- Navarrete, L. F. (2010). *Pueblos indígenas de México*. Ediciones Castillo.
- Palafox, M. A. (2016). Turismo e imperialismo ecológico: El capital y su dinámica de expansión. *Ecología Política*, (52), 18-25.
- Pereiro, P. X. (2013). Los efectos del turismo en las culturas indígenas de América Latina. *Revista Española de Antropología Americana*, 43(1), 155-174.
- Pereiro, P. X. (2015). Reflexión antropológica del turismo indígena. *Desacatos*, 47, 18-35.
- Richards, G. (2018). Cultural tourism: A review of recent research and trends. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 36, 12-21.
- Rincón, V. J. C. (1998). Aranguren: elementos para el estudio del movimiento contracultural. *Educació i Cultura*, (11), 27-38.
- Sabbatella, I. (2010). Crisis ecológica y subsunción real de la naturaleza al capital. *Íconos, revista de Ciencias Sociales*, (36), 69-80.
- Sanitaria, G. (2010). Imaginarios: teorías. *Elsevier*, 24(5), 433. <https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2010.06.005>

Secretaría de Desarrollo Social (SEDESOL). (2010). Datos generales del municipio de Huautla de Jiménez. <http://www.microrregiones.gob.mx/zap/datGenerales.aspx?entra=nacion&ent=20&mun=041>

Velázquez, G. M. A. (2013). Turismo y los símbolos de la identidad mexicana. El caso de los pueblos mágicos. En S. E. Méndez, & G. M. A. Velázquez (Coords.), *Turismo e imaginarios* (pp. 53-78). el Colegio de Sonora e Instituto Tecnológico de Monterrey Campus, Sonora Norte.

Villoro, L. (1996). Los grandes momentos del indigenismo en México. Fondo de Cultura Económica.

Zúñiga, F. (2014). Nuevos usos del patrimonio arqueológico de El Tajín, a través de los procesos de turistificación, mercantilización y espectacularización. *Anales de Antropología*, 48(2), 151-182.

#OcupaES: Ninja ES e as Narrativas Independentes durante as Ocupações Escolares no Espírito Santo

Ana Paula Miranda Costa Bergami

As plataformas de redes sociais, sobretudo o Facebook, representam atualmente um significativo território de trocas informacionais e interações conversacionais, determinando novas sociabilidades contemporâneas nas quais os indivíduos realizam processos de participação e discussão sobre temas relacionados às suas vivências individuais e coletivas, ao mesmo tempo que estão circunscritos a uma regulação algorítmica de suas próprias vidas. Usado amplamente pelos internautas brasileiros, o Facebook é destaque entre os demais sites de redes sociais, por permitir que os usuários compartilhem conteúdos com textos, fotos e vídeos em tempo real, ou até mesmo realizem transmissões de acontecimentos para suas audiências. É popular no País e em todo o mundo, com mais de 2,07 bilhões de usuários ativos¹, que acessam a rede pelo menos uma vez por mês. Neste ambiente em que muitos sujeitos podem se comunicar com outros indivíduos, sem ter que pagar um custo para ingressar ou manter um perfil no site de rede social supracitado, os internautas têm se

1. Cf. (“Facebook alcança 2,07 bilhões de usuários no mundo”, 2017)

destacado pela capacidade de mobilização, de unir grupos em torno de um mesmo objetivo e de colaborar com postagens sobre temas variados. Dentro da plataforma, muitos atores estão estabelecendo associações, com laços mais fortes ou fracos, sendo que muitos estão construindo reputação e capital social a partir de suas enunciações. Neste espaço, observamos que novos sujeitos comunicantes aproveitam a oportunidade para estabelecer um canal direto com suas audiências.

Novos movimentos sociais estão aproveitando as funcionalidades dos aparatos tecnológicos conectados à internet para incrementar suas atividades, migrando das ruas para o ciberespaço, ao mesmo tempo em que estabelecem novas dinâmicas e rotinas produtivas de conteúdo. Heterogêneos e em oposição a alguma ordem dominante, os movimentos sociais contemporâneos “adquiriram aceleração e amplitude graças às tecnologias computacionais interativas, especialmente as nômades, que se desvencilharam dos limites impostos pelos fios” (Santaella, 2016, p. 63).

É justamente na brecha entre uma gestão da atenção dos algorítmicos de Mark Zuckerberg e uma viralidade acelerada e multitudinária de *posts* de páginas insurgentes que narrativas de coletivos independentes de mídia livre despontam como um sopro de uma liberdade, resistindo aos pactos de poderes locais, dando voz a novos atores sociopolíticos, muitas vezes excluídos das esferas tradicionais de discussão. Esses indivíduos se apoderam dos dispositivos digitais para conquistar autonomia comunicacional, ocupando os meios, gerando um curto-circuito nos tradicionais dispositivos informacionais e estabelecendo um fluxo próprio de narrativas.

Sendo assim, consideramos que, além de significar um importante espaço contemporâneo de trocas e interações, as plataformas de redes

sociais constituem também um fundamental instrumento de mobilização social, de luta por autonomia e de conflito com as estruturas do poder constituído.

Poder, Contrapoder e Multidão

Os processos comunicacionais são fundamentais para a vivência humana, para o estabelecimento e constituição das interações entre os seres humanos em todos os níveis. Comunicar é compartilhar significado por meio da troca de informação (Castells, 2015). O processo comunicacional é definido “pela tecnologia da comunicação, pelas características dos emissores e receptores da informação, por seus códigos culturais de referência e protocolos de comunicação e pela abrangência do processo comunicativo” (Castells, 2015, p. 101). Entendemos que a comunicação não está vinculada a um determinismo tecnológico, mas também a um relacionamento entre os envolvidos, sobretudo àqueles que usam os meios digitais como fonte importante de sua experiência social. Ocupando um espaço tão fundamental na vida dos indivíduos, a comunicação está cada vez mais atrelada aos mecanismos de poder, principalmente no cenário contemporâneo midiaticizado.

Por poder se define uma relação entre parceiros, em que o exercício do poder “é um modo de ação de alguns sobre outros” (Foucault, 1995, p. 242). Trabalhamos com a perspectiva concebida por Foucault (1995, 2015), na qual o poder não é entendido como uma entidade específica, algo que um indivíduo possui e outro não. Na verdade, ele se manifesta e se estabelece por meio das relações entre os indivíduos, em que uns exercem seu poder sobre outros. Essas relações de poder podem ser,

muitas vezes, difusas ou imprecisas. Para Foucault (2015, p. 138), o poder funciona e se exerce em rede: “Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção”. Uma sociedade possui necessariamente relações de poder entre os indivíduos, e pensar em um formato relacional sem esse embate de forças seria somente uma abstração. Não há poder que não esteja ligado ao ato, sendo esse poder exercido por uns sobre os outros, e os personagens envolvidos nunca estão em papéis fixos, mas inseridos nos polos dessa relação dominador-dominado. O poder não pertence a ninguém, ele é exercido por diferentes indivíduos ao longo da história.

Para que as relações de poder ganhem corpo, alguns elementos são fundamentais, como por exemplo a constituição de narrativas carregadas de um discurso eficiente e coeso. Para Foucault (2015, pp. 278-279), as relações de poder “não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso”. De fato, o discurso funciona como uma das modalidades instrumentais do poder, ao lado das armas, dos mecanismos de controle e dos sistemas de vigilância, por exemplo.

A partir dessa constatação, identificamos como a capacidade de enunciação está intimamente ligada ao poder, pois quem determina a narrativa é capaz de estabelecer um discurso, determinante para que o funcionamento das relações de poder na sociedade. Quem enuncia é capaz de criar ou legitimar um discurso, o que, por si só, representa uma forma de poder sobre os enunciatários, ao dominar a narrativa, estabelecendo um discurso. Por isso, entendemos a relevância dos midiativistas, que subvertem essa dinâmica hegemônica e assumem

os meios digitais, para estabelecer sua narrativa, como veremos mais à frente em nosso estudo.

Em uma perspectiva dialética, onde há poder, há resistência, simultaneamente. A resistência é indissociável do poder, são duas noções que caminham juntas, e que são causa e efeito uma da outra: “tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações” (Revel, 2005, p. 74). Nessa dialética entre poder e resistência, surge a chance de mudança de paradigma, de romper a repressão por meio da luta, pois “na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte” (Revel, 2005, p. 74).

Em nosso estudo, também trabalhamos com a perspectiva de Raffestin (1993), que entende que o poder “visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (Raffestin, 1993, p. 58). Todas as relações humanas são um lugar de poder, e que esse poder se manifesta por ocasião da relação. O poder está ligado à manipulação dos fluxos que perpassam as relações, como energia e informação (Raffestin, 1993). Além de entender a dinâmica relacional do poder, alinhado aos preceitos de Foucault (2015 e 1995), Raffestin (1993) traz o elemento geopolítico para o debate, considerando que a população está na origem de todo o poder da sociedade, pois “nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação” (Raffestin, 1993, p. 58). Redes e poder são noções que estão intimamente relacionadas, assim como o poder e a comunicação, explica Raffestin (1993, p. 218): “todo indivíduo está

preso a uma rede de comunicação, da mesma forma que todo grupo e toda sociedade”.

Entendemos que a comunicação atualmente está atrelada aos mecanismos de poder, sendo fundamental para seu exercício. De fato, a comunicação e o poder, sobretudo o econômico e o político, estão cada vez mais interligados. A partir da ideia de um cotidiano extremamente midiaticado, em que a experiência humana depende em grande parte da mediação das plataformas tecnológicas, entendemos que as relações de poder são construídas com base no gerenciamento dos processos comunicacionais. Sendo assim, “o poder depende do controle da comunicação, assim como o contrapoder depende do rompimento desse controle” (Castells, 2015, p. 21). Constatamos que o poder da comunicação está inscrito no alicerce e na dinâmica da sociedade atual, e que a comunicação de massa, que alcança uma grande fatia da população, “é moldada e administrada por relações de poder, tem raízes nos negócios da mídia e nas políticas do Estado” (Castells, 2015, p. 21).

Ao longo das últimas décadas do século XX, Negri (2016) atualizou os conceitos de biopoder e biopolítica a partir do trabalho de Michel Foucault. É importante frisar que, em vez de serem ideias complementares, até mesmo equivalentes, como acontecia no estudo de Foucault, as noções de biopoder e biopolítica assumem a partir daqui uma rivalidade, um embate de forças: “é antes uma dinâmica microfísica e molecular aquilo que o biopolítico exprime percorrendo e afrontando o biopoder” (Negri, 2016, p. 114). Sendo assim, o exercício do biopoder quer “resolver em si as diferenças do biopolítico, subsumir a singularidade dos seus atos, unificar os seus sujeitos” (Negri, 2016, p. 114). Nesta perspectiva, o biopoder investe em todos os campos da vida,

englobando todos os eventos que a constituem. Apresenta-se como uma forma de autoridade soberana, acima da sociedade, que transcende a tudo e impõe sua ordem. Ele é a “nova figura da soberania e do comando financeiro sobre o trabalho” (Negri, 2016, p. 94). É o poder que procura “dominar todas e cada uma das expressões vitais, procura se apresentar como dissolução do tecido biopolítico” (Negri, 2016, p. 114). O conceito de biopoder envolve as dimensões do econômico, do político e da consciência.

A principal mudança promovida por Negri (2016) ao pensar essas dinâmicas diz respeito ao termo biopolítico, que passa a estar relacionado à potência, e não a uma estrutura física ou possibilidades corpóreas dos sujeitos, como acontecia na perspectiva foucaultiana. A biopolítica permite a criação de novas subjetividades, “apresentadas ao mesmo tempo como resistência e dessubjetivação” (Hardt & Negri, 2016, p. 76). Biopolítica é “o poder da vida de resistir e determinar uma produção alternativa de subjetividade” (Hardt & Negri, 2016, p. 74), uma “experiência do existente”.

O novo paradigma, trabalhado por Hardt e Negri (2001, p. 45), traz o poder como sendo uma alternativa, “não apenas entre obediência e desobediência, ou entre participação política formal e recusa, mas também em toda a esfera da vida e da morte, da fartura e da pobreza, da produção e da reprodução social”. O corpo biopolítico coletivo, nesta nova configuração ontológica, se torna estrutura ao reconhecer a força produtiva original que o anima, em vez de negá-la, “torna-se linguagem (tanto científica quanto social) porque é uma multidão de corpos singulares e determinados que buscam relação” (Hardt & Negri, 2001, p. 49).

A biopolítica, então, seria entendida como portadora de uma nova subjetividade emancipatória: a multidão. Por um lado, o capital nega a potência da vida, com o desenvolvimento do biopoder. De outro, a multidão surge como uma força contrária, que busca resgatar essa potência. A multidão é definida como sendo uma rede de relações humanas, de caráter heterogêneo, com cooperação entre seus membros. Apresenta-se como uma rede aberta e em expansão, “na qual todas as diferenças podem ser expressas livre e igualitariamente, uma rede que proporciona os meios da convergência para que possamos trabalhar e viver em comum” (Hardt & Negri, 2014, p. 12). A multidão é capaz de se fortalecer por ter uma multiplicidade de vozes, “contra qualquer possibilidade de definir o político como transcendência” (Negri, 2016, p. 167).

A multidão não é uma massa com sujeitos indiferenciados, um povo ou mesmo uma classe operária. Pelo contrário, a multidão é múltipla, com um conjunto de singularidades, “composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única” (Hardt & Negri, 2014, p. 12). Surge uma nova forma de resistência, que é o poder constituinte da multidão, que luta contra o poder hegemônico mundial: o Império. Nesse sentido, “o poder é pensado como criador de relações e instituições sociais para uma nova sociedade, na sua política global de fluxos desterritorializados de um mundo liso, distinto do estriamento das fronteiras estatais” (Negri como citado em Santaella, 2016, p. 55). A política não é mais um partido. Nesta concepção, a política se torna uma atividade rizomática, uma “democracia da potência, realizada por novos monstros” (Negri como citado em Santaella, 2016, p. 56), capaz de desafiar o poder hegemônico e promover uma mudança radical na sociedade capitalista.

A potência da multidão dá forma ao poder constituinte, que só pode realizar-se momentaneamente, através de insurreições, turbilhões, se assemelhando a um estado permanente de crise. “Sendo desmesurado, a única medida para o poder constituinte é o ilimitado da multidão” (Santaella, 2016, p. 57). Esse poder constituinte vai se construindo “no entrecruzamento de paixões e instituições, de interesses e de capacidades, mostrando sua natureza sempre aberta” (Quintar como citado Santaella, 2016, p. 57). O resultado que emerge desse processo é a ideia de uma democracia absoluta do poder constituinte, que serve como alternativa à soberania do capitalismo. A produção biopolítica é imanente à sociedade, capaz de estabelecer formas sociais por meio de formas colaborativas de trabalho. A produção biopolítica e a extensão desse “comum”, elemento que une a multidão, são os principais “pilares em que se assenta hoje a possibilidade de democracia global” (Hardt & Negri, 2014, p. 15). A transformação e a libertação social só podem ser conduzidas atualmente com base na multidão. A figura que melhor expressa a vida da multidão é o militante, que surge como um verdadeiro agente de produção biopolítica e de resistência ao Império (Hardt & Negri, 2001, p. 435), que tem sua origem nas marchas da emancipação do trabalho dos séculos XIX e XX, em um movimento coletivo surgido com a luta da classe operária. Após anos de lutas e resistência contra as instâncias do capitalismo e contra autoridades fascistas, o sentido de militância atualmente está renovado, sem repetir as fórmulas da velha classe operária revolucionária.

A militância contemporânea desenvolve uma atividade de resistência criativa, com um aspecto inovador, positivo e construtivo, extremamente colaborativo. “Essa é a forma pela qual nós e todos aqueles

que se revoltam contra o domínio do capital nos reconhecemos como militantes” (Hardt & Negri, 2001, pp. 436-437). Essa nova resistência só conhece o lado de dentro, no qual há uma participação fundamental dos indivíduos nas estruturas sociais, com uma profunda cooperação da intelectualidade e das redes afetivas dos sujeitos que formam a multidão, ou seja: é a produtividade da biopolítica neste período de pós-modernidade. “Essa militância faz da resistência um contrapoder e da rebelião um projeto de amor” (Hardt & Negri, 2001, p. 437). Por meio de sua força produtiva biopolítica, a multidão consegue criar mecanismos de insurreição e resistência, agora em um novo contexto, em um cenário cotidiano midiaticizado.

São esses indivíduos conectados que vão criando novas territorialidades, por meio dos usos e apropriações do espaço. Uma das novas modalidades, que é fundamental para nosso estudo, é a territorialidade informacional. Lemos (2007, p. 14) trabalha o conceito de territórios informacionais, que são “áreas de controle do fluxo informacional digital em uma zona de intersecção entre o ciberespaço e o espaço urbano. O acesso e o controle informacional realizam-se a partir de dispositivos móveis e redes sem fio”. Esse território informacional não é propriamente o ciberespaço, “mas o espaço movente, híbrido, formado pela relação entre o espaço eletrônico e o espaço físico” (Lemos, 2007, p. 14). Dependente dos espaços físico e eletrônico aos quais se relaciona, o território informacional cria um lugar, que “se configura por atividades sociais que criam pertencimentos (simbólico, econômico, afetivo, informacional)” (Lemos, 2007, p. 15). Lemos (2007, p. 15) estabelece que “a ideia de território informacional está vinculada a essa forma identitária, criando um ‘lugar informacional’ que se diferencia do espaço abstrato”.

Esse novo lugar, dependente dos espaços eletrônico e físico, constitui uma verdadeira territorialidade, na qual os indivíduos e organizações mais poderosos controlam os fluxos informacionais, exercendo sua influência sobre os demais membros da sociedade. Entendemos que os internautas estabelecem um novo território por meio de seus usos do espaço. No caso específico deste estudo, tratamos da territorialidade informacional, que traz elementos das vivências presenciais e mediadas pelos dispositivos eletrônicos de vários indivíduos, constituindo um novo espaço para trocas simbólicas, além de compartilhamento de dados, cooperação, construção de lutas, constituição de reputação e de afetos, dentro de uma dinâmica interacional com regras próprias, relações de poder e regimes de visibilidade acordados entre os participantes.

Metodologia de Coleta e Análise de Conteúdo

No presente trabalho, empreendemos uma análise das postagens do coletivo de mídia livre Ninja ES no Facebook, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016, período em que ocorreram as ocupações estudantis em mais de 60 instituições de ensino municipais, estaduais e federais no Espírito Santo, além da sede da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu), evento da Primavera Estudantil que ficou conhecido como #OcupaES. Na ocasião, os alunos protestavam contra a proposta federal de reforma do ensino médio e contra a PEC 55 (chamada de PEC 241 na Câmara Federal), que previa um teto para gastos públicos durante 20 anos, entre outras pautas locais. Propomos uma abordagem metodológica mista (quantitativa e qualitativa) para

empreender uma análise de conteúdo a partir de um grande volume de dados.

Enfocamos o conteúdo das publicações do Mídia Ninja ES que tratam sobre a Primavera Secundarista. Exploramos essas publicações para entender o que estava sendo dito, até aprofundar nossa compreensão sobre a lógica enunciativa do coletivo. Em nosso percurso, queremos entender a produção de sentidos dos midiativistas durante a Primavera Secundarista. Estabelecemos, em um primeiro momento, uma categorização das postagens do coletivo Ninja ES, evidenciando o respectivo desenvolvimento temático, a partir de uma lógica enunciativa amparada pela autocomunicação de massa (Castells, 2013), quando amadores podem empreender atos de jornalismo.

A coleta de dados do Facebook foi empreendida no dia 22 de junho de 2017, por meio do *script* Ford, tecnologia de mineração de dados desenvolvida pelos pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), localizado na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que extrai os dados de perfis de redes sociais e disponibiliza automaticamente para download as planilhas com diversas informações sobre os *posts*. Ao longo de nosso estudo, vamos explorar vários elementos obtidos por meio da coleta realizada por meio do Ford, que nos ajudarão a entender a dinâmica midiativista e sua produção de sentidos.

O levantamento de material abrange o período de 17 de outubro a 5 de dezembro de 2016, quando foram gerados 941 *posts* veiculados pelo perfil do coletivo de mídia Ninja ES no Facebook. As postagens do Ninja ES receberam um total de 14.552 curtidas, 4.511 comentários e 2.382 usuários comentando, alguns comentaram apenas uma

vez, outros comentaram mais de uma vez. Ao todo foram registrados 52.627 compartilhamentos, que resultaram em um total de interações com 120.355 *likes* (média de 134,47 por postagem) e 8.108 *comments* (9,06 por publicação). Entre as 941 publicações feitas pelo perfil do coletivo Ninja ES durante o período considerado para análise, há cinco tipos de conteúdo veiculado pelos midiativistas: vídeo, link, evento, foto e *status*.

Tipologias e Categorias das Postagens

Para empreender esta fase da pesquisa, fizemos uma análise do *dataset*² completo com todas as 941 publicações realizadas no período de 17 de outubro a 5 de dezembro de 2016, recorte temporal estabelecido inicialmente para nosso estudo. Parte das postagens do Mídia Ninja ES foi descartada neste processo de categorização por trazer conteúdo diverso, não se referindo especificamente às ocupações nem ao movimento gerado para contestar a votação da PEC do Teto de Gastos. Após a leitura do *dataset* completo, passamos a trabalhar com uma amostra composta por 701 postagens, constituindo nosso *corpus* de estudo nesta fase de estabelecimento de uma tipologia dos *posts*. Consideramos que, metodologicamente, essa foi a melhor decisão para dar um tratamento adequado ao conjunto das postagens do Ninja ES. Realizamos duas leituras distintas do conjunto total do *dataset*, constituindo duas fases de categorização do material. Na primeira leitura,

2. Trabalhamos com o termo *dataset* para nos referirmos a “um conjunto de dados que consiste em uma série de registros tabulados (em formato de tabelas). Cada coluna representa uma variável particular e cada linha corresponde a um determinado elemento do conjunto de dados em questão” (Cancian & Malini, 2017, p. 10).

identificamos os recursos enunciativos mais frequentes nas publicações dos midiativistas, evidenciando o respectivo desenvolvimento temático para, então, elencar e refletir sobre as categorias de notícia emergentes durante os dias de ocupação. Logo na primeira fase identificamos as principais categorias dos *posts*, de uma maneira geral, e excluímos as postagens de assuntos que não se referiam à Primavera Secundarista.

Na segunda leitura, passamos a identificar postagem por postagem em uma planilha específica para o levantamento, de acordo com as categorias identificadas anteriormente. Ao final da segunda etapa, confirmamos algumas categorias identificadas inicialmente, outras foram criadas. O resultado da categorização pode ser conferido na tabela abaixo:

Tabela 1

Principais categorias dos posts do Mídia Ninja ES

Categoria	Nº de posts	Percentual
Cobertura das ocupações escolares capixabas	484	69,04%
Cobertura de protestos sobre a PEC 55	115	16,40%
Viralização de temas nacionais	58	8,27%
Desdobramentos das ocupações	20	2,85%
Greve na Ufes	14	1,99%
Outros	10	1,42%
Total	701	100%

Coleta realizada por meio do Ford/Labic

Nossa primeira constatação, ao analisar essa tabela com as categorias dos posts, é que uma temática se sobressaiu no nosso *dataset*, que foi a cobertura do dia a dia das ocupações estudantis no Espírito Santo. O percentual de publicações (69,04%) dessa categoria se sobressai em

relação aos demais temas abordados pelos “ninjas”, portanto entendemos que mostrar o clima cotidiano das mais de 60 escolas ocupadas era uma preocupação do Mídia Ninja ES, para evidenciar para a audiência conectada que o espaço público estava realmente ocupado, que os estudantes não estava depredando o patrimônio, que atividades culturais e mutirões de limpeza e alimentação estavam acontecendo nas instituições de ensino e que havia apoio da comunidade estudantil, inclusive dos moradores dos bairros nos quais as escolas se localizam. O Ninja ES, portanto, construiu um *hub* que colaborava em dirigir uma narrativa do cuidado com o comum, revelando o estado afetivo de preservação da propriedade coletiva conduzida pelos estudantes ocupados.

Entendemos que o Mídia Ninja ES tinha uma preocupação em mostrar o que de fato estava acontecendo nos espaços públicos, criando uma narrativa autônoma em relação às informações veiculadas pela mídia capixaba, que muitas vezes criticou o movimento estudantil, ao mesmo tempo que não conseguia ter acesso a este. Ao cobrir o dia a dia das ocupações, criando conteúdo próprio ou republicando material enviado por estudantes colaboradores, o Mídia Ninja ES ajudou dar uma sobrevida maior à Primavera Estudantil. Isso porque, ao mostrar a ação dos alunos nos espaços ocupados, o coletivo ajudou a divulgar o movimento, a unir os estudantes de todo o Estado que estavam compartilhando a mesma luta pela educação pública, organizando as pautas sociais em um só espaço, que era o perfil do grupo.

Uma parte consistente do *dataset* analisado abrangeu a cobertura das ocupações escolares capixabas. Foram 484 publicações na página do Mídia Ninja sobre essa temática, representando 69,04% do total de *posts* sobre a Primavera Estudantil. Do total de 484 *posts* dessa

categoria, podemos dividir o conteúdo em atualização de *status* (13,84%), links (8,67%), fotos (58,26%), vídeos (14,46%) ou eventos (4,75%). Entendemos que grande parte das postagens dessa categoria (mais de 70%) trazia imagens. Apenas 13,84% das publicações eram compostas de apenas texto, então consideramos que o coletivo utilizou as imagens com muita ênfase para cobrir o dia a dia das ocupações.

Assim como alguns veículos informativos tradicionalmente fazem durante a cobertura de algum acontecimento noticioso, os midiativistas do Ninja ES estiveram presencialmente em alguns espaços que estavam sendo administrados pelos alunos, sobretudo na Grande Vitória, cobrindo as ações e fazendo registros como fotos, textos e vídeos. Eles acompanharam ações de entretenimento, oficinas culturais, aulas e debates com voluntários, assim como atos propriamente da organização do movimento, com mutirões para limpeza e alimentação.

Em algumas ocasiões, os midiativistas cobriram ações policiais nas escolas, inclusive quando a polícia fez uma barreira para evitar que os manifestantes ocupassem o prédio da Sedu (“Estudantes mantêm ocupação no pátio da Sedu no ES”, 2016) ou quando religiosos fizeram uma vigília em frente da Escola Viva, de São Pedro, bairro da periferia de Vitória (ES), para apoiar a ação dos estudantes (Verli, 2016). Nesse sentido, a cobertura das ocupações foi um momento importante do trabalho dos midiativistas para mostrar o dia a dia de quem participou do movimento, as tentativas de negociação com as autoridades e a forma como os alunos envolveram a comunidade nas atividades. Em grande parte das ocupações, a vizinhança das escolas foi convidada a participar das ações estudantis, para reforçar, na visão dos estudantes, que a escola não é da administração pública, mas sim da comunidade.

No lugar de uma cobertura do sentido da ocupação para as fontes (geralmente as autoridades) — o que tem demarcado o jornalismo local —, o Ninja ES se concentrou em produzir suas conarrativas seu principal valor ao visibilizar o movimento das ocupações.

Entre as ações mostradas pelos midiativistas, nesta categoria especificamente, estavam pedidos de doação de materiais de higiene e limpeza, além de alimentos. Além disso, o Ninja ES relatou fatos sobre a ocupação da sede da Secretaria de Estado da Educação (Sedu), quando, por exemplo, o secretário estadual de Direitos Humanos, Júlio Pompeu, participou de uma roda de conversa com os estudantes, para tentar ajudar nas negociações, após algumas desavenças entre os alunos e o secretário estadual de Educação, Haroldo Rocha, que não permitiu que os manifestantes tivessem acesso ao banheiro do prédio (“Defensoria do ES entra com ação a favor de alunos que ocupam a Sedu”, 2016).

Em muitas postagens dessa categoria, percebemos que manifestantes enviaram material para publicação no Ninja ES, em uma prática de construção colaborativa de narrativas. Como foram mais de 60 espaços ocupados, na Grande Vitória e no interior do Espírito Santo, não havia como a equipe do Ninja ES cobrir todos os acontecimentos do dia a dia, por isso um recurso para dar conta de tantos eventos simultâneos foi usar as narrativas enviadas por parceiros. Esse esforço deu origem a narrativas construídas de forma colaborativa, quando os manifestantes tinham chance de ganhar voz por meio do Ninja ES. Em boa parte dos casos de elaboração do material, os midiativistas faziam postagens anonimizadas em sua página. Sendo assim, consideramos que essa categoria teve um impulsionamento graças ao conteúdo enviado pelos colaboradores, espalhados por todo o Espírito Santo.

Enxergamos, durante nossa categorização, que os conteúdos que traziam informes com atualização sobre as ocupações eram os mais recorrentes dentro dessa categoria temática. Então, a partir dessa constatação, consideramos que o Ninja ES constituiu uma importante fonte de notícias sobre o movimento estudantil, unindo estudantes capixabas de cidades diferentes, mas que compartilhavam a mesma luta. Entendemos que noticiar o que acontecia nos locais de ocupação foi um ponto fundamental da cobertura do Mídia Ninja ES na luta capixaba por uma educação pública e de qualidade.

Apesar do protagonismo das postagens a respeito da cobertura das ocupações escolares, houve espaço para outros conteúdos na enunciação do coletivo Mídia Ninja ES, como a cobertura dos protestos sobre a PEC 55 (ou PEC 241), que ficou conhecida como Teto de Gastos Públicos. Identificamos em nosso *corpus* 115 postagens que versavam sobre esse tema, representando 16,40% do total das publicações do Mídia Ninja ES consideradas em nossa categorização. Essa categoria temática traz, basicamente, conteúdos relativos aos dois grandes protestos realizados na época da Primavera Secundarista: a manifestação estudantil realizada no dia 24 de outubro de 2016, reunindo estudantes de várias unidades do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e alunos do ensino médio da rede estadual, e o ato unificado do dia 11 de novembro de 2016, com estudantes da rede estadual e federal lutando ao lado de trabalhadores, sindicatos e outras entidades ligadas a causas sociais.

Os dois protestos foram realizados nas ruas de Vitória, com os manifestantes fechando vias e se deslocando pela capital. Grande parte das postagens trazia imagens, para dar uma dimensão imagética ao movimento estudantil. Vários vídeos foram postados pelos midiativistas,

inclusive muitos deles conquistaram um maior engajamento entre a audiência da página. Como vimos anteriormente, a segunda, a terceira, a quarta e a quinta postagens com maior quantidade de engajamentos (número de curtidas somado com o número de comentários), no período temporal considerado para nossa análise, foram veiculadas no dia 24 de outubro de 2016, trazendo imagens (foto ou vídeos) do protesto estudantil que saiu de Jucutuquara indo até a escadaria do Palácio Anchieta, sede do governo estadual do Espírito Santo. Nessa categoria temática também estão as transmissões ao vivo dos protestos que aconteceram em Vitória, as práticas conhecidas como *live*, realizadas pela equipe do Ninja ES para mostrar as ações dos manifestantes. Esse tipo de conteúdo foi fundamental para evidenciar a luta dos estudantes e atrair mais participantes para os dois atos.

Apesar de ser em uma menor quantidade, há outros tipos de publicação dentro dessa categoria, como a cobertura de um protesto dos alunos das escolas Clotilde Rato, Maria Olinda, Rômulo Castelo e Francisco Nascimento, todas localizadas na Serra. Na ocasião, os estudantes se uniram para um ato unificado, fechando a BR-101 no município, protestando contra a PEC 55 (ou PEC 241) (Silva, 2016). Outra manifestação que também faz parte dessa categoria foi a dos estudantes da escola Juscelino Kubitschek de Oliveira, em Maria Ortiz, Vitória. Um grupo fez um protesto na frente da própria escola, e depois organizou uma caminhada pelas ruas do bairro, também protestando contra a PEC 55 (ou PEC 241).

Entendemos que os ativistas, ao cobrir os protestos dos estudantes, tentaram, ao mesmo tempo, documentar a ação dos alunos e conquistar apoio da sociedade civil para a causa. A constatação da importância das

fotos e vídeos para obter mais curtidas, como evidenciamos acima, confirma a dimensão imagética do midiativismo, que, de uma forma geral, utiliza os recursos audiovisuais para construir uma narrativa e conquistar mais participantes em uma causa social, como é o caso da educação pública de qualidade, que é a pauta de luta da Primavera Secundarista.

Outra categoria de postagem identificada em nosso estudo foi a de viralização de temas nacionais. Identificamos em nosso *corpus* 58 *posts* sobre com essa temática, representando 8,27% do total das publicações consideradas em nossa análise. Nessa situação específica, os midiativistas compartilhavam notícias de portais jornalísticos e de outros coletivos de mídia independente sobre ocupações em outros locais do País, além de protestos em várias cidades contra a PEC 55. Essa estratégia alinhava o Ninja ES às outras ações nacionais, empreendidas em vários Estados, mas que tinham o mesmo objetivo: contestar a estipulação de um teto de gastos no orçamento público para áreas prioritárias, como educação e saúde.

Outra categoria identificada em nosso *dataset* diz respeito aos desdobramentos das ocupações. Foram 20 publicações dentro desse tema, representando 2,85% do total de *posts*. Dentro dessa categoria, estão, por exemplo, as questões referentes aos processos de aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujas provas foram adiadas para alguns participantes que tiveram seus locais de exame ocupados por estudantes (“Enem é adiado em escolas ocupadas no ES; confira a lista”, 2016). No mesmo período das ocupações, havia o segundo turno das eleições municipais, que também foi impactado pelas ocupações, com a transferência de alguns locais de votação para outros espaços (Silva & Fachetti, 2016). Nessa categoria, também estão as repercussões jurídicas das ocupações, quando o Governo estadual entrou na Justiça

para conseguir multar as famílias dos estudantes que estavam participando do movimento estudantil (Mendonça, 2016), ou mesmo quando a Defensoria Pública entrou com uma ação para apoiar o direito dos alunos de ocupar os espaços (“Defensoria do ES entra com ação a favor de alunos que ocupam a Sedu”, 2016). Apesar de ter poucas postagens, e ter um menor impacto em nossa análise, essa categoria é importante por trazer um conteúdo que interessava a todos os estudantes.

Durante a segunda leitura do *corpus* da pesquisa, identificamos uma quinta categoria temática, reunindo as postagens que dizem respeito à greve da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Foram 14 *posts*, que correspondem a 1,99% total de publicações. As publicações traziam informações sobre a greve dos professores e servidores técnicos-administrativos, em protesto contra a PEC 55, sobretudo a respeito de decisões das categorias profissionais votadas nas assembleias. É preciso frisar que os movimentos estudantis dentro da universidade foram tratados em outras categorias, com a ação dos universitários nas ocupações dos prédios e nos protestos realizados em Vitória.

A sexta e última categoria identificada em nosso levantamento traz algumas publicações que se conectam com as temáticas da Primavera Estudantil e com os protestos contra a PEC 55, mas que não cabem nas outras categorias discutidas anteriormente. São 10 postagens, que representam 1,42% do total de publicações. Entendemos que alguns *posts* dessa categoria se afastam do formato de cobertura noticiosa, que foi tão recorrente nas duas primeiras categorias temáticas, apresentando um caráter mais editorial, com a opinião dos midiativistas mais em destaque.

Considerações Finais

Após a compreensão das formas de enunciação do coletivo Ninja ES, ao observar as categorias das postagens, entendemos que a territorialidade informacional se transformou em um espaço de construção de autonomia e de luta por emancipação política, com novos atores — neste caso específico, os estudantes — passando a estabelecer narrativas biopolíticas, elaboradas dentro de uma prática colaborativa, com sentidos muitas vezes distintos dos que são enunciados pelo sistema midiático atual. Consideramos que formou-se uma rede estudantil na territorialidade informacional, de pessoas de uma mesma localidade, no caso o mesmo Estado, que estavam lutando pela mesma pauta educacional. Identificamos que o coletivo Ninja ES abastece sua página com conteúdo sobretudo com caráter político e social, produzido por seus integrantes ou enviado por seus colaboradores. Outra estratégia de sua guerrilha midiática é republicar notícias de outras fontes, com o objetivo de causar engajamento no ciberespaço.

Entendemos que os midiativistas se apropriaram das ferramentas tecnológicas e estabeleceram um *hub* midiático, dirigindo uma agenda midiática, durante os dias da Primavera Secundarista no Espírito Santo, com base em material narrativo (fotos, vídeos, textos) enviados por vários colaboradores anônimos, que compartilharam suas narrativas com o coletivo de mídia, criando pertencimento na territorialidade informacional, além de uma agenda de luta comum do movimento estudantil capixaba. Observamos que o Ninja ES publicou uma profusão de narrativas, na ocasião das ocupações escolares no Espírito Santo, muitas vezes não lineares e com várias temáticas postadas simultaneamente. No material

coletado, havia publicações sobre as ocupações no Espírito Santo e em alguns locais do Brasil e atos em Brasília contra a PEC 55 (PEC 241). O midiativismo no Facebook, portanto, adota a estratégia de conarração.

Verificamos que o coletivo Ninja ES adota uma produção de conteúdo colaborativa, amparada na atuação de seus parceiros, que criam textos, fotos e vídeos diretamente das lutas e das ruas, e encaminham para os “ninjas”, que recebem esse material e dão um tratamento para posterior postagem na fanpage. As colaborações são disponibilizadas com a assinatura do Ninja ES, muitas vezes sem identificar o autor, em um modelo anonimizado de autoria. Entendemos que, dessa forma, os vários colaboradores ajudam a construir uma narrativa autêntica, com forte caráter testemunhal, amparada em muitos relatos pessoais simples, e sem uma contraposição de temas, como acontece com o texto jornalístico, que reúne um fato, seus desdobramentos e a posição de todos os atores envolvidos. Cabe então aos midiativistas do Ninja ES dar um tratamento a esse conteúdo, checando algumas informações e publicando na página Ninja ES sem uma identificação de autoria.

Apesar da falta de uma linearidade das postagens sobre as ocupações, mostrando o começo, o meio e o fim de algumas ações, é possível entender o sentido geral do conteúdo veiculado na página Ninja ES, pois conseguimos compreender o enredo do desenvolvimento das ações ao entender o contexto do tema. Entendemos que o coletivo Ninja ES estabeleceu uma dinâmica própria de enunciação, reunindo material informativo enviado a partir de colaboradores, veiculando narrativas independentes em sua página no Facebook. Em nossa pesquisa, identificamos que os ativistas do Ninja ES são comunicadores amadores, portanto desconhecem as rotinas produtivas próprias das redações.

Amparados na colaboração de outros amadores, em um formato solidário de atuação, os midiativistas do Ninja ES empreenderam atos de jornalismo ao criar narrativas com forte caráter testemunhal, de fatos cobertos de formas díspares pela imprensa tradicional capixaba.

O coletivo Ninja ES oferece uma relevante formação discursiva biopolítica, capaz de dar visibilidade àquilo que se oculta ou se criminaliza na imprensa. Além disso, consideramos que os “ninjas”, nomenclatura pela qual os ativistas são conhecidos popularmente, modificaram estéticas, estruturas narrativas e a posição de sujeito (que se oculta) da deontologia jornalística, ao postar conteúdo em movimento, anônimo e com caráter colaborativo, por meio de ativistas que desconheciam um maior rigor formal das rotinas produtivas jornalísticas.

As narrativas do coletivo constituem parte da agenda de temas que circulam e pautam a vida de uma grande quantidade de indivíduos, que têm no ambiente digital uma das dimensões de suas atividades cotidianas. Consideramos que o coletivo midiático, que tem na territorialidade informacional seu campo de operações e nas práticas jornalísticas sua estratégia de atuação, constrói um discurso de resistência enquanto fornece contrainformações. Sendo assim, podemos considerar que o coletivo de mídia livre Ninja ES estabelece atividades sociais que criam pertencimento nas redes sociais digitais — no caso narrativas jornalísticas elaboradas por comunicadores autônomos —, configurando um território informacional independente, com conteúdo em oposição ao sistema midiático hegemônico vigente.

Referências

- Cancian, A., & Malini, F. (2017). *A nova cara da direita no Brasil: um estudo sobre o grupo político MBL - Movimento Brasil Livre [Trabalho apresentado em congresso]*. Anais do 1º Simpósio Direitas Brasileiras: Da Redemocratização ao Governo Temer, Faculdade de Filosofia, São Paulo, SP, Brasil. <http://conferencias.fflch.usp.br/SDB/simposiodireitas/paper/view/2199>
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança*. Zahar.
- Castells, M. (2015). *O poder da comunicação*. Paz e Terra.
- Defensoria do ES entra com ação a favor de alunos que ocupam a Sedu. (2016, novembro 22). Recuperado de <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/defensoria-do-es-entra-com-acao-favor-de-alunos-que-ocupam-sedu.html>
- Enem é adiado em escolas ocupadas no ES; confira a lista. (2016, novembro 01). Recuperado de <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/enem-e-adiado-em-escolas-ocupadas-no-es-confira-lista.html>
- Estudantes mantêm ocupação no pátio da Sedu no ES. (2016, novembro 18). Recueprado de <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/estudantes-mantem-ocupacao-no-patio-da-sedu-no-es.html>
- Facebook alcança 2,07 bilhões de usuários no mundo. (2017, novembro 01). Recuperado de <http://link.estadao.com.br/noticias/empresas,facebook-alcanca-2-07-bilhoes-de-usuarios-no-mundo,70002069551>

Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In H. L. Dreyfus, & P. Rabinow (Orgs.), *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Forense Universitária.

Foucault, M. (2015). *Microfísica do poder*. Paz e Terra.

Hardt, M., & Negri, A. (2001). *Império*. Record.

Hardt, M., & Negri, A. (2014). *Multidão*. Record.

Hardt, M., & Negri, A. (2016). *Bem estar comum*. Record.

Lemos, A. (2007). Mídia locativa e territórios informacionais. In L. Santaella & P. Arantes (Orgs.), *Estéticas Tecnológicas*. EDUC.

Mendonça, M. (2016, novembro 02). Pais de alunos que ocuparem as escolas podem ser multados em até 20 salários. *Gazeta*. <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2016/11/pais-de-alunos-que-ocuparem-as-escolas-podem-ser-multados-em-ate-20-salarios-1013992275.html>

Negri, A. (2016). *Quando e como eu li Foucault*. n-1 edições.

Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. Ática.

Revel, J. (2005). *Foucault: conceitos essenciais*. Claraluz.

Santaella, L. (2016). *Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política*. Paulus.

Silva, R., & Fachetti, E. (2016, novembro 29). Ocupação muda locais onde 44 mil vão votar. *Gazeta*. https://www.gazetaonline.com.br/especiais/eleicoes_2016/2016/10/ocupacao-muda-locais-onde-44-mil-vao-votar-1013990856.html

Verli, C. (2016, novembro 08). Padre faz vigília a favor de estudantes nas ocupações, no ES. *A Gazeta*. <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/padre-faz-vigilia-favor-de-estudantes-nas-ocupacoes-no-es.html>

OS AUTORES

PIERO DOMINICI

Membro da Academia Mundial de Arte e Ciência, de posse da ASN, leciona Sociologia da Complexidade, Comunicação Pública, Inteligência. Redes e Sistemas Complexos e Sociologia dos Processos Culturais e Comunicativos na Universidade de Perugia. Sociólogo e filósofo, professor visitante da Universidade Complutense de Madrid, lecionou em inúmeras universidades nacionais e internacionais. Diretor Científico do Programa Internacional de Pesquisa e Educação CHAOS e Diretor (Scientific Listening) do Global Listening Center. É membro do MIUR - Register of Auditors e da WCSA (World Complexity Science Academy), e membro de comitês científicos nacionais e internacionais. Há mais de vinte anos, lida com a complexidade e o pensamento sistêmico (ensino, pesquisa, formação), com particular referência a organizações complexas e questões relacionadas à educação, comunicação, inovação, democracia, ética pública. Colabora com revistas científicas e culturais e é autor de livros e numerosas publicações científicas.

piero.dominici@unipg.it

CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

É bacharel (2000), mestre (2003) e doutora (2010) em Ciências Sociais pela Unesp – Universidade Estadual Paulista. Realizou estágio de Pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa – Portugal (2020). Desde 2013, ocupa o cargo de Professor Assistente Doutor na Unesp e desde 2014 integra o corpo docente permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da mesma instituição. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov. Atua na área de Sociologia da Comunicação, desenvolvendo estudos sobre a relação entre Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais, com ênfase nos temas: participação, mobilização social, deliberação pública, ativismo digital, comunicação para mobilização popular.

caroline.luvizotto@unesp.br

ISABEL FERIN CUNHA

É licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa (1974), mestre (1984) e doutora (1987) em Ciências da Comunicação pela Usp – Universidade de São Paulo. Realizou estágio de Pós-doutorado em Comunicação no Centre National de la Recherche Scientifique, França (1991). Foi Vice-Presidente do Centro de Investigação em Media e Jornalismo (2004-2006) e coordenou de 1999 a 2017 projetos aprovados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia / Portugal. Professora Associada com Agregação, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (aposentada). Investigadora do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA). Suas áreas de

interesse são Análise de Mídia (Imprensa, Televisão e Redes Sociais): Mídia e Lusofonia e Comunicação Política.
icunha@fcsb.unl.pt

ADRIANA BRAVIN

Jornalista, mestre (Universidade Federal Fluminense) e doutora em Comunicação (Universidade Federal de Minas Gerais), é professora adjunta do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Atua principalmente nas áreas de reportagem, laboratório integrado de jornalismo, jornalismo e meio ambiente, mídia e cidadania, mídia e memória. Integra o Grupo de Trabalho Ecologia Política do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (Clasco). Atualmente, pesquisa a comunicação nos movimentos sociais que contestam a atividade mineradora em Minas Gerais.
adriana.bravin@gmail.com

ANA CAROLINA TRINDADE

Mestra em Comunicação pela Unesp - Universidade Estadual Paulista. Bolsista Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (jan/2019-set/2020). Graduada em Relações Públicas. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais (UNESP) e do Grupo de Pesquisa Ecologia da Comunicação Organizacional (UFMA).
carolinatrin@gmail.com

ANA PAULA MIRANDA COSTA BERGAMI

Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), especialista em Práticas Pedagógicas pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e mestra em Comunicação e Territorialidades pela Ufes. Atualmente cursa doutorado em Estudos Linguísticos, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), e licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, ambos pela Ufes. É pesquisadora no Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Ufes.
ana.m.costa@edu.ufes.br

ANASTACIO GUSTAVO FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ

Doctorante en Desarrollo Sostenible y Maestro en Gestión Sustentable del Turismo por la Universidad de Quintana Roo, Unidad Académica Cozumel (Programas Educativos adscritos al Consejo Nacional de Ciencia

y Tecnología (CONACyT)). Licenciado en Administración Turística por el Centro de Investigación y Estudios Universitarios para el Desarrollo de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. Profesor de Tiempo completo de la Universidad de Quintana Roo, Unidad académica Playa del Carmen, Coordinador de la licenciatura de Administración Hotelera y profesor de los posgrados en la Universidad Riviera, Playa del Carmen. Líneas de investigación: turismo e imaginarios sociales, sociedad y sostenibilidad.
gfernandez@uqroo.edu.mx

ANDRÉ LUÍS CARDOSO TROPIANO

Doutorando em Sociologia, pelo Programa de Doutorado Inter-universitário em Sociologia, OpenSoc/Portugal. Mestre em Educação, Cultura e Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (PPGECC/FEBF-UERJ). Relações Públicas e Jornalista, também pela UERJ. Membro do Núcleo de Estudos sobre Periferias (NEsPE/FEBF-UERJ).
atropiano@campus.fcsh.unl.pt

CARLA NEGRIM FERNANDES DE PAIVA

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Unesp/Bauru- SP. Pesquisadora do grupo de pesquisa em Comunicação Midiática e Movimentos Sociais ComMov.
carlapaivanegrin@gmail.com

CHRISTIANE DELMONDES VERSUTI

Doutoranda em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Bauru, com o projeto “Media literacy no ensino médio e contribuições para a participação cidadã: Experiência intercultural entre Brasil e Portugal”. Participou do Programa PDSE - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, financiado pela CAPES, e realizou estágio doutoral na Universidade do Minho - UMinho, em Braga, Portugal. Atualmente é Bolsista FAPESP (processo número 2017/199812) para conclusão de sua pesquisa. Atuou como bolsista do CNPq no Programa ALI (Agente Local de Inovação) em parceria com o SEBRAE para promoção do Empreendedorismo e desenvolvimento da Cultura de Inovação nos Pequenos Negócios (2015 a 2017). É Mestre em Comunicação e Bacharel em Comunicação Social: Relações Públicas também pela UNESP Bauru. Na graduação, cursou um semestre no curso de Ciências da Comunicação na Universidade do Minho, Portugal, pela Bolsa Luso-Brasileira Santander Universidades. Atualmente trabalha principalmente com os seguintes

temas: media literacy, educação midiática, movimentos sociais, cidadania, inovação, marketing digital e empreendedorismo.
christianedversuti@hotmail.com

FÁTIMA MARTÍNEZ

Periodista y profesora de Periodismo española, especializada en la temática de periodismo digital y redes sociales. Doctora por la Universidad Complutense de Madrid en 2013, con la obtención de la ANECA en España en 2014. Profesora principal de carrera de Periodismo en la Universidad del Rosario de Bogotá (Colombia) desde agosto de 2017 hasta hoy. Directora del medio nativo digital Plaza Capital, perteneciente al programa de Periodismo de la mencionada Universidad. Ha vivido en países como Estados Unidos, Reino Unido y España, además de hacer estancias en países como Kenia y Grecia.
fatimamargu@gmail.com

FÁBIO ALVES SILVEIRA

Jornalista, especialista em Sociologia e Filosofia Política e Jurídica pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), mestre em Ciências Sociais pela UEL e doutor em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC/UNESP-Bauru). É professor assistente do Departamento de Comunicação da UEL.
fapoars@hotmail.com

JIANI ADRIANA BONIN

Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. Coordenadora do grupo de pesquisa “Processocom”. Pesquisadora na Rede Temática Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (Rede Amlat). Profa. Dr^a. do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
jianiab@gmail.com

KÁRITA EMANUELLE RIBEIRO SENA

Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Unesp/Bauru- SP. Pesquisadora dos grupos de pesquisa em Comunicação Midiática e Movimentos Sociais ComMov e Ciberjor/UFMS. Membro da Associação Brasileira de Comunicação Pública - ABC Pública.
karitaemanuelle@gmail.com

KÁTIA VIVIANE DA SILVA VANZINI

Jornalista, especialista em Estratégias da Comunicação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), mestre e doutora em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC/UNESP-Bauru).

katiavanzini@gmail.com

MARIANA ALARCON DATRINO

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Unesp/Bauru- SP. Pesquisadora do grupo de pesquisa em Comunicação Midiática e Movimentos Sociais ComMov.

mariana.datrino@unesp.br

NEIVA VIEIRA DA CUNHA

Doutora em Antropologia pelo PPGSA/IFCS-UFRJ. Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DCFE/FEBF-UERJ) e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC/FEBF-UERJ), Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Periferias (NesPE/FEBF-UERJ), Pesquisadora Associada do Laboratório de Etnografia Metropolitana/LeMetro/IFCS-UFRJ, do Centre d'Etudes des Mouvements Sociaux/CEMS e do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT InEAC/UFF).

neivavieiradacunha@gmail.com

PRISCILA SANTANA CALDEIRA

Jornalista, especialista em Mídia, Informação e Cultura no Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Universidade de São Paulo (CELACC/ECA/USP) e mestre em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (FAAC/UNESP-Bauru).

priscila.uepg@gmail.com

RENATA SVIZZERO FAKHOURY

Mestre em Mídia e Tecnologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP (Bauru - 2018): linha de pesquisa em Tecnologias Midiáticas. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paulista - UNIP (2012). Atua como pesquisadora vinculada ao GENEM (Grupo de Estudos sobre a Nova Ecologia dos Meios) da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC - UNESP/Bauru). Tem experiência na área de Arquitetura, Urbanismo e Design, com ênfase em Projeto e Representação

Visual e Estética, atuando principalmente nos seguintes temas: Uso de Imagens e Representações no Processo de Projeto, Comunicação em Arquitetura e Tecnologia e Estética dos Espaços Urbanos.

reefakhoury@gmail.com

Sheila Luana Sales Abrantes

Relações públicas, especialista em Comunicação nas Organizações pela Universidade Sagrado Coração (USC-Bauru) e mestre em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC/UNESP-Bauru).

sales.abrantes@gmail.com

SONIA MARIA QUEIROZ DE OLIVEIRA

Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora-Campus GV (UFJF-GV).

sonia.queiroz@ufjf.edu.br

YADIS VANESSA VANEGAS-TOALA

Candidata a doctora del programa Doctorado en Comunicación de la Universidad Pompeu Fabra (Barcelona, España), beneficiaria de la beca completa de cooperación internacional para docentes universitarios otorgada por Fundación Carolina. En su investigación de tesis doctoral aborda las prácticas comunicacionales emergentes del activismo ecosocial surgidas desde la sociedad civil. Es magister en Estudios de la Cultura por la Universidad Andina Simón Bolívar (Quito, Ecuador) y licenciada en Comunicación por la Pontificia Universidad Católica del Ecuador. Desde el 2010, es docente e investigadora de la Carrera de Comunicación de la Universidad Politécnica Salesiana (Quito, Ecuador). Sus líneas de investigación incluyen: comunicación, movimientos sociales y luchas ecoterritoriales; medios alternativos digitales y tecnopolítica; análisis crítico del discurso, estudios postcoloniales y diversidades.

yanegast@ups.edu.ec

Índice Remissivo

Símbolos

#OcupaES 9, 18, 271, 281

#SOSPuebloShuar 8, 17, 129, 134, 136, 137, 138, 140, 143, 145, 146, 147,
148, 149, 150, 151, 152, 153

A

activismo 17, 119, 129, 130, 132, 143, 146, 147, 148, 304

Activismo 8, 129, 152

administração pública 21

ativismo 7, 14, 15, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 31, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 55,
61, 68, 162, 165, 178, 250, 299

Ativismo 23, 45, 47, 178, 250

ativistas negras 229

B

Black Lives Matter 8, 18, 229, 233, 236, 248, 250

C

ciudadania 14, 15, 16, 19, 20, 23, 40, 74, 75, 76, 77, 80, 88, 89, 91, 92, 94,
96, 107, 108, 203, 213, 226, 299, 301

Cidadania 2, 4, 7, 8, 10, 14, 15, 16, 19, 74, 75, 91, 93, 94, 250, 299, 302

ciudadania comunicativa 16, 94, 96, 107, 108

coletivo 15, 18, 21, 22, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 54, 55,
63, 64, 70, 102, 155, 157, 184, 200, 211, 215, 223, 245, 277, 279,
281, 282, 283, 285, 286, 288, 292, 293, 294

Coletivo 7, 50, 66

comunicação 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 35,
38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 67, 68, 74, 76, 77, 78, 79, 89, 90,
92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 109, 110, 159, 160, 162, 164, 172,
175, 177, 182, 183, 198, 203, 204, 205, 212, 213, 218, 219, 220, 221,
222, 224, 227, 233, 243, 273, 275, 276, 295, 299

Comunicação 2, 4, 7, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 38, 39, 43,
44, 46, 48, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 89, 90, 91, 92, 93, 159,
173, 178, 211, 225, 227, 228, 235, 250, 299, 300, 301, 302, 303, 304

comunicação pública 76, 90

Comunicação pública 90, 91, 92

Comunicação Pública 7, 16, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 89, 90, 91,
92, 93, 302

comunidades negras 229

Covid-19 33, 35, 36

E

enteógenos 18, 258, 261, 262, 264, 266, 267, 268

Enteógenos 7, 252

Experiência 7, 50, 301

Experiências 79

F

Facebook 8, 16, 17, 20, 21, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 70, 81, 90, 94,
95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110,
152, 157, 166, 168, 172, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185,
188, 190, 200, 203, 206, 208, 209, 210, 226, 271, 281, 282, 293, 295

G

género 227

gênero 17, 98, 99, 211, 215, 216, 219, 222, 224, 235

Gênero 8, 211

H

Huautla de Jiménez 7, 18, 252, 257, 259, 260, 261, 264, 265, 270

J

jornalismo 82, 83, 92, 282, 287, 294, 299

Jornalismo 83, 227, 299, 300

jornalista 303

Jornalista 299, 300, 302

jovem negro 229, 230

L

Lisboa 7, 15, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39,
40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 299

lugar de fala 18, 230, 234, 238, 248, 250

Lugar de Fala 8, 229, 234, 236

M

manifestações 22, 25

manual antirracista 18, 251

Manual Antirracista 8, 229, 231, 236, 238

mídia 20, 25, 27, 39, 41, 44, 48

Mídia 299

mídias 25

Mobilización transmedia 17

Mobilización Transmedia 8, 129, 130, 137

movimento negro 234, 248, 249
Movimentos 2, 4, 7, 8, 10, 14, 15, 19, 29, 32, 46, 48, 49, 50, 176, 206, 211,
231, 250, 299, 300, 301, 302
movimentos sociais 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29,
31, 35, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 56, 57, 59, 60, 61, 64,
68, 72, 73, 93, 155, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 174, 177, 178, 179,
180, 182, 183, 184, 185, 186, 203, 204, 205, 220, 223, 224, 226, 230,
231, 232, 233, 241, 243, 248, 250, 251, 272, 299, 301
Movimentos sociais 46, 48, 49, 176, 206, 250
Movimentos Sociais 2, 4, 7, 8, 10, 14, 15, 19, 29, 32, 206, 211, 231, 299,
300, 301, 302
mulher 213, 224, 245
Mulher 135, 153
mulheres 15, 17, 18, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 227,
245, 246, 250
Mulheres 8, 211

N

narrativa 131, 179, 200, 268, 274, 275, 285, 290, 293
Narrativa 73
narrativas 17, 18, 71, 133, 137, 138, 148, 180, 182, 204, 218, 224, 272,
274, 287, 292, 293, 294
Narrativas 8, 9, 17, 179, 180, 208, 271
negra 229, 230, 232, 235, 237, 239, 240, 242, 244, 245, 246, 249, 250
Negra 237
negras 18, 229, 230, 232, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 246,
248, 249, 250
Negras 8, 124, 229, 237
negro 229, 230, 234, 235, 237, 240, 243, 248, 249
negros 15, 18, 229, 230, 231, 233, 235, 238, 239, 240, 244, 245, 246, 247,
248, 250
Ninja 9, 18, 271, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 292,
293, 294

P

pandemia 33, 35, 36
paro 112, 113, 114, 115, 118, 121, 122, 123, 124, 126
Paro Nacional 8, 16, 111, 114, 119, 121, 125, 126
participação cidadã 20, 24, 28, 38
periodismo 119, 301
Periodismo 120, 143, 145, 301
periodista 112
Periodista 301
pessoas negras 230, 232, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 248, 249
professor 186, 302
Professor 299
professores 15, 17, 32, 36, 154, 171, 172, 175, 193, 195, 291
Professores 8, 154, 202

R

rede social 16, 17, 40, 41, 42, 44, 95, 98, 100, 103, 106, 108, 163, 167, 168, 191, 235, 271
redes sociais 17, 22, 23, 24, 31, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 43, 104, 110, 154, 155, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 174, 175, 177, 178, 182, 184, 185, 203, 207, 219, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 241, 244, 245, 247, 248, 249, 271, 272, 294
Redes sociais 92
Redes Sociais 8, 154, 165, 178, 299
redes sociales 119, 138, 142, 143, 301
Redes Sociales 136
red social 16, 120
Red Social 8, 111
regulação 20, 22, 25, 26, 27, 36, 38, 39, 40, 43
Regulação 25, 37, 38, 39, 46

S

sociedade 14, 16, 20, 23, 26, 27, 29, 30, 31, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 44, 46,
56, 61, 63, 65, 67, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 88, 89, 90, 92,
96, 103, 104, 105, 106, 109, 158, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 178,
182, 186, 199, 202, 203, 205, 212, 213, 216, 222, 223, 230, 231, 232,
233, 239, 241, 246, 247, 249, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 289
Sociedade 7, 71, 74, 77, 78, 79, 90, 91, 93, 109, 180, 182, 250, 251
Society 46
sujeitos surdos 96, 108

T

tecnologia digital 80
tecnologias digitais 16, 21, 24, 25, 75, 80, 89, 163
Tecnologias Digitais 79
tempos de ódio 17
Tempos de Ódio 8, 179
teoría del framing 16
Teoría del Framing 8, 111, 119
transmedia 17, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 144, 145, 148, 149, 151
Transmedia 8, 129, 130, 137, 150
Twitter 8, 16, 17, 18, 20, 21, 33, 34, 35, 40, 44, 81, 82, 92, 111, 120, 121,
124, 125, 127, 129, 136, 168, 174, 187, 226

V

vozes negras 18
Vozes Negras 8, 229

